

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E
CIÊNCIAS HUMANAS

RAFAEL REGIANI

**Geopolítica e geoideologia da Índia: análise das
ideias de Índia e seu impacto político ao longo do
tempo.**

São Paulo

2018

RAFAEL REGIANI

Geopolítica e geoideologia da Índia: análise das ideias de Índia e seu impacto político ao longo do tempo.

Versão Corrigida

Dissertação apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Área de Concentração: Geografia Política

Orientador: Prof. Dr. André Roberto Martin

São Paulo

2018

Nome: REGIANI, Rafael

Título: Geopolítica e geoideologia da Índia: análise das ideias de Índia e seu impacto político ao longo do tempo.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Aprovado em: 03 de Outubro de 2018

Banca Examinadora

Prof. Dr.: Wanderley Messias da Costa

Instituição: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP)

Julgamento: Aprovado

Prof. Dr.: Angelo de Oliveira Segrillo

Instituição: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP)

Julgamento: Aprovado

Prof. Dr.: André Luiz Varella Neves

Instituição: Universidade Federal Fluminense (UFF)

Julgamento: Aprovado

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, aos meus pais, Nelson Regiani e Rita de Cássia Bidin Regiani, por terem me dado a vida, me criado e educado com muito amor e zelo, bem como me incentivado a estudar. Eles foram fundamentais para que eu percorresse a trajetória que trilhei até aqui. Sem eles eu nada seria.

Em segundo lugar, à minha avó Antônia Almeida Borges Bidin, que agora descansa em paz, e certamente de onde estiver, estará vendo seu neto se tornar Mestre. Acrescento neste mesmo parágrafo, o restante de meus familiares pelos inúmeros momentos de alegria, e que tornaram minha tarefa um pouco menos tensa, e mais descontraída.

Ao Prof. Dr. André Roberto Martin, meu orientador, pelo auxílio prestado no desenvolvimento desta pesquisa. Aos Profs. Drs. Wanderley Messias da Costa, Élvio Rodrigues Martins, Eli Alves Penha, e Hervé Thery, que compuseram minha banca de qualificação, e cujas avaliações forneceram valiosos apontamentos para o trabalho. Aos Profs. Drs. Angelo de Oliveira Segrillo e André Luiz Varella Neves pela participação em minha banca de defesa. E ao Prof. Dr. Eduardo de Almeida Navarro pelas contribuições na parte gramatical.

Aos amigos do Laboratório de Geografia Política (GeoPo) e das redes sociais, pelas incontáveis horas de discussões produtivas: Tito Lívio Barcellos Pereira, Vinícius Modolo Teixeira, Tamiris Santos Pessoa, Ramez Phillip Maalouf, José Ailton Dutra Jr., Felipe Ferraz Machado, Danilo Rogério de Sousa, Dídimo George de Assis Mattos. Agradeço ainda a Tito Lívio pela assistência na confecção dos mapas. E a Danilo Rogério pela sugestão do tema da dissertação, e pela colaboração com inúmeros livros fornecidos sobre a Índia.

Ao Centro Cultural da Índia (ICC), e seus funcionários Sandra Oorth e Rafael, pelos serviços prestados ao longo desses anos de pesquisas. A biblioteca do ICC foi fundamental para o sucesso da pesquisa. Incluo ainda os amigos que lá conheci durante o curso de híndi, o qual me ajudou nesse desafio gigante que é desvendar a Índia.

Ao Centro Russo-Brasileiro de Estudos Multipolares (CEM) e à Associação Brasil-Índia de Redes de Conhecimento (BRINDARC), cujos valorosos eventos complementaram meus conhecimentos.

A todos aqueles outros que contribuíram de alguma forma para a realização dessa pesquisa e que não foram citados ainda aqui nesse reduzido espaço.

LISTA DE SIGLAS E UNIDADES

a.C. – antes de Cristo

A. H. – Ano Hégira

ANA – Aliança do Norte Afegã

BJP – *Bharatiya Janata Party* (Partido Popular Indiano)

BPLF – *Balochistan People Liberation Front*

CNI – Congresso Nacional Indiano

d.C. – depois de Cristo

EUA – Estados Unidos da América

FATA – *Federally Administred Tribal Areas* (Áreas Tribais Administradas Federalmente)

HM – *Hindu Mahasabha*

INS – *Indian Navy Ship*

INSTC – *International North-South Transport Corridor*

IOI – Irã-Omã-Índia

IPI – Índia-Paquistão-Irã

ISAF – *International Security Forces in Afghanistan*

Km – quilômetro

Km² – quilômetro quadrado

LCF – Lei de Crimes Fronteiriços

LM – Liga Muçulmana

m – metro

NWFP – *Northwest Frontier Province* (Província da Fronteira Noroeste)

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PNA – Partido Nacional Awami

PPP – Partido do Povo Paquistânês

RSS – *Rashtriya Swayamsevak Sangh* (Organização Voluntária Nacional)

TAPI – Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia

TDN – Teoria das Duas Nações

TNP – Tratado de Não-Proliferação Nuclear

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

US\$ – dólar americano

VHP – *Vishwa Hindu Parisad* (Conselho Mundial Hindu)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Retrato de Kautilya.....	19
Figura 2 – Mapa dos Dezesesseis Grandes Territórios.....	23
Figura 3 – Mapa do Império Maurya.....	25
Figura 4 – Mapa de um Estado kautilyano hipotético.....	29
Figura 5 – Fotografia de uma Mandala religiosa hindu.....	31
Figura 6 – Ilustração da Raja Mandala.....	34
Figura 7 – Ilustração do Círculo de Estados.....	36
Figura 8 – Mapa da Índia Islâmica.....	49
Figura 9 – Mapa do Grande Jogo.....	59
Figura 10 – Mapa da Índia em relação ao Heartland.....	62
Figura 11 – Mapa da Criação das Fronteiras do Afeganistão.....	74
Figura 12 – Mapa da Divisão do Punjab.....	89
Figura 13 – Mapa da Divisão de Bengala e do Assam.....	90
Figura 14 – Mapa da Divisão Religiosa do Sindh em 1931.....	91
Figura 15 – Mapa da Grande Partição.....	94
Figura 16 – Mapa lingüístico do Sind e da província de Jinnahpur.....	95
Figura 17 – Mapa das Três Fronteiras da Índia.....	98
Figura 18 – Mapa da Posição Estratégica de Delhi.....	101
Figura 19 – Mapa político-histórico da Índia.....	102
Figura 20 – Mapa político-histórico da Itália.....	103
Figura 21 – Fotografia do Kashmir Gate.....	107
Figura 22 – Mapa dos Pashtuns no Afeganistão.....	121
Figura 23 – Mapa dos Investimentos Viários da Índia no Afeganistão.....	124
Figura 24 – Fotografia do Edifício da Assembléia Afegã.....	125
Figura 25 – Fotografia da Hidrelétrica da Amizade Indo-Afegã.....	126
Figura 26 – Mapa dos Projetos Indianos no Afeganistão.....	128

Figura 27 – Mapa da Divisão Político-Administrativa do Baluquistão.....	129
Figura 28 – Mapa Étnico do Baluquistão.....	131
Figura 29 – Mapa do Baluquistão Britânico.....	132
Figura 30 – Mapa da Insurgência Baluque de 1973-77.....	136
Figura 31 – Mapa dos Projetos Dutoviários no Baluquistão.....	140
Figura 32 – Mapa dos Portos de Gwadar e Chabahar.....	145
Figura 33 – Mapa das Bases Militares no Baluquistão.....	146
Figura 34 – Gráfico da Violência no Baluquistão.....	148
Figura 35 – Mapa da Violência no Baluquistão.....	149
Figura 36 – Mapa dos Grupos Terroristas Baluques.....	151
Figura 37 – Mapa do Novo Oriente Médio de Ralph Peters.....	152
Figura 38 – Mapa da Integração da Eurásia.....	154
Figura 39 – Mapa das Rotas de Drogas no Paquistão.....	158
Figura 40 – Mapa do Império de Sri Vijaya.....	166
Figura 41 – Mapa do Império Chola.....	167
Figura 42 – Mapa dos Sítios Culturais e Naturais do <i>Indicus Mundi</i>	174
Figura 43 – Mapa da Viagem Comemorativa com Omã.....	175
Figura 44 – Fotografia do HAL Dornier Do-228.....	177
Figura 45 – Fotografia do MCGS Barracuda.....	178
Figura 46 – Mapa do Colar de Pérolas Chinês.....	182
Figura 47 – Mapa da Oceanopolítica da Índia.....	185
Figura 48 – Fotografia dos porta-aviões da Índia.....	188
Figura 49 – Fotografia do Submarino Nuclear Arihant.....	189
Figura 50 – Gráfico dos Gastos com Defesa.....	191

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro-síntese da Geopolítica Védica.....	38
Quadro 2 – Quadro-síntese da Geopolítica Islâmica.....	52
Quadro 3 – Quadro-síntese da Geopolítica Colonial Britânica.....	80
Quadro 4 – Quadro-síntese da Geopolítica da Índia Independente.....	109
Quadro 5 – Quadro-síntese da Geopolítica da Índia Pós-Guerra Fria.....	161
Quadro 6 – Quadro-síntese da Oceanopolítica da Índia.....	193
Quadro 7 – Quadro-síntese da Geopolítica Geral da Índia.....	195

RESUMO

REGIANI, Rafael. **Geopolítica e geoideologia da Índia: análise das ideias de Índia e seu impacto político ao longo do tempo**. 2018. 225 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Esta dissertação tem como objetivo analisar a geopolítica da Índia. Para isso dividiu-se o objeto de análise em duas variáveis: geoideologia e geoestratégia. À geoideologia corresponde a visão que se tinha do território da Índia. À geoestratégia, as ações praticadas para o manejo desse território. A periodização feita seguia aquela comumente utilizada pelos historiadores, o qual distingue três períodos históricos, conforme a religião dominante: hindu, islâmico, e colonial britânico (secular). A Índia moderna é herdeira e fruto dessas geoideologias. Analisou-se a partir daí o impacto que essas ideologias tiveram na política pós-independência, distinguindo-se entre dois períodos: Índia independente e Índia pós-Guerra Fria. A geopolítica selecionada foi aquela produzida pelos principais autores de cada período. E na ausência de autor de destaque, analisou-se a geopolítica praticada pelos governos do período em questão. Por exemplo, no período védico, britânico e independente optou-se pelos pensamentos de Kautilya, Lorde Curzon e Jawaharlal Nehru respectivamente como referência teórica. Já nos períodos islâmico e pós-Guerra Fria, escolheu-se os governos de Akbar, o Grande, e de Narendra Modi, respectivamente.

Palavras-chave: Geopolítica, Geoideologia, Índia.

ABSTRACT

REGIANI, Rafael. **Geopolitics and geoideology of the India: analysis of the ideas of India and its political impact over the time.** 2018. 225 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

This dissertation has as goal to analyse the India's geopolitics. For this, the analysis' object was divided in two variable: geo-ideology and geo-strategic. Geo-ideology corresponds to the view that it had of India's territory. Geo-strategic corresponds to the actions practiced for the handle of this territory. The periodization adopted follows that usually utilized by historians, which distinguishes three historical periods, in accord to dominant religion: Hindu, Islamic, and British (Secular). The modern India is inheritor and product of these ideologies. Thereafter it was analyzed the impact that these ideologies have in the post-independence politics, distinguishing in two periods: independent India and post-Cold War India. The selected geopolitics was that produced by the main authors of each period. In absence of a main author, it was analyzed the geopolitics practiced by the governments of that period. For example, in the Vedic, British and independent India periods the option was by the thinking of Kautilya, Lord Curzon and Jawaharlal Nehru respectively. In other hand, in the Islamic and post-Cold War India periods the choose was by the government of Akbar, the Great, and Narendra Modi respectively.

Keywords: Geopolitics, Geoideology, India

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
OBJETIVO.....	14
TEORIA E MÉTODO.....	14
JUSTIFICATIVA.....	17
CAPÍTULO 1 – GEOPOLÍTICA VÉDICA.....	18
1.1 Vida e Obra de Kautilya.....	19
1.2 Contexto Histórico-Geográfico.....	21
1.3 Lei do Peixe.....	25
1.4 Teoria do Saptanga.....	27
1.5 Teoria do Mandala.....	30
1.6 O Rei Universal.....	37
1.7 Conclusão Parcial.....	37
CAPÍTULO 2 – GEOPOLÍTICA ISLÂMICA.....	39
2.1 O Islam.....	40
2.2 Impérios Islâmicos da Índia.....	43
2.3 Escolas Islâmicas da Índia.....	49
2.4 Conclusão Parcial.....	51
CAPÍTULO 3 – GEOPOLÍTICA COLONIAL BRITÂNICA.....	53
3.1 A chegada do Secularismo.....	54
3.2 O Grande Jogo.....	55
3.3 Halford Mackinder e a Geopolítica do Império Britânico.....	59
3.4 A Fronteira Noroeste da Índia.....	61
3.5 Lorde Curzon e a Geopolítica da Índia.....	69
3.6 A Mudança da Capital.....	75
3.7 Conclusão Parcial.....	79
CAPÍTULO 4 – GEOPOLÍTICA DA ÍNDIA INDEPENDENTE.....	81
4.1 Contexto Histórico da Grande Partição.....	82
4.2 Os Pais das Nações.....	85
4.3 Delimitação da Linha Radcliffe.....	87
4.4 Consequencias e Realidade Atual.....	92
4.5 Geografia Comparada da Índia e da Itália.....	98
4.6 Nova Delhi e a Geopolítica da Índia.....	105
4.7 Conclusão Parcial.....	109

CAPÍTULO 5 – GEOPOLÍTICA DA ÍNDIA PÓS-GUERRA FRIA.....	110
5.1 Ascensão de Narendra Modi.....	111
5.1.1 Extremismo Religioso.....	112
5.1.2 Promessa de Desenvolvimento.....	114
5.1.3 Política Externa.....	117
5.2 Pashtuns: uma nação, dois lados da fronteira.....	118
5.3 Afeganistão no Século XXI.....	119
5.4 Índia e Afeganistão.....	122
5.4.1 Transporte.....	123
5.4.2 Institucional.....	124
5.4.3 Energia.....	126
5.4.4 Saúde, Educação e Outros.....	127
5.5 Geografia do Baluquistão.....	128
5.5.1 História.....	131
5.5.2 Geopolítica.....	137
5.5.3 Nova Insurgência Baluque.....	145
5.5.4 Envolvimento Estratégico.....	151
5.5.5 Geopolítica da Droga.....	156
5.6 Conclusão Parcial.....	158
CAPÍTULO 6 – OCEANOPOLÍTICA DA ÍNDIA.....	162
6.1 Introdução.....	163
6.2 História do Poder Marítimo Hindu.....	164
6.3 Economia Azul.....	170
6.4 Projeto Mausam.....	173
6.5 SAGAR Yatra.....	176
6.6 Pirataria, Disputas Marítimas e Colar de Pérolas.....	178
6.7 Modernização e Ampliação da Marinha.....	185
6.8 Poder Marítimo Indiano Atual.....	189
6.9 Conclusão Parcial.....	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	193
BIBLIOGRAFIA.....	195
ANEXO.....	202

Introdução

Começou-se por pesquisar o pensamento político-estratégico indiano. A ideia era primeiramente compreender o que os indianos pensavam acerca do espaço em que vivem, como eles se vêem no mundo, para então entender como agem no espaço, isto é, sua geopolítica.

Foi assim que chegamos a Kauṭilya, ou Cāṇakya, e sua obra *Arthaśāstra*. Passou-se a estudá-lo de maneira mais profunda a fim de conhecer seu pensamento político, com maior atenção para a sua proposta de política externa, chamada de *Raja Maṇḍala*.

Ao longo da pesquisa percebeu-se que três ideologias dominaram a Índia ao longo da história: o hinduísmo, ou melhor, as religiões védicas, para incluir também os impérios de religião budista; o islamismo; e o ocidentalismo, este último trazido pelos britânicos, disseminando valores como modernismo tecnológico, liberalismo político, e secularismo estatal.

Kauṭilya representa a primeira geoideologia da Índia. Os impérios islâmicos que ocuparam a Índia, a segunda geoideologia. E a Índia Colonial Britânica, a última geoideologia. Neste caso a leitura das obras dos principais geógrafos políticos britânicos do período analisado – Halford Mackinder, James Fairgrieve, Thomas Holdich, Charles Fawcett, e Lorde Curzon – nos permitirá desvendar a concepção geopolítica da Coroa britânica para a Índia.

A Índia independente é herdeira e produto do confronto e amalgamação dessas três geoideologias em sua formação psico-político-social. Daí o título de nossa pesquisa ser o de “Geopolítica e geoideologia da Índia: análise das ideias de Índia e seu impacto político ao longo do tempo”.

Para dar conta de todas as geoideologias que uma vez dominaram o subcontinente, teve-se de fazer um recuo temporal até aproximadamente o que se considera a Era Védica (1750 – 1200 a.C.), então a estruturação dos capítulos do trabalho ficou do seguinte modo:

- Capítulo 1 – Geopolítica Védica
- Capítulo 2 – Geopolítica Islâmica
- Capítulo 3 – Geopolítica Colonial Britânica
- Capítulo 4 – Geopolítica da Índia Independente
- Capítulo 5 – Geopolítica da Índia Pós-Guerra Fria
- Capítulo 6 – Oceanopolítica da Índia
- Anexo – Relatório de Campo

Em cada capítulo estudou-se a geoideologia dominante específica do período, e como ela influenciou na geopolítica praticada. Em adição, um sexto capítulo explora a visão que se teve do mar ao longo de cada período. Pois as mesmas geoideologias que viam a Índia de uma maneira diferente cada, também viam o mar de modo diferente uma da outra. Ao final, em anexo, o relatório de nosso trabalho de campo na Índia, em que visitamos alguns lugares de relevância histórica e política.

Objetivo

O objetivo desta pesquisa é investigar a Geopolítica da Índia. Para tal finalidade tomamos como objeto de estudo os pensadores geopolíticos mais destacados da história indiana, a fim de se investigar se historicamente constitui-se algo como uma escola indiana de geopolítica, bem como algumas questões territoriais pertinentes da Índia atual, em que o pensamento desses autores tem a oportunidade de se manifestar.

Dividiu-se o objeto ‘Geopolítica’ em duas variáveis: geoideologia e geoestratégia. A geoideologia propõe um fim a se perseguir, e a geoestratégia sugere meios para se atingir o fim proposto, daí a relação entre ambos. Da mesma forma que na Ciência o método a ser adotado depende do objetivo escolhido, na Geopolítica a geoestratégia depende da geoideologia.

Teoria e Método

O corpo teórico do presente trabalho é o fornecido por Mackinder e sua teoria do poder terrestre. Wanderley Messias da Costa conta que a Geopolítica foi definida por seus primeiros teóricos, tais como Ratzel, Kjellen, e Vallaux, como sendo um subproduto técnico da geografia política. Enquanto a Geografia Política estava mais para uma ‘ciência teórica’, de cunho acadêmico, a Geopolítica estava mais para uma ‘ciência aplicada’, que se apoderava dos postulados da primeira e imprimia-lhes um caráter mais pragmático.

O contexto que deu origem a Geopolítica no período entresséculos XIX-XX se caracterizava pelo mundo encarado como uma coisa só que atrelava todos os países ao mesmo destino, pela emergência de novas potências, como a Alemanha, e o imperialismo como relação entre Estados. Sendo assim, a Geopolítica nasceu em um contexto de guerra. Kjellen mesmo, o inventor do termo ‘geopolítica’ a chamava de ‘geografia política da guerra’ (COSTA, 2008, p. 57).

Halford Mackinder, em sua declaração geopolítica mais famosa, dizia que quem conquistasse o heartland eurasiático, terminaria por conquistar toda a massa da Eurásia, e

depois o mundo. A conquista da Índia aparecia como mera consequência da conquista da Ásia Central. Lorde Curzon, vice-rei da Índia, antes que Mackinder extraísse da história sua teoria do poder terrestre, já percebia em termos de perigo real para a Índia colonial britânica o avanço dos russos na Ásia Central, dando início ao Grande Jogo:

“Eu irei além, e dizer a absoluta transformação no cenário que provocaram as conquistas do Czar na Transcáspia, e o sinal que foi acionado pelo completar da nova ferrovia. Ele significa que o poder de ameaça, que envolve a capacidade para tomar Herat, passou das mãos inglesas para as mãos russas; que a captura russa de Herat é agora uma questão não mais de guerra quanto de tempo; e que os russos irão assim, sem esforço, vencer o primeiro palmo no grande jogo que está destinado a ser jogado para o império do oriente.” (CURZON, 1899, pp. 296-297, tradução nossa)

Nicholas Spykman reformularia a teoria de Mackinder, criando a noção de ‘rimland’, um enorme cinturão terrestre que cercaria o heartland margeando a linha de costa marítima, confinando-o no interior da Eurásia. A Índia, bem como o subcontinente indiano como um todo, se encontrava nesse cinturão anfíbio, onde os poderes terrestres e marítimos se encontravam. Contudo no contexto da Guerra Fria a opção geopolítica americana foi se aproximar do vizinho Paquistão, que com sua ideologia islâmica fazia tanto a contenção do ‘perigo vermelho’ soviético no Afeganistão quanto da Índia, aliada da URSS.

Acreditamos, então, que a teoria do poder terrestre, e suas noções elementares de heartland, rimland, etc., é quem fornece o melhor enfoque teórico para a compreensão do fenômeno da guerra entre Estados, ou de uma conjectura internacional onde a guerra é uma hipótese plausível.

Embora haja diferenças entre o atual período histórico, e o que deu origem a teoria do poder terrestre, também enxergamos similaridades o suficiente para permitir a aplicação desta teoria ao contexto atual, porque o cenário internacional contemporâneo é caracterizado pela ascensão econômica da Ásia, continente em que está localizado o heartland, e que corresponde também a maior parte da Ilha-Mundo, sendo que esse crescimento é capitaneado pela China, que Mackinder também apontava como dotada de potencial para ocupar o heartland. E obviamente o desenvolvimento econômico também traz frutos no campo político e militar, deslocando a balança do poder mundial em favor do Oriente.

Segundo Milton Santos, a análise do espaço pode ser feita dividindo-o em quatro categorias principais: estrutura, processo, função e forma (SANTOS, 2008, p.67). Um território é uma formação espacial, assim sendo sua análise pode ser feita também através destas categorias. A estrutura de um território é dada por seu quadro geográfico físico e humano; os processos em curso em um território são econômicos; a função de um território é política; e a forma de um território é definida por suas fronteiras.

Rudolf Kjellen classifica a geopolítica como um ramo da ciência política, ao lado da ecopolítica, e da demopolítica. Daí que, ao contrário de sua prima Geografia Política, que é mais Geografia do que Política, a Geopolítica é mais Política do que Geografia. A política feita, por sua vez, é algo conjuntural, relacionada à disposição das forças no ambiente estratégico, a menos que se tenha em vista objetivos maiores de longo prazo, objetivos de Estado que resistem às sucessivas mudanças de governos.

Política é a aplicação do poder, poder este que deve ser utilizado como um meio para um fim maior, que é o bem-estar da *polis*, do povo, da nação. Conforme relembra Nicholas Spykman: “Do ponto de vista ético, o poder pode ser considerado um meio, não um fim” (MATTOS, 2011, p. 209). Contudo o entendimento do que representa o bem a ser perseguido é permeado pela ideologia, uma doutrina que envolve valores, crenças, visões, etc.

Golbery corrobora desse ponto de vista ressaltando que toda Geopolítica contém: “uma doutrina, abrangendo uma metodologia também; uma perspectiva ou ‘cosmovisão’ ou ‘*weltanschauung*’; e diretrizes gerais para ação” (SILVA, 1981, p. 106).

Se a geopolítica é a “consciência geográfica do Estado” no dizer de Haushofer, a geoideologia é um “sonho geográfico de Estado”. As geoideologias podem servir de metaobjetivos quando adotadas por um Estado. Fosse possível a um Estado congregar todos os territórios que ele julgasse necessários para a realização de seu maior bem, envolvendo todos aqueles territórios em que vivem os que ele considera como sendo concidadãos nacionais seus, a exemplo da Alemanha nazista e os alemães que viviam além de suas fronteiras; todos aqueles espaços dotados de recursos naturais para a sua segurança e demanda econômica; todos aqueles espaços estratégicos para a defesa mais fácil de sua integridade territorial; todos aqueles espaços de significado espiritual, simbólico e histórico para a felicidade da nação, como Kosovo é para Sérvia, e Kiev é para a Rússia. Esse ótimo geográfico é a geoideologia. Todo projeto de se construir uma Grande Nação, tais como, por exemplo, Grande Israel (*Eretz Ysrael*), Grande Índia (*Arghand Bharat*), Grande Afeganistão (*Loy Afghanistan*), etc., é uma forma de geoideologia nacional.

Seja Geopolítica = G_p , Geoideologia = G_i , e Geoestratégia = G_e , expressamos a relação entre elas através da seguinte equação:

$$G_p = G_i + G_e$$

Quando $G_i = 0$, a geopolítica se reduz a uma geoestratégia de poder, pois que sem o fim maior da geoideologia, o poder, que é o meio para atingi-la, se converte num fim em si

mesmo. E quando $G_e = 0$, a geopolítica não passa de uma geoideologia, de uma geo-utopia, porque não se dispõe de meios para concretizá-la.

A fonte de dados será todo o material, impresso ou digital, disponível sobre o tema, incluindo-se aí livros, revistas, jornais, artigos, sites, monografias, áudio-visual, etc. Estudando a bibliografia, documentação e materiais de toda ordem existente sobre a geopolítica da Índia, pretende-se fazer um trabalho descritivo e sintético de todo conteúdo lido.

Justificativa

A importância de um trabalho como este reside no fato de que há poucos estudos sistemáticos sobre a Índia, ainda mais de um ponto de vista geográfico e geopolítico, no Brasil. Sua consecução aumentaria a nossa bibliografia escrita e os conhecimentos produzidos sobre o tema.

Se a originalidade do tema não fosse o bastante, a importância do trabalho é hoje maior porque Índia e Brasil estreitaram nos últimos anos suas relações, aparecendo frequentemente lado a lado em encontros internacionais de chefes de Estado, como no caso do Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e do Grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, e África do Sul). Um estudo mais detalhado da geopolítica da Índia serve aos interesses brasileiros, podendo identificar oportunidades de negócio e possibilidades reais de alinhamento entre as políticas externas dos dois países.

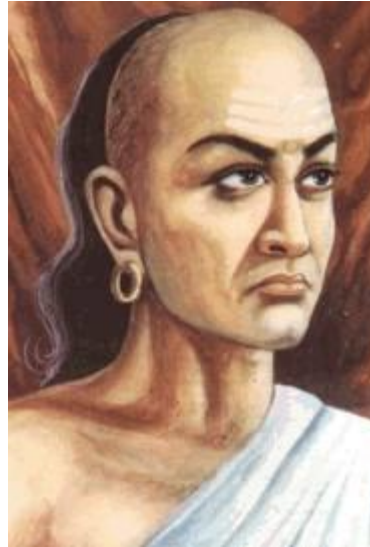
A urgência de um trabalho sobre a geopolítica da Índia moderna aumenta sabendo-se que cada geopolítica é em si particular, conforme Weigert (COSTA, 2008, p. 161). A ciência moderna ocidental visa alcançar o conhecimento universal na forma de leis científicas válidas por todo espaço-tempo. A Geopolítica, ao contrário, é um saber que nasce dentro de um contexto, sua eficácia prática está limitada a este contexto, de modo que o conhecimento geopolítico tem seus limites no espaço-tempo. A consciência geopolítica varia para cada país, de maneira que o saber geopolítico alcançado por um Estado pode não valer para outro que se vê no mundo de diferente maneira. Da mesma forma, a consciência geopolítica de cada país varia ao longo do tempo conforme o cenário internacional muda.

Só este último fato, a limitação temporal do conhecimento geopolítico, já seria o bastante para justificar a produção de um novo trabalho geopolítico da Índia moderna, porque, mesmo que já houvesse muitos trabalhos sobre o tema, a simples mudança da realidade do Sistema Internacional já invalidaria todo conhecimento produzido anteriormente e exigiria uma investigação nova.

Capítulo 1 - Geopolítica Védica

1.1 Vida e Obra

Figura 1 – Retrato de Kauṭilya



Fonte: Wikipedia – Tópico sobre Cāṇakya

Devido à antiguidade dos registros, nem todos os detalhes da vida de Kautilya (Figura 1) são conhecidos, e há diferentes versões para fatos de sua vida. Sua data de nascimento, por exemplo, é estimada como tendo sido por volta do século três antes de Cristo, havendo fontes como JOHNSON (2009, p. 174), que aponte para o século quarto. O nome do autor de *Arthaśāstra* também não é consensual, sendo conhecido, além de Kauṭilya, como Cāṇakya, ou Viṣṇugupta. Kauṭilya viria de *kutīla*, o nome da sua tribo. Cāṇakya derivaria do sobrenome de seu pai, Acarya Canak (RANGARAJAN apud KAUTILYA, 1992, p. 4), mas também há quem diga, como BATH (1998, p. 85), que é um apelido com significado de ‘tortuoso’, ‘perverso’, em alusão ao seu pensamento político cruel. O indólogo alemão ZIMMER (2012, p. 80) o chama por Cāṇakya Kauṭilya. Viṣṇugupta é identificado por alguns como sendo seu nome de nascença (RANGARAJAN apud KAUTILYA, 1992, p. 4). No último verso do *Arthaśāstra* aparece uma única vez o nome de Viṣṇugupta, permitindo a correlação¹. Outros estudiosos atestam até que Kauṭilya mesmo não existiu e o *Arthaśāstra* foi escrito por vários autores (Ibid., p. 7). Uma passagem do livro leva a crer isto². Polêmicas a parte, nesta

¹ “Tendo visto discrepâncias entre muitos lados por parte dos escritores de comentários sobre os *Sāstras*, o próprio Vishnu Gupta fez (este) *Sūtra* e comentário”. (KAUTILYA, 1915, p. 612, tradução nossa)

² “Este *Arthaśāstra* é feito como um compêndio de quase todos os *Arthaśāstras*, os quais, em vista da aquisição e manutenção do território, foram compostos por antigos professores”. (Ibid., p. 3, tradução nossa).

dissertação nos referiremos ao estrategista indiano como Kauṭilya, como consta ao final do primeiro capítulo da obra³.

O local de nascimento de Kauṭilya também é controverso. Há fontes que dizem que ele nasceu em Takṣaśilā, também chamada de Taxila, em local próximo do que hoje é a cidade de Rawalpindi, no Paquistão, enquanto que outras fontes apontam que ele nasceu em Canaka (PRAKASH, 1993, p. 4), daí também o motivo de seu nome. E sua criação e instrução foram na cidade universitária de Taxila, onde depois virou professor.

Um dia Kauṭilya, percebendo o momento delicado que vivia a Índia, decidiu que era hora de agir e abandonou o cargo de professor. Foi para a capital imperial Pāṭaliputra, onde arrumou um cargo no comitê de caridade, que tinha como função distribuir presentes e dinheiro para os necessitados, e era tradicionalmente ocupado por escolares e influentes. Dhananaṇḍa era um governante mal visto pela população, por sua índole inescrupulosa e cruel. Ele estava sempre buscando cobrar mais impostos para aumentar sua fortuna pessoal. Certo dia ele começou a não gostar de Kauṭilya, pois achava que ele não tinha boa aparência, e nem conduta e palavra finas. E Kauṭilya também evitava louvar o rei. Tudo isso resultou na destituição de Kauṭilya do cargo de presidente do comitê por Dhananaṇḍa. Expulso da corte, Kauṭilya jurou vingança, e prometeu que não reamarraria sua mecha de cabelo até o dia que derrotasse os Naṇḍa.

Kauṭilya passou a procurar alguém que reunisse as qualidades e virtudes ideais para um grande rei. Quis o destino que certo dia se encontrasse com um jovem chamado Candragupta. A biografia de Candragupta é tão obscura quanto a de Kauṭilya. O que se diz é que sua origem tinha relação com a dinastia Naṇḍa, e que os reis Naṇḍas teriam tentado eliminar a linhagem de Candragupta. Kauṭilya encontrou aí um aliado que nutria um ódio comum ao imperador, e criaram uma parceira que mudaria a história da Índia, onde Kauṭilya faria o papel de mentor, a inteligência por trás dos atos de Candragupta, que, por sua vez, cumpriria o papel de executor prático dos planos políticos de Kauṭilya. As qualidades que Candragupta possuía, como uma capacidade de liderança nata, lhe conferiam este papel. Candragupta, aliás, teria sido aluno de Kauṭilya na universidade de Taxila.

A partir daí a dupla começou sua jornada contra a dinastia Naṇḍa. A primeira investida foi tentar conquistar diretamente o núcleo do Império Naṇḍa em Pāṭaliputra, mas

³ “Este *Sāstra*, privado de desmedido engrandecimento e fácil de memorizar e entender, foi composto por Kauṭilya em termos de significado os quais foram definitivamente estabelecidos.” (Ibid., p. 8, tradução nossa).

foram rechaçados. Mudaram de planos e passaram a atacar o império a partir de suas bordas, consolidando o domínio nas beiradas do império antes de avançar na direção do centro. Para isso, com ajuda de espiões assassinaram dois sátrapas gregos, Niccosar e Philip, enfraquecendo os domínios de Alexandre, o Grande, na Índia para ali criar uma base territorial para combater os Naïndas.

A principal obra de Kauṭilya é o *Arthaśāstra*, um tratado sobre a ‘arte do Estado’, organizado em 15 livros, 150 capítulos, 180 seções, e 6000 *ślokas*⁴. Além do *Arthaśāstra*, a produção intelectual de Kauṭilya inclui o *Nītiśāstra*, em que ele discute o modo ideal de vida, e uma coleção de aforismos chamada *Cāṇakya-sutra*. No Brasil, sobre Kauṭilya, há pouca bibliografia disponível. Há apenas um capítulo do livro *Conselho aos Governantes*, publicado pelo Senado Federal, além de um pequeno livro chamado ‘*Kauṭilya, o Maquiavel da Índia*’, uma coleção de pensamentos de Kauṭilya, publicado pela Universidade de Brasília; e ambos escritos por Sérgio Bath.

O fim de vida de Kauṭilya foi trágico, como eram as histórias de assassinato, traição e conspiração que ocorriam no interior das cortes reais da época, na luta pela sucessão do poder. De acordo com textos jainistas, Kauṭilya costumava aplicar doses moderadas de veneno ao rei para que adquirisse resistência imunológica aos efeitos. Candragupta resolveu certo dia compartilhar o veneno com a rainha, que estava grávida de nove meses. Para salvar o bebê da intoxicação, Kauṭilya cortou a barriga da rainha, e assim nasceu Bindusāra, filho de Candragupta e seu sucessor no Império Maurya. A rainha, que não estava acostumada a receber as doses de veneno, não resistiu e faleceu pouco antes de dar a luz. Mais tarde, Bindusāra culparia Kauṭilya pela morte da mãe por envenenamento. Kauṭilya, decepcionado com a acusação, passou a rejeitar toda comida e bebida servidas. Bindusāra, posteriormente esclarecido da história, até retiraria sua suspeita sobre Kauṭilya, mas já era tarde para um brâmane de idade avançada resistir aos efeitos do jejum voluntário.

1.2 Contexto Histórico-Geográfico

O cenário geográfico-político que se passava no subcontinente indiano durante o nascimento de Kauṭilya era o dos ‘*Mahājanapada*’ (cerca de 600 – 300 a.C.), um período da história da Índia em que a península indostânica encontrava-se dividida em uma

⁴ N.A.: Forma de verso típica da literatura sânscrita. Os grandes épicos hindus *Mahabharata* e *Ramayama* estão escritos neste estilo.

multiplicidade de reinos, repúblicas e cidades-estados lutando pela hegemonia regional, uma realidade que era, por assim dizer, um universo multipolar, com vários pólos de poder locais competindo em um equilíbrio geopolítico frágil. Era uma realidade similar a que experimentaram outras nações na etapa de pré-unificação, como a China dos ‘Estados Guerreiros’, o Japão do xogunato, e a Europa medieval.

De todos esses estados, dezesseis deles se destacaram, e ficaram conhecidos como ‘*Solah Mahajanapada*’⁵. Ei-los: Aṅga, Aśmaka, Avanti, Cedi, Gandhāra, Kamboja, Kaśi, Kosala, Kuru, Matsya, Magadha, Malla, Pañcāla, Śūrasena, Vajji, e Vatsa (Figura 2). Entre eles, o Estado de Magadha, localizado no leste da Índia, na mesma região do atual estado indiano de Bihar, foi o que teve mais sucesso. Magadha liderou a unificação do norte da Índia em torno de um reino fundado por Bimbisāra (465 – 413 a.C.), um dos primeiros impérios da história indiana. Seu filho e sucessor Ajātaśatru (413 – 381 a.C.) foi quem fundou a cidade de Pāṭaliputra e expandiu o Reino de Magadha em império. Magadha ainda seria governada por mais uma dinastia antes de ser tomada pelos Naṅda.

Pāṭaliputra, que foi capturada dos Naṅda por Candragupta entre 322 e 324 a.C., era nessa época provavelmente a maior cidade do mundo, com mais de doze quilômetros e meio de comprimento por cerca de dois quilômetros e meio de largura, além de contar com 570 torres e 64 pórticos. Para defesa a cidade contava com um fosso de mais de 18 quilômetros de extensão e mais de 1300 metros de profundidade, além de muralhas de madeira com fendas para serem utilizadas por arqueiros. Tudo isso fazia de Pāṭaliputra uma cidade com aproximadamente o dobro do tamanho da Roma sob Marco Aurélio (BOESCHE, 2003, p. 12).

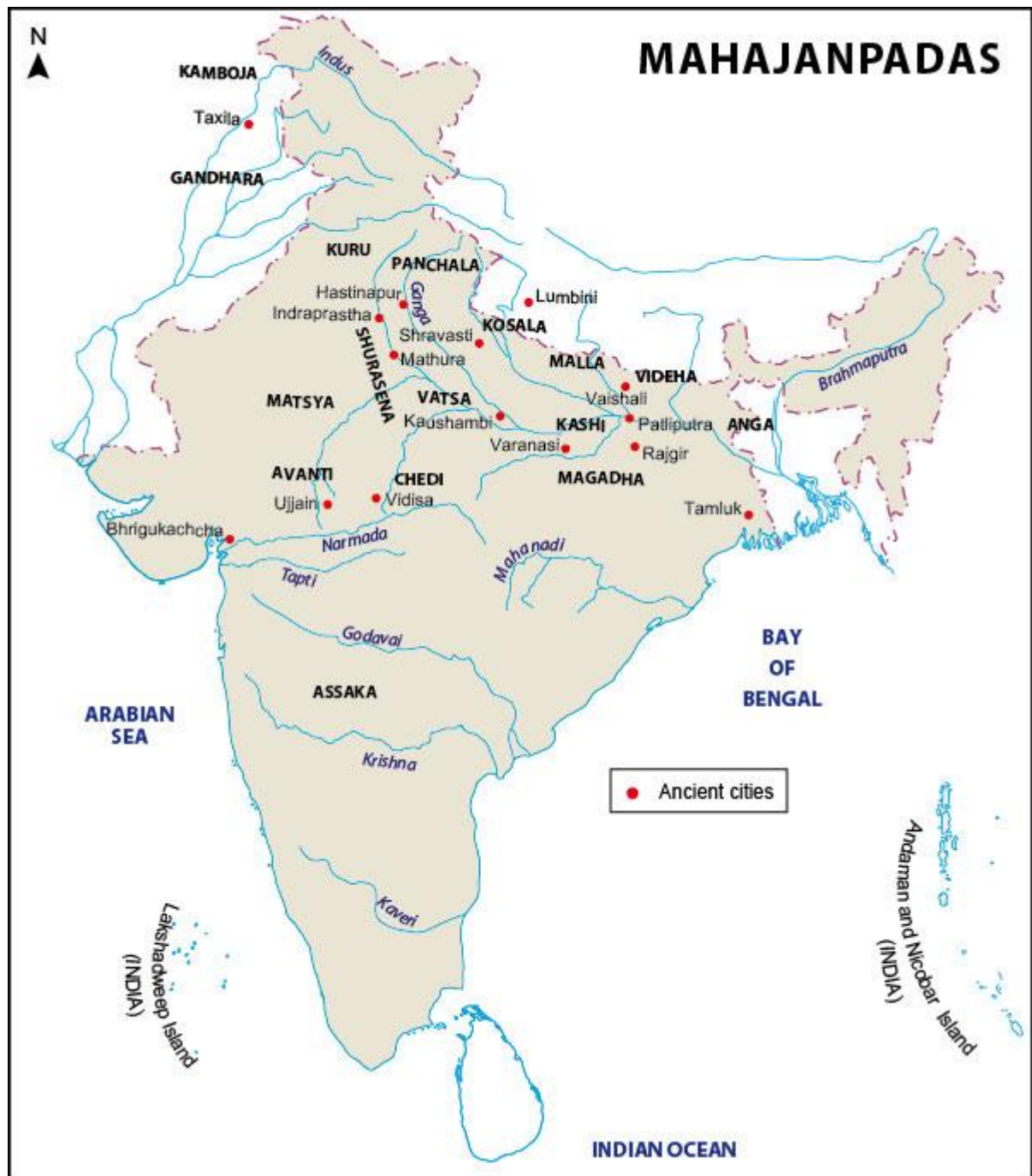
A Índia vivia sob a ‘Idade do Ferro’. Dispor de grandes reservas minerais era fundamental para o sucesso de um estado, pois da riqueza mineral dependia a fabricação de espadas, escudos, armaduras para montar um exército poderoso; e da riqueza mineral dependia a cunhagem de moedas, acumulação de um tesouro nacional, fabricação de mercadorias diversas, etc., para que surgisse uma economia forte capaz de sustentar as ambições do estado. Por isso a política de comércio exterior de Kauṭilya era privilegiar as relações comerciais com estados do sul do subcontinente, pois em geral eles dispunham de uma riqueza mineral maior. Observa o chanceler maurya:

⁵ N.A.: Solah (‘dezesseis’), Maha (prefixo de ‘grande’) e Janapada (‘território’).

Meu professor diz que das rotas terrestres, aquela que leva para os Himalaias é melhor que aquela que leva para o sul.

Não, diz Kauṭilya, porque com exceção de colchas, peles, e cavalos, outros artigos de mercado tais como, conchas, diamantes, pedras preciosas, pérolas, e ouro estão disponíveis em abundância no sul. (KAUTILYA, 1915, p. 418, tradução nossa)

Figura 2 – Mapa dos Dezesesseis Grandes Territórios



Fonte: MAPS OF INDIA

Em que pese a importância da tecnologia dos metais na época que Kauṭilya vivia, e que no *Arthaśāstra* haja até uma seção sobre metalurgia, a atividade econômica que

predominava no subcontinente era a agropastoril. Kauṭilya mesmo considerava a agricultura como atividade de maior importância, e isto explica em parte o seu territorialismo. Anexar territórios férteis que pudessem aumentar a população do império, sustentar um exército maior, incrementar os tributos reais, e até servir como instrumento de troca e negociata política era um dos objetivos da política externa que Kauṭilya sugeria a um rei conquistador.

Internamente o subcontinente se encontrava fragmentado politicamente em dezesseis territórios, correndo o risco de uma guerra civil. Externamente se via ameaçado pelos exércitos do imperador macedônio Alexandre, o Grande. Kauṭilya sentia que seu país poderia ser subjogado, e queria fazer algo para salvá-lo. A aventura de Alexandre na Índia não foi tão longe quanto se imagina. Em realidade, ele nunca chegou à Índia propriamente, no máximo ao rio Indus, no que é hoje o Paquistão. Kauṭilya observava atentamente os métodos de conquista e governança de Alexandre, enquanto que Candragupta, conhecido entre os gregos como Sandrokottos, é dito ter sido um seguidor de campo do exército de Alexandre, e que até teria se encontrado com ele e sido preso após soltar corajosas palavras.

Na Índia, a principal conquista de Alexandre foi derrotar em uma batalha o rei Purus, que governava um reino em Gandhara. Purus, após se render ao macedônio, transformou-se em vassalo do mesmo na Índia. Com sua inteligência política, Kauṭilya teria ganhado a amizade de Purus. Este último, por sua vez, teria oferecido um exército para ajudar Kauṭilya e Candragupta a derrotar os Nândas.

O auge do Império Maurya (Figura 3) se deu sob o imperador Aśoka, neto de Candragupta. Se os dois primeiros imperadores, Candragupta e Bindusāra, que foram influenciados por Kauṭilya, governaram por meio do autoritarismo e da violência, Aśoka, que não recebeu nenhum ensinamento político de Kauṭilya, interrompeu a tradição truculenta de seus antecessores, e adotou o budismo, que já era presente em seitas no Reino de Magadha, como religião oficial de seu império. As artes, a arquitetura, as esculturas com temáticas budistas⁶ tiveram grande desenvolvimento com Aśoka. Mas nem por isso o império abaixou suas armas. De acordo com Megástenes, o embaixador grego nomeado por Seleuco na corte maurya, o império contava em suas fileiras com 600 mil infantarias, 30 mil cavalarias, 8 mil bigas, e 9 mil elefantes (BOESCHE, 2003, p. 12). Foi preciso o terror realista de

⁶ N.A.: Um exemplo é o 'Capitel de Leões', símbolo de Aśoka, que hoje é o emblema oficial da República da Índia.

Candragupta, e depois, um pouco menos, de Bindusāra, para a Índia viver sob o luxo do idealismo de Aśoka.

Figura 3 – Mapa do Império Maurya



Fonte: MLADJOV.

1.3 A Lei do Peixe

Diz o provérbio ocidental que “os peixes grandes comem os pequenos”. Tal é também a concepção dos hindus acerca do universo da política e suas regras. Na Índia este adágio recebia um nome próprio de *Matsyanyāya*⁷, que em sânscrito quer dizer “lei do peixe”.

A história da Índia Antiga é um exemplo de como o fenômeno se verifica nas relações interestatais. No período conhecido por Mahajanapada o norte do subcontinente se dividia em dezesseis estados que competiam entre si. Com o passar do tempo os dezesseis estados se

⁷ N.A.: Matsya (‘peixe’) e Nyāya (‘lei’)

reduziram a quatro estados mais bem sucedidos. E por fim, dos quatro estados, um deles, Magadha, se sobressaiu e incorporou os demais, unificando o norte da Índia num único império, o Império Nanda (345 – 321 a.C.).

O geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844 – 1904) expressou o mesmo espírito da *Matsyanyāya* nas suas Leis do Crescimento Espacial dos Estados. A terceira lei diz que “o crescimento do Estado procede pela anexação dos membros menores ao agregado” (MORAES, 1990, p. 182). Enquanto que a sétima lei reza que “a tendência geral para a anexação e fusões territoriais transmite-se de Estado a Estado, e cresce continuamente de intensidade” (Ibid., p. 190). Estados poderosos se expandem em detrimento dos Estados menores, que respondem ao estímulo do medo de uma ameaça comum se unindo para resistir ao forte. Todos buscam território, e em último caso, as tensões político-territoriais entre os estados eclodem e se resolvem por meio da guerra.

A *Matsyanyāya* representa, portanto, o funcionamento de um mundo anárquico e hobbesiano em que impera a lei do mais forte. Foram os fracos que, por temor à anarquia, abdicaram de sua riqueza para concentrar poder em torno da figura de um rei em troca de proteção, fundando o Estado. A relação entre rei e povo na tradição hindu era um contrato social semelhante à relação entre marido e esposa, em que a segunda se submete ao primeiro e fornece a ele certos ‘prazeres’ em troca de proteção física. O rei tem direito de cobrar impostos, mas por outro lado ele tem o dever de promover o bem-estar de seus súditos e defender a comunidade contra agressores externos⁸.

Na política doméstica, a *Matsyanyāya* se manifesta na forma do conflito de classe, em que os membros das classes altas, na competição entre eles por status e poder, exploram os membros das classes baixas. A *Matsyanyāya* deveria ser combatida no plano interno de todas as formas, sob o risco de deterioração das relações sociais, provocando descontentamento e a ruptura do contrato social que une governantes e governados. Isso poderia ser feito através da *Daṇḍanīti*, a proposta de Kauṭilya para a política doméstica.

⁸ “Pessoas sofrendo da anarquia como ilustrado na tendência proverbial de um grande peixe engolir o pequeno [...] alocaram um sexto dos grãos e um décimo das mercadorias como direito do soberano. Alimentado por este pagamento, reis aceitaram eles mesmos a responsabilidade de manter a segurança e proteção de seus súditos, e de serem responsáveis pelos pecados de seus súditos quando o princípio de arrecadar taxas e justas punições foi violado”. – (KAUTILYA, 1915, 1.13.31-2, tradução nossa)

Na *Dandanīti* o rei deveria usar sua autoridade para punir os grandes e proteger os mais fracos, estabelecendo a harmonia social e abolindo a *Matsyanyāya*⁹. Mas no plano internacional, não havendo uma autoridade única mundial, não seria possível abolir a Lei do Peixe, que impera solta entre os Estados. SARKAR resume a teoria do Estado hindu:

1. A doutrina do *danda*, que põe um fim a *mâtsya-nyâya* entre os *praja* ou membros de um único Estado.
2. A doutrina do *Maṇḍala*, que mantém uma *mâtsya-nyâya* internacional ou a guerra civil de raças na família humana.

De uma anarquia, então, o Estado emerge só para mergulhar em outra. Este é o dilema que impregna a filosofia política dos hindus. (1919, p. 408, tradução nossa)

1.4 Teoria do Sāptaṅga

Kauṭilya enumera sete elementos como sendo a fonte de soberania dos estados: o Soberano (*Swāmī*), o Ministro (*Amātya*), o Território (*Janapada*), a Fortaleza (*Durga*), o Tesouro (*Koṣa*), o Exército (*Daṇḍa*), e o Amigo (*Mitra*) (KAUTILYA, 1915, p. 362). Seria da qualidade e da quantidade destes fatores de que depende o poderio acumulado de cada estado, bem como de suas capacidades de resistir à pressão dos demais estados, ou de pressioná-los. Por isso essa sua teoria do estado é conhecida como Teoria do Sāptaṅga¹⁰, ou dos “Sete Órgãos do Estado”.

A partir daí Kauṭilya descreve as condições ideais que cada um dos elementos deveria apresentar (Ibid., pp. 362-364). Resumidamente, o soberano deveria possuir qualidades de natureza convidativa, intelectual, entusiástica, e dono de si mesmo; o território¹¹ deveria ter, em suma, boas geografias física e humana; o tesouro deveria ser obtido justamente por herança ou aquisição, rico em ouro, prata, gemas, moedas, e resistir às calamidades de longa duração; o exército deveria ser forte, obediente, não avesso longas permanências, invencível sempre e em qualquer lugar, ter resistência, treinado em vários tipos de batalhas, capaz de

⁹ “[...] quando a lei de punição é mantida em estado jacente, ela origina tal desordem como é implicado no provérbio dos peixes; porque na ausência de um magistrado, o forte vai engolir o fraco; mas sob a proteção dele, o fraco resiste ao forte”. – (KAUTILYA, 1915, 1.4.13, tradução nossa)

¹⁰ N.A.: Sāpt (‘sete’), Aṅga (‘órgão ou membro de um corpo’).

¹¹ “Possuidor de cidades capitais tanto no centro quanto nas extremidades do reino, produtor de subsistência não só para seu próprio povo, mas também para estrangeiros em ocasiões de calamidades, repulsivo aos inimigos, poderoso o bastante para subjugar reis vizinhos, livre de traços lamacentos, pedregosos, irregulares, e desérticos, bem como de conspiradores, tigres, bestas e grandes traços de matagaias, bonito de olhar, contendo terras férteis, minas, madeira e florestas de elefantes, e pastos, artísticos, contendo passagens secretas, repleto de gado, não dependendo da chuva para água, possuidor de terra e hidrovias, rico em várias espécies de artigos comerciais, capaz de suportar o peso de um grande exército e taxaço pesada, povoado por agricultores de caráter bom e ativo, repleto de mestres e servos inteligentes, e com uma população notável por sua lealdade e bom caráter; - estas são as qualidades de um bom território.” – (KAUTILYA, 1915, 6.1.363, tradução nossa).

manejar várias armas, compartilhar com a felicidade ou lamurio do rei, e ser exclusivamente composto de soldados da casta xátria; o amigo deveria ser de alta origem, de longa data, aberto a convicção, nunca cair, e capaz de se preparar rapidamente para a guerra.

Ainda no mesmo capítulo, Kauṭilya idealiza também o que seria o pior inimigo. Ele não seria de alta origem, ganancioso, com ministros mesquinhos, com súditos desleais, sempre errando, caráter frouxo, viciado em prazeres, sem entusiasmo, rendido ao destino, indiscreto, impotente, indefeso, injurioso, etc. Obviamente, o inimigo não é considerado um elemento de soberania.

O território era considerado como um elemento de soberania importante no pensamento político de Kauṭilya. Possuir um território privilegiado em termos de extensão, recursos naturais, população, áreas produtivas, etc., era considerado mais valioso do que possuir muitos amigos ou tesouro. Porque um grande território significa fazer fronteira com muitos Estados, e, portanto, ter muita influência política sobre os vizinhos, e logo ter amigos. E um território rico e desenvolvido também é capaz de trazer muitos recursos ao rei. Já amigos e tesouro atraem-se mutuamente, isto é, amigos trazem riqueza na forma de comércio, investimentos, e ajuda, e tesouro traz amigos em busca da oferta de riqueza. Mas nenhum dos dois é capaz de trazer ganhos territoriais¹². Um exemplo de Estado Kauṭilyano hipotético pode ser visto na Figura 4.

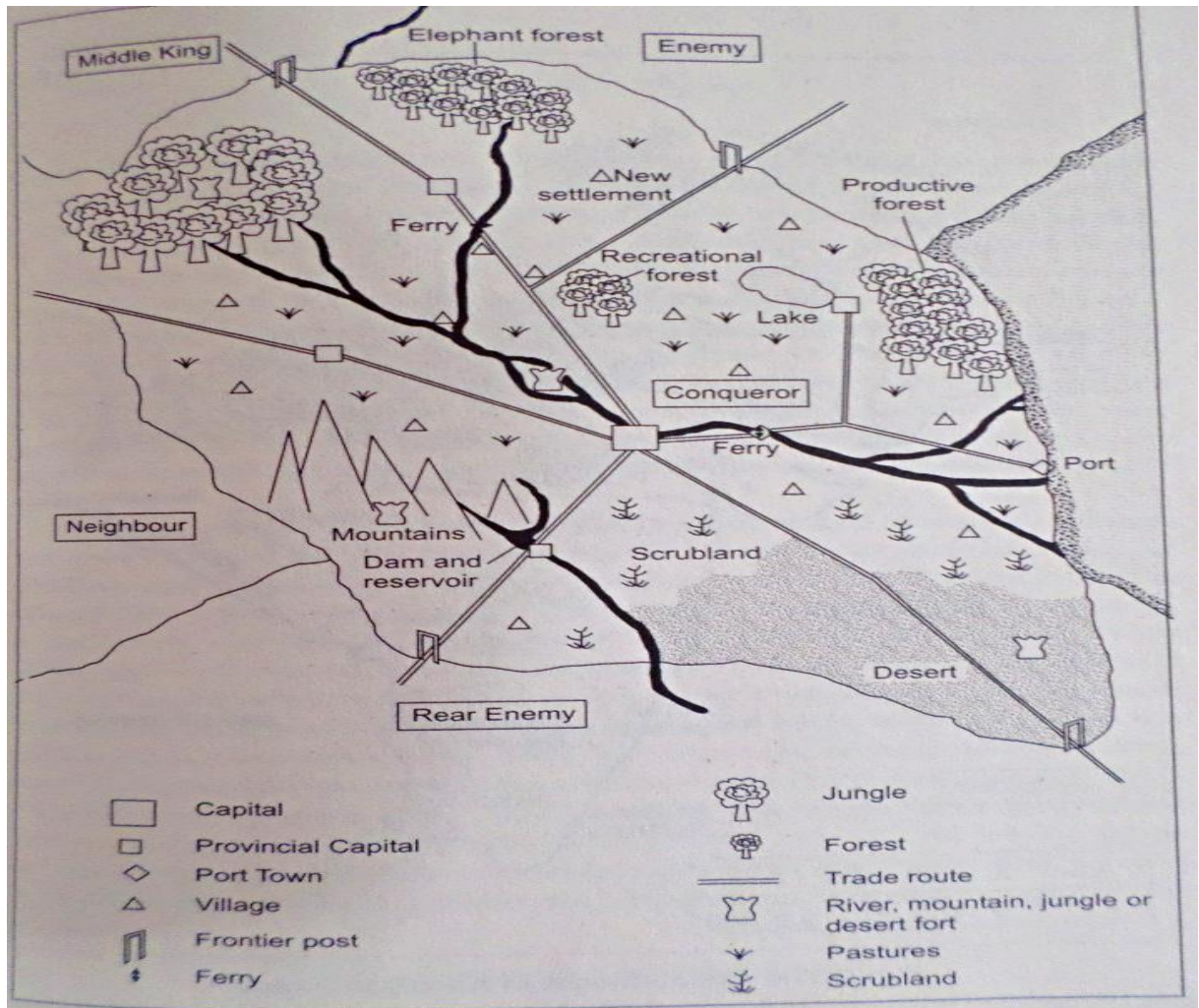
Mas o órgão mais importante do estado kauṭilyano era o soberano. Era dele que dependia o bom funcionamento dos demais órgãos. Um soberano que não cultivasse as virtudes necessárias da boa governança descritas no *Arthaśāstra*, mesmo que fosse um imperador que desfrutasse dos melhores elementos de soberania, não o saberia aproveitá-los da maneira correta, acabaria sendo derrotado por seus inimigos internos e externos, e seu reino perecendo. De outro lado, um soberano que fosse treinado na verdadeira Ciência da Política de Kauṭilya poderia conquistar toda a Terra, mesmo que iniciasse seu reino com um território pequeno (Ibid., 364-365).

A concepção de Estado de Kauṭilya é orgânica. O Estado funcionaria como se fosse um grande ser vivo que tem no soberano o órgão cerebral e mais importante desse ser. É dele

¹² "Dos três ganhos, a aquisição de um amigo, de ouro, e de território, provenientes da marcha de poderes combinados, este que é mencionado em último é melhor que um previamente mencionado; porque amigos e ouro podem ser adquiridos por meio do território; dos dois ganhos, aquele de um amigo ou de ouro, cada um pode ser um meio de adquirir o outro." – (Ibid., 7.9.404, tradução nossa).

que depende a saúde dos outros cinco órgãos. O *Mitra* é o único elemento externo ao Estado, e que, *a priori*, não depende do soberano. A amizade podia ser de dois tipos: natural e adquirida (Ibid., p. 367). Natural é quando ela deriva da rivalidade comum com um inimigo vizinho de ambos, e adquirida quando a amizade é cortejada por um estado em busca de proteção contra o inimigo mais forte.

Figura 4 – Mapa de um Estado Kauṭilyano Hipotético



Fonte: RANGARAJAN apud KAUTILYA, 1992, p. XIII.

A soberania do Estado kauṭilyano não é, portanto, um princípio jurídico igual para todos os Estados, mas um produto das relações políticas internacionais. Para um Estado ser soberano, além de ser capaz de tirar seu sustento de seus elementos internos, ele precisa de amigos. Estados que sofrem de isolamento internacional e tem poucos amigos, acabam tendo de compensar sua fraqueza externa fortalecendo seus elementos internos para manter a soberania, em geral fortalecendo o papel do *Swāmī* e do *Daṇḍa* na política nacional.

Exemplos são a Coreia do Norte dos sucessivos *Swāmī* Kim pai, Kim filho e Kim neto, e seu *Daṇḍa* que consome 40% do orçamento do país e dotado de bomba atômica; o Irã com seus *Swāmī* aiatolás e a Guarda Revolucionária como *Daṇḍa* tentando se atomicizar. A Cuba do *Swāmī* Fidel Castro. Todos são países com liderança centralizadora, enérgica, pró-ativa, que conduzem o Estado com rédea-curta, pois, hostilizados que são pelos vizinhos, não tem chance de errar, ou correm risco de ver seus adversários oportunistas aproveitando o erro para atacá-los; e todos são militarizados também. Raul Castro, que já não possui as mesmas virtudes que levaram ao poder seu irmão, e militarmente mais fraco que o Irã ou a Coreia do Norte, faz um governo caracterizado por mais abertura política e econômica, e tenta cultivar os *Mitra* que Fidel não fez. O caso do Zimbábue serve como exemplo de soberania mantida graças à amizade adquirida. *Swāmī* de um Estado fraco, o regime de Robert Mugabe só dura devido à proteção dos sucessivos governos do Congresso Nacional Africano na África do Sul.

1.5 Teoria do Maṇḍala

O *maṇḍala* é um diagrama simbólico e de natureza sagrada utilizado em rituais religiosos como uma ajuda para a visualização da deidade (JOHNSON, 2009, p. 197). Em sânscrito quer dizer círculo, disco, roda, ou anel, porque geralmente ele tem um formato circular nas bordas. A figura do *maṇḍala* pode ser descrita como constituindo de um ou mais círculos concêntricos desenhados no interior de uma forma ortogonal. Dentro de cada anel há quadrados bordados. Os quadrados são atravessados por linhas diagonais, dividindo-os em quatro triângulos. E no interior de cada triângulo é colocado um círculo, além de mais outro no centro, totalizando cinco círculos internos (BAFNA, 2000, p. 32).

Associada com elementos tântricos do hinduísmo e budismo, o *maṇḍala* é uma representação bidimensional do cosmos divino. Da mesma forma, um templo pode ser entendido como um *maṇḍala* tridimensional. Os dois círculos principais retratam a oposição de forças cósmicas entre a ignorância e o conhecimento, a escuridão e a luz. Durante a meditação, o observador do *maṇḍala* coloca em contato com o metacosmo divino o seu protocozmo interior. Por meio de uma série de operações ritualizadas atinge-se um estado de transe. Quanto maior a concentração atingida, mais próximo o meditador fica de fundir a sua consciência com aquela do universo, atingindo a transcendência, e superando o mundo limitado dos sentidos e alcançando a verdade supramundana.

Figura 5 – Fotografia de uma Maṇḍala religiosa hindu



Fonte: LACMA

O *maṇḍala* geopolítico de Kauṭilya, também chamado de *Raja Maṇḍala*¹³, teve como inspiração o *maṇḍala* religioso. Sendo um brâmane, e filho de um professor, Kauṭilya desde cedo aprendeu os Vedas e enxergava o mundo a partir dessa visão védica da realidade. Do formato circular do *maṇḍala* sagrado ele tirou a disposição circular das alianças entre estados; a figura da divindade no centro do *maṇḍala* é substituída pela da realeza; a oposição de forças cósmicas dá lugar ao antagonismo de estados; e se no *maṇḍala* tântrico o fiel busca estados superiores da consciência, eventualmente fundindo o seu Eu com o Eu divino dependendo do grau de concentração atingidas, no *Raja Maṇḍala* o conquistador busca ‘transcender’ os limites da sua esfera, e, conforme o sucesso obtido nas batalhas, pode se tornar o Imperador Universal, se tornar um *Cakravartin*, isto é, transformar a Humanidade toda em sua esfera de governo.

Elementos predecessores da Teoria do Maṇḍala já podem ser encontrados nos textos sagrados védicos do *Mahabharata*, do *Manusmrit* e do *Agnipurana* que sem dúvida fizeram parte da educação doutrinária que Kauṭilya recebeu. O mérito dele, de acordo com ZAMAN, não foi inventar o *Raja Maṇḍala*, mas sistematizá-lo (2006, p. 236).

A teoria do Maṇḍala parte do pressuposto de que Estados vizinhos são inimigos naturais, e que os vizinhos do outro lado, pelo mesmo motivo, também o são. Em outras

¹³ N.A.: Raja (‘rei’, ‘reis’) é um substantivo masculino invariável no singular ou plural. Raja Maṇḍala pode ser traduzido como ‘Maṇḍala Real’, ‘Maṇḍala do Rei’, ‘Maṇḍala de Reis’.

palavras, o inimigo do meu inimigo é meu amigo (BOESCHE, 2003, p. 18). Kauṭilya considera que um Estado vizinho deva ser tomado como inimigo hipotético, pois os exércitos de sua época não eram capazes de percorrer grandes distâncias. Não havia ainda mísseis intercontinentais ou bombardeiros com grandes horas de autonomia de voo. As guerras eram travadas em escala regional. Então, era mais provável que um Estado sofresse um ataque vindo de um de seus vizinhos.

É um princípio universalmente aceito que os vizinhos são mais propensos ao ciúme, à inveja, à intriga, e à agressão (ZIMMER, 2012, p. 94). A grama do vizinho é sempre mais verde do que a nossa. Nossa percepção tende a superestimar as qualidades dos demais ao mesmo tempo em que subestimamos os nossos pontos fortes, e isso nos faz pensar que os vizinhos estão sempre mais bem preparados que nós. É uma distorção benéfica da realidade, pois é melhor se superpreparar contra uma ameaça falsa, do que cometer o erro contrário – superestimar suas forças, e subestimar os adversários – sob o risco de acomodar-se e ignorar um perigo real. A intriga, a provocação, a ofensa entre vizinhos acaba sendo o modo pelo qual nos defendemos e desconstruímos essas falsas impressões que criamos no interior da mente, e que nos tornam reféns delas, para criar no lugar outra percepção menor de quem parecia ser maior. Assim, é mais provável que um rei se envolva em problemas com seu vizinho do que com um monarca distante.

Dois reis primários são reconhecidos no *Raja Maṇḍala*: o conquistador (*vijigīṣu*), que ocupa o centro do *Raja Maṇḍala*, e o vizinho inimigo imediato (*ari*), que se encontra no primeiro anel, envolta do círculo central do *vijigīṣu*. Dependendo da relação que mantém com um dos dois reis, aparece o rei amigo (*mitra*), que será ‘amigo do conquistador’ se ocupar a vizinhança imediata do *ari*, ou ‘amigo do inimigo’, se for vizinho do ‘amigo do conquistador’ pelo anel externo. Por fim um terceiro grupo de reis aliados surge na vizinhança externa dos reis amigos do *vijigīṣu* e do *ari*: o ‘amigo do amigo do conquistador’, e o ‘amigo do amigo do inimigo’ (KAUTILYA, 1915, p. 366). Poder-se-ia expandir o sistema infinitamente em círculos de reis *mitra* e *ari*, sucessivamente se alternando na ordem dos anéis, até virtualmente abarcar o mundo todo.

Completando o *Raja Maṇḍala*, o mesmo sistema de alianças que o Conquistador depara à sua frente repete-se em sua retaguarda. Seu vizinho imediato do lado diametralmente oposto ao *ari* é o ‘inimigo de trás’ (*pārṣṇigrāha*), seguido pelo ‘amigo de

trás’ (*ākranda*), depois pelo ‘amigo do inimigo de trás’ (*pārṣṇigrāhāsārā*), e por fim pelo ‘amigo do amigo de trás’ (*ākrandāsāra*).

Outros dois reis especiais também são reconhecidos: um ‘mediatório’ e outro ‘neutro’. O rei mediatório (*madhyama*) é tal que seu estado compartilha fronteiras tanto com o conquistador quanto com seu inimigo, sendo capaz de ajudar qualquer um dos lados e, ao mesmo tempo, se resguardar sozinho deles. Por sua vez, o rei neutro (*udāsīna*) tem as mesmas características do *madhyama*, ou seja, é capaz de desequilibrar um confronto tomando parte em favor tanto do conquistador, quanto do inimigo, e inclusive do próprio mediatório, ou de se defender sozinho de qualquer um dos três anteriores. A diferença do *udāsīna* é que ele governa um estado que não faz fronteira com nenhum outro da região do *Raja Maṇḍala*.

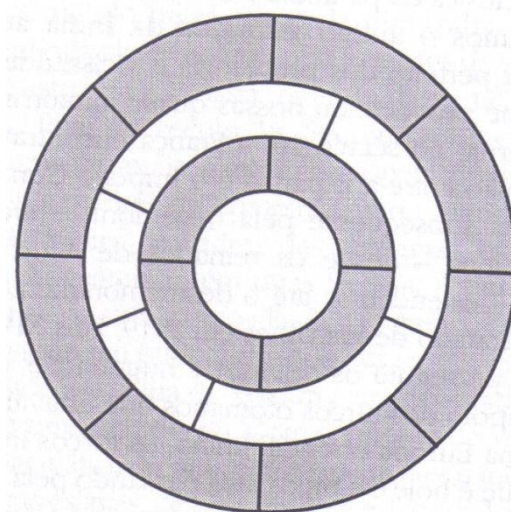
Aplicando-se o modelo abstrato do *Raja Maṇḍala* ao conflito indo-paquistanês, vemos como ele permite compreender o sistema de alianças firmadas ao longo da história do conflito. A Índia é o *vijigīṣu*, ocupando o centro do *Raja Maṇḍala*; o Paquistão é o *ari*, o ‘inimigo natural’ da Índia; o Afeganistão e o Irã, por terem fronteiras em comum com o Paquistão são os reis *mitra*, os ‘amigos naturais’ da Índia; o Bangladesh é o ‘amigo de trás’ do Paquistão; a China, que tem fronteiras em comum com a Índia e o Paquistão é o *madhyama*; e os EUA, que são externos à região, são o *udāsīna*.

E mesmo se aplicarmos o *Raja Maṇḍala* kautiliano a conflitos fora do subcontinente indiano, o modelo elaborado pelo estrategista hindu se encaixa com a realidade, sugerindo sua validade universal enquanto teoria geopolítica. Na Segunda Guerra Mundial, a Alemanha nazista era o ‘conquistador’; a União Soviética, o ‘inimigo natural’; o Japão, o ‘amigo natural’, por ser um vizinho inimigo da URSS em comum com a Alemanha; a Itália fascista era o ‘amigo de trás’ da Alemanha; Reino Unido e França eram os ‘amigos do inimigo’ da Alemanha, ou ‘amigos naturais’ da URSS; e os EUA eram o ‘rei neutro’, pois se localizavam fora da Ilha-Mundo eurasiática.

Além do *Raja Maṇḍala*, há outro conceito geoestratégico explicitado no *Arthaśāstra*: o Círculo de Estados. Um Círculo de Estados seria composto pelo ‘conquistador’, seu ‘amigo’, e o ‘amigo do amigo’. Da mesma forma, o ‘inimigo’, o ‘amigo do inimigo’, e o ‘amigo do amigo do inimigo’ formam outro Círculo de Estados. Há, então, no interior de cada Círculo de Estados um total de 3 reis, cada um com seus 5 elementos de soberania (Ministro, Território, Fortaleza, Tesouro e Exército), totalizando 18 elementos no interior do Círculo. E os reis ‘mediatório’ e ‘neutro’ também possuem seus respectivos Círculos de Estados. Assim,

são, ao todo, 4 Círculos de Estados primários, 12 reis (*vijigīṣu*, *ari*, *madhyama*, *udāsīna*, e seus amigos), 60 elementos de soberania, e 72 elementos de Estado (Ibid., pp. 367-368). Tudo isso deve ser levando em conta no cálculo geopolítico antes de o Conquistador iniciar sua guerra. E assim que a medição comparativa de forças for feita e a guerra planejada em todas suas possíveis consequências, o Conquistador deve atacar seu inimigo, ou permanecer aguardando silenciosamente a melhor ocasião para começar¹⁴.

Figura 6 – Ilustração da Raja Maṇḍala



Fonte: ZIMMER, 2012, p. 93

A estrutura geopolítica do *Raja Maṇḍala* pode ser considerada como multipolar (CHANDRASEKARAN, 2006, p. 11). A existência de doze tipos de reis, cada um com seu papel no sistema e todos sendo considerados como potencialmente úteis, já que a guerra total implica que nenhuma amizade pode ser desperdiçada para se alcançar a vitória, favorece uma maior partilha do poder global entre estados. Inclui a existência de um rei com poder intermediário, como o *madhyama*, significa que Kauṭilya não é um apologista da unipolaridade da superpotência conquistadora, mas reconhece a importância das potências médias no desenrolar da grande guerra global entre Estados.

Contudo a multipolaridade do *Raja Maṇḍala* não deve ser confundida com a defesa de algum tipo de *balance-of-power* entre potências. O modelo geopolítico de Kauṭilya não visa a buscar um equilíbrio de poder entre Estados e a paz global. É claramente um modelo voltado à produção do desequilíbrio e da guerra, com um rei conquistador e ambicioso ocupando o

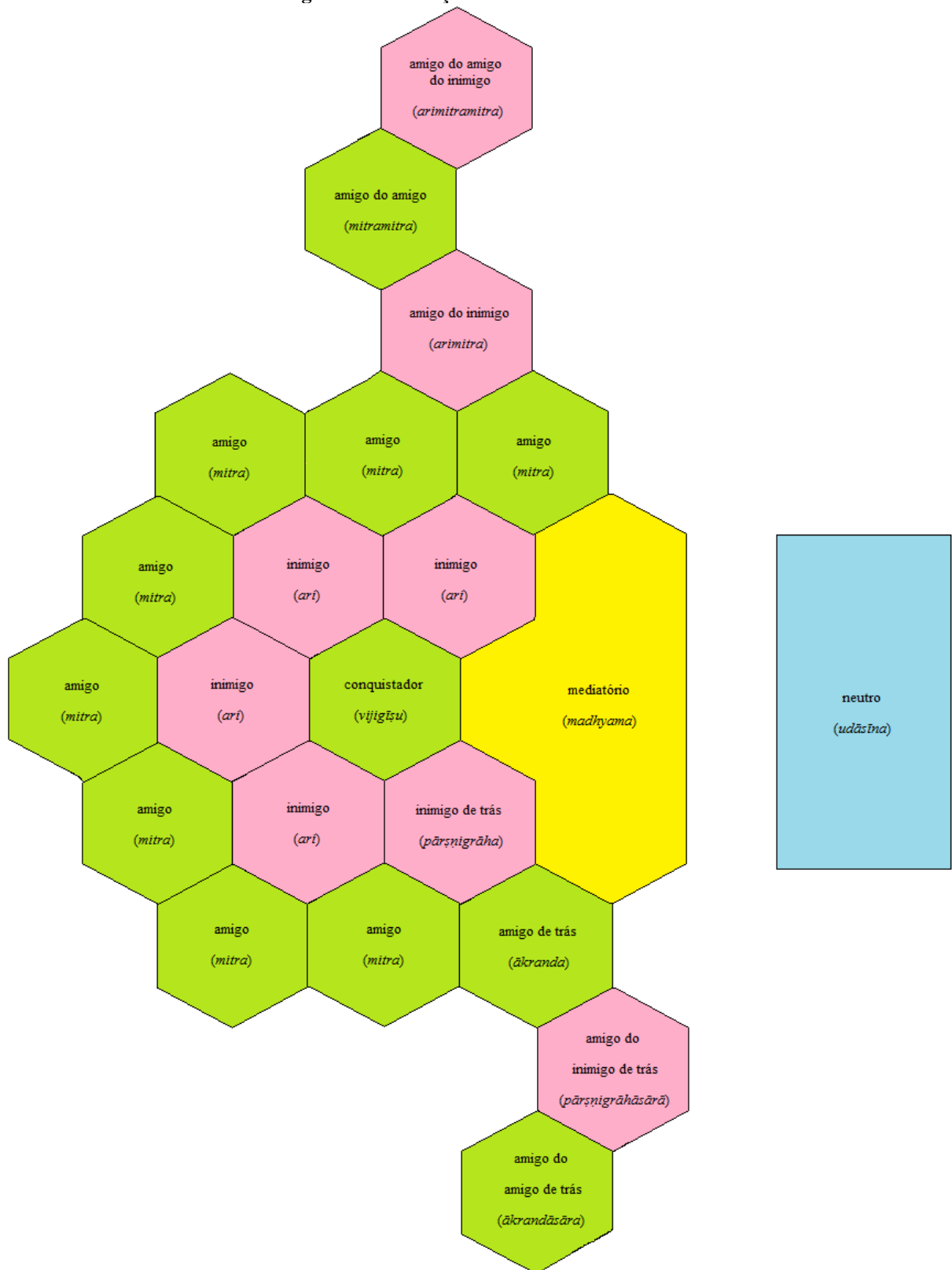
¹⁴ “O conquistador deveria conhecer a força e fraqueza comparativa dele e de seu inimigo; e tendo averiguado o poder, lugar, época, tempo de marchar e de recrutar o exército, as consequências, a perda de homens e dinheiro, e lucros e perigo, ele deveria marchar com toda sua força; de outro modo, ele deveria manter-se quieto.” – (Idem, Ibidem, 9.1.490, tradução nossa).

centro do sistema, conquistador este que, pela própria definição de Kauṭilya, já tem mais poder que seus rivais. É por isso que um autor como BOESCHE (2003, pp. 18-19) discorda de outros, como SARKAR (1919, p. 401) e CHANDRASEKARAN (2006, p. 13), que veem no *Raja Maṇḍala* uma teoria do *balance-of-power* na Antiguidade.

Porque a geoestratégia por trás do Círculo de Estado não é a de que estados rivais se armem igualmente, e, como num sistema de pesos e contrapesos, as forças se anulem e haja estabilidade internacional, mas sim que o *vijigīṣu* some suas forças com as do *mitra* e, ao mesmo tempo, divida as forças do *ari*, que teria de combater em duas frentes, desequilibrando a correlação de forças em favor do Círculo de Estados do *vijigīṣu*.

MODELSKI também não vê em Kauṭilya a defesa de um *balance-of-power*, e classifica o *Raja Maṇḍala* como um modelo bicêntrico frouxo de sistema internacional (1964, p. 554). Bicêntrico porque o alinhamento dos estados se dá basicamente em torno de dois polos: o conquistador ou seu inimigo. Mas frouxo porque, embora o *Raja Maṇḍala* para existir exija apenas aqueles dois tipos de reis, a possibilidade da existência de outros dois reis – o mediatório e o neutro – relativizam a necessidade de alinhamento em torno dos dois primeiros.

Figura 7 – Ilustração do Círculo de Estados



Fonte: Elaboração própria

1.6 O Rei Universal

Contrastando com a multipolaridade do *Raja Maṇḍala* está a unipolaridade do ideal do *Cakravartin*, que exprime a crença em um rei de qualidades superiores que governará a humanidade toda, encerrando a *Matsyanyāya* e estabelecendo a paz perpétua no mundo.

Em sânscrito *Cakravartin* quer dizer ‘possuidor da roda que gira’ (ZIMMER, 2012, p. 102)¹⁵, uma referência talvez à roda da carruagem real. Na Índia Antiga as fronteiras entre os reinos eram flexíveis. Reis soltavam seus cavalos para pastorear, e até onde seus cavalos fossem, livres para ir até onde quisessem e protegidos por ginetes, era considerado domínio do rei (Ibid., pp. 103-104). O *Cakravartin* é aquele cuja carruagem real puxada por seus cavalos engloba o planeta. O mundo todo é seu campo de pastoreio.

Uma vez que o *Cakravartin* unificaria todas as nações em um único império mundial, a política internacional acabaria. Restaria apenas a política doméstica de administrar esse grande império de acordo com os ensinamentos preconizados no *Arthaśāstra*. E através da *Daṇḍanīti* kautiliana o *Cakravartin* seria capaz de abolir a *Matsyanyāya*.

O *Cakravartin* é o eixo central em torno do qual gira o universo. Todos os reis estão para ele como os raios da roda estão para o centro. Em reconhecimento de sua supremacia moral todos os reis do seu *Maṇḍala* se prostam a ele. Supremacia moral que também faz com que seja capaz de conduzir seus exércitos aos horizontes mais longínquos possíveis. Suas tropas são sempre bem-vindas. E com elas o *Cakravartin* põe um fim à luta incessante entre estados beligerantes, liderando uma campanha de unificação da Terra (Ibid., pp. 101-102).

1.7 Conclusão Parcial

O mérito da Teoria da Sāptaṅga é fornecer uma teoria geral do Estado na Antiguidade. Enumerando os elementos que constituíam o Estado Antigo, ela permitia estimar o poder estatal de cada reino por meio da análise da qualidade de cada elemento de soberania. O fim era servir de instrumento de inteligência na campanha de guerra do rei conquistador, permitindo-lhe identificar quais eram os reinos mais fracos para atacar.

Ao inserir um elemento externo, no caso o Amigo (*mitra*), como um elemento fundamental de soberania, Kautilya cria um conceito de soberania relacional, em que a

¹⁵ N.A.: Cakra (‘roda’) e vṛt (‘girar’, ‘rotar’)

soberania de um Estado não é absoluta, senão relativa aos demais Estados da *Maṇḍala* geopolítica de que ele faz parte.

O *Raja Maṇḍala*, como um modelo de amizade espacial, permite compreender a natureza dos laços políticos entre Estados na antiguidade e mesmo na modernidade. Sua complexidade política a torna mais adequada para a análise de alianças em continentes em que haja muitos estados, como a Europa, a Ásia e a África, ou os Estados na fase prévia da unificação, como a Índia dos ‘Dezesseis Grandes Territórios’ (*Solah Mahajanapada*).

Apesar de ser um realista, ou até um hiperrealista, quanto à prática da política, o *Raja Maṇḍala*, enquanto formulação teórica e abstrata, recebeu uma clara influência das ideias religiosas hindus, como um reflexo da educação de Kautilya e da casta que ele pertencia, mais do que da observação direta da realidade geopolítica. Ele acreditava que, da mesma forma que havia uma ordem sagrada dos deuses hindus na figura do *Maṇḍala* religioso, essa ordem celestial se repetiria aqui na terra na forma de uma ordem espacial entre reis, onde o conquistador era o rei favorecido pelo tempo.

A teoria do *Sāptaṅga* complementa a do *Maṇḍala*, oferecendo sete itens a serem fortalecidos pela política interna para evitar fragilidades internas dos estados emergentes que possam ser exploradas pelos inimigos, sete itens que também são os fatores de que depende o êxito da política externa kautiliana.

Quadro 1 – Quadro-síntese da Geopolítica Védica

Identidade: A Índia é Hindu		
Geopolítico	Geoideologia	Geoestratégia
Kautilya	Raja <i>Maṇḍala</i>	As Seis Políticas

Capítulo 2 – Geopolítica do Islam

2.1 O Islam

Muhammad, quando fundou, o Islam enfrentava uma realidade marcada pelo predomínio do paganismo entre os árabes, além da existência de minorias cristãs, judaicas, e zoroastristas. Questionado quanto à veracidade de sua revelação em sua cidade natal, Makka, pela tribo dos Coraixitas, Muhammad migrou para a cidade de Al-Madinah (até então chamada Yathrib), num episódio conhecido como Hijra – e que marca o ano zero do calendário islâmico –, e em Al-Madinah fundou uma pequena comunidade muçulmana, entre os anos de 622 e 632 da era atual. Diante dessa realidade de resistência inicial à nova fé, a Constituição do proto-Estado islâmico de Al-Madinah prezava pela necessidade de convivência entre a minoria muçulmana e a maioria descrente (CAMPANINI, p. 250). Contudo, a expansão primeira do Islam foi por meio das armas, como quando Muhammad retornou e tomou a cidade de Makka dos Coraixitas, e posteriormente por meio do proselitismo (RODINSON, p. 24). Os versos do *al-Qur'ân*, o livro sagrado do Islam, refletem esse clima de violência e hostilidade inicial que Muhammad enfrentou.

O *al-Qur'ân* exalta os muçulmanos a formarem uma comunidade (*umma*) cujo vínculo entre os crentes seria a fé islâmica: “E que seja formada de vós uma comunidade, que convoque ao bem, e ordene o conveniente, e coíba o reprovável. E esses são os bem-aventurados.” (ALCORÃO III:104). Essa comunidade, por sua fé verdadeira, seria superior a todas as outras, incluindo a do povo do Livro, isto é, a Torá e a Bíblia, ou seja, a comunidade dos judeus e a dos cristãos respectivamente: “Sois a melhor comunidade que se fez sair, para a humanidade: ordenais o conveniente e coibis o reprovável e credes em Allah. E, se os seguidores do Livro, cressem, ser-lhes-ia melhor. Dentre eles, há os crentes, mas sua maioria é perversa.” (ALCORÃO III:110)

Entre os muçulmanos e os não crentes do Islam, a relação no interior da *umma* seria a de aliança ou clientela. Judeus, cristãos, e zoroastristas seriam tolerados, pois também compartilham com os muçulmanos a crença básica no Deus único, Allah, e dispõem de um livro sagrado. Teriam de pagar apenas uma taxa básica de proteção chamada *jizya*, uma espécie de direito de hospedagem no interior da *umma*. Por outro lado, os pagãos e politeístas não teriam alternativa no interior da comunidade senão a conversão à fé islâmica, ou encarar a espada. (CAMPANINI, p. 250)

A *umma* é uma comunidade supranacional que une todos os muçulmanos independentemente de origem, raça, gênero, ou classe social. Não é uma comunidade

territorial como um Estado, então não tem fronteiras. Ela abrange todos os muçulmanos onde quer que eles vivam. Em realidade, desde a morte de Muḥammad a *umma* esteve dividida territorialmente entre vários Estados muçulmanos. De acordo com Maxime RODINSON:

A comunidade (*oumma*), idealmente formada pelos crentes, devia constituir um lugar de mobilização para a realização da utopia ao mesmo tempo que para o serviço de Deus, para a manifestação organizada do respeito e da devoção que lhe são devidos.

Em teoria, ela deve mobilizar permanentemente para a realização terrestre da utopia, e depois para a manutenção da utopia quando esta for suposta estar realizada. Ela constitui como que um exército, em princípio mobilizado na sua totalidade (1993, p. 83)

Seu líder político é o Califa, o sucessor legítimo de Muḥammad, apesar de que haja divergências entre os muçulmanos sunitas e xiitas quanto a quem seria esse sucessor por direito.

O Direito islâmico (*sharia*), que rege a *umma*, não segue a mesma lógica dos sistemas jurídicos desenvolvidos no Ocidente, cuja fonte do Direito seria a razão do Estado em legislar sobre si próprio. A *sharia* é derivada da religião, e não da tradição de um determinado povo, ou da razão-de-Estado. Pois no Ocidente se buscou historicamente separar a religião dos assuntos mundanos na construção da ordem terrena, enquanto que o Islam não separa a religião das demais esferas da vida humana, almejando erigir uma ordem divina na humanidade. Os limites de aplicação das leis também diferem. No Ocidente ele se restringe às fronteiras nacionais. No Islam, as leis são personalistas e as soluções dadas por determinado membro de uma escola jurídica também podem ser replicadas em membros da mesma escola jurídica onde quer que eles estejam, seja no Egito, no Iraque, ou na Índia. (QUESADA, pp. 215-9)

O mundo segundo o credo islâmico fora criado por Allah, um Deus único que, por ser seu criador, também é seu senhor. O mundo pertence a Allah: “Louvor a Allah, o Senhor dos Mundos.” (ALCORÃO II:2), o que inclui naturalmente a Índia, sendo parte deste mundo. O muçulmano deve combater as falsas religiões, e estender a autoridade de Allah, por meio de seu representante terreno, o Califa, ao mundo todo: Dize: “Ó Allah, Soberano da soberania! Tu concedes a soberania a quem queres e tiras a soberania a quem queres. O bem está em Tua mão. Por certo, Tu, sobre todas as cousas, és Onipotente”. (ALCORÃO III:26). Então, uma vez todos os povos convertidos ao Islam e unificados na *umma* sob a autoridade de Allah, haverá a paz na terra: “Senhor nosso! Por certo, és Tu Quem juntarás a humanidade, em um dia indubitável. Por certo, Allah não falta à promessa”. (ALCORÃO III:9)

O muçulmano tem cinco deveres básicos dentro do Islam: *shahada* (confessar que não existe outro deus senão Allah), *salat* (orar cinco vezes por dia), *zakat* (imposto de caridade), *sawm* (jejum no mês do Ramadã), e *hajj* (peregrinação a Makka). Além destes frequentemente adiciona-se a *jihad* como mais um compromisso assumido pelo muçulmano. *Jihad* significa ‘esforço’, mas um esforço no caminho de Deus, que pode assumir, mas não necessariamente, um caráter militar de uma ‘guerra santa’, como inadequadamente se costuma afirmar, uma ‘luta em nome de Deus’ contra os pagãos. (ANTES, pp. 49–66)

A primeira e mais importante *jihad* é aquela que o muçulmano trava no interior de sua alma, uma luta do bem contra o mal, uma luta contra a tentação do pecado. Al-Ghazali (1058 – 1111), renomado pensador islâmico, declara sobre a natureza da *jihad*:

O conhecimento do Espírito é muito difícil, pois não existe na religião uma via mestra para atingi-lo. A religião não impõe a necessidade de conhecê-lo, sendo a religião luta (espiritual) (*mujahada*) e conhecimento dos elementos característicos da (reta) orientação (*hidaya*), como disse – louvado seja Ele! – o Altíssimo: ‘Aqueles que lutarão (*jahadu*) zelosos por Nós, Nós os guiaremos pelos Nossos caminhos (Corão XXIX:69). Quem não exercita (*lam yajtahid*) um autêntico esforço (*ijtihad*) não pode chegar ao conhecimento da verdadeira realidade do Espírito. O primeiro fundamento da luta (espiritual) (*mujahada*) é o conhecimento dos exércitos do coração; porque ao homem, se não conhece estes exércitos, não se destina a ‘guerra santa’ (*jihad*) (AL-GAZALI apud CAMPANINI, p. 251)

Em segundo lugar vem a *jihad* exterior, uma guerra que é feita para proteger a *umma* de uma agressão, ou para expandi-la. E os guerreiros que morrerem em combate em nome da fé islâmica serão recompensados com o paraíso, mesmo que tenham pecado em vida: “E, em verdade, se morrerdes ou fordes mortos, em combate, a Allah sereis reunidos” (ALCORÃO III:158).

Essa *jihad* exterior deve ser dirigida principalmente contra os idólatras pagãos, os adoradores de imagens que renegaram o Islam por não considerarem que Allah enviou comprovações suficientes suas através do *al-Qur’ân*, e que estarão condenados ao Inferno (*Gheena*): “Lançaremos o terror no coração dos que renegam a Fé, por haverem associado a Allah o de que Ele não fez descer comprovação alguma. E sua morada será o Fogo. E que execrável a moradia dos injustos!” (ALCORÃO, III:151)

O ALCORÃO (II: 190-194) deixa claro a gravidade que a idolatria representa para o Islam, algo pior do que um homicídio, sendo um dever do fiel combatê-la.

190. E combatei, no caminho de Allah, os que vos combatem, e não cometais agressão. Por certo, Allah não ama os agressores.

191. E matai-vos, onde quer que os acheis, e fazei-os sair de onde quer que vos façam sair. E a sedição pela idolatria é pior que o morticínio. E não os combatais nas imediações da Mesquita Sagrada, até que eles vos combatam nela. Então, se eles vos combaterem, matai-os. Assim é a recompensa dos renegadores da Fé.

192. E, se eles abstiverem, por certo, Allah é Perdoador, Misericordioso.

193. E combatei-os, até que não mais haja sedição pela idolatria e que a religião seja de Allah. Então, se se abstiverem, nada de agressão, exceto contra os injustos.

194. O Mês Sagrado pelo Mês Sagrado, e, para as cousas sagradas, o talião. Então, a quem vos agredir, agredi-o de igual modo, como ele vos agrediu. E temei a Allah e sabeis que Allah é com os piedosos.

O Direito islâmico prático (*fiqh*) divide o mundo em dois campos opostos: ‘casa do Islam’ (*dar-ul-Islam*) e ‘casa da guerra’ (*dar-ul-Harb*) (ANTES, p. 63). Como Islam significa ‘paz’, *dar-ul-Islam* é a casa da paz, isto é, onde a ignorância e a violência que prevalece na casa dos pagãos foi eliminada, e, em seu lugar, instaurada a paz e a ordem islâmica, e os crentes da fé islâmica podem professar sua religião livremente, sem sofrerem constrangimento dos pagãos. A *jihad*, portanto, é um recurso para a defesa da *dar-ul-Islam* contra o avanço da barbárie pagã, ou para a expansão geográfica do Islam, levando à iluminação aos pagãos, retirando-lhes do estado de violência (*dar-ul-Harb*), e incorporando-os a *dar-ul-Islam*. E para este fim deve mobilizar os recursos da *umma*. Mesmo que a guerra esteja sendo conduzido por um determinado Estado islâmico, muçulmanos de qualquer nacionalidade (*watan*) podem e devem lutar pela causa do Islam.

2.2 Impérios Islâmicos da Índia

Historiadores como Jaswant Singh criticam as expressões ‘invasões islâmicas’, ‘era islâmica’, e congêneres, para denominar o período situado entre o declínio do poderio hindu e a chegada dos europeus ao subcontinente. Argumentam que não faz sentido chamar de muçulmanos os exércitos invasores de árabes, persas e turcos, enquanto que para portugueses, holandeses e ingleses, se distingue por nacionalidade ao invés de chamá-los todos de ‘invasores cristãos’, ‘Índia cristã’, etc. (SINGH, p. 14). Essa indefinição entre religião e nacionalidade como critério para designar os conquistadores históricos da Índia representa a seu ver uma arbitrariedade pouco científica.

Jawaharlal NEHRU também critica essa mesma divisão da história alegando que essas mudanças de senhores afetaram a Índia apenas de um ponto de vista administrativo das elites, mas que no ponto de vista da vida do cidadão comum pouco mudou, no sentido que hindus continuaram com suas crenças e hábitos mesmo sob o domínio islâmico ou britânico.

O tríptico, como chama o historiador David Arnold, é uma visão tão popular da história, que já virou senso comum, além de ser bem presente nas ideologias nacionalistas hindus (METCALF, p. 28). Essa periodização da história da Índia dividida em três fases – uma grande civilização hindu, seguida por despotismo decadente islâmico, e uma era de esclarecimento trazida pelo colonizador britânico – é bem semelhante às visões mais populares que se tem sobre a história ocidental, comumente dividida entre uma civilização gloriosa romana, uma idade das trevas cristã, e uma era das luzes trazida pelo Iluminismo.

Ainda que a crítica seja pertinente, não se entrará nessa discussão, pois este trabalho não é de natureza historiográfica. Manter-se-á a noção de uma ‘Índia Islâmica’ para se compreender a geopolítica construída por esses povos nesse período. Se, como diz Nehru, apenas a alta esfera da sociedade indiana foi afetada pelas mudanças entre uma ‘era védica’, ‘era islâmica’, e ‘era britânica’, então justifica-se a adoção dessa divisão da história, pois a geopolítica opera apenas entre os círculos superiores do Estado.

Quando da chegada do Islam à Índia, ele se deparava pela primeira vez com uma civilização pagã. Era posta em prática a geopolítica da conversão, que visava a destruir o poder pagão, um poder aparente, existente apenas na visão dos idólatras e suas crenças em falsos deuses, e instaurar o poder islâmico, o real poder, em seu lugar. Para demonstrar a veracidade de sua força, os exércitos muçulmanos destruíam os templos hindus, como forma de aterrorizar os descrentes e fazê-los aceitar a superioridade do Islam. Assim, os alvos da rapina eram templos que possuíam um valor estratégico na imbricada relação entre política e religião na Índia.

A primeira invasão muçulmana da Índia foi perpetrada pelos árabes no Sindh. Apenas três décadas depois de Muḥammad conquistar Makkah, uma expedição por terra contra a cidade de Debal, em 662 d.C., fracassa, provocando a morte de muitos muçulmanos. Cinquenta anos depois uma expedição de vingança comandada por Mohammad bin Qassim, primo do governador do Iraque, sucede e conquista o Sindh, matando em batalha seu rei Raja Dahir. O domínio árabe do Sindh durou pouco, e quando Bin Qassim foi chamado de volta ao Iraque, o filho de Raja Dahir rapidamente recuperou o Sindh.

Essa incursão por terra, havia sido precedida por uma tentativa de invasão por mar, em 636 d.C., apenas 4 anos após a fundação do Islã, em que três expedições para Thana, Gujarat e Sindh foram repelidas. Isto se desconsiderado o contato comercial e pacífico. Neste caso, graças a natureza mercantil e navegante dos árabes, e ao caminho natural alimentado pelos

ventos monçônicos entre as duas penínsulas, o primeiro encontro da Índia com o Islam se deu na Costa do Malabar, onde a mesquita de Cheraman Juma, no distrito de Thrissur, em Kerala, disputa com aquela de Debal a honra de ser o primeiro templo islâmico do subcontinente.

O geógrafo perso-islâmico Al-Istakhri escreve em 951 d.C. sobre o principado árabe-islâmico de Multan:

Há um ídolo [aqui] mantido em grande veneração pelos hindus e todo ano pessoas das mais distantes partes realizam peregrinação para ele... quando os indianos fazem guerra contra eles e tentam tomar o ídolo, os habitantes trazem-no para fora, fingindo que vão quebrá-lo e incendiá-lo. Após isto os indianos se retiram, de outra maneira eles destruiriam Multan.” (SINGH, p. 3, tradução nossa)

Contudo, se nas planícies e desertos do Sindh, relevos como os encontrados na Península Arábica, que os muçulmanos conheciam bem, seus exércitos conquistavam vitórias em cima dos infiéis, o mesmo não se pode dizer das montanhas. Em meio à cordilheira do Hindu Kush, na região do atual Afeganistão, havia os reinos de Cabul e Zabul, governados por reis da dinastia hindu Shahi, cuja resistência anti-islâmica durou até 1026 d.C, tornando-os personagens do folclore islâmico. (SINGH, p. 4)

Após os árabes, foi a vez de os afegãos, sob a liderança de Mahmud de Ghazni, atacar a Índia, anexando a porção ocidental do subcontinente ao seu império. A vítima das tropas foi a cidade de Kannauj, capital de um reino hindu. Kannauj era “uma cidade muito grande, consistindo de sete fortalezas, com um total de 10.000 ‘casas de ídolos’, na qual enorme tesouro foi coletado”. Em apenas um dia “os ‘ídolos’ foram destruídos; os ‘infiéis’, ‘adoradores do sol e do fogo’, fugindo, foram perseguidos pelos muçulmanos, e grande numero deles foram mortos” (ECK, p. 88, tradução nossa)

Não cabe no escopo deste trabalho enumerar todos os sítios sagrados hindus saqueados e demolidos pelos invasores muçulmanos, mas no mapa da Figura 8 destacam-se alguns lugares historicamente mais relevantes para que se tenha uma noção. Na mesma figura destaca-se ainda algumas cidades em que obras-primas da arquitetura indo-islâmica foram construídas por soberanos muçulmanos. Mesmo sem representar toda a realidade, o mapa da Figura 8 deixa transparecer que a maior parte da destruição de complexos religiosos hindus se deu no norte da Índia. A razão é que, como os invasores muçulmanos entravam na Índia pelo norte, esta região era afetada primeiro. No sul da Índia a herança arquitetônica hindu e jainista foram melhor preservada, pois os exércitos muçulmanos, quando chegavam à porção meridional do país, já estavam desgastados pela guerra travada no caminho, e tinham menos

força para lutar, conquistar e destruir. O mapa da Figura 8 deixa isso claro quando aponta que o extremo sul da Índia não chegou a cair sob o domínio de mogóis ou turcos.

Apesar da distribuição espacial variada, o que estudiosos do período sustentam é que os templos alvos não eram escolhidos por acaso. De acordo com o historiador Andre Wink, os invasores “certamente eram familiares com a geografia sagrada hindu. Os principais sítios religiosos foram facilmente identificados e tomados em série no primeiro quarto do século XI” (ECK, p. 88, tradução nossa). Já Richard Eaton afirma que templos hindus eram dessacralizados para propósitos políticos: “para deslegitimar e extirpar dinastias indianas derrotadas”, para “tornar as imagens impotentes”. Era a relação de um rei local com um sítio geográfico particular e um complexo religioso que tornava um templo um alvo, a fim de minar o poder de seus patronos. (ECK, p. 89, tradução nossa)

Após essa primeira investida do Islam na Índia no século VII d.C., uma nova incursão islâmica na Índia se daria apenas no século XIII, porém essa mais duradoura e marcante, com o Sultanato de Delhi, e em seguida o Império Mogol.

Diferentes motivações entre as duas determinaram também a diferença nos resultados obtidos. Os árabes chegaram à Índia como parte de um processo de expansão geográfica de seu poder. Já tinham uma base territorial sólida no Oriente Médio e queriam aumentá-la, incorporando novas áreas. Por isso precisavam da conversão de populações pagãs ao Islam, pois a religião era a fonte de seu poder. De outro lado, os turcos chegaram a Índia após seus centros de poder terem sido destruídos em confronto com os exércitos mongóis e foram em busca de uma nova base territorial para reconstruírem seu poder. Por isso, quando chegaram à Índia, suas necessidades eram mais políticas do que religiosas, e para serem aceitos pelos nativos sabiam que precisavam tolerar a diferença religiosa que existiria entre governantes e governados. O Sultanato de “Delhi iniciou no mesmo estágio civilizacional em que Bagdá e Bukhara estavam quando deixaram de existir” (RAFIQI, pp. 39-40, tradução nossa)

Por essa necessidade de convivência da elite islâmica com os súditos hindus, os conceitos conflituosos de *dar-ul-Islam* e *dar-ul-Harb* foram trocados em favor do conceito de ‘*sulh-e-kul*’ (‘paz com todos’), desconhecido do pensamento islâmico de alhures. A Índia passou a ser considerada, então, como *dar-ul-Amn* ou *dar-ul-sulh* (‘Casa de Conciliação’, em árabe), que significariam uma região de paz, de coexistência pacífica com aqueles que não aceitam a fé de Muḥammad, mas seguem outros credos e crenças. (WASEY, p. 53) Essa conciliação era precisa, pois com os turco-islâmicos tendo de combater a resistência dos

príncipes rajputs na Índia e ao mesmo tempo os mongóis em suas fronteiras, ganhar a aceitação e apoio popular era uma condição para que os sultões de Delhi consolidassem seu poder. (Ibid., p. 56)

O auge dessa política de coexistência pacífica das comunidades se deu sob o governo de Akbar, o Grande (1556 – 1605). Akbar removeu leis discriminatórias contra hindus, dando-lhes os mesmos direitos dos muçulmanos, suspendeu a obrigatoriedade de pagar a *jizya*, bem como permitiu que hindus servissem no exército mogol. Pelo interesse que nutria pelas correntes filosóficas indianas, chegou a fundar uma nova religião para si, chamada de *din-i ilahi*, ou ‘Fé divina’, misturando essencialmente elementos do islamismo com o hinduísmo, e que logo foi adotada também por outros membros da corte. Para os nobres adeptos da fé, a figura de Akbar não era apenas a do mestre real, mas também o guia espiritual. E em sua corte recebia para debates líderes religiosos de várias denominações: brâmanes, mestres yogis, jainistas, zoroastristas, jesuítas católicos portugueses, e muçulmanos das mais diversas orientações (METCALF, p. 43).

Além da tolerância religiosa e do sincretismo cultural, a indigenização do império se deu pela absorção da elite indiana na corte mogol. Akbar iniciou o costume de se casar com esposas hindus, e sem obrigá-las a se converter. Após um tempo podia-se encontrar na elite reinante mogol pessoas de origem da Ásia Central, Pérsia, muçulmanos indianos, hindus rajputs, brâmanes e maratas. A ideologia unificadora do império não era a religião islâmica, mas a lealdade a figura do imperador por meio de formas culturais persianizadas. (METCALF, p. 41)

A herança pluralista de Akbar foi continuada pelos imperadores seguintes de modo que na “época de Bahadur Shah mais sangue indiano corria nas veias dos mogols e muçulmanos indianos do que sangue iraniano ou turânico e eles usavam inteiramente o complexo sócio-cultural local” (WASEY, p. 57, tradução nossa). O intercâmbio cultural e a adaptação aos costumes nativos foram tanta que para muitos indianos o Império de Akbar nem mesmo é considerado como forasteiro, senão como uma dinastia nativa indiana. (NEHRU, p. 358)

A ironia da história é que aqueles que se gabavam de sua superioridade moral-religiosa e foram para a Índia com o intuito de destruí-la e saqueá-la, o que era o caso dos árabes, afegãos e persas, não conseguiram conquistá-la e anexá-la aos seus impérios. Podem ter vencido batalhas, mas não consolidaram sua autoridade sobre o subcontinente indiano.

Apenas foram capazes de dominar a Índia aqueles que relaxaram seus padrões morais islâmicos, e se deixaram influenciar pela religião e costume dos nativos, o que era o caso dos turcos e mogóis.

Hindu é um termo de origem persa. Os indianos chamavam o rio Indus de Sindhu. Contudo, o idioma persa, que faz muito uso de consoantes aspiradas, corrompia a pronúncia de Sindhu para Hindu, e assim os habitantes daquela terra localizada para além do rio eram por eles designados Hindus. Seu país, então, passou a ser conhecido pelos muçulmanos como Hindustão, topônimo que agrega o termo Hindu com o sufixo persa de lugar ‘*stan*’, tão comum em outros países muçulmanos.

Inicialmente significando “a pátria dos hindus”, o termo Hindustão mudou de significado após a invasão e conquista desta terra pelos exércitos muçulmanos, passando a referenciar pelos muçulmanos indianos um império construído e governado por muçulmanos a partir do Forte Vermelho (*Lal Qila*, em urdu), em Delhi.

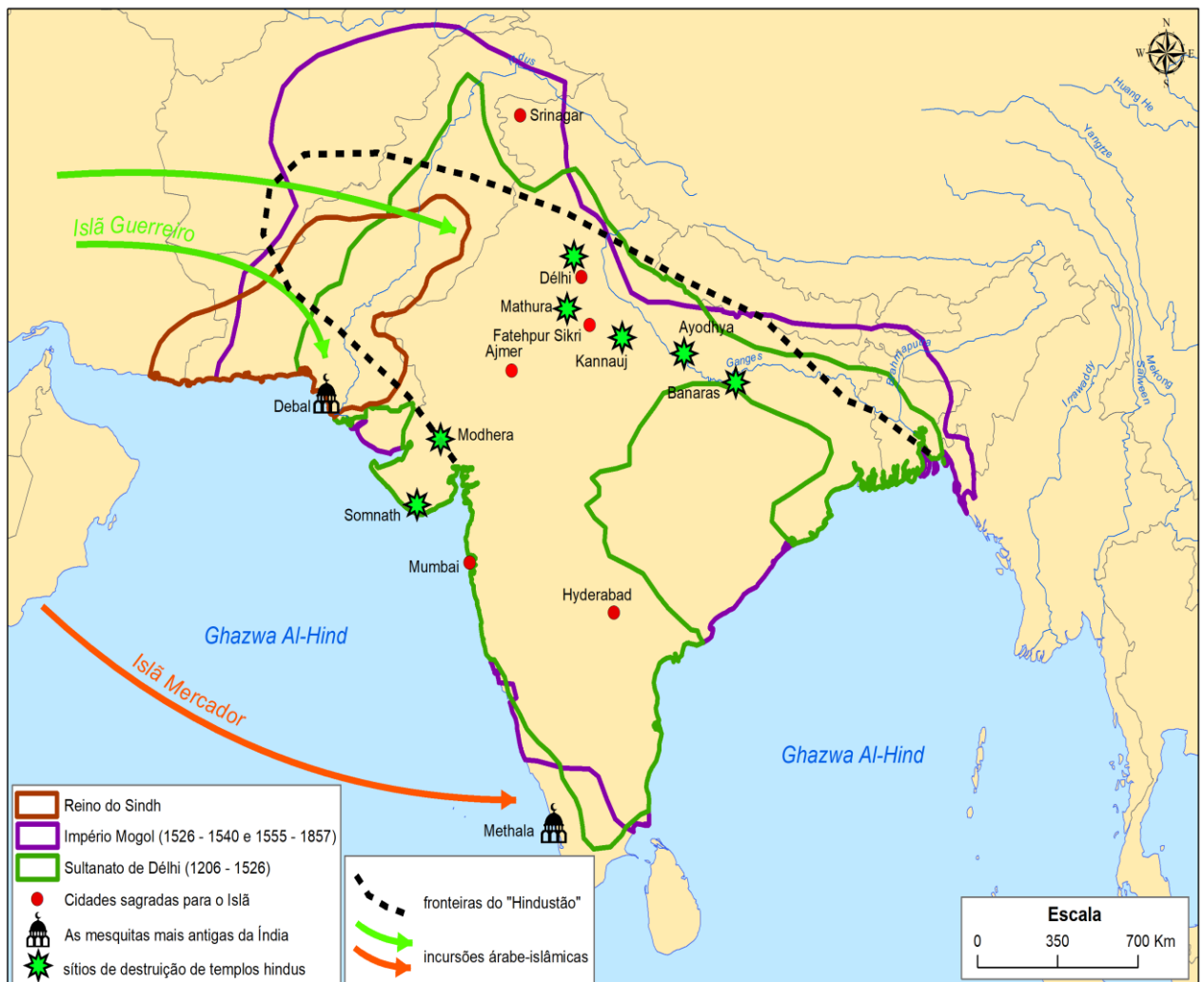
A ideia do domínio central do Hindustão existia havia seis séculos quando as tropas britânicas despachadas pelo Lorde Wellesley, sob o comando do Lorde Lake entraram no Forte Vermelho em 1803. Para nativos, bem como estrangeiros, esta era uma terra e suas sedes políticas estavam localizadas no Lal Qila construído por Shah Jahan (RAY apud ECK, p. 502, tradução nossa)

O muçulmano desterritorializado, que botava a fé islâmica acima de sua pátria (*watan*), uma vez estabelecido na Índia, lá se transformou em contato com a religião nativa e gerou uma nova cultura. Essa cultura indo-islâmica tinha seu próprio espaço de reprodução material e simbólica, o Hindustão, que, mesmo após o fim dos impérios islâmicos da Índia, continuou existindo nas mentes de seus descendentes.

Hindustão era a terra natal, *watan*. Suas cidades, muitas das quais foram construídas por dinastias muçulmanas, evocavam um senso de orgulho, pertencimento, e mesmo paixão. Al-Hind, a terra que Akbar governava, era descrita não como um império setentrional fragmentado, mas como um todo: “a terra do Hindustão, de Kandahar até o mar do sul, de Kambhayit até o mar de Bengala, irá possuir sua influência [...] Diz-se que esta noção exata do que ‘Hindustão’ significava o império governado do norte da Índia persistiu, mesmo quando o império não. (ECK, p. 93, tradução nossa)

No mapa da Figura 8 pode-se observar que os limites do Hindustão descritos no trecho citado acima, quando projetados sobre os limites dos impérios islâmicos da Índia, são, grosso modo, os mesmos. O Hindustão é um espaço do imaginário muçulmano criado após o domínio islâmico da Índia, do qual hoje sobra apenas seu patrimônio histórico-arquitetônico, mas que ainda é adotado como *watan* pelos muçulmanos indianos.

Figura 8 – Mapa da Índia Islâmica



Fonte: Elaboração própria.

2.3 Escolas Islâmicas da Índia

As tradições islâmicas se dividem em duas vertentes. Uma possui um estilo persa, e é praticada no norte da Índia, mais especificamente no Punjab, Gujarat, Bihar e Hyderabad; já a outra tradição é a de um Islam imbuído do estilo e idioma locais, que predomina em regiões como o Sindh, Rajastão, Caxemira, Bengala, Tamil Nadu e Costa do Malabar. (SINGH, p. 20)

Essa tradição perso-islâmica, muito ligada aos conquistadores e soberanos islâmicos que governaram a Índia, sofreu um declínio após o fim da Rebelião dos Sipaios de 1857, que selou definitivamente o Império Mugal. Derrotados, desprovidos do poder, e sob a batuta de seus novos mestres britânicos, o desejo dos muçulmanos de recuperarem sua antiga glória deu surgimento a movimentos reformistas do Islam até então praticado na Índia.

As mudanças que o Islam indiano sofreu lhe deram uma orientação mais ortodoxa. Pensadores reformistas passaram a pregar que o declínio do poderio islâmico se deveu aos desvios que os muçulmanos cometeram ao absorver e misturar práticas e costumes dos hindus aos seus. Era preciso depurar o Islam indiano de suas impurezas adquiridas dos infiéis para que ele retomasse sua força. Assim o Islam indiano também pode ser dividido entre as correntes que surgiram no ápice dos impérios islâmicos, de tendências sincréticas, daquelas que nasceram na fase de declínio mogol, de inclinações mais ortodoxas.

Entre as primeiras escolas do Islam indiano estão as de natureza esotérica, como a do Sheik Ahmad Sarhindi (1564 - 1624), que defendia uma versão sufista e introspectiva baseada nos ensinamentos do *al-Qur'ān*, da *hadith* e do *Naqshabandi*.

Há ainda os muçulmanos ahmadiyyas. Adeptos do Mirza Ghulam Ahmad (1835 - 1908), são muçulmanos que seguem não apenas a Muḥammad, mas também outros profetas admirados da humanidade, como Buda, Krishna, Zoroastro, etc., o qual eles consideram como mensageiros de Allah. Essa corrente sincrética surgiu no século XIX no Punjab, lócus de encontro do Islam com o Hinduísmo, que já havia gerado outras crenças mistas como o Sikhismo. Mas, enquanto o Sikhismo está mais próximo do Hinduísmo do que do Islam, os ahmadiyyas estão mais para o Islam do que para o Hinduísmo. Ahmad revelava que Cristo não morrera na cruz, mas havia sido resgatado por um grupo de fiéis, fugido da Palestina para a Caxemira, e vivido lá como uma pessoa comum até a morte. Sem o sacrifício de Cristo, não poderia haver sua ressurreição, o que significava que outra pessoa com os atributos de Jesus apareceria um dia, e essa pessoa seria ele, Mirza Ghulam Ahmad. (ALI, p. 69)

Entre as segundas correntes estavam os deobandís, como eram chamados os seguidores do Seminário Deoband. Fundado em 1867, na cidade de Deoband, sua doutrina era inspirada na tradição de Shah Waliullah (1703 - 1762), voltada para a arte de sobrevivência em um mundo que os muçulmanos não detinham o poder.

Outra corrente revivalista eram os barelvis, escola que teve início na década de 1880. Os barelvis seguiam os escritos de Ahmad Reza Khan (1856 – 1921), natural da cidade de Bareilly, a qual emprestou seu nome ao movimento.

A contradição dos ortodoxos é atribuírem a queda do Império Mogol à interpenetração cultural do Islam com o hinduísmo, quando a história mostra que o auge do poderio mogol foi sob a condição de heterodoxia e diversidade religiosa, e que sua decadência iniciou quando a

política imperial se tornou menos tolerante no governo de Aurangzeb, distanciando a elite do povo.

2.4 Conclusão Parcial

A geopolítica do Islam foi de conquista territorial, destruição de lugares sacros hindus, construção de lugares sacros islâmicos por cima deles e conversão da população por meio de programas sociais ou vantagens na corte. Em que pese o Islam tenha erguido formidáveis edificações na Índia, tais como fortes, mesquitas, mausoléus, jardins, etc., – inclusive uma delas, o Taj Mahal, se tornou o maior símbolo arquitetônico do país – e que não deixam dúvidas do poder islâmico na Índia, o saldo de sua contribuição nesse campo é anulado pela destruição em mesmo grau que o Islam provocou na Índia sobre templos hindus.

A contribuição do Islam para a Índia se deu mais no nível político-administrativo. O Estado descentralizado que caracterizava o Império Maurya foi substituído por uma forma de governo mais centralizadora e autocrática, absorvida do estilo da cultura real perso-islâmica, como o praticado pelo Imperador Akbar, o Grande. O Islã foi capaz de unificar as elites indianas, mas não o povo.

Se é verdade que os invasores muçulmanos islamizaram a Índia, também é verdade que o Islam foi indianizado pelos nativos. A contribuição indiana ao islam foi extirpá-lo de seu espírito guerreiro jihadista, tornando-o uma fé mais pessoal e pacífica. Além disso, o universalismo do Islam foi reterritorializado, isto é, reenraizado em um espaço delimitado com o qual a religião se identifica e pratica suas crenças. O Islam foi tornado uma religião locativa, como o hinduísmo. As práticas do Islam indiano se restringem ao Hindustão e só fazem sentido dentro dele.

Assim a Índia freou a expansão do Islam. Foi a indianização do Islam que afastou a Indochina da *jihad*, permitindo que essa região continuasse com sua cultura budista. Quando os impérios islâmicos da Índia estavam em seu auge, poderiam ter utilizado o Hindustão como uma base territorial para uma nova expansão geográfica do Islam mais a leste. Contudo, a cultura sufista difundida nesses impérios enfraqueceu o ímpeto expansivo do Islam guerreiro. Por outro lado, a Indonésia, que isolada do Oriente Médio pelo Oceano Índico não foi alvo de investidas do Islam guerreiro, o foi do Islam mercador, que, inserindo-a na economia-mundo islâmica, a converteu de sua cultura original hindu e budista para a da religião de Allah.

O Islam fez da Índia um país plural. Que outro reúne entre seu povo religiões de natureza dhármica e abraâmica convivendo lado a lado? Nos países ocidentais predominam apenas as religiões abraâmicas (judaísmo, cristianismo, e islamismo) na preferência da população – cristianismo na Europa e islamismo no Oriente Médio, exceto Israel, que professa o judaísmo –, ao passo que nos países orientais prevalecem as religiões dhármicas, no caso o budismo.

Sem o Islam a Índia seria um país menos diverso religiosamente e perderia parte de seu encanto. Ela seria um país majoritariamente hindu, com pequenas minorias jainistas, budistas e sikhs, que, no final das contas não passam de heresias do hinduísmo, e a ele se assemelham. Aliás, este último, o sikhismo, sem o Islam, sequer existiria. O mesmo se pode dizer dos parsis, que só emigraram para a Índia após a invasão árabe-islâmica do Irã.

Quadro 2 - Quadro-síntese da Geopolítica Islâmica

Identidade: A Índia é Islâmica		
Geopolítico	Geoideologia	Geoestratégia
Árabes, afegãos, persas	Índia como 'Casa da Guerra' (<i>dar-ul-Harb</i>)	Guerra de Conversão, dessacralização de templos hindus
Sultanato de Delhi, Império Mogol	Al-Hind, Hindustão, Índia como 'Casa da Conciliação' (<i>dar-ul-sulh</i>)	Guerra de Conquista, construção de templos islâmicos

Capítulo 3 – Geopolítica Colonial Britânica

3.1 A chegada do Secularismo

Para os britânicos a Índia não existia como um país. Era uma criação artificial deles. A Índia era muito mais uma região, um subcontinente, do que um Estado, uma pátria, habitada por um povo. Índia basicamente era um topônimo utilizado pelos britânicos para designar um agregado de territórios por eles conquistado e administrado. Esse ponto de vista é bem expresso por Sir John Strachey. Em uma palestra preparatória dada na Universidade de Cambridge, em 1888, para futuros servidores britânicos na Índia, ele levanta a questão:

O que o nome Índia realmente significa? A resposta que tem sido dada mais de uma vez soa paradoxal, mas é verdadeira. [...] Não há tal país, e este é o primeiro e mais essencial fato que pode ser aprendido sobre a Índia. Índia é um nome, o qual nós damos a uma grande região incluindo uma multiplicidade de diferentes países. Não há termo indiano geral que corresponda a ele (ECK, pp. 61-62, tradução nossa).

A Índia era como a Europa, que não é mais do que um subcontinente da Eurásia. Não existe um país Europa, ou um povo chamado europeu. São várias nacionalidades – franceses, alemães, italianos, etc. – morando nessa área. Assim também era a Índia, povoada pelos povos punjabis, bengalis, marathas, etc., conforme as palavras do mesmo Strachey:

A Escócia é mais parecida com a Espanha do que Bengala é parecida com o Punjab... Não há países na Europa civilizada cujos povos diferem tanto quanto um bengali difere de um sikh, e a língua de Bengala é tão ininteligível em Lahore quanto ela seria em Londres (ECK, p. 62, tradução nossa)

O conceito de nação dos europeus era baseado na língua. Cada povo falante de uma língua diferente formava uma nação, a qual deveria corresponder um Estado, sendo essa a origem do Estado-nação moderno, em que os limites do Estado coincidiam com os limites da nação. Como no subcontinente indiano se falavam muitas línguas, haveria muitas nações, na visão europeia, e não uma única nação indiana. Até por isso, Strachey desdenhava que pudesse haver uma grande revolta nacionalista indiana contra o domínio britânico:

É concebível que simpatias nacionais pudessem emergir em países indianos particulares; mas que elas deveriam ser estendidas já para a Índia em geral, que homens do Punjab, Bengala, Província do Noroeste, e Madras, devessem sentir que eles pertenciam a uma grande nação já é impossível (ECK, p. 62, tradução nossa).

Até mesmo por não existir essa nação indiana, essa pátria indiana, com antepassados e história próprios, com seus próprios costumes e tradições como qualquer outro povo, os britânicos não estariam oprimindo a ninguém. Britânicos podiam ser conquistadores, superiores, mas não eram opressores, simplesmente porque o oprimido, no caso os indianos, não existiam. Strachey diz:

Nós nunca destruímos na Índia um governo nacional, nenhum sentimento nacional foi ferido, nenhum orgulho nacional foi humilhado, e isto não devido a qualquer desígnio ou mérito de nós mesmos, mas porque nacionalidades indianas não existiam (ECK, p. 62, tradução nossa).

O mesmo se pode dizer a respeito da religião. Essa Índia com que os britânicos se deparavam era religiosamente diversa. Havia um Império Mogol, de religião islâmica, já em franca decadência e perdendo territórios; havia uma Confederação Maratha, de religião hindu, em ascensão; havia um Império Sikh, de religião sikh, em seu auge. Assim, em seu conjunto, a Índia não era nem hindu e nem islâmica. Não havia uma religião que predominasse, como fora com o hinduísmo na Era Védica ou com o Islam no ápice do Império Mogol, em que o islamismo podia não ser a religião de todos os súditos, mas em nível político-administrativo era a crença oficial.

3.2 O Grande Jogo

Em 1857, William Andrew, presidente da Ferrovia do Sind, Punjab e Delhi, já sugeria que a construção de uma ferrovia para os passos de Khyber e Bolan era a melhor resposta estratégica contra qualquer ameaça russa na região. Contudo, nada foi feito até 1876, quando os britânicos decidem manter pelo menos uma rota permanentemente aberta o ano todo para o Afeganistão, para o deslocamento rápido de tropas de Karachi, caso necessário. Ordens, então, foram dadas para a construção de uma ferrovia até Quetta, e a partir dali um esquema para chegar até Kandahar, no Afeganistão.

Entre 1878 e 1880 estoura a 2ª Guerra Anglo-Afegã, antes que a construção da ferrovia se iniciasse, dando uma nova urgência de acesso à fronteira. Em setembro de 1879, o conselho vice-real decide pela construção de uma linha até o passo de Bolan, utilizável apenas em dias de tempo bom. 215 Km foram construídos em 4 meses entre as cidades de Ruk e Sibi. A partir de Sibi a dificuldade de construção no terreno aumentava. O reconhecimento do terreno foi feito até Kandahar, mas os britânicos tiveram problemas para encontrar um traçado para a ferrovia, pois o Afeganistão era um país inimigo com quem estavam em guerra.

Quando se percebeu que a ferrovia não chegaria a Quetta antes do final da guerra, sua construção deixou de ser uma prioridade. A formação de um novo gabinete em abril de 1880 pelo Vice-Rei Gladstone deixou o prolongamento da ferrovia até Kandahar totalmente de lado.

Em março de 1880, Reino Unido e Irã chegam a um acordo na Convenção de Herat, que permitia aos iranianos tomarem o controle da cidade desde que certas condições fossem

atendidas, como a de permitir soldados britânicos estacionados na cidade. No mesmo ano, a Rússia começa a construção da Ferrovia Transcaspiana, despertando temores de que os russos pudessem controlar a cidade e estender a ferrovia até ela.

A resposta britânica foi a retomada dos trabalhos ferroviários em direção ao Afeganistão. Para não atrair a atenção russa, as obras foram descritas como “projeto de melhoria da estrada de Harnai” e utilizados camelos na construção, em vez das usuais ferrovias temporárias. Essa discrição toda acabou após os russos ocuparem a cidade de Mary, antiga Merv, no atual Uzbequistão, quando a ferrovia passou a ser montada sob o nome de Ferrovia de Estado Sindh Peshin. Após 320 Km de trilhos instalados, a ferrovia alcançou Quetta em março de 1887.

Em 30 de setembro de 1891 o prolongamento ferroviário até o posto fronteiriço de Chaman foi aberto, ligando Bostan, ao norte de Quetta, até a fronteira indo-afegã. A ferrovia terminava 5 Km à frente do forte de Chaman, e 200 metros antes da divisa. Um depósito com materiais para construir os 108 Km restantes até Kandahar foi erguido no local. Por outro lado, os russos estocavam materiais na cidade fronteiriça de Kushka o suficiente para estenderem sua ferrovia até Herat.

Na outra porta de entrada da Índia, o passo de Khyber, o Capitão J. R. L. McDonald faz estudos sobre a possibilidade de se construir uma ferrovia até Landi Kotal. Cinco anos depois, o próprio também investigou a viabilidade de uma ferrovia pelo vale do rio Cabul. Uma outra pesquisa de uma ferrovia para Landi Kotal, passando pelo passo de Khyber, foi feita em 1898.

Mas enquanto os britânicos não saíam da fase de coleta de informações geográficas do terreno de construção, a Rússia continuava seus trabalhos na Ferrovia Transcaspiana, uma linha conectando Merv com a fronteira afegã. O trecho possuía 313 Km de extensão e percorria os vales dos rios Murghab e Kushk até o posto avançado de Kushkinski, fundado em 1890, e que era o ponto mais meridional do Império Russo.

Os trabalhos do trecho Merv-Kushinski da Ferrovia Transcaspiana começaram em 15 de novembro de 1897 e terminaram pouco mais de um ano depois, em 4 dezembro de 1898. A ferrovia era controlada pelos militares russos e, dois anos após o término dela, o Ministro da Guerra russo conduziu um exercício em que um destacamento de tropas viajava de trem de Tiflis até Baku, onde cruzavam de barco o Mar Cáspio até Krasnovodsk na margem oposta, e

seguiram de trem novamente até Kushka. O exercício revelou que a Rússia era capaz de deslocar tropas do Cáucaso até a fronteira afegã em 8 dias.

A movimentação russa na Ásia Central, chegando cada vez mais perto da fronteira norte do Afeganistão, a primeira linha de defesa da Índia, provocava preocupação nas autoridades britânicas a respeito de que distância os russos estariam de alcançar a fronteira afegã, e como transportar rapidamente tropas do subcontinente indiano para o Afeganistão a fim de conter o avanço russo e defender a Índia no caso de uma invasão do Afeganistão. Em 1901, a Ferrovia Noroeste foi estendida de Peshawar até Jamrud.

Sofrendo pressões das duas potências em confronto não declarado nos dois lados de seu território, o Amir Abdul Rahman, rei do Afeganistão entre 1880 e 1901, banuiu de uma vez a construção de ferrovias e linhas de telégrafos no país. Para a proteção de seu reino, Abdul Rahman dizia que só “haverá uma ferrovia no Afeganistão quando os afegãos forem capazes de fazê-las sozinhos” e que “desde que o Afeganistão não tem armas suficientes para combater qualquer potência agressora, seria loucura permitir que ferrovias fossem instaladas por todo o país”. O terminal ferroviário de Chamam era descrito pelo Amir como “uma faca cravada em meus órgãos vitais”, pois permitia a rápida chegada de tropas britânicas ao Afeganistão, criando uma pressão permanente sobre Abdul Rahman, e diminuindo sua margem de manobra política.

Em 1905 os britânicos iniciam a construção de uma ferrovia militar ao longo do vale do rio Cabul até as montanhas dos Mullagori. O Parlamento autorizou a construção até Torkham, na fronteira, mas havia uma calorosa discussão de qual caminho a ferrovia deveria seguir até lá. Havia duas rotas em questão: uma pelo vale do Loi Shilman até o passo de Shilman Ghakki, ou pelo rio Cabul até Sanatsai.

O tenente-coronel H. A. Deane, Agente do Governador Geral, fez planos para uma rota por Shilman Ghakki em 1904. Lorde Kitchener, Comandante-em-Chefe do exército britânico na Índia, apoiou a ideia de abrir uma rota no vale de Loi Shilman mas, no ano seguinte, o governo britânico manda um telegrama para o governo da Índia, demonstrando sua insatisfação quanto a rota escolhida, isso porque tal caminho escolhido passaria pelo território de tribos hostis que tornariam a linha impopular. De fato, as obras de construção da ferrovia foram feitas em meio aos ataques das tribos locais nos dois flancos da linha: do clã Afridis na margem direita do rio Cabul, e do clã Mohmand na margem esquerda. A segurança da ferrovia então foi posta a cargo dos Khyber Rifles, uma das milícias de nativos organizadas

pelos britânicos na região. Contudo, os Khyber Rifles eram compostos por membros do clã Afridi, que eram inimigos históricos dos Mohmands, uma das tribos cujo território fora afetado pela linha.

A construção da ferrovia noroeste serviu para criar uma conexão entre interior e litoral mais rápida que a navegação no rio Indus. A ferrovia saía de Karachi, no Sindh, e corria paralelamente ao vale, mas dispondo de dois ramais: um que ia para Peshawar, e outro para Quetta. O ponto final do ramal ferroviário de Quetta era a cidade de Chaman, na zona limítrofe com o Afeganistão. Lá, caso necessário, havia material para estender a ferrovia até Kandahar, já em território afegão.

O exército britânico na Índia estava organizado em uma ala norte e uma ala sul, destinadas a proteger respectivamente Peshawar, na saída do Khyber, e Quetta, na saída de Bolan. O exército norte se distribuía ao longo do cinturão formado pelas cidades de Peshawar, Delhi, Allahabad e Calcutá. O exército sul posicionava-se entre Quetta e a província de Bombaim, do qual o Sindh fazia parte.

No final das contas, o Império Britânico e o Império Russo, ambos assustados pela ascensão da Alemanha, decidiram por fim ao Grande Jogo, prometendo cada um ficar de fora dos assuntos do Afeganistão, que se converteu em estado tampão entre os dois impérios.

Contudo, de certo modo, as tensões entre o Reino Unido, a Rússia, e o Afeganistão continuaram mesmo após a convenção, ainda que em um nível menor que anteriormente. Em 1919 estoura a terceira e última Guerra Anglo-Afegã, e reacende o desejo dos britânicos de contar com uma ferrovia até a fronteira.

O Coronel Gordon R. Hearn planejou uma linha que saía do ponto final da Ferrovia Noroeste, perto de Jamrud, e ia até a fronteira afegã através do Passagem de Khyber. O governo afegão reprovou a ferrovia, alegando que ela tinha apenas fins estratégicos e não comerciais. Mas a resistência afegã não foi suficiente, e a linha para Landi Kotal foi aberta em 1925, e completada até Torkham na fronteira um ano mais tarde.

Figura 9 – Mapa do Grande Jogo
O "GRANDE JOGO" - SÉC. XIX - XX



Elaboração: Rafael Regiani
Digitalização: Tito Livio Barcellos Pereira

3.3 Halford Mackinder e a Geopolítica do Império Britânico

O Império Britânico foi uma típica construção territorial do capitalismo industrial do século XIX e primeira metade do século XX. Fundado sobre as tecnologias do aço, do motor a vapor e do carvão, o Império Britânico conquistou possessões nos quatro cantos do globo: do Canadá à Austrália, da Guiana à China, passando pela Índia e pela África do Sul. Era o império onde o Sol nunca se punha.

Na condição de uma ilha, a liberdade e o desenvolvimento da Grã-Bretanha dependiam, sobretudo, de sua liberdade de navegação e do poderio de sua marinha real. Daí que, naturalmente, a geopolítica do Império Britânico se baseava na doutrina do *seapower* do almirante americano Alfred T. Mahan, ou H. Spencer Wilkinson (MACKINDER, 2011, p. 96), para citar um autor autóctone, e que a Inglaterra tenha capacitado sua armada até tornar-se a Rainha dos Mares.

Sendo um império essencialmente marítimo, onde o mar desempenhava o papel de elo vital de união entre a metrópole e as colônias, as dependências ultramarinas do império se encontravam principalmente nas regiões costeiras, fozes de rios, ilhas estratégicas, e zonas de

estreitos, todos locais onde o poderio marítimo anglo-saxônico podia se projetar a fim de construir uma rede mundial de portos e pontos de apoio para o bem da grande Albion.

O ponto-chave para a conquista britânica do Oceano Mundial foi a tomada da Rota do Cabo. Através da Rota do Cabo, os britânicos passaram da fase “atlantista”, que restringia seus domínios à faixa atlântica da Europa, América e África, para se tornarem um império mundial, com o acesso aos oceanos Índico, e depois o Pacífico, cercando a Ásia. O Grande Jogo foi um dos últimos *rounds* da Era Colombina iniciada pelas Grandes Navegações em busca de novas terras; no caso, disputando os últimos territórios independentes na zona limítrofe entre o *heartland* e o *rimland*¹⁶.

Os asiáticos, que viram Portugal como o primeiro a circunavegar a África e chegar à Índia, conheciam agora uma nova nação europeia, mas esta com planos mais agressivos. Pois, enquanto Portugal em sua doutrina econômica mercantilista se resumia a estabelecer feitorias na costa e comprar as especiarias asiáticas a preço mais barato, a doutrina do liberalismo industrial britânica pretendia não só entrar em contato, mas também ocupar o *rimland* asiático para produzir mercadorias a preço mais barato, explorando a mais-valia da força de trabalho local, bem como aproveitando a matéria-prima local.

A Índia se convertera na Jóia da Coroa britânica, numa das colônias mais importantes do ponto de vista econômico e geoestratégico. Do ponto de vista econômico, a Índia era um enorme mercado de trabalho de 300 milhões de pessoas, ou 65% da população do Império Britânico, com mão-de-obra abundante e barata para as indústrias britânicas produzirem e exportarem. No *hinterland* do porto de Calcutá, 2ª maior cidade do império e capital da Índia Britânica antes de Nova Delhi, desenvolviam-se centros industriais capazes de desafiar a hegemonia de cidades industriais britânicas. Howrah, e suas fábricas têxteis de juta, eram capazes de competir com aquelas de Dundee e Leeds (Idem, 1910, p. 41). Cawnpore, atual Kanpur, com suas fábricas de lã, era a Manchester da Índia (Ibid., p. 58). Porém, a Índia não produzia suas próprias máquinas industriais, que eram todas importadas do Reino Unido, funcionando, então, como um lucrativo mercado importador de produtos industriais da metrópole.

¹⁶ “Mesmo na Ásia, estamos provavelmente presenciando os últimos movimentos do jogo iniciado pelos cavaleiros de Yermak, o Cossaco, e pelos marinheiros de Vasco da Gama.” – MACKINDER, 2011, p. 87.

Do ponto de vista geoestratégico, a Índia cumpria o papel de cabeça-de-ponte do Reino Unido na Ásia, já que a penetração na cabeça-de-ponte do Oriente Médio era limitada, pois ainda que fosse possível conquistar os países árabes, a expansão do império se depararia com os impérios independentes otomano, persa e russo, e não iria além disso. E a península da Coreia, já estava sob domínio japonês. Só a Índia fornecia uma porta de entrada na Ásia por onde a Grã-Bretanha poderia encontrar estados fracos para agregar a seu império, como o Afeganistão, khanatos independentes do Turquistão antes da chegada dos russos, a Birmânia, o Tibete, etc. E, do ponto de vista da estratégia naval, o domínio do Oceano Mundial só era possível através do domínio do oceano Índico, que ocupa a posição central entre os três grandes oceanos. E o domínio do Índico só era possível através do domínio do subcontinente indiano, que ocupa a posição central na bacia do Índico¹⁷.

Mas a maior preocupação de Mackinder não era com a segurança da Índia, mas com a da Grã-Bretanha. Em sua visão de mundo, as ilhas britânicas não eram o centro do mundo, como o etnocentrismo do poder imperial costumava se enxergar, mas sim uma terra periférica do grande continente eurasiático. Uma eventual aliança entre Rússia e Alemanha representaria a união do “heartland”, e que poria em cheque a hegemonia da Grã-Bretanha na Europa.

3.4 A Fronteira Noroeste da Índia

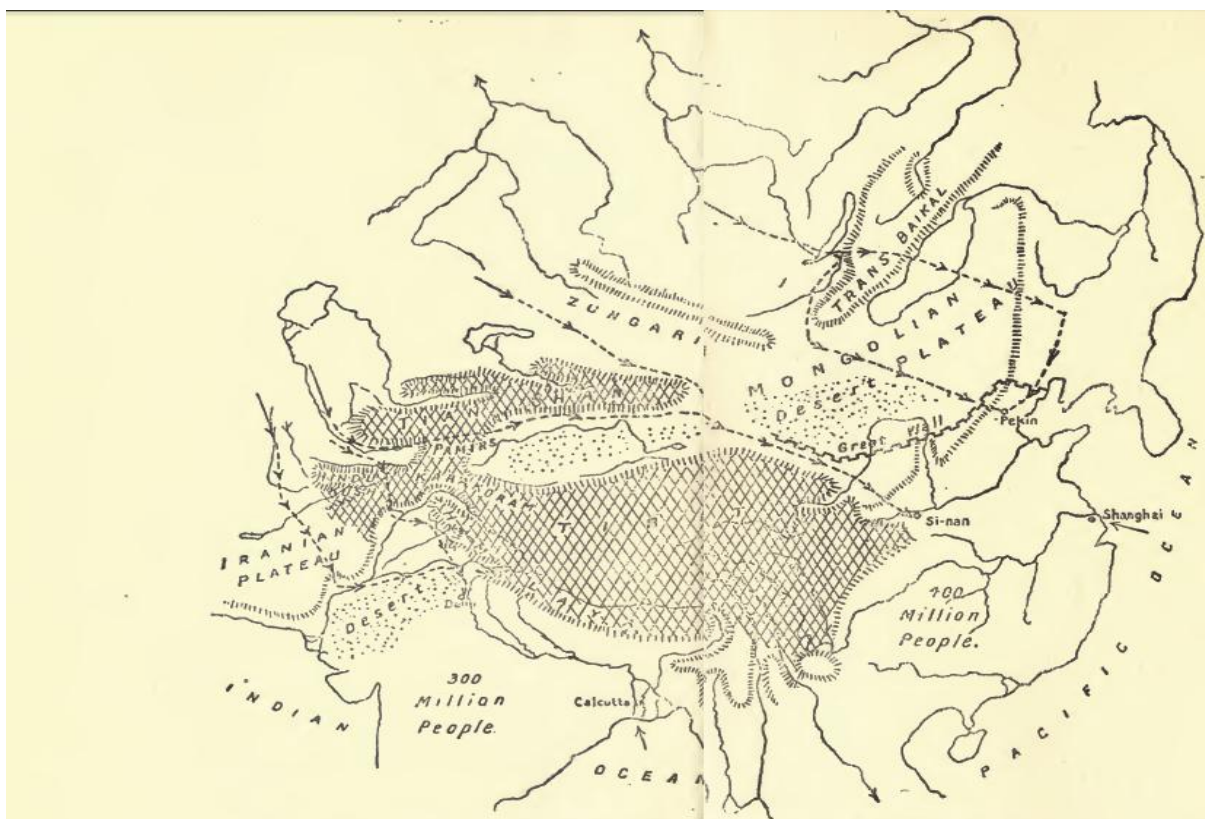
A fronteira norte-ocidental da Índia era uma linha com cerca de 2.180 Km (HOLDICH, 1909, p. 229) de extensão, separando o Vice-Reino da Índia Britânica das monarquias vizinhas do Afeganistão e Pérsia. Essa linha de demarcação atravessa um terreno em parte semidesértico, nas proximidades da Costa do Makran, no litoral do *princely state* do Baluchistão Britânico, na divisa com o Irã, e em parte montanhoso, à medida que ela sobe na direção da cadeia de montanhas do Hindu Kush, nos limites administrativos da Província da Fronteira Noroeste (ou NWFP, na sigla em inglês) com o Afeganistão. Posteriormente, com a independência do Paquistão na Grande Partição de 1947, essa passou a ser a fronteira norte-ocidental desse último estado.

As tribos da região são, em geral, de caráter guerreiro, motivo pelo qual essa parte do subcontinente sempre foi instável, com sua complexa rede de relações tribais entre grupos

¹⁷ “França, Itália, Egito, Índia e Coreia tornar-se-iam várias cabeças de ponte, onde marinhas estrangeiras poderiam apoiar exércitos para compelir os aliados pivôs a prepararem forças terrestres, prevenindo-os de concentrar toda a sua força em embarcações [...] Não poderia mostrar-se ser essa, no fim, a função estratégica da Índia no sistema imperial britânico? Não é essa a ideia subjacente à concepção do Sr. [Leo] Amery, de que a frente militar britânica se estende do Cabo até o Japão, através da Índia?” – MACKINDER, 2011, p. 99.

étnicos diferentes, podendo explodir em episódios de violência e vingança na disputa pelo poder e território locais. Destacam-se na região, os balúchis, que povoam o Baluchistão Britânico - hoje uma província paquistanesa -, bem como a província iraniana do Sistão e Baluchistão, e porções no sul do Afeganistão; e também os pashtuns, que habitam majoritariamente o Afeganistão, e a NWFP, hoje uma província paquistanesa rebatizada de Khyber-Pakhtunkhwa.

Figura 10 – Mapa da Índia em relação ao Heartland Eurasiático.



Fonte: MACKINDER, 1919, pp. 132-133.

Fazia parte da política britânica para a área alistar os nativos no exército britânico (MACKINDER, 1910, p. 118), pois assim os ingleses ganhavam alguma influência entre os chefes das tribos fronteiriças, evitavam que elas se voltassem contra a presença britânica em seus domínios históricos, e aproveitavam o conhecimento dos nativos do terreno irregular, árduo, e de difícil penetração, na proteção e segurança do mesmo.

A importância estratégica da fronteira norte-ocidental para a segurança da Índia Britânica era tamanha que todas as ferrovias e tropas britânicas estavam organizadas no território em função da defesa dessa área. Pois a fronteira norte era protegida pela barreira dos picos elevados Himalaia e cercada esparsamente por montanhese tibetanos pacíficos,

enquanto a fronteira leste era protegida por colinas recobertas pela densa e úmida selva tropical e povoada por tribos birmanesas primitivas. E as costas do Malabar e Coromandel eram salvaguardadas pela Marinha Real. Desse modo, a fronteira norte-ocidental, em termos de permeabilidade física, era a mais atraente para uma invasão estrangeira. E não faltavam histórias de invasores que chegaram à Índia por este caminho: arianos, gregos de Alexandre, árabes muçulmanos, persas, turcos, afegãos e mogóis.

Taticamente é mais fácil para um exército nas montanhas afegãs descer o passo e ocupar a vasta planície indogangética do que um exército oriundo das terras planas da Índia subir a montanha na tentativa de controlar o corredor de entrada dos invasores. A fronteira noroeste era e sempre foi o calcanhar de Aquiles da geografia do subcontinente. Um dos significados toponímicos para Hindu Kush é ‘assassino de hindus’, numa referência aos escravos hindus que retirados do aprazível trópico não resistiam às condições climáticas extremas das montanhas.

A vulnerabilidade da fronteira noroeste era maior, pois era uma zona de contato com os poderes independentes do Irã e Afeganistão, o que gerava o temor nos ingleses que estes dois países se aliassem com os russos e tentassem capturar a Índia.

Os ingleses empreenderam três guerras na tentativa de conquistar o Afeganistão e manter os russos longe dos assuntos afegãos e da fronteira noroeste. Malgrado estas três tentativas, os britânicos mudaram de estratégia, e adotaram uma política de suborno dos chefes afegãos. Deste modo, embora o Afeganistão tenha preservado sua independência nos seus assuntos interiores, sua política externa era controlada pela Grã-Bretanha.

O Sindh e o Punjab eram as províncias vizinhas do Baluchistão Britânico e da NWFP. Assim, embora não estivessem na zona da fronteira, ganhavam importância pela sua proximidade com a mesma, servindo de território de ligação entre o restante da Índia e a fronteira noroeste.

Embora o Sindh e o Punjab não sejam a fronteira política da Índia, eles podem ser considerados como a fronteira étnica dela. Pois, enquanto no Baluchistão e NWFP prevalecem populações de etnia irânica, as populações sindhi e punjabi são de etnia índica, com tipos físico e linguístico mais similares aos encontrados na Índia, apenas divergindo na religião, preferindo o islamismo ao hinduísmo.

A existência da hidrovia natural do rio Indus também colabora para que essa região intermediária tivesse sua importância no conjunto toda da Índia Britânica. Aliás, o rio Indus pode ser considerado como o principal fato geográfico que une essas duas províncias. O termo ‘Punjab’ vem do idioma persa e significa ‘cinco’ (Punj) ‘águas’ (Ab), numa referência aos cinco afluentes que se juntam para formar o rio Indus. Já o Sindh, onde se localiza a foz do Indus, se situa entre o deserto de Thar e as planícies semi-áridas do Makran, numa situação geográfica similar a do Egito, com o rio Nilo e o deserto do Saara^{18 19}. Então se o Egito é uma dádiva do Nilo, o Sind é uma dádiva do Indus.

Por fim, o deserto de Thar serve como uma barreira física que separa as províncias de maioria islâmica das províncias de maioria hinduísta, pois as dificuldades que impõe à ocupação humana o transformam em uma zona de anecúmeno, que impedia o contato entre os povos das duas religiões. Pode, portanto, ser considerado a fronteira religiosa da Índia, pois traça de certo modo um limite à difusão das mesmas no espaço geográfico. Já no Punjab, que, com suas planícies férteis, favorece a ocupação humana, as populações islâmicas e hinduístas se encontraram em sua dinâmica demográfica de difusão no espaço, e nele acabou por florescer a religião dos sikhs, um sincretismo entre as crenças islâmicas e hinduístas, sendo então um típico fenômeno fronteiro de encontro e mescla de duas diferentes culturas.

Conta Mackinder que havia duas rotas para a invasão da Índia Britânica: a Passagem de Khyber e a Rota de Bolan.

A Passagem de Khyber historicamente foi o caminho mais comumente utilizado pelos exércitos invasores para atingir a Índia. Localizado na cadeia de montanhas do Hindu Kush, um divisor de águas que separa a bacia do rio Cabul, que deságua no rio Indus, da bacia do rio Amu-Darya – até então chamado Oxus –, que corre para o Mar Aral, a Passagem de Khyber é um dos pontos mais baixos da cordilheira, estando situado a 1.027 m, numa região onde os picos alcançam 7.000 m.

Entrando por ela, o invasor que adentra o subcontinente se defronta com a cidade de Jamrud, e sai do passo entre as montanhas do norte e o deserto do sul, na planície à mesma latitude de Delhi. Mas a principal cidade dessa rota é Peshawar.

¹⁸ “O baixo Punjab e a faixa central do Sind converteram-se em um segundo Egito” (MACKINDER, 1910, p. 126, tradução nossa)

¹⁹ “O Indus passa através do deserto da mesma forma que o Nilo passa através do Saara, com margens férteis e um fértil delta”. (MACKINDER, 1912, p. 45, tradução nossa)

Peshawar era a capital da NWFP, e um importante centro comercial na rodovia que une a Ásia Central ao Sul da Ásia, conectando as cidades de Samarcanda e Bukhara, com Lahore e Delhi, através de Cabul e Khyber. Além da sua importância política e econômica, Peshawar é dotada de importância estratégico-militar. Pela sua proximidade com o passo, a cidade tinha a maior concentração de tropas britânicas e os mais importantes quartéis da fronteira norte-ocidental da Índia.

A outra via de penetração do subcontinente era a Rota de Bolan. O caminho a ser seguido pelo hipotético invasor que optasse por essa porta de entrada era, saindo de Herat, na porção ocidental do Afeganistão, contornar as montanhas do Hindu Kush pelo vale do rio Helmand, que corre para a província iraniana do Sistão, passando pela cidade de Kandahar, e finalmente chegando ao Vale do Indus, na altura do deserto de Thar.

A localidade estratégica para a defesa da Índia contra uma invasão pela Rota de Bolan era a cidade de Quetta. Erguida sobre uma pequena planície cercada por montanhas, Quetta era uma fortaleza natural. Não bastasse sua proteção natural do relevo, a cidade era muito fortificada, com grande presença de tropas britânicas, o que fazia dela a segunda maior concentração de forças, só perdendo para Peshawar. Apesar do príncipe do Baluchistão Britânico ter preservado sua autonomia administrativa, Quetta servia como capital e residência para o Agente Geral britânico para a área.

Inacessíveis por mar, os passos de Khyber e Bolan não tinham como serem defendidos pela principal força militar do Império Britânico, a *Royal Navy*, o que fazia da fronteira noroeste da Índia a única fronteira terrestre do império marítimo bretão, pois ainda que houvesse outras fronteiras terrestres no interior do império, como nas colônias da África, em nenhuma delas havia uma ameaça percebida tão real quanto a representada pelos russos na fronteira nor-ocidental, em que a guerra poderia estourar a qualquer momento, sendo então uma fronteira ativa.

Fora do alcance do poder marítimo real, a solução para deter uma invasão terrestre russa vindo da Ásia Central era a construção de uma ampla malha ferroviária pelo território do subcontinente, capaz de deslocar as tropas britânicas rapidamente em uma emergência.

A linha que demarcava o limite divisório entre os territórios da Índia e do Afeganistão foi definida em uma convenção realizada em Cabul em novembro de 1893. Uma comitiva de oficiais britânicos havia saído no mês anterior de Peshawar e se deslocado até Cabul para

tentar chegar a um acordo com o Amir Abdur Rahman. Sir Mortimer Durand foi nomeado o enviado da comitiva (HOLDICH, 1909, p. 229), razão pela qual a fronteira noroeste da Índia passou a ser chamada de Linha Durand.

A Linha Durand era uma linha convencional traçada obedecendo a critérios étnicos que separava as tribos balúchis das tribos afegãs, e as tribos afegãs das tribos pathans – Afridis, Mohmands, Mahmuds, Waziris, etc. – mas que nunca estiveram sob controle afegão (Idem, 1916, pp. 276-277), e que fora aceita no acordo como um limite provisório que atendia a finalidade de distribuição etnográfica para manter estas tribos não assentadas mais problemáticas do lado de fora da Índia (Ibid., p. 273). A linha não fora criada com propósitos militares de defesa da Índia em caso de uma invasão russa no Afeganistão. Na verdade ela era um exemplo de separação entre fronteira política e barreira militar (Ibid., p. 277), pois esta se encontrava atrás da fronteira, no sopé do Hindu Kush, no cinturão militar formado por Quetta e Peshawar.

Além desta finalidade de distribuição etnográfica, a Linha Durand não tinha nenhum outro significado que não o de delimitar as respectivas esferas de influência britânica e afegã. Supunha-se que a Linha Durand representava o limite que o raio de alcance da influência política do Afeganistão alcançava (Ibid., loc. cit.).

Os balúchis eram tribos pacíficas que viviam em um estado independente sob proteção britânica, com um sistema de federalismo tribal (Ibid., p. 273), e não se importaram com a nova fronteira afegã (Idem, 1909, p. 338). Mas o mesmo não se pôde dizer das tribos pathans que viram seu território ser atravessado pela Linha Durand. Essas tribos não foram capazes de compreender o ponto de vista britânico que a Linha Durand não ameaçava a independência delas, mas, em vez disso, assegurava-lhes mais independência diante da autocracia afegã (Ibid., loc. cit.). O efeito de maior estabilidade regional desejado pelos britânicos ao desenharam a Linha Durand acabou sendo o contrário. A Linha Durand criou uma anomalia política na fronteira que fez com que estas tribos que agora viviam teoricamente dentro da Índia se transformassem em fonte de nervosismo e ansiedade nos britânicos (Idem, 1916, p. 277). A anomalia era fruto das condições geográficas locais. A dificuldade em se ocupar militarmente o terreno, em construir estradas, ferrovias, ou outro canal de comunicação entre Calcutá e a zona da fronteira que permitisse ao governo britânico da Índia estender sua autoridade política até esta faixa, fazia com que a fronteira *de facto* fosse a antiga fronteira sikh do Vale do Indus herdada pelos britânicos ao conquistarem aquele império (Ibid., loc.

cit.). Então nessa zona entre a nova fronteira *de jure* da Linha Durand e a fronteira *de facto*, a antiga fronteira do Império Sikh, criou-se um vácuo político pela falta de raio de alcance das capitalidades de Calcutá e Cabul, em que tribos hostis filoafegãs viviam de maneira independente, embora formalmente dentro do Vice-Reino da Índia Britânica.

De fato não havia tanta razão de temor aos ingleses, pois as tribos eram tão livres para cruzar a fronteira afegã quando em situação de dificuldades que seus laços de afinidade tribal garantiam-lhes uma boa recepção entre os afegãos do outro lado da fronteira (Ibid., p. 278).

A impopularidade da demarcação da fronteira entre as tribos pathans danificou as altas prerrogativas que o Amir desfrutava entre os fiéis muçulmanos, e ele passou a pensar em meios de causar intriga política na fronteira como forma de recuperar seu prestígio, mas de uma forma que ele não corresse o risco de perder os subsídios pagos pelos britânicos (Idem, 1909, p. 339) para mantê-lo afastado dos russos e que o Amir necessitava para pagar os salários de seu numeroso exército. As tribos pathans não sabiam de nada sobre as intenções dos britânicos e afegãos de traçarem uma fronteira que passava através do território delas, até que os mulás contaram o fato. Na visão delas o governo da Índia queria anexá-las, mas por outro lado, elas não temiam uma anexação afegã (Ibid., p. 232).

Abdur Rahman assinara o acordo em troca de um aumento nos subsídios pagos pelos britânicos no valor de 600 mil rúpias anuais. Contudo, os mapas que ilustravam no terreno a fronteira do acordo o Amir omitiu sua assinatura. O Amir não gostava claramente do traçado da fronteira, pois ela deixava do lado britânico aquelas tribos independentes filoafegãs, que não tinham problemas com ele, e que ele acreditava que podia trazê-las sob seu controle soberano a qualquer hora (Ibid., p. 230).

A Linha Durand agora era válida como fronteira. Em aberto estava a questão do que se considerava “o sopé das montanhas” no acordo (Ibid., p. 228). O Amir inclusive fazia queixas e se reservava o direito de disputar detalhes da fronteira quando ela já deveria estar sendo demarcada (Ibid., p. 232). Mas, na visão britânica, o acordo em si já tinha sido assinado e aceito pelo Amir.

Dois princípios básicos de governança do Afeganistão ainda eram os mesmos que regiam o Império Durrani, Estado antecessor do Afeganistão moderno: a) o poder estabelecido necessita levantar fundos do exterior para pagar os salários do exército; b) o exército precisava ser mantido ocupado, combatendo um inimigo. Isso devido a uma

geografia severa, composta principalmente de montanhas e terras improdutivas, que tornavam o país incapaz de se sustentar dentro de suas próprias fronteiras. O numeroso exército do Amir que a natureza guerreira dos povos afegãos permitia-lhe montar estava além dos recursos gerados no reino (Ibid., p. 226).

O dinheiro para o Amir manter seu exército vinha da Grã-Bretanha na forma de subsídios, enquanto que as tribos pathans independentes da Linha Durand eram em quem o exército afegão podia descarregar suas energias e provar o seu valor. Os inimigos variavam com o tempo: ora eram as tribos, em outra oportunidade ocupou seu exército numa campanha contra seu primo, e noutra vez ocupou contra os Hazaras, uma etnia de religião xiita que clama descendência dos mongóis e era débil (Ibid., pp. 226-227).

Numa dessas campanhas para distrair o exército, o Amir voltou suas atenções contra os Mohmands. O território dos Mohmands se estendia até a beira da planície de Peshawar, e o exército afegão teve um sucesso inicial em sua campanha contra a tribo. Abdur Rahman chegou até a se proclamar uma vez senhor dos Mohmands. E entre seus sonhos imperiais estava a cidade de Peshawar, capital do antigo Império Durani. A dúvida dos britânicos sobre o fim último dessa campanha do Amir contra os Mohmands foi um dos principais motivos que os levou a buscar um acordo de fronteira com o Afeganistão.

Dado o exposto acima, na região oeste do Vice-Reino da Índia Britânica podiam ser identificadas três fronteiras, a política, a étnica, e a religiosa, que quase ganham forma na paisagem através de três acidentes geográficos, as montanhas do Hindu Kush, o rio Indus, e o deserto de Thar, respectivamente, originando um espaço único em que geografia humana e geografia física se conjugam, embora esta não possa ser considerada causa daquela, pois fronteiras são demarcações artificiais, e não naturais. A região nas palavras de MACKINDER:

Em duas partes os muçulmanos são maioria: em Bengala Ocidental e Assam, e na bacia do Indus da vizinhança de Delhi, através do Punjab e do Sind. Por esta região, e também pelas características físicas (abaixo do planalto do Afeganistão e separado de grande parte da Índia pela largura do deserto) pode-se pensar o Vale do Indus como sendo uma antecâmara para a Índia propriamente. Nesta antecâmara, e na passagem de Delhi, entre desertos e montanhas, os muçulmanos predominaram por mais de 900 anos (1910, p. 99, tradução nossa).

3.5 Lorde Curzon e a Geopolítica da Índia

Ao mesmo tempo em que Mackinder elaborava sua teoria do Heartland, Curzon explorava a Ásia Central e Oriente Médio e percebia no campo o mesmo movimento expansivo que Mackinder detectava através do estudo da história. Duas obras relatam a experiência de Curzon nessas regiões: *Russia in Central Asia* (1889), e *Persia and the Persian Question* (1892), em dois volumes.

Apesar de terem chegado a conclusões parecidas acerca do perigo russo, deles tiraram lições diferentes, fruto das trajetórias diferentes que percorreram. Enquanto Mackinder virou diretor da *London School of Economics*, e seguiu uma carreira acadêmica, Lorde Curzon virou um diplomata. Após seu regresso à Grã-Bretanha, Curzon ministrou em Oxford uma conferência sobre Fronteiras em que expunha ao público o seu pensamento acerca desse tema.

Para Curzon, a Fronteira é a categoria fundacional da Geopolítica (ABRAHAM, p. 110). A Geopolítica científica inicia-se com o paradigma fronteiro como problemática original. Seu objetivo era utilizar o método científico para estabelecer fronteiras seguras para o Estado.

Subjacente a essa primazia da fronteira na geopolítica de um Estado estava sua visão do imperialismo como algo natural. O processo de crescimento e expansão de um Estado é encarado como algo normal, da própria natureza do Estado. Curzon não via o imperialismo motivado por missões civilizatórias ou interesses comerciais, mas apenas como um movimento de força bruta em ação, tal como o avançar de uma avalanche ou de uma enchente. A Era da Geopolítica é marcada pela guerra de fronteira como forma de conflito principal:

Guerras de religião, de alianças, de rebelião, de grandeza, de intriga dinástica, ou de ambição – guerras nas quais o elemento pessoal era frequentemente o fator predominante – tendem a ser substituídas por guerras de fronteiras, isto é, guerras emergindo da expansão de Estados e reinos, levadas ao ponto, já que o globo habitável encolhe, ao qual os interesses e ambições de um Estado entram em colisão abrupta e irreconciliável com aqueles de um outro (CURZON, p. 5, tradução nossa)

Daí que para evitar choques com outros poderes, Curzon descreve a conquista britânica da Índia como buscando deixar Estados-tampões, separando as terras sob domínio britânico daquelas de outros Estados rivais, e seguindo uma direção sempre para frente, saindo de Bengala e rumo ao interior do subcontinente:

Primeiro ela cercou suas aquisições com um cinturão de Estados Nativos com quem alianças foram concluídas e tratados feitos. O inimigo a ser temido um século atrás

era o Império Maratha, e contra este perigo os Estados Rajputs e o Oudh foram mantidos como um tampão. Na Fronteira Noroeste, Sind e o Punjab, então sob governantes independentes, protegiam de contato ou colisão com o Baluquistão e Afeganistão, enquanto os Estados do Sutej protegiam de contato com o Punjab. Gradualmente, uma após a outra, essas barreiras desapareceram conforme o movimento dianteiro começou: alguns foram anexados, outros foram engolfados na maré do avanço, permanecendo enterrados como tocos de árvores em uma avalanche, ou deixado com suas cabeças acima da água como ilhas em uma enchente. Quando a anexação do Punjab trouxe o poder britânico ao Indus, e do Sind, aos confins do Baluquistão; quando a venda da Caxemira a um chefe protegido moveu a fronteira estratégica para o coração do Himalaia; quando a sucessiva absorção de diferentes porções da Birmânia abriu uma rota para *Manḍalay*, o governo indiano se deparou com um novo problema fronteiriço, e um novo anel de protetorados foi formado. O ponto culminante desta política no lado ocidental foi a assinatura do Acordo Durand em Cabul em 1893. (CURZON, pp. 39-40, tradução nossa)

Lorde Curzon classifica as fronteiras em Naturais e Artificiais. As Fronteiras Naturais são aquelas em que formações naturais, como rios, montanhas, e desertos, são utilizados para demarcar a fronteira entre dois países. As Fronteiras Artificiais são aquelas inventadas pelo homem, em que se utiliza de referenciais artificiais, como construções, convenções políticas, ou linhas imaginárias, na determinação da fronteira.

Entre as fronteiras naturais, Curzon aponta o mar como sendo a mais efetiva, porque menos maleável e comprometedora do ponto de vista dos estados banhados. Contudo, ele ressalta que o mar nem sempre exerce um papel divisor, podendo também funcionar como um meio de ligação através da navegação, como foi o caso do Mediterrâneo para Império Romano, da talassocracia ateninense²⁰ e do atlantismo contemporâneo.

Os desertos, por serem pouco povoados e de difícil transposição por exércitos invasores, serviam como boas fronteiras naturais, mas a invenção da locomotiva a vapor tornou os desertos obsoletos como fronteira. As florestas e os pântanos também já serviram de fronteiras naturais em alguns casos, mas o avanço da agricultura e da drenagem tornou-os obsoletos também.

Os rios servem como boas fronteiras naturais, pois sua posição é inequívoca, nem são necessários levantamentos para identificá-los e descrevê-los; são linhas de divisão familiar a ambas as partes e são facilmente transferidos para um tratado ou mapa. Por outro lado, rios não são divisões políticas naturais, uma vez que frequentemente o mesmo povo vive nos dois lados da margem, além de poderem apresentar alterações no curso nas regiões tropicais²¹.

²⁰ CURZON, 1907, p. 5

²¹ Idem, pp. 8-9.

As montanhas são uma das barreiras mais formidáveis para separar dois países devido ao seu aspecto durável e impositivo na paisagem, como, por exemplo, nos casos do Himalaia e do Hindu Kush. Contudo, diz Curzon, nem sempre uma cordilheira com cristas definidas é a melhor fronteira. Às vezes uma massa de picos e gargantas cobrindo uma zona considerável pode ser a melhor opção:

Tal fora o caso com uma grande porção da fronteira pathan da Índia, onde a conformação física da fronteira dá uma imensa vantagem aos posicionados nas montanhas contra os ocupantes das planícies. O desejo de neutralizar esta vantagem e transferi-la para a potência do outro lado da fronteira levou à perseguição do que é conhecido como a Fronteira Científica, isto é, uma fronteira que une força natural e estratégica, e colocando ambas a entrada e saída dos passos nas mãos da potência defensora, compele o inimigo a conquistar o acesso antes que ele possa usar a passagem. É esta política que levou os postos avançados indianos para Lundi Khana, Quetta, e Chaman, todos eles além dos passos, cujas extremidades externas eles guardam. (CURZON, 1907, p. 8, tradução nossa)

A noção de uma Fronteira Científica, para Lorde Curzon, surge da união em uma mesma zona de ‘força natural’, isto é, uma formação geográfica que dê sustentação a linha de fronteira, e de ‘força estratégica’, ou seja, uma linha fronteira que seja fácil de defender contra uma agressão externa. Ela ignora as unidades nacionais, porque a concepção de fronteira ideal de Curzon é uma que sirva aos propósitos de um império, que é multinacional por natureza.

As Fronteiras Artificiais são diferenciadas entre antigas e modernas, uma diferença, segundo Curzon, mais de método do que de princípio, e são criadas tomando como base referências artificiais como linhas astronômicas (meridianos e paralelos), linhas matemáticas conectando pontos, ou construções e outros tipos de referenciais. Os antigos recorriam normalmente a muralhas, ou criavam uma zona neutra, que era primeiramente esvaziada de população, e posteriormente ocupada por colonos de maneira controlada. Os modernos criam suas fronteiras por meio de convenções diplomáticas²².

A novidade geopolítica trazida pelos britânicos foi a prática de estabelecer Estados-tampões. De acordo com Curzon, o Estado-tampão moderno surgiu da evolução do conceito de zona neutra da Antiguidade, expandido ao ponto de abranger um país inteiro, que tem como vantagem ser protegido por garantias políticas das potências interessadas, e contra as quais, o país do Estado-tampão não teria condições de defender sozinho e seria naturalmente esmagado pelo avanço territorial das potências vizinhas (CURZON, p. 13).

²² CURZON, p. 9 et seq.

Tal como na *Raja Maṇḍala* de Kauṭilya, o centro do modelo de Curzon é ocupado por um Estado forte e conquistador, que no caso eram as terras de domínio britânico em Bengala no início do *forward movement*, para utilizar a expressão original do autor, e posteriormente, o Império da Índia quando este se constituiu. A diferença é que na *Raja Maṇḍala* o Conquistador (*vijigisu*) e o Inimigo (*ari*) fazem fronteira, enquanto que no de Curzon, um anel de Estados-tampões é interposto aos dois e o separam. A política de Kauṭilya visa a guerra; a de Curzon visa a encontrar fronteiras seguras para evitá-la.

Para Curzon, as fronteiras são mais do que zonas de contato ou separação, mais do que limites administrativos ou linhas de defesa dos estados, fronteiras também moldam o caráter dos povos dependendo de como são tratadas. Ele cita como exemplo os EUA e a Grã-Bretanha.

No caso americano, o caráter da nação foi moldado em sua marcha para oeste. A conquista do meio-oeste abriu caminho para a chegada de sucessivas ondas de migrantes, que com sua energia expandiram as fronteiras americanas, incorporando novos espaços à nação. Contudo, a ausência do estado conferiu ao processo expansivo uma natureza caótica, marcada por violência contra os indígenas, e até contra outros colonos americanos no faroeste (CURZON, pp. 23-24).

A fronteira é tanto um universo de trabalho, privação, sofrimento, vida árdua, e oportunidade de construção de um novo mundo e futuro melhor, e ao mesmo tempo a fronteira é uma terra sem lei, uma territorialidade em formação, cujas relações espaciais de poder ainda estão se constituindo, e, associados à toda disputa pelo poder, a violência, os conflitos, a selvageria.

Trabalho e violência, esse foi o caráter que a fronteira imprimiu à jovem nação americana. Riqueza e guerra, essa é a relação dos EUA com o mundo.

No caso da Grã-Bretanha, país já povoado e sem uma fronteira interna para ocupar, a escola de caráter era uma oportunidade fornecida pelas fronteiras externas do Império Britânico, em que um cidadão britânico era retirado de sua terra-natal e posto em terreno desconhecido da colônia, tendo ali uma oportunidade de autossuperação no duelo que travava contra a natureza para sobreviver; desenvolvendo habilidade de paciência e tato, iniciativa e autorrestrrição no trato para com as tribos nativas hostis; e isolado e distante da terra-natal,

sem o auxílio da tecnologia e demais mordomias do ambiente urbano moderno, o indivíduo poderia provar sua força (CURZON, p. 24).

Como acadêmico Mackinder pensava no Império Britânico como um todo, e a Índia era vista apenas como uma parte desse império. Curzon, enquanto vice-rei da Índia, tinha de pensar no Estado que governava mais do que no Império Britânico. Para Curzon, a Índia não era apenas uma colônia, mas digna de um status especial no interior do império. A Índia era um império dentro do império.

Em sua visão, a Índia estava no centro do poder imperial (ABRAHAM, p. 112). Era ela que dava a grandeza ao Império Britânico. “Poderíamos perder todos os nossos domínios [de colonização branca] e mesmo assim sobreviver, mas se perdêssemos a Índia, nosso sol se poria definitivamente”, disse Curzon (METCALF, p. 157). E isto não apenas pelas riquezas que gerava, mas por sua posição estratégica para a contenção do avanço do imperialismo russo na Ásia Central, tornando o imperialismo britânico naquela parte do globo como que indocêntrico (KAPLAN, p. 179), isto é, que utilizava a Índia como palco de suas ações, e rendendo-lhe um poder considerável em relação aos demais Estados da Ásia, graças a sua riqueza, dimensão e ligações privilegiadas com Londres. O Vice-Rei da Índia não recebia apenas ordens da metrópole, mas era um poder em seu próprio direito, influenciando os assuntos de Áden a Malaca. (KAPLAN, p. 182)

No governo de Curzon, a Índia sofreu duas transformações territoriais importantes: a criação da Província da Fronteira Noroeste, em 1901, e a primeira repartição de Bengala, em 1905.

Após a conquista do Império Sikh, o Punjab foi dividido em 1901 por Curzon entre a NWFP e a FATA (*Federally Administred Tribal Areas*). Somada a definição das fronteiras afegãs, incluindo a Linha Durand, a Índia Britânica passou a ser separada do Império Russo por três linhas fronteiriças: a fronteira russo-afegã, a fronteira indo-afegã, e a FATA.

O caso do Império Indiano é provavelmente sem precedente, porque ele dá à Grã-Bretanha não uma única ou dupla, mas uma fronteira tríplice: (1) a fronteira administrativa da Índia, (2) a Linha Durand, ou fronteira de proteção ativa, (3) a fronteira afegã, que é a fronteira exterior ou estratégica avançada. (CURZON, p. 17, tradução nossa)

No plano geopolítico britânico de contenção dos russos, delimitar a fronteira norte afegã era o primeiro passo estratégico. Caso os russos transgredissem a fronteira afegã, os britânicos tentariam repeli-los ainda dentro do Afeganistão, enviando armamentos e

suprimentos, ou até mesmo tropas, através da Linha Durand. Esta serviria como uma segunda linha vermelha para deter o avanço russo na hipótese de o exército afegão não ser capaz de rechaçá-los.

Finalmente, como última barreira protegendo a Índia, na possibilidade de os britânicos não deterem os russos atrás da Linha Durand, haveria ainda a FATA, funcionando como uma zona-tampão, a qual os russos teriam de atravessar e enfrentar as mesmas dificuldades que os britânicos já enfrentavam naquele território “espinhoso” – terreno tortuoso e habitado por nativos hostis –, antes de chegarem à fronteira administrativa da Índia, ou seja, a fronteira herdada do Império Sikh, que era o limite *de facto* de alcance do poder colonial britânico, quando, então, o domínio da Coroa inglesa sobre a Índia cairia.

Figura 11 – Mapa da Criação das Fronteiras do Afeganistão

Criação das Fronteiras do Afeganistão



Fonte: Elaboração Própria.

Lorde Curzon renunciaria ao cargo de Vice-Rei em 1905, após perder uma disputa de poder com Kitchener. Antes disso, porém, tomaria a decisão de dividir a província de Bengala, que, embora desfeita em 1911, foi importante pelos efeitos históricos que causou. O motivo da divisão é que a província era considerada muito grande e populosa para ser administrada. A porção oriental de Bengala foi unida com o Assam, formando uma província

de 31 milhões de pessoas e maioria muçulmana, enquanto que a parte ocidental de Bengala foi juntada com as zonas falantes de língua orissá e bihari, constituindo uma província de 50 milhões de habitantes, em sua maioria não bengalis (METCALF, p. 181).

A divisão despertou a reação das elites bengalis, que viam nela a vivisseção de sua pátria e uma tentativa de redução de seu poder. Nacionalistas de outras partes da Índia adotaram a causa bengali, em que viam um exemplo da arrogância britânica e uma tática de dividir para reinar, e tomaram medidas de boicote aos produtos britânicos, entre outras ações. Curzon, que considerava o Congresso Nacional Indiano uma força desgastada, acabou dando a ele uma nova bandeira política para lutar e readquirir relevância (METCALF, p. 182).

3.6 A Mudança da Capital

Uma capital cumpre mais do que um papel funcional de tomar as decisões políticas que afetam o futuro todo de um território. Ela também cumpre um papel simbólico de ser a materialização no espaço do projeto de sociedade que uma nação almeja ser, e através desse papel simbólico personificado pelo Príncipe no imaginário coletivo da nação a capital faz sua presença ser sentida em todos os cidadãos, e não apenas dentro dos palácios.

No dizer de Claude RAFFESTEIN:

O poder, antes de se difundir e antes de se esgotar, se cristaliza num lugar, em lugares que, com freqüência, ele marca profundamente, às vezes até de uma forma indelével: “Há por que pensar que a verdade está inscrita na própria estrutura das comunidades, nos lugares centrais, a partir dos quais tudo irradia e que quase sempre constituem locais simbólicos de uma unidade coletiva [...]”

Esses locais são marcados por uma ação [...]. São o poder instaurador de uma unidade que funda a coletividade: ‘Podemos crer que é a partir desses lugares simbólicos da unidade que nascem todas as formas religiosas, que o culto se estabelece, que o espaço se organiza, que uma temporalidade histórica se instaura, que uma primeira vida social se esboça.’ (1993, pp. 186-187)

Nova Delhi, localizada no território federal homônimo, é a capital da Índia desde 1911, tendo no ano de 2011 completado seu primeiro centenário como capital. Delhi foi fundada no ano de 736 pelo rei Anang Pal Tomar, às margens do rio Yamuna, tributário do rio Ganges, mas com o nome de Lal Kot. Seu sítio, contudo, acredita-se, era habitado havia mais tempo, conforme indicam registros arqueológicos de que a lendária cidade de Indraprastha, a capital dos Pandavas, do épico hindu *Mahābhārata*, ficasse no mesmo lugar. A cidade tem hoje mais de 16 milhões de moradores e, junto com Nova Delhi, forma uma área metropolitana com mais de 22 milhões de habitantes.

A cidade de Delhi começou a ganhar importância política a partir do final do século XII, quando exércitos afegãos liderados por Muḥammad Ghuri derrotaram os príncipes *rajputs* e estabeleceu-se o Sultanato de Delhi.

Nos primeiros duzentos anos, os sultões de Delhi expandiram seu território até o sul da península, conseguindo unificar praticamente quase todo o Hindustão pela primeira vez desde o Império Maurya no século III a.C., feito que só se repetiu depois com os mogols e os britânicos no século XIX.

Giovanni Arrighi opõe duas lógicas de formação do estado: territorialismo e capitalismo. No primeiro, o poder é identificado com o domínio territorial e da população, e o capital, um meio de adquirir novos territórios. No segundo, o poder é identificado com o controle do dinheiro e a aquisição de territórios como um meio para mais acumulação de capital (ARRIGHI, p. 33).

Na elaboração do moderno sistema interestatal, Arrighi distingue três fases hegemônicas do capitalismo (holandesa, britânica e americana) alternando lógicas territorialistas e capitalistas na ascensão, auge e declínio de seus impérios.

O Império Britânico inicialmente construiu-se em bases capitalistas, com a Grã-Bretanha competindo com a França pelo controle das rotas de comércio marítimo, e seguindo os mesmos passos geoestratégicos da República de Veneza. Conforme seu império aumentava, a lógica capitalista perdia força para a lógica territorialista, e a Grã-Bretanha passava a moldar seu império ao estilo do Império Espanhol. O Império Russo, o outro Estado territorialista da época, substituíu a França como novo arquirrival.

A Índia Britânica, como parte desse império, também experimentava as suas transformações globais, mudando ao longo do tempo o seu status no interior do Império Britânico. O que começara como uma colônia comercial, administrada pela Cia das Índias Orientais, numa lógica capitalista, se transformou mais tarde em uma colônia geopolítica submetida diretamente à Coroa britânica, seguindo a lógica territorialista do Grande Jogo contra os russos.

O culminar dessa mudança de status da Índia foi a mudança da capital colonial de Calcutá, sede de uma afluyente burguesia nas fábricas de juta e papel, para Nova Delhi, uma cidade que os britânicos edificaram vizinha a Delhi. A mudança de capital é uma expressão da mudança do poder sobre um território, segundo RAFFESTEIN:

O nascimento de uma capital não é um fato institucional, não exclusivamente, ou mesmo muito pouco, mas um fato sociopolítico que é a expressão de uma crise que, na maioria das vezes, nasce ao mesmo tempo da subida de um poder e do desaparecimento de um outro. Isso não implica, como se poderia pensar, que se trata de dois poderes concorrentes - o caso mais simples mas não necessariamente o mais frequente -, mas é possível que se trate de um só e mesmo poder que atravessa uma crise e que passa de uma situação de centralidade-marginalidade para uma outra. (1993, p. 191)

No caso da Índia, a crise que provocou a mudança do poder foi a Revolta dos Sipaios, em 1857. A conquista da Índia de fora para dentro causou um cerco e isolamento cada vez maior do heartland gangético, *locus* histórico do poder tradicional das velhas classes dominantes feudais indianas, e que de central passava a se tornar marginal na nova Índia que se desenhava. Políticas britânicas de tributação da terra atingiram a poderosa classe dos senhores de terras indianos criando insatisfação (MUKHERJEE, 2008, p. 22). A população, de tempo mais lento, também estranhava as rápidas mudanças em seu estilo de vida tradicional provocadas pela introdução do meio técnico-científico trazido pelo colonizador britânico. O resultado foi uma revolta religiosa, última arma que restava, contra o conquistador britânico impuro.

A rebelião dos soldados indianos, também chamado de sipaios, iniciou-se na Bengala e foi-se espalhando de modo caótico pelo norte da Índia até atingir Delhi. Lá, Bahadur Shah II, o rei de Delhi e último imperador mogol, basicamente já sem poder algum, aceitou a liderança da rebelião para tentar conferir uma certa coordenação aos rebeldes. A queda de Delhi foi interpretada pelos rebelados como a quebra da autoridade britânica, imprimindo mais força ao movimento (Ibid., p. 29-33). Henry Lawrence, comandante britânico escreveu ao Governador Geral: “a tranquilidade não pode ser mantida por muito mais tempo, a menos que Delhi seja rapidamente capturada”. (Ibid. loc. cit., tradução nossa)

Apesar, então, de ser uma revolta nacionalista e independentista, a Revolução de 1857 tinha um viés conservador, uma tentativa nativa de reagir às mudanças modernas, voltando à formação social do Império Mogol.

A revolta foi esmagada por tropas britânicas que haviam acabado de conquistar o Império Sikh, no Punjab, que, por sua localização estratégica para o controle do norte da Índia, recuperou sua antiga centralidade, sedimentada com a transferência da capital. A sabedoria tradicional hindu e indo-islâmica nada puderam contra as forças da indústria moderna, da ciência moderna e dos exércitos modernos trazidos pelos britânicos.

A capitalidade de Calcutá era por motivos funcionais. Era devido ao fato de ser o lugar de chegada do colonizador britânico, de acordo com a tipologia de capitais de Fawcett. Pois Calcutá não tinha o mesmo simbolismo da cidade de Delhi no imaginário indiano para ser capaz de centralizar em si a vida política da Índia. E além dessa falta de tradição política de Calcutá, o fato de a maioria dos sipaios rebelados ser de origem bengalesa, inviabilizou a continuidade da capital colonial numa região que se mostrou pouco leal. Fawcett explica:

Calcutá [...] era um depósito e base da Cia das Índias Orientais; daqui, como de suas outras bases nas costas da Índia, os ingleses se espalharam para o interior; e Calcutá naturalmente tornou-se o porto principal por causa de sua situação na beirada marítima da planície do Ganges. Até quando o poder britânico era consciente de sua dependência direta nas comunicações além-mar, sua capital para a Índia permaneceu no porto. A abertura do Canal de Suez e a construção de ferrovias na Índia diminuíram a importância relativa de Calcutá; e isso, junto com prestígio da tradição, estabelecido pelos governantes que vieram do noroeste, que Delhi é a capital imperial, e condições políticas na Bengala, levaram à transferência da capital para esta última cidade. (tradução nossa)

A geografia urbana da Índia colonial acompanhava essas transformações políticas e também se modificava. KHILNANI (p. 111) divide a fundação de cidades na colônia em duas fases: até o século XVIII e após o século XIX.

As cidades até o século XVIII eram construídas como portos mercantis com a finalidade de extração comercial e exibição de riqueza, como as cidades de Calcutá, Bombaim e Madras, hoje renomeadas, respectivamente, Kolkata, Mumbai e Chennai. O eixo central dessas cidades portuárias eram o cais e as docas, juntamente do forte e da casa do governador.

Refletindo a mudança de status da Índia britânica de colônia comercial para colônia geopolítica, as cidades do século XIX em diante cumpriam uma função de acampamento militar. Após a proclamação do domínio imperial, em 1858, mais de 170 cidades-acantonamento foram fundadas, ligadas entre si por estradas, ferrovias e telégrafos, numa nova geografia do comando.

O símbolo-mor das cidades dessa segunda fase, com a cara imperial que ganhava a Índia britânica, era a recém-fundada cidade de Nova Delhi. Verdadeiro monumento de exibição de poder e ordem, Nova Delhi (Ibid., p. 121 et seq.) era um espaço onde a última ideia imperial de poder poderia ser gravada no solo, era uma fantasia sublime de controle imperial sobre as fronteiras, era um núcleo urbano obcecado em ser mais uma capital do que uma cidade. Em suma, Nova Delhi era o resumo dos esforços britânicos para levantar a bandeira imperial no território indiano.

Portanto, desde seu início, o propósito fundamental de Nova Delhi era exibir poder imperial; ela nunca foi uma necessidade administrativa. A grande motivação para a construção da nova capital era, na verdade, a vaidade pessoal do então vice-rei em se consagrar com grandes feitos na história. Após isso, toda sorte de justificativas pós-fato foram inventadas para defender a mudança de capital de Calcutá para Nova Delhi (SENGUPTA, p. 25). A revolta de 1857 forneceu a oportunidade política para a mudança.

No mesmo ano da mudança da capital de Calcutá para Nova Delhi, Bengala foi reunificada, ainda que sem o tamanho antigo. Bihar, Orissa e Assam se tornaram províncias separadas, e Bengala ganhou o estatuto de província de governador, a mesma que desfrutava Bombaim e Madras. (METCALF, p. 186). Mas o gérmen do nacionalismo indiano, que desencadearia a independência três décadas e meia depois, já estava plantado.

3.7 Conclusão Parcial

A Índia era a principal colônia do Império Britânico. Apesar de o Império Britânico estar fundamentado em um sólido poder marítimo, a defesa da Índia não podia ser feita por mar, senão por terra, neutralizando a principal arma imperial. A expansão do Império Russo na Ásia Central gerou uma guerra não declarada entre os dois impérios pelo controle do Afeganistão, em que projetos ferroviários foram a principal arma de persuasão do Amir afegão. A fronteira noroeste da Índia teve um papel fundamental no Grande Jogo, pois era por onde os britânicos podiam pressionar o Amir e, ao mesmo tempo, a única fronteira da Índia, bem como de todo o Império Britânico, que precisava ser defendida de uma ameaça real de invasão terrestre.

A Linha Durand foi então traçada dentro de um contexto histórico-geográfico em que os britânicos buscavam acomodar os seus domínios imperiais no subcontinente com os domínios do Amir do Afeganistão para melhor proteger a Índia. A criação do Estado Islâmico do Paquistão em 1947 fez com que a fronteira ocidental da Índia recuasse da linha de fronteira política no Hindu Kush para a linha da fronteira religiosa do Thar/Punjab. O Paquistão herdou a Linha Durand, que passou a ser a sua fronteira com o Afeganistão. Contudo a Linha Durand representava um equilíbrio político provisório entre as capitalidades de Cabul e Calcutá, depois Nova Delhi. Não existia um terceiro poder capital no Vale do Indus à época em que a linha foi traçada.

O surgimento desse novo poder no subcontinente modificou as condições geográfico-políticas em que a Linha Durand foi traçada, tornando-a, de certo modo, obsoleta. Deixou de

significar a acomodação afegã para representar o incômodo do Afeganistão com o novo Estado do Paquistão. A porosidade dessa fronteira, quando misturada a uma realidade local constituída por fundamentalismo islâmico, nacionalismo pashtun, redes terroristas, e interesses imperialistas ocidentais, transformaram a Linha Durand em um dos maiores *hot spots* geopolíticos do planeta.

Quadro 3 - Quadro-síntese da Geopolítica Colonial Britânica

Identidade: A Índia não é hindu nem muçulmana		
Geopolítico	Geoideologia	Geoestratégia
Raj Britânico	Índia como Subcontinente	Integração territorial
Lorde Curzon, Thomas Holdich, Francis Younghusband	Império da Índia; <i>Forward School</i>	Anéis de Estados-tampões; Fronteiras Científicas
Halford Mackinder	Índia como Cabeça-de-ponte	Contenção do heartland russo

Capítulo 4 – Geopolítica da Índia Independente

4.1 Contexto Histórico da Grande Partição

Subjugada a rebelião de 1857, as forças componentes da civilização indiana, seja de origem hindu, seja de matiz islâmica, atingiram o seu mínimo histórico, um estado de obsolescência e incapacidade de responder aos desafios da civilização industrial, e que resultou na dominação estrangeira da Índia pelo Império Britânico, o expoente mais avançado da civilização industrial. A declaração da Rainha Victoria como Rainha de Todas as Índias e a formalização do estatuto colonial da Índia no ano seguinte marcam o início do Raj Britânico.

Sob as influências das ideias ocidentais surgem movimentos reformistas hindus que buscavam atualizar o hinduísmo à luz do pensamento moderno, bem como o renascimento da civilização indiana através desse novo hinduísmo.

No período que precedeu à Grande Partição da Índia, dois grupos políticos se destacavam entre as preferências das massas: a Liga Muçulmana (LM) e o Congresso Nacional Indiano (CNI). Algumas diferenças substanciais separavam as posições políticas de ambos mais do que a religião predominante de seus membros, tais como a mentalidade de seus dirigentes, a relação que mantinham com o governo britânico, e a solução quanto ao ‘problema das minorias’.

A LM foi fundada em 1906, com o apoio do governo britânico, para manter os muçulmanos afastados do CNI. De início era uma organização de classes superiores que não exercia influência entre as massas islâmicas (NEHRU, p. 534). De outro lado, no CNI, fundado em 1885, embora predominassem os hindus, possuía em suas fileiras membros de outros grupos religiosos, como sikhs, muçulmanos, cristãos, etc. Sua pluralidade o obrigava a pensar em função do nacional, a fim de agradar a todos os seus membros partidários. Era uma organização democrática, e que por meio de seus comitês locais buscava adestrar o povo com a prática democrática (Ibid., p. 540).

Entre os dirigentes da LM predominavam elementos feudais, cujo poder político permanente os perpetuava no comando da organização, ao passo que os líderes do CNI tinha uma visão mais moderna acerca dos direitos individuais e políticos, bem como das liberdades civis, sendo influenciados pelas ideias revolucionárias dos franceses, dos americanos, do constitucionalismo parlamentar britânico, ao que se acrescentaram depois as ideias socialistas e dos soviéticos (Ibid., pp. 534-7).

O CNI era anti-imperialista, e comprometido com uma Índia livre e unida. Embora só tenha assumido essa postura após a emergência de lideranças nacionalistas como a de Gokhale e Tilak. Inicialmente fora concebido pelo britânico Allan Octavian Hume, um ex-membro do Indian Civil Service, convencido da necessidade de organizar os sábios e intelectuais para alertar o governo britânico dos perigos derivados das más condições de vida dos indianos. Esse CNI original, que pleiteava por reformas que fortalecessem os direitos dos indianos em seu próprio país, não passava de um instrumento do governo britânico para controlar melhor os intelectuais e o povo, uma forma de fazer a revolução antes que o povo a fizesse, e dominou a política indiana por 20 anos até a fundação de outras organizações como a LM e a Hindu Mahasabha, fundadas no mesmo ano (P SINGH, pp. 183-4).

A LM lutava mais por privilégios para a comunidade muçulmana dentro do “status quo”, e por isso, evitava se chocar o governo britânico. Seus idealizadores, como Sir Syed Ahmad Khan (1817 – 1898) e Aga Khan (1877 – 1957) acreditavam na superioridade da educação britânica, e fundaram a Universidade Islâmica Aligarh com o objetivo de preparar os muçulmanos para ingressarem na administração pública, vista como oportunidade de ascensão social, de ‘fazer dos muçulmanos da Índia súditos capazes e úteis da Coroa britânica’. Hindus e parsis bem instruídos se destacavam tanto em cargos da administração pública quanto da indústria, mas os muçulmanos apenas tentavam melhor sorte nos serviços do governo. O que levou a LM a se afastar do CNI não era o fato dele ser ‘hindu’, mas o de seus líderes adotarem posturas agressivas e radicais contra o domínio britânico (NEHRU, pp. 479-82).

Quanto ao ‘problema das minorias’ ou ‘das comunidades’, ele afetava principalmente muçulmanos que viviam em áreas de maioria hindu. Este problema consistia em conciliar as aspirações das minorias e encontrar para elas proteção suficiente contra a ação da maioria. Na Índia, as minorias eram religiosas, e não étnicas, como na Europa. Não havia problemas religiosos na Índia. As diferenças religiosas entre as diversas comunidades eram, em geral, toleradas. As dificuldades que se atribuem ao ‘problema das comunidades’ é, na verdade, graças ao comunalismo, uma estreita mentalidade de grupo baseada na comunidade religiosa, mas cujo real interesse é obter poder político dentro do próprio grupo (Ibid., p. 536), e que está presente tanto na comunidade muçulmana quanto na hindu, como a HM (*Hindu Mahasabha*), equivalente hindu da LM. Seus líderes eram comunistas agressivos, sua visão era mais tradicionalista do que nacionalista, viviam numa guerra verbal irritante com a LM, e

seus partidários se envolviam constantemente em episódios de confusão e violência (Ibid., p. 543). Os sikhs não passaram isentos ao comunalismo e reagiram com a criação de organizações como a Shiromani Gurdwara Parbandhak Committee e Shiromani Akali Dal, fundadas na década de 1920 (P SINGH, p. 183).

Como solução, o CNI defendia que quaisquer divergências entre uma maioria e uma minoria religiosa em assuntos que afetassem os interesses especiais dessa minoria fossem decididas por um tribunal imparcial, ou até mesmo, um tribunal internacional. Já a LM advogava a criação de corpos eleitorais separados para os muçulmanos e pela sobre-representação dos muçulmanos, com mais cadeiras do que correspondiam a seu percentual na população. O efeito que essa separação teve foi que a maioria deixou de se interessar pela minoria. Um corpo eleitoral só força os candidatos a terem de dialogar com todos os grupos religiosos, e atender ao interesse de todos, a fim de ganhar mais votos (NEHRU, p. 538). Com corpos separados, um político muçulmano precisava apenas de votos muçulmanos para ser eleito, e um político hindu, apenas de votos hindus, prescindindo da busca pelo bem comum a ambas as comunidades.

Apesar de uma suposta ameaça que o predomínio dos hindus numa Índia independente representaria para os muçulmanos, não ficava claro de que maneira essa maioria hindu poderia afetar os interesses de uma minoria expressiva como eram os muçulmanos, concentrados em determinadas províncias, onde formavam a maioria até, e que seriam autônomas numa Índia independente e unida. Na realidade, nessas províncias em que os muçulmanos eram maioria, e formariam mais tarde o Paquistão, o ‘problema das minorias’ ficava invertido, e dizia mais respeito aos hindus do que aos muçulmanos (Ibid., pp. 538-9). Se a autonomia provincial naturalmente daria o poder político nessas regiões aos muçulmanos, então qual era o real temor que justificasse o separatismo?

De fato, na Província da Fronteira Noroeste, em que os muçulmanos formavam aproximadamente 95% da população, não havia temor aos hindus, uma vez que eram uma comunidade diminuta e ‘inofensiva’. Incrivelmente, nessa província o ‘hindu’ CNI conseguiu triunfar eleitoralmente graças ao apoio de Khan Abdul Ghaffar Khan (1890 – 1988), o carismático e pacifista líder dos pashtuns, e também conhecido como ‘Gandhi da Fronteira’, que orientava os nacionalistas pashtuns a votarem no projeto do CNI por uma Índia unida e independente (Ibid., p. 535).

A falta de apelo da LM junto às massas islâmicas refletiu no seu desempenho nas eleições provinciais de 1937, em que fracassou completamente nas províncias de maioria muçulmana do Punjab e do Sind, e parcialmente em Bengala, tendo êxito apenas um pouco melhor nas províncias de minoria muçulmana, mas não sendo a única organização muçulmana a obter assentos. A HM fracassou igualmente e não elegeu ninguém (Ibid., pp. 543-4)

O ‘problema das minorias’, na verdade, era mais um sintoma da realidade política e social do Punjab. Nesta província havia três comunidades expressivas – hindus, sikhs e muçulmanos –, estando os hindus e sikhs concentrados no Punjab Oriental, mas com minorias muçulmanas significativas, e os muçulmanos concentrados no Punjab Ocidental, mas com minorias hindus e sikhs significativas. A não resolução do ‘problema das minorias’ ou ‘das comunidades’ foi o que alimentou a ideia do Paquistão.

Nehru negava que houvesse um conflito religioso, mas sim uma disputa ‘entre os partidários de uma política nacionalista, democrática e socialmente revolucionária e os que queriam preservar os restos de um regime feudal’, e que a religião servia apenas de fachada (Ibid., p. 553).

4.2 Os Pais das Nações

Dentro da LM, se destacava a figura de Muḥammad Ali Jinnah (1876 – 1948). Oriundo de uma família originalmente hindu, Jinnah era um muçulmano xiita. Inicialmente era filiado ao CNI, mas depois se retirou da organização quando esta adotou uma visão em favor do desenvolvimento econômico e das massas, declarando que “não viveria sob nenhum sistema de governo baseado na noção da democracia ocidental”. Ele se via como um ponto de equilíbrio entre o CNI e o governo britânico. Dentro da LM, contudo, Jinnah tinha uma mentalidade mais avançada do que a de seus colegas muçulmanos. Contrastando com a pobreza geral dos líderes muçulmanos, Jinnah era um advogado político e tático, e não era atraído por cargos no governo como os outros, obtendo uma posição única dentro da LM, que lhe garantia mais respeito aos demais membros (Ibid., pp. 547-9).

Jinnah inventou a Teoria das Duas Nações (TDN) como solução ao ‘problema das comunidades’. Ele identificava a nação com a religião e, assim, deduz que na Índia existiam duas nações, uma islâmica e outra hindu. Também descreve alguns grupos religiosos como subnações (Ibid., p. 750). À primeira vista, a teoria não resolvia nada, já que membros de

ambas as nações islâmica e hindu se encontravam espalhados por toda a Índia. Porém foi útil para fundar uma ideia metafísica que serviu para o surgimento do conceito de Paquistão (Ibid., p. 551).

Jawaharlal Nehru (1889 – 1964) se opunha à divisão da Índia. Argumentava ele que, ao contrário das regiões hindus, as regiões muçulmanas seriam economicamente atrasadas e deficitárias, e só poderiam subsistir com ajuda exterior, concluindo que os principais prejudicados pela separação seriam os próprios muçulmanos. Também dizia que, havendo limitação do plebiscito ao eleitorado muçulmano o resultado poderia não representar necessariamente a vontade da maioria. Tanto no Punjab quanto em Bengala, a parcela de muçulmanos na população era cerca de 54%. Numa votação com vitória por maioria simples de 51% do eleitorado muçulmano que votasse pela separação, ter-se-ia que 28% da população estaria decidindo pelos 72% restantes – muçulmanos que votariam contra mais hindus que nem votariam. (Ibid., p. 748)

Jinnah concebia o Paquistão como um Estado-nação fundado sob a religião. Nehru critica essa ideia, lembrando que o Estado-nação já havia se tornado uma unidade pequena para existir de maneira independente e cedendo lugar para Estados multinacionais ou para grandes federações, citando o exemplo da URSS e dos EUA. A concepção de Nehru da Índia independente e indivisa (*Akhand Hindustan*, em hindí) era, portanto, a de um Estado multinacional, multiétnico, multirreligioso e secular, à semelhança dos exemplos anteriormente citados, numa continuação da Índia Britânica, mas em mãos indianas. E que, mesmo que a Índia se dividisse, ambas as partes acabariam preservando um laço de união, posto que esse era o sentimento básico de seu povo em sua visão, que a unidade da Índia era de ordem geográfica, histórica, cultural, entre outras, e que a tendência mundial de formação de grandes Estados ou federações os empurraria nessa direção (Ibid., p. 750).

Quanto mais se falava em Paquistão, mais se reagia, falando-se em *Akhand Hindustan* (Índia indivisa, em híndi). Essa era uma reação dialética antitética natural à tese da divisão da TDN de Jinnah no debate político. O coro de ambos os lados se alimentava mutuamente. Foi preciso colocar em questão a unidade da Índia para que seus defensores começassem a se manifestar. (Ibid., p. 752)

4.3 Delimitação da Linha Radcliffe

Lorde Mountbatten, bisneto da Rainha Victoria, é designado como o último Vice-Rei da Índia Britânica, com a missão de realizar a transferência de poder para os indianos, no máximo, até junho de 1948, data que posteriormente ele adiantou para 15 de agosto de 1947. Sir Cyril Radcliffe, um jurista sem qualquer tipo de experiência em fronteiras e no Subcontinente Indiano, foi nomeado como presidente da Comissão de Fronteiras, e recebeu de Mountbatten um prazo de cinco semanas para demarcar a fronteira que separaria os dois novos Estados. Assim que chegou a Nova Delhi, em 8 de julho de 1947, começou a delimitar a fronteira que desmembraria o Punjab (P SINGH, pp. 195-6), razão pelo qual a divisa é chamada de Linha Radcliffe.

Cyril Radcliffe entregou o mapa da divisão do Punjab em 9 de agosto de 1947, contudo Mountbatten reteve o mapa com o resultado da divisão das áreas em suas mãos até o dia 13, na antevéspera da data limite: “A responsabilidade de lidar com os distúrbios esperados após a divisão cairia sobre os novos governos de Índia e Paquistão. Ele não seria mais o Vice-Rei e o Governo Britânico não seria responsável por qualquer coisa que acontecer.” (Ibid., p. 196, tradução nossa)

Nenhuma medida no sentido de se evitar a violência contra as minorias de ambos os lados da nova fronteira foi tomada, embora Mountbatten soubesse da necessidade, pois ele queria evitar que os britânicos se tornassem objeto de ira das populações afetadas pela partição, conforme admitiu posteriormente em relatório ao governo:

“Do ponto de vista administrativo havia considerável vantagem na publicação imediata [das compensações] de maneira que as novas fronteiras [poderiam] tomar efeito em 15 de agosto, e os oficiais do Domínio correto pudessem estar em seus locais para olhar pelos distritos os quais foram alocados para seus lados, antes da data”. Mas do ponto de vista político, conforme ele comentou depois, “era óbvio que quanto mais tarde nós postergássemos a publicação, menor seria a reação de ódio sobre os britânicos” (Ibid., p. 196, tradução nossa).

Radcliffe, em uma carta escrita em 13 de agosto para seu enteado, também demonstra a mesma preocupação com a reação nativa indiana ao traçado da fronteira marcado de última hora entre os dois países:

Eu pensei que você gostaria de receber uma carta da Índia com uma coroa no envelope. Após o anoitecer de amanhã ninguém será novamente permitido usar tal item e, após 150 anos, o domínio britânico será encerrado na Índia – Vem abaixo a Union Jack na sexta de manhã e sobe – por um momento eu esqueci o que, mas ela tem uma roda girando ou uma teia de aranha no meio. Eu verei Mountbatten jurar

como primeiro governador geral da União Indiana na Casa do Vice-Rei na manhã e então eu me situo firmemente no aeroporto de Delhi até um avião da Inglaterra aparecer. Ninguém na Índia me amará pela concessão sobre o Punjab e Bengala e haverá aproximadamente oitenta milhões de pessoas com uma queixa que estarão me procurando. Eu não quero que elas me encontrem. Eu trabalhei e viajei e me preocupei – oh eu me preocupei o tempo todo (ROBINSON, p. 183, tradução nossa).

O acordo chegado entre o CNI, a LM, e os britânicos era de dividir o Punjab conforme a população (P SINGH, p. 191). Nehru sugeriu de se adotar a contiguidade religiosa da população para delimitar a fronteira. Distritos contíguos de maioria muçulmana ficariam do lado paquistanês, enquanto que distritos contíguos de maioria não muçulmana ficariam do lado indiano. Mountbatten aceitou a proposta e ainda acrescentou que o presidente da Comissão, no caso Radcliffe, poderia fazer ajustes de ganhos e perdas entre as duas fronteiras. (SINGH, 2009, p. 439-43).

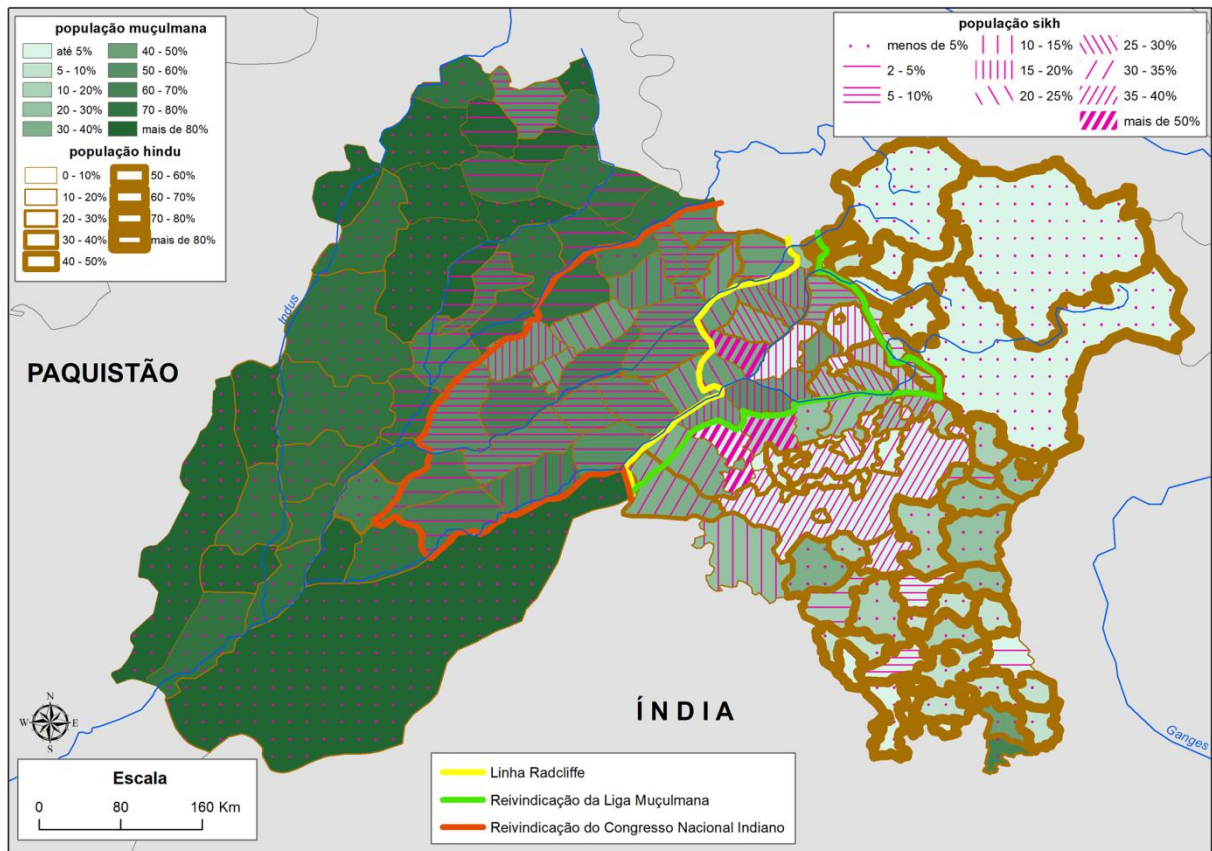
Contudo, apesar do critério da contiguidade ser o princípio básico que guiava o trabalho da Comissão de Fronteira, os termos de referência também diziam que ‘ela também levará em conta outros fatores’. Mountbatten, ao questionar o Secretário de Estado Lorde Listowell sobre o que significavam ‘outros fatores’, obteve como resposta que ‘outros fatores devem incluir a localização dos templos sikhs’ (JHA, p. 81).

Observando-se o mapa da Figura 12, se pode notar que na divisão do Punjab a Linha Radcliffe, quando comparada com o traçado fronteiro reivindicado pelo CNI ou pela LM, é o menor dos traçados. Talvez Cyril Radcliffe, preocupado com o impacto da divisão sobre os milhares de cidadãos residentes nas áreas afetadas – e a carta mencionada acima mostra um estado de preocupação de Radcliffe –, tenha tentado minimizar seus efeitos, e a parcela de responsabilidade dele mesmo no que aconteceria, buscando um traçado menor possível.

Também é possível perceber que Radcliffe buscou aproveitar os limites administrativos dos distritos e preservar suas integridades territoriais, a fim de talvez novamente minimizar os efeitos da divisão e facilitar a identificação dos novos limites fronteiros pelos oficiais e autoridades. Apenas um distrito se viu cortado territorialmente pela Linha Radcliffe.

Por fim também se pode ver que a Linha Radcliffe procurou aproveitar também o curso dos rios, quicá pela facilidade que estes oferecem para a demarcação fronteira, já que são referências fáceis de visualizar na paisagem.

Figura 12 – Mapa da Divisão do Punjab.

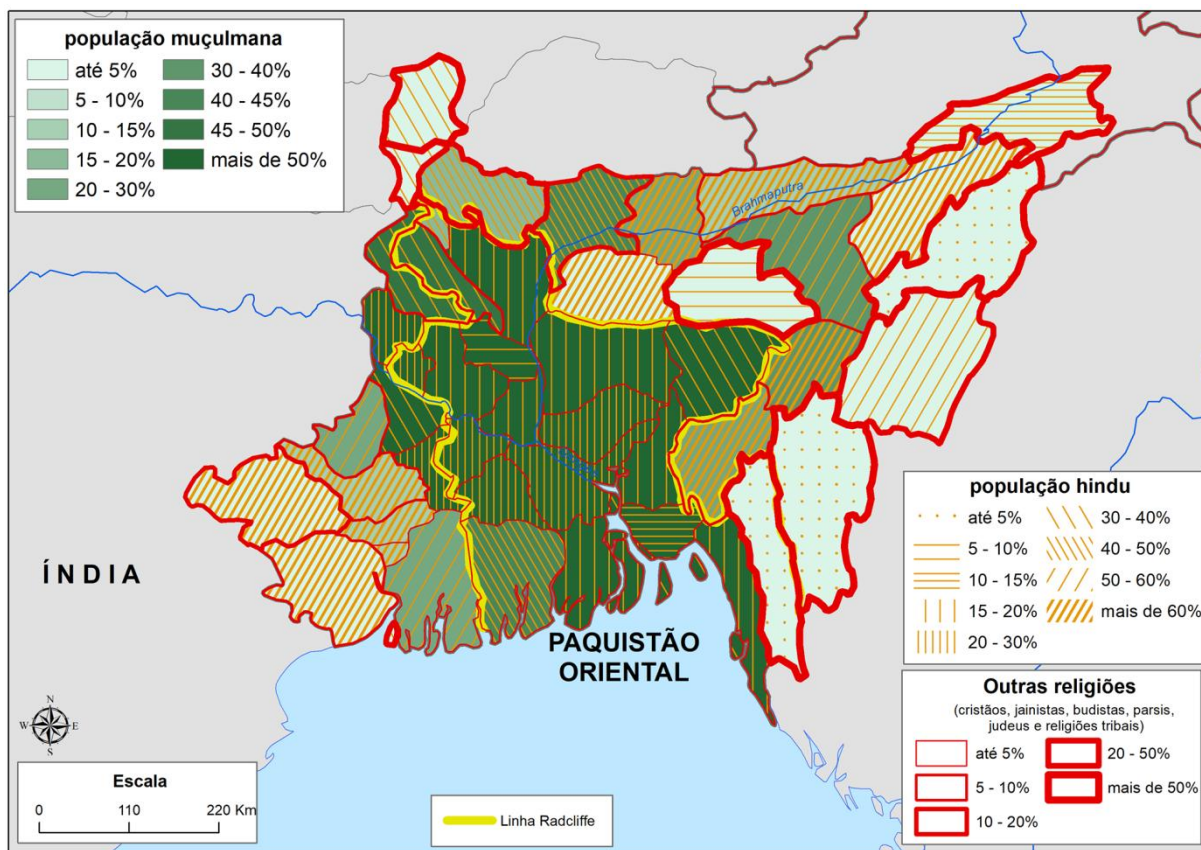


Do ponto de vista da teoria das fronteiras de Curzon, a Linha Radcliffe não se encaixa nem como uma Fronteira Natural nem como uma Artificial. Pois os rios, apesar de comumente utilizados como fronteiras, são no ver do Lorde um obstáculo natural facilmente transposto e povoado por um mesmo povo em ambas as margens. O que é o caso do Punjab, em que apesar das diferenças religiosas, a língua punjabi é falada amplamente na província em ambos os lados da fronteira, e o gênero de vida camponês compartilhado pelas três comunidades religiosas. Assim, os rios do Punjab não separam, antes unem mais seus habitantes, para servirem de fronteira. Pode-se dizer o mesmo em relação à divisão de Bengala, em que a língua bengali é falada dos dois lados da fronteira.

Com relação aos ganhadores da Linha Radcliffe, muçulmanos acusam os hindus de terem sido favorecidos pelo fato de que a Índia recebeu distritos de maioria muçulmana, enquanto que o Paquistão não recebeu nenhum distrito de maioria hindu ou sikh. Isto pode ser verdade na divisão Punjab, contudo, quando levado em conta o destino dado às províncias de Bengala e do Sindh, vê-se que também foram dados distritos hindus ao Paquistão, apesar de, em termos absolutos a população muçulmana afetada ter sido maior, isto é em razão de sua

numerosidade. No entanto, quando analisada em termos relativos, nota-se que a quantidade de muçulmanos que migraram não foi tão alta assim, e que muitos ficaram na Índia, que hoje ainda abriga a 3ª maior comunidade islâmica do mundo.

Figura 13 – Mapa da Divisão de Bengala e Assam.



Fonte: Elaboração própria.

Os sikhs, por outro lado, se viram mais afetados. Constituíam em torno de 13% da população do Punjab, e não eram maioria em lugar nenhum (METCALF; METCALF, p. 242). Habitavam os distritos mais centrais, em torno de Lahore e da cidade sagrada de Amritsar, justamente a zona que ficava no cerne da Linha Radcliffe. V. P. Menon, conselheiro do Vice-Rei escreve:

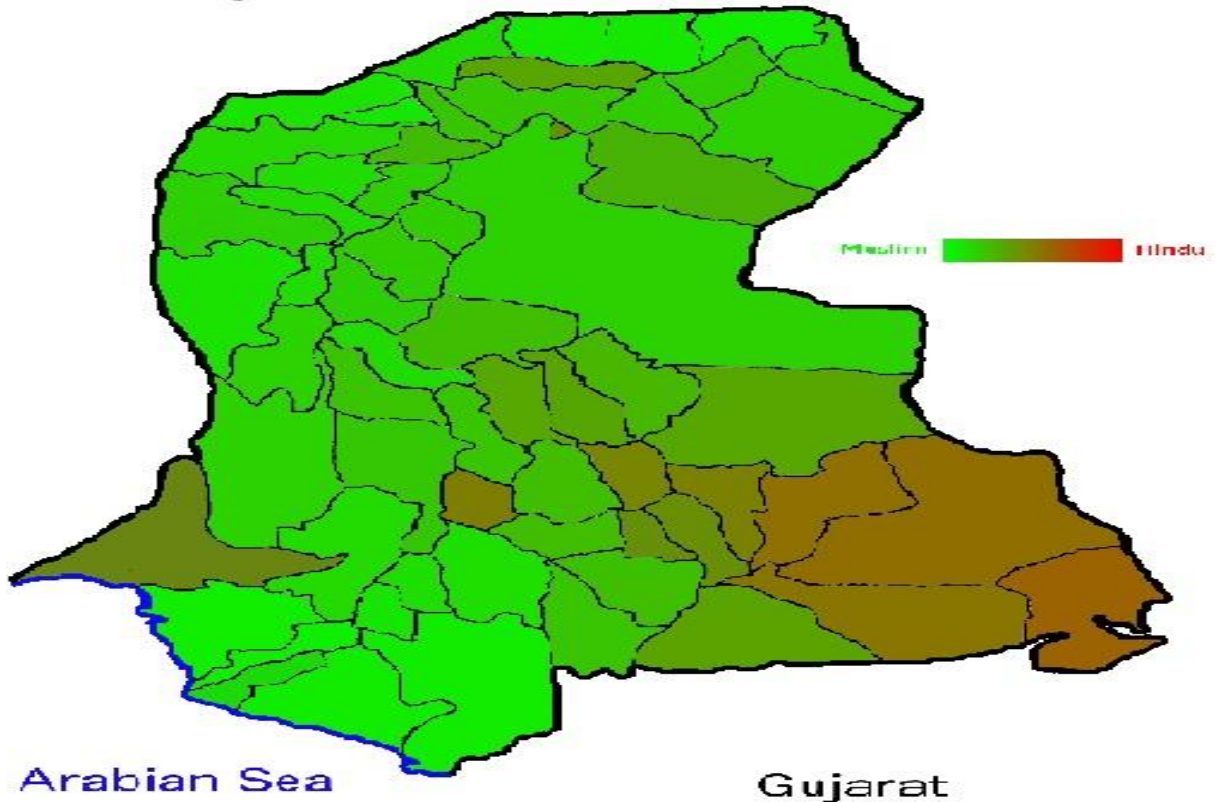
Tem de se reconhecer que os sikhs foram expulsos de suas casas contra todas suas esperanças e expectativas; que eles foram privados de suas terras e propriedades, seus templos e lugares sagrados; que suas perdas em homens e propriedades foram comparativamente maior que aquelas de qualquer outra comunidade afetada pela convulsão comunal; que quase 40% da comunidade sikh inteira foram reduzidas a penúria e tornaram-se refugiados com a necessidade de ter de começar a vida novamente. (SINGH, 2000, p. 194, tradução nossa)

Foi o ‘fator sikh’ que pesou para fazer com que o distrito de Gurdaspur ficasse para a Índia, segundo o autor Prem Shankar JHA. Em Gurdaspur havia dois importantes templos

sikhs – Dera Baba Nanak e Sri Gobindpur, e para compensar a perda de templos sikhs de grande relevância que ficaram em Lahore, do lado paquistanês, Gurdaspur, mesmo sendo maioria muçulmana, ficou para a Índia sob o critério de ‘outros fatores’. Deste modo, JHA nega que o objetivo da concessão do distrito tenha sido favorecer a Índia com um acesso a Caxemira por causa de uma estrada que se conectava com a província.

Figura 14 – Mapa da Distribuição Religiosa do Sindh em 1931.

Sindh Religion 1931



Fonte: SOUTH ASIA BLOG.

O porquê de o Sindh não ter sido incluído na partição é um questionamento válido. Alguns dos distritos do leste da província eram de maioria hindu, além de haver concentrações de hindus nas grandes cidades, como Karachi e Hyderabad. No entanto, todo o Sindh foi entregue ao Paquistão. Talvez aqui possa ter prevalecido uma concepção curzoniana de Fronteira Natural, uma vez que a província é separada do estado vizinho por formações naturais como o Deserto de Thar e o Pântano de Kuch (Figura 17). ou ter havido também uma compensação pela divisão do Punjab.

4.4 Consequências e Realidade Atual

A consequência mais drástica e imediata foi a migração forçada de milhares de hindus, sikhs e muçulmanos de um Estado para o outro. Após a revelação da nova fronteira, 5 milhões de não muçulmanos e mais de 5 milhões de muçulmanos se viram morando no país errado, e tiveram de trocar de lado, provocando o maior movimento migratório da história, com, no mínimo, 10 milhões de pessoas abandonando os vilarejos em que viviam havia gerações. Em meio a surtos de violência entre migrantes de diferentes comunidades que se cruzavam, ladrões, saqueadores, aproveitadores e bandos de extermínio no caos que se seguiu à Partição, as estatísticas mais citadas indicam 1 milhão de mortos num intervalo de meses, porém outras estatísticas apontam até o dobro de mortes. As mulheres também sofriam um drama à parte, sendo alvos de estupros, raptos e sendo forçadas a se casarem com seus sequestradores, quando não preferiam se matar, ou eram mortas por seus cônjuges ou pais, para evitar a desonra. E as que conseguiam escapar de seus raptos, muitas acabavam sendo rejeitadas de volta por suas famílias. Acredita-se que entre 80 e 150 mil mulheres tenham desaparecido (COSTA, p. 194-5).

Um clássico literário que retrata esse episódio traumático da história da Índia é o livro *Trem para o Paquistão*, do escritor Khushwant Singh. O livro se passa na aldeia fictícia de Mano Majra, no Punjab, próxima à fronteira com o Paquistão, na época da Partição. Baseada em histórias que o autor ouviu no caminho entre Lahore e Nova Delhi às vésperas da independência, a novela pode ser considerada um retrato fiel dos acontecimentos do período. Nela o articulista sikh descreve o seguinte cenário como pano de fundo para o início da história:

No verão anterior, tumultos precipitados por notícias da proposta de dividir o país em uma Índia hindu e um Paquistão muçulmano haviam estourado em Calcutá, e em poucos meses o número de mortos havia chegado a milhares. Muçulmanos diziam que os hindus tinham planejado e começado a matança. De acordo com os hindus, os muçulmanos eram os culpados. O fato é que ambos os lados matavam. Ambos atiravam e esfaqueavam e davam golpes de lança e porrete. Ambos torturavam. Ambos estupravam. De Calcutá, os tumultos se espalhavam para o norte, o leste e o oeste; para Noakhali, em Bengala Leste, onde os muçulmanos massacravam hindus; para Bihar, onde os hindus massacravam muçulmanos. Mulás percorriam o Punjab e a Província Fronteiriça com caixas de crânios humanos supostamente dos muçulmanos mortos em Bihar. Centenas de milhares de hindus e sikhs que tinham vivido por séculos na fronteira noroeste abandonaram suas casas e fugiram em direção à proteção das comunidades predominantemente sikh e hindus do leste. Viajavam a pé, em carros de boi, amontoados em caminhões, pendurados nas laterais e em cima dos trens. Ao longo do caminho – em trechos rasos de rios, em encruzilhadas, em estações de trem – colidiam com enxames de muçulmanos em pânico fugindo para o oeste. Os tumultos haviam-se tornado um motim. No verão de

1947, quando a criação do novo estado do Paquistão foi formalmente anunciada, dez milhões de pessoas – muçulmanos, hindus e sikhs – estavam fugindo. Quando a monção chegou, quase um milhão deles estavam mortos e todo o norte da Índia estava armado, aterrorizado ou escondido. (K SINGH, p. 9-10)

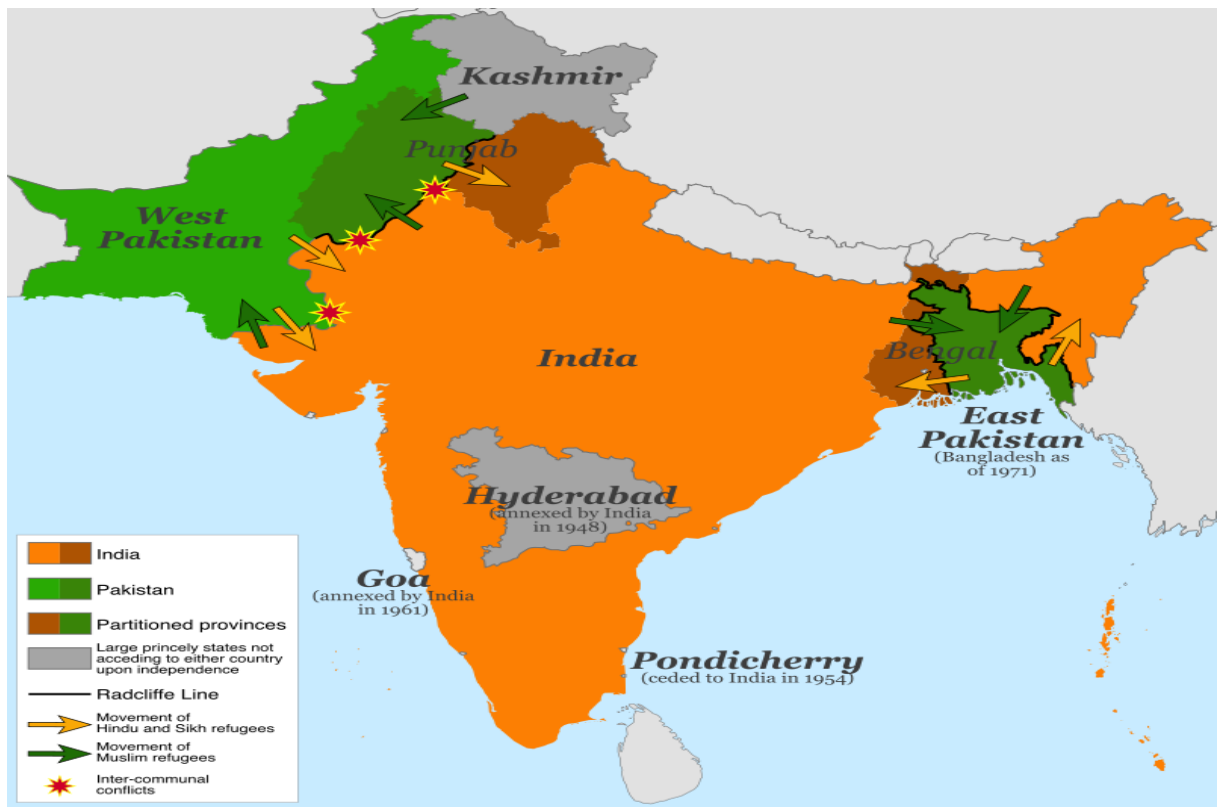
Iqbal, um jovem assistente social, é enviado por seu partido a Mano Majra para trabalhar com os refugiados que, acredita-se, apareceriam a qualquer hora no vilarejo fronteiriço. Em meio ao cenário de banditismo reinante no país, um roubo ocorre na casa de Lala Ram Lal, um agiota e único hindu local. Iqbal e Juggut Singh, o malfeitor sikh local, mas que se mantinha afastado do mundo do crime por causa de um relacionamento com uma amante muçulmana, são presos como suspeitos. Diante da falta de informações que levassem aos reais culpados, o chefe de polícia local queria indiciá-los para considerar o crime resolvido, mostrar serviço aos seus superiores e satisfazer a população.

Enquanto Iqbal e Juggut lutam na cadeia pela sua inocência, a independência do país ocorre. Mano Majra recebe milhares de refugiados hindus e sikhs do lado paquistanês da fronteira, que transformam o vilarejo em um caos de gente e reproduzem ali a lógica do comunalismo religioso. Ao mesmo tempo, soldados sikhs vêm para retirar os muçulmanos locais e embarcá-los para o lado paquistanês da fronteira. Quando Iqbal e Juggut Singh finalmente são soltos e retornam para Mano Majra, eles se espantam com a aldeia completamente transformada.

Correm informações de que o último trem de muçulmanos saindo de Mano Majra, sofreria um atentado na travessia da ponte para o Paquistão. Iqbal diante do caos e da violência religiosa, se esconde na gurdwara em que estava hospedado e assiste a tudo impotente. Juggut Singh, imaginando que sua amante muçulmana estaria no trem, tenta desativar a arapuca na ponte antes que o trem passasse. Ele desarma, salva os muçulmanos, mas não a tempo de sair da via, morrendo atropelado pelo trem. Fim da história.

Em decorrência dessa migração forçada por motivos religiosos, e que continuou nas décadas seguintes, apenas diminuindo de intensidade, mudanças demográficas significativas aconteceram, notavelmente no Paquistão. Enquanto a Índia secular e democrática manteve uma grande quantidade de muçulmanos em seu território, a porcentagem de hindus, sikhs e cristãos no Paquistão só foi declinando.

Figura 15 – Linha Radcliffe e os fluxos migratórios.



Fonte: Wikipedia.

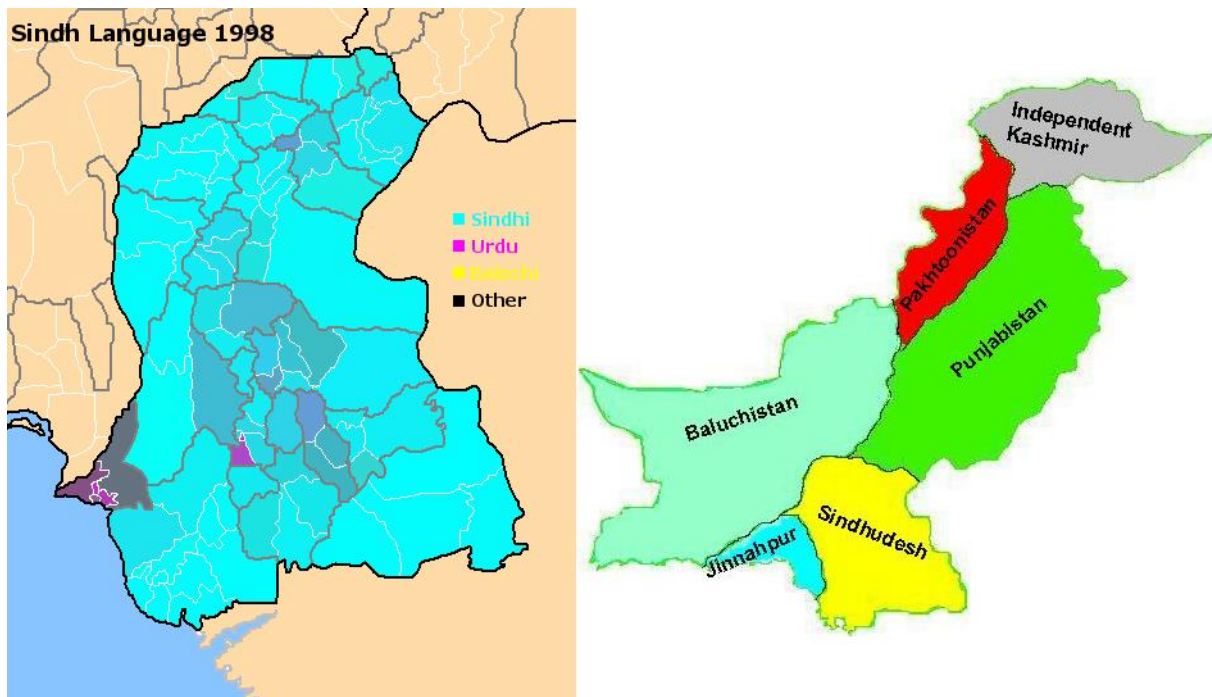
De outro lado, a migração de muçulmanos indianos para o Paquistão criou uma minoria étnica chamada de *mohajirs* (do árabe, ‘migrante’), que habitam principalmente a região de Karachi, onde se transformaram em maioria da população, conforme se pode ver no mapa da Figura abaixo, em que o urdu, língua gêmea do híndi e falada pelos muçulmanos do norte da Índia, prevalece no entorno de Karachi, contrastando com a ampla utilização do idioma sindhi no restante da província.

Essa concentração de *mohajirs* numa mesma região do Sindh desperta o ressentimento dos nacionalistas sindhis em vê-los predominando na maior cidade e capital histórica provincial. A estigmatização que sofrem da sociedade local gera ideias de criação de uma província de maioria *mohajir* para eles viverem, e que seria chamada de Jinnahpur. Esse plano se baseava em supostos mapas encontrados do Paquistão original, imaginado por Jinnah, em que constaria uma província *mohajir*, e que depois foi desmentido.

A Caxemira, embora não fosse atingida pela Linha Radcliffe, emerge basicamente como um conflito decorrente da delimitação dela. Pois, assim como o Punjab, a Caxemira também era uma província plural e multirreligiosa. A mesma disputa ideológica entre concepções de Estado diferentes que se travou no Punjab e em Bengala se estendeu para a

Caxemira. A Índia de Nehru e sua ideologia secularista e multirreligiosa queria absorver a Caxemira, multirreligiosa, porém de maioria muçulmana, para provar que a Índia era capaz de abrigar e fornecer liberdade religiosa aos islâmicos. O Paquistão, por sua vez, sendo um Estado islâmico, reivindicava a Caxemira como fazendo parte de seu território e para provar perante os outros muçulmanos que era um Estado defensor dos muçulmanos e que não iria abandonar nenhum correligionário nas mãos de opressores infiéis.

Figura 16 – a) Mapa Linguístico do Sindh (esq.), b) e Plano de uma Possível Província de Jinnahpur (dir.).



Fonte: a) SOUTH ASIA BLOG; b) BNN

Toda uma série de infra-estruturas, tais como estradas, ferrovias, linhas de telégrafos, etc., que conectavam ambos os territórios antes da divisão, foram interrompidas para dar lugar a uma das fronteiras mais vigiadas do mundo. Apenas um ponto de passagem resta entre os dois lados do Punjab. Está na localidade de Wagah, e abriga uma cerimônia entre guardas fronteiriços dos dois países, que se provocam sob os gritos da multidão que os assiste, numa demonstração da forte rivalidade nacional que emergiu no período pós-independência.

A introdução de ideias ocidentais na Índia pelos britânicos incluiu o nacionalismo do tipo europeu. Contudo, numa colônia em que a diversidade étnico-linguística era tão grande, era quase impossível que o nacionalismo independentista indiano seguisse as mesmas bases ideológicas de seu correlato europeu, de tendência homogeneizante. Seria preciso fazer uma verdadeira limpeza étnica para homogeneizar o território do subcontinente. A religião então se

tornou o porta-voz do nacionalismo das massas, pois só ela era capaz de fornecer um fator comum que unificasse as ambições políticas do povo. E como havia no subcontinente duas religiões com um número de seguidores expressivo, o hinduísmo majoritário e o islamismo minoritário, a fronteira religiosa do Thar/Punjab se tornou a fronteira política da recém-nascida Índia independente.

O Vale do Indus, antes um membro atado ao corpo territorial principal da Índia, em que o Punjab fazia o papel de ligamento, e, a religião dos sikhs, o de união nevrálgica entre as duas religiões principais da Índia, ganhou vida própria como Estado, e o Punjab virou símbolo da divisão político-religiosa entre hindus e muçulmanos, causando um dos maiores movimentos migratórios da história durante a Grande Partição de 1947, após o qual ficou territorialmente dividido entre os dois novos Estados da região: Índia e Paquistão. A Índia fora amputada do Vale do Indus e ficara só com um toco do Punjab.

Dado o exposto até aqui, concluir-se-ia que a Índia teria três fronteiras possíveis, dependendo da geoideologia que se adotasse – 1) a Índia como um constructo geográfico-político, uma grande federação de estados do sul da Ásia; 2) a Índia como um território étnico, uma terra de arianos e descendentes do Rei Bhárat; 3) a Índia como uma lugar sagrado, um Estado religioso dos hindus. A Linha Durand seria uma fronteira política a separar as zonas de influência de Cabul e Nova Delhi; o rio Indus, a fronteira étnica que distingue os povos irânicos dos povos índicos; e a Linha Radcliffe, uma fronteira religiosa que delimita o Mundo Islâmico do Mundo Védico. Respectivamente as fronteiras das geoideologias 1, 2 e 3, representadas no mapa abaixo da Figura 17.

Na realidade, isso procederia se se adotasse o ponto de vista paquistanês da Teoria das Duas Nações. É o que fez o paquistanês Aitzaz Ahsan, advogado e político membro do Partido Popular do Paquistão (PPP), no livro *The Indus Saga and the Making of Pakistan* ao dizer que, numa tentativa de tornar a Linha Radcliffe a fronteira ‘científica’, ‘verdadeira’ e ‘real’ da Índia:

Ao longo de toda a história do subcontinente, o ‘limite fundamental’ foi a ‘linha Gurdaspur-Kathiawar’ ‘ que, ligando Gurdaspur, a Sudoeste, no Leste do Punjab, a Kathiawar, no Gujrate, junto ao Mar da Arábia, aproxima-se da atual fronteira indo-paquistanesa. (KAPLAN, p. 249)

Mas KAPLAN questiona esse ‘limite fundamental’ alegando que historicamente os grandes impérios que dominaram o norte da Índia foram capazes de controlar, sem problemas,

ao mesmo tempo Delhi e Lahore, a bacia do Ganges e do Indus (2013, loc. cit.). K. M. PANIKKAR, por sua vez, afirma que, devido à diferença climática, a divisão geográfica historicamente mais forte do subcontinente foi entre o norte e o sul, entre o Vale do Ganges e o Planalto do Decã, do que uma divisão no sentido leste-oeste (1955, pp. 31-2). Muitos impérios foram capazes de unificar o norte da Índia. Apenas três conseguiram unificar o subcontinente todo: o Maurya, o Mogol e o Britânico.

Em um ponto de vista nehruviano-indiano, a Linha Radcliffe seria uma fronteira econômica a separar um Estado feudal de um Estado industrial. Acontece que relações econômicas não aparecem em mapas, ao contrário da área ocupada por grupos religiosos, o que acaba dando essa impressão. Contudo o Mundo Islâmico não acaba na Linha Radcliffe. Ele continua pelo norte da Índia, representado pelas minorias islâmicas e pelos monumentos histórico-arquitetônicos deixados por dinastias muçulmanas pretéritas, miscigenado com o Mundo Védico até o Bangladesh, e atingindo o Sudeste Asiático.

A geoideologia de Nehru era, conforme já demonstramos, a Índia como uma grande federação, multirreligiosa e multi-étnica. Para ele, a fronteira real da Índia seria a Linha Durand, a fronteira de uma Índia enquanto um constructo histórico-geográfico a ocupar o Sul da Ásia. Isso se coaduna com sua ideia de que a Índia secular e independente era uma continuação da Índia Britânica, porque, para os britânicos, a Fronteira Científica da Índia era a Linha Durand, conforme o apregoado pela escola de pensamento de Lorde Curzon. A seu ver, a Linha Radcliffe representaria uma fronteira econômica, e não religiosa.

Figura 17 – Mapa das Três Fronteiras da Índia
AS TRÊS FRONTEIRAS DA ÍNDIA



Elaboração: Rafael Regiani
 Digitalização: Tito Lívio Barcellos Pereira

4.5 Geografia Comparada da Índia e Itália

A Índia e a Itália são dois países que possuem em comum a natureza peninsular de suas geografias, projetando-as em mares a partir de uma posição central no interior das bacias. Tal posição privilegiada em relação ao mar lhes rendem vantagens geocomerciais e geoestratégicas dentro de suas respectivas bacias marítimas, que, quando devidamente aproveitadas por um poder político forte na península, foram capazes de erigir civilizações e impérios notáveis na história mundial, como o Império Mogol na península hindustânica e o Império Romano na península itálica.

Por outro lado, a natureza peninsular tem seu ponto fraco no fato que uma grande quantidade de baías e enseadas boas para portos comerciais cria em torno delas elites regionais que disputarão a hegemonia e, sem um vencedor que se sobressaia, fragmentarão e enfraquecerão o interior da península. Foi assim que a Índia e a Itália conheceram, em diferentes épocas e lugares, reinos de origem costeira que tentaram com maior ou menor grau de sucesso se expandir para o restante da península, e consumiam seus recursos em guerras com os reinos vizinhos, declinavam e davam origem a outros reinos que cresciam em detrimento do anterior. Entre os que tiveram mais sucesso regional, destacam-se os impérios

Maurya, Chola e Marata na Índia, e as repúblicas de Gênova e Veneza, além do Reino das Duas Sicílias, na Itália.

Ao norte, os dois países se conectam ao continente por uma planície fluvial, a do rio Ganges, na Índia, e a do rio Pó, na Itália, que, comprimidas por cadeias montanhosas ao norte (Himalaia e Alpes) e ao sul (Gates e Apeninos), acabam concentrando a maior parte da população do país, bem como a rede urbana e o parque industrial mais desenvolvidos. Sendo essa planície a única saída terrestre da península para a massa continental, acaba concentrando nela grandes pressões oriundas dos territórios vizinhos, motivo pelo qual a Índia e a Itália sofreram na história inúmeras invasões de povos vizinhos através da fronteira setentrional, como persas, afegãos e turcos para a primeira, e cartagineses, bárbaros germânicos e austríacos para a segunda.

Controlando essas planícies surgem, verdadeiras fortalezas, bastiões da resistência contra os invasores da fronteira norte, casos de Delhi e Milão. Terrestres por natureza, acabam sendo inacessíveis às frotas dos reinos costeiros, que perdem sua maior força na luta pela hegemonia peninsular. Na Índia, todas as vezes que houve unificação, ou quase unificação, passou-se pela conquista de Delhi, caso dos sultões turcos, dos mogóis e da Índia colonial britânica; na Itália, a unificação do país teve o caminho aberto quando o Reino de Piemonte-Sardenha tomou Milão dos austríacos.

A localização de Delhi é estratégica para o controle da Índia porque a cidade se encontra na saída de um corredor que une as planícies do Indus e do Ganges. Ao norte da cidade, há as montanhas do Himalaia. E ao sul, há as colinas de Aravalli, um grupo de montanhas mais antigas e desgastadas, e por isso, com uma altitude média menor que o Himalaia. Assim, os exércitos invasores tinham de passar por Delhi para adentrar na Índia. O deserto de Thar forçava os exércitos a subirem a planície do Indus até a altitude de Delhi, frustrando qualquer tentativa de invasão da Índia pelo litoral, contornando as colinas de Aravalli pelo seu flanco sul.

A localidade de Delhi se revelou uma fortaleza natural para o controle da Índia. De um lado, sua posição privilegiada entre as montanhas permitia deter os eventuais invasores. Do outro, sua proximidade com a planície do Ganges, o heartland da Índia, permitia à cidade arrecadar da região os recursos que necessitava para sustentar seu poder²³. Foi assim que,

²³ “A capital se apóia, em geral, numa ou em várias regiões, controla uma ou várias nações ou, enfim, se inscreve em grandes espaços. Por quê? Porque nenhuma capital pode possuir nela própria os recursos necessários ao

após a conquista completa da planície gangética pelos afegãos no início do século XIII, o poder real tornou-se centralizado em Delhi (FAIRGRIEVE, p. 262).

O geógrafo britânico Charles Bungay FAWCETT classifica as cidades capitais em cinco tipos, de acordo com a posição que ocupam no território dos países (1918, p. 238): 1) “capitais naturais”, aquelas que ocupam o nodo dominante da região em que o estado se desenvolve, capitais tais como Paris, Londres, Moscou, etc; 2) “base fronteiriça principal”, quando um país tem por muito tempo só uma fronteira exposta, categoria em que se encaixam Delhi, Pequim e Edimburgo; 3) “lugar principal de entrada”, local por onde conquistadores ou colonizadores adentraram em um território, geralmente capitais de colônias, como Calcutá, Rio de Janeiro, e Buenos Aires, segundo Fawcett; 4) “capitais artificiais”, sítios deliberadamente escolhidos para servirem de capital, como Washington, Ottawa, Canberra e Madri; e 5) “nodo de grandes rotas, mas sem ser o foco principal da região”, capitais que, de acordo com Fawcett, são dotadas de uma nodosidade mais imperial, ou federal, do que nacional, categoria em que ele classifica Viena e Istambul.

Cada soberano islâmico que passou por Delhi construiu sua cidadela. Então, se Roma possui sete colinas, Delhi tem sete cidades²⁴, cidades estas que, na Teoria da Sãptaṅga de Kauṭilya correspondem ao elemento ‘Forte’, e desempenham a mesma função defensiva que as colinas de Roma.

James FAIRGRIEVE, discípulo de Mackinder, comenta sobre a posição de Delhi:

Sind e o Vale do Indus, inclusive o Punjab, apesar de darem seus nomes a toda uma terra, formam só a antecâmara da Índia, para a qual há uma passagem comparativamente estreita, com 150 milhas de largura, entre o deserto indiano e o Himalaia. Ao fim desta passagem fica Delhi. E aqui, também, a real planície é a mais estreita (p. 262, tradução nossa)

Os passos de Khyber e Bolan são a porta de entrada do subcontinente; Delhi, a porta de entrada da Índia. Khyber e Bolan são as portas de entrada do quintal; Delhi, a da casa. Agra, uma cidade que fica na mesma região de Delhi, e portanto, em situação geográfica similar, foi durante alguns anos a capital escolhida por alguns imperadores mogol, como Shah Jahan, que ali construiu o Taj Mahal. Mas no final das contas, as vantagens geográficas de

exercício do poder. Ela pode reunir, drenar ou coletar recursos úteis, mas é pouco capaz de gerá-los por si mesma. Se tal fosse o caso, tratar-se-ia de uma centralidade pura, que não pode existir” – RAFFESTEIN, p. 196.

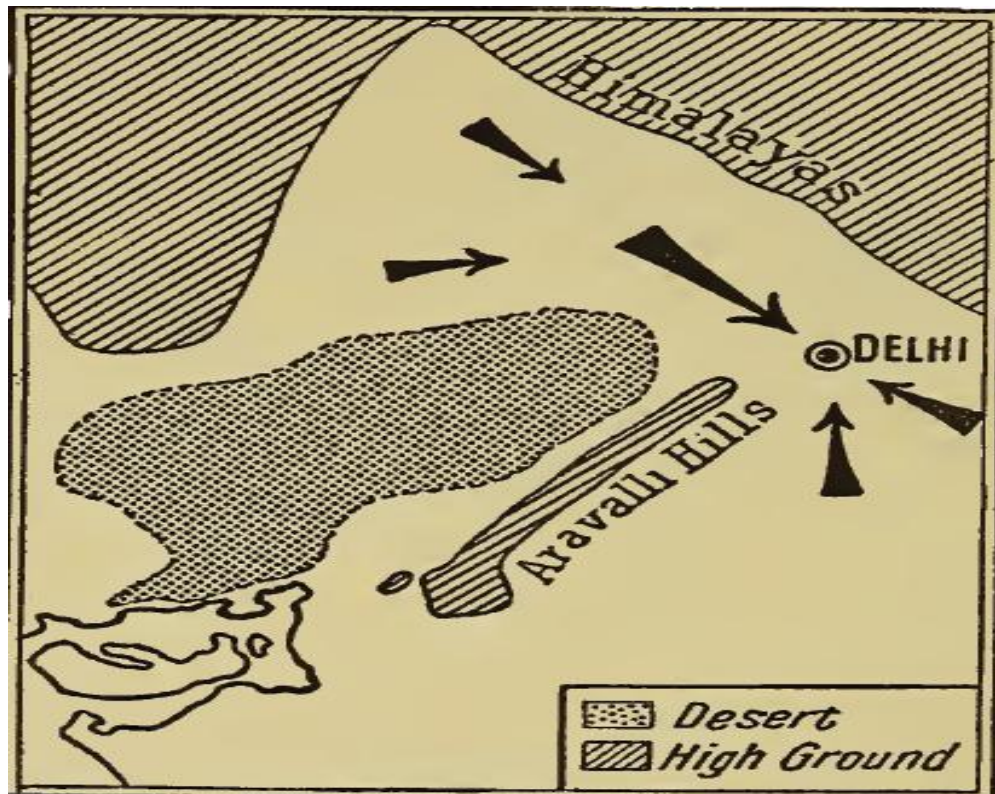
²⁴ As sete cidades históricas de Delhi são: Lal Kot, Mehrauli, Siri, Tughlaqabad, Ferozabad, Dinpanah, e Shahjahanabad.

Delhi sempre foram maiores e a sede do poder acabou retornando para ela. Conclui FAIRGRIEVE, sobre a capitalidade natural de Delhi:

Atrás dela está a terra muçulmana; na frente a terra, nunca inteiramente muçulmana, que tinha de ser governada; para ela rotas de ambos convergem. Aqui está a capital natural da Índia ao norte do cinturão de florestas, de modo que, repetidas vezes, da época quando o norte foi pela primeira vez organizado pelos muçulmanos até nossos dias, algum ponto dentro de um raio de poucas milhas foi escolhido como o centro organizador e chamado de Delhi. (p. 263, tradução nossa)

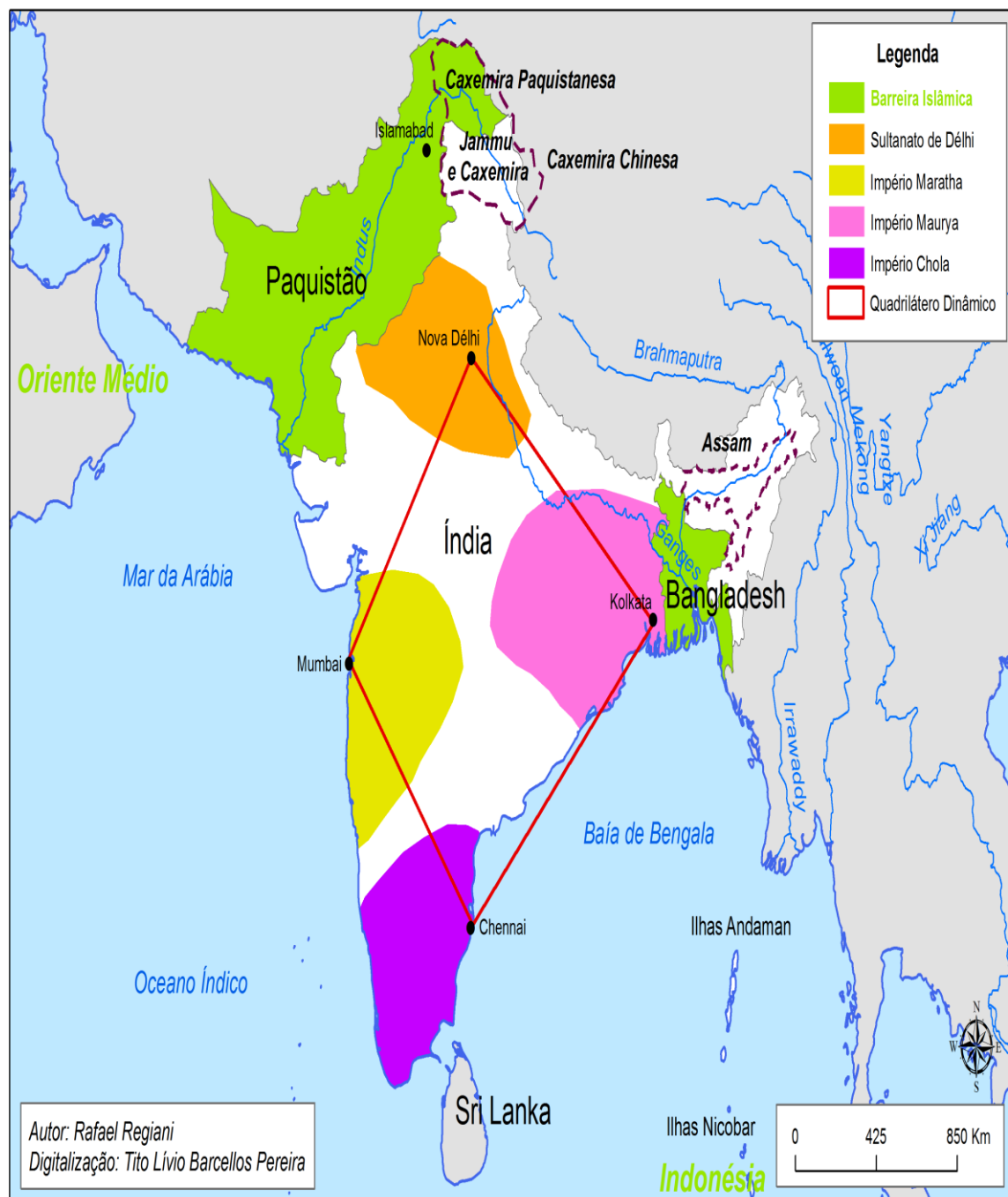
FAWCETT é da mesma opinião, e endossa: “Assim, Delhi, no portão entre os Himalaias e o Deserto Indiano, guardando a planície do Ganges contra ataques da vulnerável fronteira noroeste, tornou-se a capital dos impérios militares da Índia” (p. 239, tradução nossa).

Figura 18 – A Posição Estratégica de Delhi.



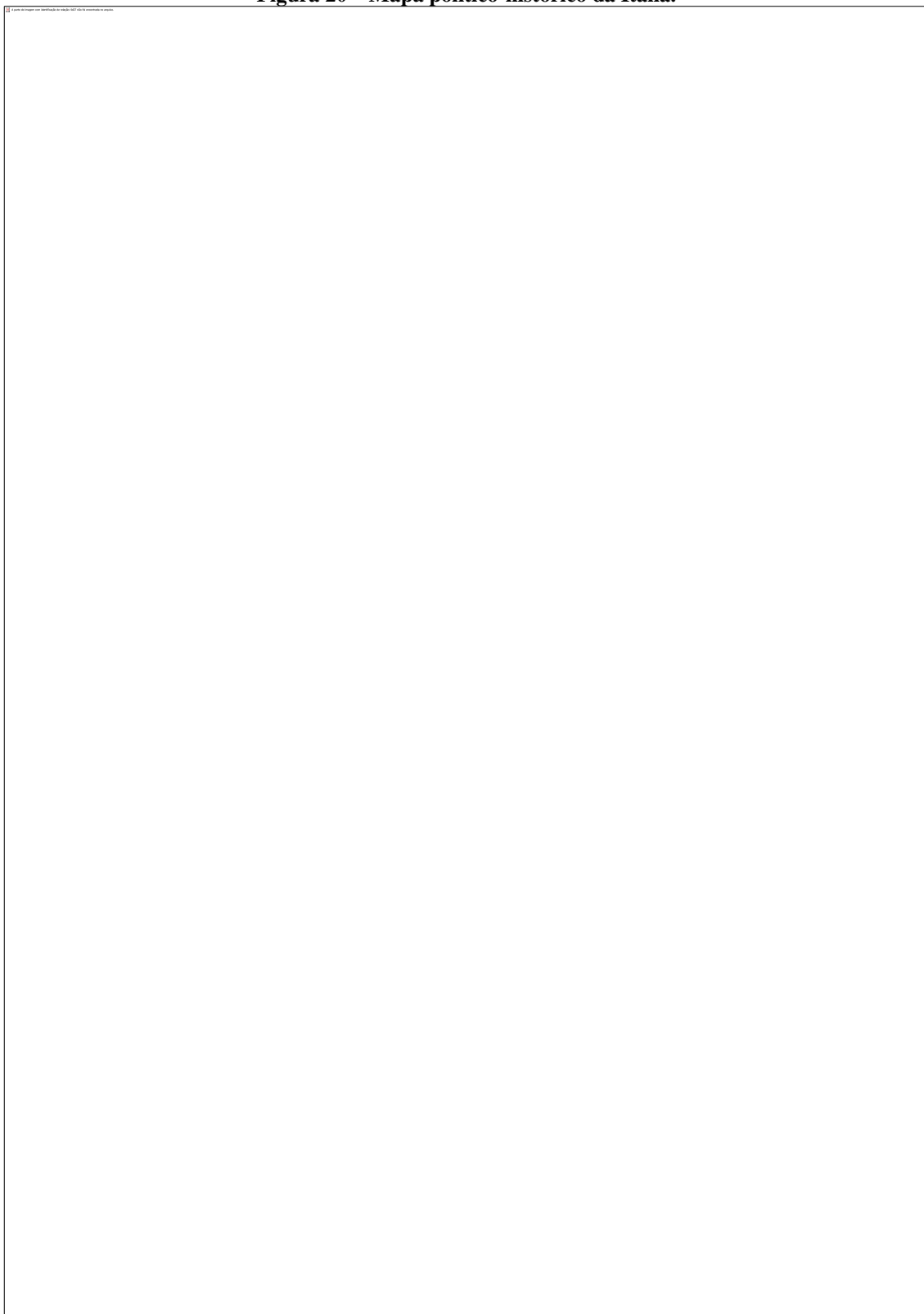
Fonte: FAIRGRIEVE, p. 262

Figura 19 – Mapa político-histórico da Índia.



Fonte: Elaboração própria

Figura 20 – Mapa político-histórico da Itália.



Fonte: Elaboração própria

Observando-se no mapa os territórios perdidos pela Índia quando da formação de seu estado independente moderno, Paquistão e Bangladesh correspondem às sobras, aos excessos do território indiano que, ficando de fora do quadrilátero dinâmico, escapam ao controle da economia. *Mutatis mutandis*, a Itália, quando de sua unificação, perdeu Nice e não foi capaz

de anexar Fiume, ambas as cidades fora do quadrilátero dinâmico italiano. Obviamente, a perda de uma cidade, dependendo de seu tamanho, não chega perto da perda de territórios inteiros capazes de formarem países, mas a ideia desta dissertação é encarar a geografia da Itália como uma minigeografia da Índia, ou a Índia, uma macrogeografia da Itália, com ambos os países apresentando problemas geopolíticos semelhantes – em virtude de suas semelhanças geográficas –, e com as diferenças correspondendo às diferenças de dimensão territorial entre os dois países – fenômenos geopolíticos semelhantes têm efeitos maximizados na geografia da Índia e minimizados na geografia da Itália –, ou às especificidades de cada país – particularidades geográficas, históricas, antropológicas –, que não possuem uma similar no outro país, e limitam o escopo da comparação.

Esse ponto de vista também era defendido por Karl MARX, que enxergava a Índia como a geografia da Itália mais as relações sociais da Irlanda:

Hindustão é uma Itália de dimensões asiáticas, o Himalaia está para os Alpes, as Planícies de Bengala para as Planícies da Lombardia, o Decã para os Apeninos, e a ilha de Ceilão para a ilha da Sicília. A mesma rica variedade nos produtos do solo, e o mesmo desmembramento na configuração política. Exatamente como a Itália, de tempos em tempos, foi comprimida pela espada do conquistador em diferentes massas nacionais, o mesmo nós encontramos no Hindustão, quando não sob pressão dos maometanos, ou dos mongóis, ou dos britânicos, dissolvido em tantos estados independentes e conflitantes quanto numerosas cidades, ou mesmo vilarejos. Ainda, num ponto de vista social, Hindustão não é a Itália, mas a Irlanda do Oriente. E esta estranha combinação de Itália e Irlanda, de um mundo de voluptuosidade e de um mundo de infortúnio, é previsto nas antigas tradições da religião do Hindustão. Esta religião é a uma só vez a religião da exuberância sensual, e a religião do ascetismo autotorturante; a religião do Lingam e da jamanta; a religião do monge, e da bailadeira. (1853, tradução nossa)

A província indiana do Assam também encontra-se fora do quadrilátero dinâmico e poderia ser considerada como sobra territorial da Índia. Contudo, menor e menos povoada que o Bangladesh, não teve poder político o bastante para cristalizar sua rebelião armada com a Frente Unida de Libertação do Assam em independência.

A centralidade de um lugar no sistema territorial deriva, segundo Raffestein, da tensão exercida por um *topos* sobre os demais pontos do território²⁵. Isso significa que a capital não pode ser qualquer cidade escolhida por uma mera convenção burocrática para despachar ordens, mas deve ocupar um *topos* favorável cuja posição em relação aos demais pontos do

²⁵ “A centralidade é, portanto, na sua essência, uma entidade com duas faces: um "topos" e uma "tensão". Topos e tensão que persistem, enquanto estiverem ligados, e que dinamicamente se traduzem por movimentos centrípetos ou centrífugos.” – RAFFESTEIN, p. 187.

território a permita exercer uma força centrípeta que dê coesão ao todo. Essa força centrípeta da capital é respondida com a força centrífuga das centralidades secundárias do sistema territorial, e o resultado é uma tensão geopolítica que se traduz em períodos de centralização e descentralização conforme o jogo de forças no território. Nos casos extremos a centralização excessiva provoca a expansão territorial com adesão de pontos dos territórios vizinhos ao da centralidade capital, e a descentralização excessiva resulta no separatismo e destruição do sistema territorial.

Apesar da semelhança geográfica em alguns aspectos, a Índia e a Itália optaram por localizar suas capitais em locais diferentes: a Índia em Nova Delhi, em um dos vértices de seu quadrilátero dinâmico, enquanto a Itália, em Roma, próximo ao centro de seu quadrilátero dinâmico. Essas diferenças se devem, sobretudo, às diferenças de objetivos nacionais entre os dois países. A Itália tem sua fronteira norte estabilizada e se considera um país mais mediterrâneo do que centro-europeu. A Índia não tem sua fronteira norte normalizada, e procura sair de seu isolamento subcontinental justamente por essa fronteira. Roma cumpre no território italiano um papel centrípeta, mantendo junto, em torno de si, as regiões da Padania e do Mezzogiorno. Nova Delhi exerce na Índia uma força centrípeta sobre território da Caxemira, muito mais importante para o estado indiano do que o Vale D'Aosta é para a Itália. A reação à atratividade de Nova Delhi se expressa na força centrífuga desempenhada pelo nacionalismo tâmil de Chennai, capital do estado de Tamil Nadu, no vértice oposto ao de Nova Delhi no quadrilátero dinâmico, e sua resistência ao híndi, a língua de Nova Delhi, como língua oficial do país.

4.6 Nova Delhi e a Geopolítica da Índia

Samuel Huntington, em sua Teoria do Choque de Civilizações, procura alertar a civilização ocidental da ameaça representada por uma aliança entre as civilizações Confuciana e Islâmica, que por meio da cooperação militar e o comércio de armas estariam tentando desafiar a hegemonia global da civilização ocidental. Em meio a este conflito, há o grupo de 'países divididos', um grupo de países que não fazem parte de nenhuma das civilizações em litígio, e buscam adaptar seus valores culturais aos de uma das duas, e tomar uma posição em relação ao choque. A Índia, integrante da civilização hindu, é um desses países.

Pensando de maneira semelhante a Huntington em termos de ameaça, mas quase um século antes dele, o nacionalista hindu Bipin Chandra Pal, em seus ensaios e artigos, usava

termos um pouco diferentes dos de Huntington. Em um ensaio intitulado *Nationality and Empire* escreve sobre o futuro conflito entre ocidentais e sino-islâmicos:

Esta combinação pan-europeia [que nós chamamos hoje de Ocidente] será uma ameaça muito séria ao mundo não europeu. Ele será obrigado a entrar em sério conflito tanto com o pan-islamismo quanto com o pan-mongolismo. Se a Europa puder resolver seus ressentimentos internos a tempo, ela será capaz de dominar facilmente ambos os mundos islâmico e mongol. Nada irá evitar a divisão, nesse caso, das terras muçulmanas de um lado, e da China, no outro. Mas isto não é muito provável. Levará, pelo menos, um longo tempo para as chancelarias européias esquecerem seus ressentimentos passados e rivalidades atuais, como vai levar para a China, agora que ela se enfraqueceu dos anos de sonolência, para por sua casa em ordem e organizar seu leviatã para controlar ela mesma contra o mundo todo. (PAL apud BANDIMUTT, 2006, p. 5, tradução nossa)

Com relação ao posicionamento da Índia neste confronto, Bipin Chandra Pal, no ensaio *Our Real Danger*, diz: “Nossa real ameaça virá não da Europa mas da Ásia, não do pan-europeísmo mas do pan-islamismo e pan-mongolismo” (Ibid., loc. cit.)

Sendo os chineses e os muçulmanos os maiores inimigos da Índia, ele defende que a então colônia britânica tome parte do Ocidente, mesmo o país ainda estando em luta por sua liberação do jugo colonial do Império Britânico e, portanto, nutrindo forte sentimentos anti-ocidentais. Bipin Chandra Pal era a favor da independência, mas não achava que os indianos pudessem expulsar os britânicos de uma só vez do país, pois ele não estava preparado para se defender sozinho dos vizinhos inimigos, logo a permanência das forças inglesas na Índia garantia a segurança do país contra uma possível invasão chinesa ou muçulmana. Em *Our True Safety*, Pal afirma:

[...] a conexão britânica pode sozinho oferecer esta proteção contra ambas as ameaças, a pan-islâmicas e a pan-mongol. [...] Nós temos de pensar na China de um lado, e na nova ameaça pan-islâmica, de outro. Os 60 milhões de maometanos na Índia, se inspirados por aspirações pan-islâmicas, juntarem-se com os principados islâmicos e potências que ficam ambos ao nosso oeste e noroeste, poderiam facilmente por um fim a todas nossas aspirações nacionalistas, quase a qualquer momento, se a atual conexão britânica for quebrada. (Ibid., p. 6, tradução nossa)

Ainda no mesmo ensaio:

Os quatrocentos milhões do império chinês podem, não somente, ganhar uma fácil posição na Índia, mas uma vez que tal posição é ganha, eles são as únicas pessoas sob o sol que podem nos oprimir por pura força física superior. [...] Este despertar da China é, além disso, uma ameaça muito séria – na atual condição de nosso país, sem um exército treinado e organizado e uma poderosa marinha própria – para a manutenção de qualquer independência isolada, porém soberana, do povo indiano. Mesmo se nós fossemos capazes de ganhá-la, nós nunca seríamos capazes de mantê-la, diante desta ameaça pan-islâmica e pan-mongol. (Ibid., p. 5, tradução nossa)

Nicolau Maquiavel, em sua famosa obra *O Príncipe*, disserta sobre a maneira pela qual um rei deve agir para fazer um bom governo e alcançar a virtude. No Capítulo III – Dos

Principados Mistos, conta como um rei deve proceder para dominar uma província em que língua, leis ou costumes sejam diferentes das da sua, uma realidade que se encaixa bem à Caxemira, e de uma maneira geral à Índia Colonial toda com seus inúmeros principados:

Quando se conquista uma província de língua, costumes e leis diferentes, começam então as dificuldades, sendo necessária uma grande habilidade e boa sorte para conservá-la. Um dos meios mais eficazes é ir o príncipe habitá-la. Se se está presente, vêem-se nascer as desordens, e pode-se remediá-las com presteza; no caso contrário, só se terá notícia delas quando não houver mais remédio. Além disso a província não será espoliada pelos lugar-tenentes. Os súditos ficarão satisfeitos com o mais fácil recurso ao príncipe: assim, terão maiores razões de amá-lo, se é o caso, ou de temê-lo. Os ataques externos serão mais custosos e o príncipe só muito dificilmente perderá essa província. (MAQUIAVEL, 1973, pp. 16-17)

Na física de Einstein, a matéria distorce o espaço, criando a atração gravitacional. Na geopolítica de Maquiavel, a capital, com todo seu peso político no território distorce o espaço geopolítico ao seu redor, criando um centro de atração política em volta dela. No conflito indo-paquistanês pelo controle territorial da Caxemira, as duas capitais exercem um papel fundamental na tentativa de conquistar o apoio e simpatia dos muçulmanos caxemires.

Após a independência, o governo indiano decidiu continuar com a capital em Nova Delhi, pois o maior acesso dos caxemires ao Príncipe é uma vantagem na disputa do território. O Paquistão fez o mesmo e, na década de 1960, mudou a localização de sua capital de Karachi para uma cidade nova chamada de Islamabad. Com uma capital menor e com menos história que Nova Delhi, compensou a influência da capital indiana com uma proximidade maior ainda da Caxemira.

Figura 21 – Fotografia do Portão Kashmiri, em Delhi



Fonte: IndiaNetzone. Construído em 1835, era o início de uma estrada que conectava Delhi com a Caxemira. Foi palco de duros confrontos na rebelião de 1857, donde os seus danos.

O poder ideológico também pesou na manutenção de Nova Delhi como capital, pois o nome de Delhi faz lembrar na mente de todo indiano muçulmano as glórias dos sultões de Delhi e dos imperadores mogóis. Então a capitalidade de Nova Delhi é uma forma de transmitir aos muçulmanos da Caxemira que a Índia moderna tem também uma ‘cabeça’ islâmica, e não excludente, como os muçulmanos temiam se ficassem na Índia. Sua legitimidade era sustentada pelas referências simbólicas às cidades imperiais anteriores nesse sítio, um cenário em que os britânicos apareciam sendo os maiores e decisivos conquistadores de Delhi, iluminados pela glória dos conquistadores islâmicos passados, lado a lado, com os Khiljis, Lodis e Mogóis (SENGUPTA, p. 27). O apelo aos muçulmanos caxemires que a capital paquistanesa faz é maior e mais direto ainda que o da Índia, já que Islamabad na língua persa quer dizer ‘cidade do Islã’.

Para romper seu isolamento regional, a Índia tem como saídas naturais a Ásia Central, o Oriente Médio, a Indochina e o Oceano Índico. Em qualquer uma delas, a Índia se depara com uma barreira islâmica que restringe a expansão de seu quadrilátero dinâmico. No vértice sul (Chennai), que se expande na direção do Índico Oriental, a barreira da Indonésia. No vértice oeste (Mumbai), que se expande rumo ao Índico Ocidental, a barreira do Oriente Médio, em especial a Arábia Saudita, que procura organizar os países da Península Arábica e vizinhança em seu favor, inclusive os países que costeiam o Índico Ocidental, como Omã, Iêmen, e Somália. No vértice leste (Kolkata), que aponta para a Indochina, a barreira do Bangladesh. E no vértice norte (Nova Delhi), que se dirige para a Ásia Central, a barreira do Paquistão na Caxemira.

Assim, na “geopolítica do *Maṇḍala*” a Índia se vê cercada por um cinturão islâmico ao seu redor como seu círculo primeiro de inimigos naturais, e se voltaria ao círculo dos países Ocidentais como sendo seus aliados naturais contra os estados islâmicos. Os escritos do nacionalista hindu Bipin Chandra Pal, e também a teoria do choque de civilizações de Huntington, vão de encontro com esta geopolítica. E nesta geopolítica, Nova Delhi cumpre uma tarefa ofensiva sobre a porta de saída da Caxemira. É como um rei em um jogo de xadrez, que, mesmo sendo a peça-capital do jogo, não quer dizer que tenha de necessariamente ficar protegida de ataques num canto do tabuleiro, mas também pode participar ativamente do jogo, apoiando outras peças de ataque e ajudando a ocupar espaços.

4.7 Conclusão Parcial

A Linha Radcliffe não foi traçada sob critério geográfico e seguiu uma outra linha de pensamento que não aquela de Curzon. E não poderia ser diferente. Sendo Cyril Radcliffe, um jurista e não um geógrafo, sua formação intelectual não lhe fornecia os instrumentos conceituais para uma concepção de fronteira mais geopolítica. Prevaleceram critérios de justiça e equidade típicos de um profissional da área do Direito. A repartição de territórios povoados por dezenas de milhares de habitantes foi encarada como se fosse uma divisão de bens de um ex-casal. Quando um distrito ficava do lado errado do de sua maioria contígua, o erro era compensado com outros distritos. Na realidade, essa compensação só provocava um segundo erro, pois agora mais populações se viam morando do lado errado da fronteira. O resultado não podia ter sido outro que não o de uma enorme migração de centenas de milhares de pessoas, provocando muitas mortes.

A Índia foi favorecida, recebendo distritos de maioria muçulmana no Punjab para ficar com Amritsar, mas o Paquistão saiu ganhando no Sindh, recebendo a província integralmente, incluindo distritos de maioria hindu. Em Bengala, a Índia recebeu distritos de maioria islâmica para que se mantivesse a navegabilidade até o porto de Calcutá. E como forma de compensação, distritos hindus foram dados ao Paquistão Oriental.

Também não foi democrático o processo adotado, já que, ao contrário dos habitantes dos *princely states*, os habitantes dos territórios sob administração direta britânica não tiveram a chance de se manifestarem sobre o país em que gostariam de viver. E isto por causa do curtíssimo tempo que a Comissão Fronteiriça dispunha para a elaboração da divisão. Um plebiscito sobre a separação demandaria muito mais tempo para ser organizado. E a pressa que Nehru e Jinnah tinham para a transferência do poder, e a pressa que os britânicos tinham para sair da Índia fizeram a todos preferirem um processo de divisão simples e rápido.

Quadro 4 - Quadro-síntese da Geopolítica da Índia Independente

Identidade: A Índia é hindu e muçulmana		
Geopolítico	Geoideologia	Geoestratégia
Jawaharlal Nehru	Akhand Bharat, Secularismo, Pacifismo, Panchsheel	Não-Alinhamento
Muhammad Ali Jinnah	Paquistão, Teoria das Duas Nações	Separatismo

Capítulo 5 – Geopolítica da Índia Pós-Guerra Fria

5.1 A Ascensão de Narendra Modi

Filho de um vendedor de chá de casta shudra, Narendra Modi ingressou aos nove anos de idade na RSS, época em que demonstrava admiração pela filosofia de Swami Vivekananda, célebre pensador que, influenciado pelo cientificismo e tecnologia trazidos pelo colonizador britânico, buscou fundar um hinduísmo mais moderno e progressista, capaz de absorver as lições das descobertas e inovações ocidentais (MARINO, p. 9). Tamanho interesse o fez nessa época pensar em virar sacerdote. Contudo, necessidade de diplomas para ingressar nos mosteiros, bem como desaconselhamento dos próprios sacerdotes de que Modi não tinha a vocação necessária, o fizeram mudar de ideia.

Seu estado natal, o Gujarat, possui cerca de um terço da linha de costa da Índia, e localizado de frente para estados muçulmanos na beira do Mar Árábico, estabeleceu com eles um rico intercâmbio comercial que levou, inclusive, ao florescimento de comunidades muçulmanas no estado. Assim a geografia do Gujarat imprime em seus habitantes uma mentalidade liberal comercial que se traduz na política por uma tendência de direita, quando comparada com a mentalidade interiorana dos habitantes de estados sem saída para o mar. (Ibid., pp. 10-11)

A ideologia de Modi é fruto, então, de seu meio sócio-geográfico: ter nascido em um estado de tradição comercial o inclinou na direção do liberalismo econômico; gostar de Vivekananda o empurrou na direção da RSS, a qual o fez tornar-se um nacionalista hindu. Consideramos o gosto como um exemplo de como o meio influencia através das oportunidades, ou falta delas, que oferece. Modi conheceu em seu meio um sujeito que lhe propiciou a oportunidade de estudar Vivekananda. Por outro lado, seu ascetismo pode servir de exemplo da falta de oportunidade de desenvolver hábitos menos abnegados impostos pela pobreza do meio.

Narendra Modi foi eleito em 2014, derrotando Rahul Gnadhi por uma expressiva margem de votos. A eleição findou a hegemonia do CNI após dez anos no poder com Manmohan Singh, e a volta do BJP ao poder após o mandato de Vajpayee. Sua vitória nas urnas foi marcada por acusações de fundamentalismo religioso por sua suposta responsabilidade no massacre de muçulmanos no Gujarat em 2002. Seria Modi um extremista? Representaria Modi uma mudança na geopolítica da Índia por uma nova orientação geoideológica? Por ser um governo ainda em curso sua obra ainda não está

finalizada para que se possa analisá-la por completo, mas se podem encontrar elementos para uma resposta em sua trajetória política até aqui.

Quando se fala em Modi, duas coisas veem à mente das pessoas: o seu suposto fundamentalismo hindu, derivado dos fatos de ter feito carreira no BJP, um partido assumidamente nacionalista hindu, e de sua administração no Gujarat ter sido marcada pela ocorrência de um massacre religioso e suas alegadas responsabilidades naqueles dias fatídicos. Vejamo-las.

5.1.1 Extremismo Religioso

Essa fama de Modi advém de um episódio de violência comunal ocorrido durante o seu governo no Gujarat em 2002. Após a morte de muçulmanos, Modi foi acusado de ter sido omissos e não ter feito nada para impedir a matança, omissão essa que seria graças a sua ideologia extremista Hindutva.

Hindutva ('Hinduidade', em hindí), é uma ideologia fundada por, entre outros, Vinayak Damodar Sarvakar (1883 – 1966), um brâmane maratha. Divergindo daqueles que viam o secularismo como o caminho para se criar uma Índia moderna, Sarvakar se preocupava em definir como seria o sujeito hindu moderno. Ao contrário das religiões abraâmicas, como o cristianismo e o islamismo, o hinduísmo não tinha um único livro sagrado, e sua diversidade de deuses e práticas tornam impossível que haja uma linha correta de praticar sua religiosidade. Em 1925, juntamente de outros brâmanes marathas, ele funda a RSS. (ABRAHAM, p. 115)

Sarvakar então se voltou ao território como forma de solução. O hindu não seria aquele que segue um determinado texto central ou um determinado profeta, mas aquele que cultua a Índia como sua terra sagrada. Para ser um hindu era preciso ter nascido dentro das fronteiras do território sagrado e, ao mesmo tempo, a origem e locais sagrados da religião estarem dentro dele. Enquanto sikhs, budistas e jainistas eram abrangidos por essa definição, os parsis, muçulmanos, cristãos, e judeus estariam excluídos da nação hindu, já que suas terras sagradas estão fora das fronteiras da Índia. Dessa imaginação do território sagrado dos hindus, Sarvakar chega à concepção da Índia como um Estado hindu (Ibid., p. 116). A Índia secular de hindus e muçulmanos se tornava a Índia ou dos hindus ou dos muçulmanos. Era impossível que a Índia fosse simultaneamente hindu e islâmica devido ao caráter estrangeiro desta última religião. A Índia era hindu ou islâmica.

Se, de um lado, os secularistas viam paradoxalmente a modernidade como culpada pelo status de colônia da Índia e, ao mesmo tempo, a modernização como solução para a independência do país, os nacionalistas hindus viam a Índia hindu da Antiguidade como gloriosa e vislumbravam uma Índia mais hindu do que já era como forma de reconstruir a grandeza perdida. Para os nacionalistas hindus, a decadência indiana começou não com a chegada dos britânicos, porém mais anteriormente, com os muçulmanos (Ibid., p. 115).

À fama de radical associada à RSS, um massacre marcou ainda mais a imagem de Modi com essa pecha. Esse massacre começou quando, em 27 de outubro de 2002, na cidade de Godhra, um trem repleto de peregrinos hindus foi incendiado por muçulmanos, provocando 59 mortes, incluindo crianças e mulheres. Episódios de violência comunal não eram novidade na Índia, e nem mesmo no Gujarat. Como das outras vezes, o ataque despertou fúria na população hindu, que respondeu com violência igual. Para piorar, no dia seguinte ao massacre, um encontro do *Vishwa Hindu Parishad* (VHP, ou Conselho Mundial Hindu) estava marcado em Ahmedabad, principal cidade do estado, o que significava que haveria uma grande quantidade de fiéis hindus, fornecendo pessoal extra para organizar a vingança. (MARINO, pp. 103 et seq.)

Mas uma investigação minuciosa dos fatos revela que Modi foi muito ativo nesse período, tomando muitas medidas para se evitar uma maior mortandade. Assim que as primeiras notícias do confronto chegaram, Modi se dirigiu rapidamente ao local dos fatos para ver a dimensão da tragédia. Ciente da gravidade dos fatos, solicitou ao governo federal quatro companhias de tropas antidistúrbios, e mais dez de forças paramilitares, além de mobilizar as próprias forças policiais do Gujarat na tentativa de conter a onda de violência. Ainda pediu para os estados vizinhos se poderiam contribuir com suas forças paramilitares, mas teve o pedido recusado. Curiosamente, todos eram governados pelo partido arquirrival, o CNI. Portanto, Modi fez o que podia para evitar a violência, sendo que dois terços das mortes ocorreram nos primeiros dias, quando as tropas contingenciais ainda não haviam chegado. (Ibid., pp. 107 et seq)

Não obstante não tenha evitado perdas de vidas, Modi ao menos foi mais ágil que outros governos do CNI quando se depararam com episódios passados de comunalismo. Em menos de 48 horas após o massacre de Godhra e só 20 horas após a primeira morte, soldados já estavam nas ruas. O CNI demorou mais para reagir com medidas em cenários semelhantes.

Mas, excetuando-se este episódio de violência comunal, nos demais doze anos que Modi esteve a frente do governo de Gujarat, prevaleceu a paz inter-religiosa.

Mesmo sem pedir desculpas publicamente após o massacre, pois acredita que poderia ser alvo de ataques tanto de seus adversários à esquerda quanto à direita com relação a sua responsabilidade no ocorrido, Modi nem por isso deixa de sentir remorso pelas vítimas. Mais de uma centena de campos foram criados para acolher e prestar assistência às vítimas, e Modi mesmo chegou a pensar em renunciar (Ibid., pp. 140-2). Mas optou por decidir seu futuro nas urnas, no que acabou sendo reeleito.

Apesar de ter feito carreira na RSS e ser candidato do BJP, Modi apenas os usou como um trampolim político. Após chegar ao poder, buscou afastar-se da imagem de extremista gerada por sua trajetória inicial, e tentando passar uma imagem de político moderado e centrista. Sua concepção de secularismo não é a de um Estado que promove a igualdade religiosa dando tratamento especial às minorias em face da maioria, mas tratando a todos igualmente, com a mesma regra (Ibid., p. 223). Um exemplo foi uma campanha que Modi liderou contra a construção de templos irregulares. Os que estavam nessa condição foram demolidos. Tanto mesquitas quanto templos hindus foram destruídos, mais templos hindus até, o que provocou fricção entre o governo Modi e alguns hindus extremistas do VHP, que chegaram até a chamar Modi de ‘Ghazni’ (Ibid., pp. 166-7), o imperador afgão-muçulmano que destruiu a cidade de Kannauj, conforme visto no Capítulo 2.

Outra forma de Modi mostrar que governava para todos foi por meio do desenvolvimento inclusivo. Sua filosofia acredita que, trazendo desenvolvimento, toda a população se beneficia, incluindo os muçulmanos pobres. De fato, nas eleições parlamentares de 2012, uma quantidade expressiva (>25%) de muçulmanos gujaratis votou em Modi. (Ibid., p. 184)

5.1.2 Promessa de Desenvolvimento

Modi elegeu cinco setores para servirem de pilares do seu programa econômico: água, energia, povo, educação e segurança. Cada um desses pilares foi considerado um shakti. Shakti, que em sânscrito quer dizer ‘força sagrada’, é a energia original e o perpétuo dinamismo do universo. É uma força feminina que representa mudança e libertação, e se personifica na deusa Kali. Os cinco shaktis de Modi foram agrupados no ‘panchamrut’, e receberam cada um nome próprio: ‘Jal Shakti’ para água, ‘Urja Shakti’ para energia, ‘Jan

Shakti’ para povo, ‘Gyan Shakti’ para educação, e ‘Raksha Shakti’ para segurança. (Ibid., pp. 195-6)

Inicialmente, Modi foi beneficiado em seu governo pela conclusão das obras da Represa de Sardar Sarovar no Rio Narmada, o maior do estado e um dos mais importantes da Índia, depois de décadas de atraso, o que permitiu a irrigação de milhares de hectares novos de terra em um estado amplamente semi-árido, bem como o aumento da geração de energia. Modi aproveitou o aumento da oferta hídrica trazido pela represa para desviar uma parte para o rio Sabarmati, que estava seco, beneficiando ainda mais a agricultura do estado (Ibid., pp. 171-2). Assim, dois de seus shaktis – o para água e o para energia – foram cumpridos.

Na filosofia econômica de Modi, todos os cinco shaktis estão interligados e provocam efeito positivos ou negativos uns nos outros. Água e energia influem nos shaktis do povo e da educação, pois o acesso à água diminuiu indicadores de doenças na população, e energia por 24 horas permite aos estudantes estudarem mais, melhorando o desemoenho da educação. Tudo isso se reflete na prosperidade geral, a qual acaba beneficiando também o shakti da segurança.

Modi, quando chegou ao cargo de Ministro-Chefe do Gujarat, ascendeu com um discurso de que queria “menos governo, mais governança”. Por esse “slogan” ele acreditava em menos regulação na vida das pessoas para apostar na capacidade delas de escolher o melhor jeito de gastar o seu dinheiro. Sua fórmula para o desenvolvimento econômico envolvia reduzir taxas e o tamanho do governo para estimular os indivíduos a produzirem, uma política liberal clássica. Mas Modi, apesar de acreditar na iniciativa privada e em livre mercado, não pode ser taxado de liberal no sentido clássico. Apesar de ter recebido um Estado com excesso de servidores, Modi não seguiu a receita liberal usual, que seria reduzir o Estado cortando gastos, incluindo o com pessoal. Modi sabia que os servidores tinham suas famílias para sustentarem e, se a eficiência do Estado era baixa, ele preferia estimular o setor público a aumentar sua produtividade. (Ibid., p. 173)

Contudo, essa fé na liberdade econômica individual contrariava certas posições de seu partido, cuja ideologia Hindutva deposita mais fé no coletivo do que no individual. A RSS tradicionalmente advoga um conservadorismo cultural hindu e, no campo da economia um socialismo gandhiano, desdenhando o livre mercado. Porém, apesar das divergências, o BJP manteve Modi como seu candidato nacional nas eleições para Primeiro-Ministro em 2014,

pois ele tinha popularidade e votos o bastante para ter chances reais de ser eleito e levar o partido de volta ao poder em Nova Delhi.

Essa mistura de progressismo tecnológico no campo da economia com conservadorismo religioso no campo da política levou Modi a ser comparado com Putin, como um exemplo de arqueomodernismo, ou modernização conservadora. (**OneIndia**, 2014). Modi rejeita o modelo de desenvolvimento pautado na tecnologia, especialmente a tecnologia de informação, como o seguido pela cidades de Bangalore e Hyderabad, no “Vale do Silício” indiano, porque o considera como concentrador de riqueza, ao invés de difusor do crescimento econômico entre toda a população. As empresas da área se instalam na cidade em busca de profissionais qualificadíssimos da ciência da computação, mas basta sair da urbe, indo na direção da zona rural, que não tem o porquê de essa mesma indústria se interessar por pessoas que mal sabem ler. Modi também desdenha o desenvolvimento econômico baseado no setor de serviços e bancário, como o seguido por Mumbai, pelo mesmo motivo. Sua administração almeja crescimento inclusivo, e não apenas crescer por crescer. (MARINO, pp. 221-2)

Por isso, sua política econômica consiste em atrair investimentos do capital produtivo, dos setores primário e secundário da economia, e que tradicionalmentr são a força do Gujarat. Modi acredita que este tipo de desenvolvimento beneficia mais a população como um todo, pois a indústria gera demanda, fornecedores de peças e outros ítems, que acabam criando mais empregos, gerando um efeito dominó positivo na população em sua totalidade. O crescimento pode ser mais lento frente ao dos setores mais avançados da economia, porém beneficia a mais camadas da população. (Ibid., p. 222)

O resultado de suas políticas inclusivas podem ser vistos nas estatísticas de desempenho econômico e social ao final do seu segundo mandato. O grau de liberdade econômica daquele que era o 5º estado em 2005 pulou para a 1ª posição em 2012. A taxa de crescimento econômico estadual, cuja média era de 2,8% antes de Modi, passou para 10,3% durante seus dois mandatos, acima até da média nacional do período, que foi 7,9%. O índice de pobreza no Gujarat, que era de 31,8% em 2004-2005, caiu pela metade para 16,6% em 2011-2012 (Ibid., pp. 220 et seq.) O Modi da época do massacre de Godhra havia ficado para trás, e ele havia construído uma nova imagem como um líder progressista. Em 2014 ele seria eleito com a missão de transformar toda a Índia num enorme Gujarat.

5.1.3 Política Externa

Modi, após ser eleito, quis dar à política externa indiana, muito marcada pela atitude de não alinhamento herdada de Nehru, uma nova face. Além da inclinação por Vivekananda no campo espiritual, Modi revela no plano político uma preferência por Sardar Patel e Subhas Chandra Bose, políticos congressistas que tinham uma visão mais realista e discordavam do idealismo nehruviano.

Sardar Patel foi o Ministro do Interior e homem forte do governo de Nehru, e recebeu dele a tarefa de unificar a Índia com seus milhares de *princely states* após a independência. Em sua homenagem, Modi instituiu o Dia da Unidade Nacional, e também construiu no Gujarat uma estátua de Sardar Patel que é a mais alta do mundo. Subhas Chandra Bose, por sua vez, era assumidamente fascista e, com a cooperação dos japoneses, montou um exército irregular para combater a presença britânica na Índia na 2ª Guerra Mundial. Algumas de suas ideias não são novas, mas já haviam sido defendidas pelo Partido Swatantra entre as décadas de 50 e 60, tais como a opção pela economia de mercado, o estreitamento de laços com os EUA, e o realismo na política externa. A preferência pelo Ocidente se dava porque ele contaria com mais recursos deste do que os do bloco comunista, além de apoiar a Índia contra a China. (PANDE, p. 62)

Diferentemente de Nehru, que queria fazer da Índia uma potência moral, Modi compreende mais a relação entre desenvolvimento econômico e projeção de poder. Daí que, enquanto Nehru apostava mais em discursos em fóruns internacionais, como forma de promover a liderança moral da Índia, Modi adota como estratégia a atração de investidores e empresas, indianas ou estrangeiras, a produzirem na Índia (Ibid., p. 89), um programa governamental que é chamado de *Make in India*.

Os cinco princípios da doutrina do Panchsheel da política externa de Nehru foram substituídos pelos cinco pilares do Panchamrit, que caracterizarão a política externa de Modi: *samman* (dignidade), *samvad* (diálogo), *samriddhi* (prosperidade compartilhada), *suraksha* (segurança regional e global), e *sanskriti evam sabhayata* (elos culturais e civilizacionais). Na mesma resolução em que anuncia a nova doutrina, o termo utilizado do início ao fim para se referir ao país foi de Bharat, e não Índia (**The Telegraph**, 04/04/2015). A Índia, construção secular e multiétnica dos britânicos, dá lugar à velha Bharat dos hindus, numa nova concepção de como o país vê a si mesmo e de como vê o mundo.

Contudo, o desejo de Modi de romper com o legado nehruviano na política externa não deve ser totalmente atingido, e sua política externa acabar sendo caracterizada pela coexistência de elementos de continuidade e de mudança em relação a Nehru (PANDE, pp. 88 et seq.).

5.2 Pashtuns: uma só nação, dois lados da fronteira

Os pashtuns são um povo que habita a região compreendida entre a planície do Rio Indus e as montanhas do Hindu Kush. Concentram-se assim no território de dois países: Afeganistão e Paquistão.

No Afeganistão eles ocupam, sobretudo, as porções leste e sul do país. Com uma população estimada em 13 milhões, equivalente a 42% do total, os pashtuns formam o grupo étnico dominante do país. Tal dominância fica perceptível quando, nos últimos anos, só 2 presidentes afegãos não eram pashtuns.

No Paquistão há uma população de pashtuns maior até que a afegã, de cerca de 29 milhões, mas com o status de grupo secundário, já que representam só aproximadamente 15% da população paquistanesa. Os pashtuns se concentram na província de Khyber-Pakhtunkwa, ex-NWFP, e na FATA.

Há entre eles uma oposição dialética entre *hukumat*, uma área com relativa autoridade do Estado, em que há governantes e governados, e *yaghistan*, a área que se encontra para além do *hukumat*, sendo, então, uma terra de rebeldes, em que as tribos se autogovernam.

Essa diferença é causada por dois gêneros de vida diferentes: o *nang* e o *qalang*. O *nang* (honra) é caracterizado pela produção de subsistência; o *qalang*, pelo pagamento de taxas e rendas. Um provérbio pashtun diz que “Honra (*nang*) devora as montanhas; taxas (*qalang*) devoram as planícies” (DURKIM, 2008/2009, p. 19, tradução nossa).

Os que viviam nas férteis planícies desenvolveram cidades, diferenciaram-se socialmente, criaram uma hierarquia com relações de patronagem-clientelismo de diferentes graus, passaram a viver do pagamento de taxas e rendas (*qalang*), e formaram um Estado que governa determinado território (*hukumat*). Aqueles que viviam em zonas montanhosas, de condições ambientais mais rigorosas, adotaram um gênero de vida voltado para a produção de subsistência e preservação de sua independência e ‘honra’ (*nang*). Nessas áreas, a diferenciação social é menor, não havendo autoridade maior que a da *jirga*, o conselho de

anciões da aldeia, que procuram se esforçar para manter a qualquer custo a liberdade de suas tribos contra a chegada do Estado, e daí, formarem uma terra de rebeldes (*yaghistan*).

5.3 O Afeganistão no Século XXI

O fim da URSS significou um recuo dos russos dos desertos da Ásia Central para as estepes da Sibéria. A ‘ameaça russa’ sobre a Índia cessou, já que agora havia uma enorme zona composta de 5 ex-repúblicas soviéticas entre eles. Acrescente-se ainda o surgimento do Paquistão e as dificuldades que os guerrilheiros Talibãs foram capazes de impor aos soviéticos quando estes invadiram o Afeganistão. A Índia ficou, assim, ainda mais distante geografiacamente da Rússia.

Diante dessa mudança no quadro geográfico-político e na dinâmica geopolítica da região, qual o novo papel do Afeganistão neste século? Robert Kaplan acredita que o país poder-se-ia tornar um eixo de integração regional:

Um Afeganistão estável e razoavelmente moderado se converteria no verdadeiro eixo não só do Sul da Ásia, mas da Eurásia em geral. O Heartland de Mackinder existe em termos da “convergência” de interesses da Rússia, da China, da Índia e do Irã em favor de corredores de transporte através da Ásia Central – e os mais potentes motores das rotas comerciais eurásianas são as economias chinesa e indiana. (KAPLAN, 2013, p. 253)

Essa convergência de interesses das grandes potências, incluindo aí os EUA, pode resultar tanto num Afeganistão fortalecido quanto, até mesmo, numa repartição do país entre os vizinhos, conforme especula KAPLAN:

Com a lenta dissolução do ex-Império Soviético na Ásia Central e o paulatino despertar do Estado paquistanês hoje está ocorrendo um realinhamento histórico que talvez levasse o Afeganistão a ser riscado do mapa político: no futuro, por exemplo, o Hindu Kush (a verdadeira fronteira Noroeste do subcontinente) poderia constituir a fronteira entre o Paquistão e um Grande Tadjiquistão. O Talibã, fruto do nacionalismo pachto, o fervor islâmico, o tráfico de drogas, os senhores de guerra corruptos e o ódio à ocupação americana talvez, nas palavras do especialista em Ásia Selig Harrison, não passem de veículos para essa transição, que é demasiado ampla e vultosa para ser de algum modo detida por uma intervenção militar estrangeira comandada por civis impacientes em Washington. (Ibid., p. 251)

Após os ataques de 11/09, o Afeganistão se viu no centro das atenções mundiais por supostamente abrigar os terroristas que chocaram o mundo. Iniciava-se um novo alinhamento de países que se colocavam ou ao lado dos EUA na Guerra ao Terror, incluindo-se aí o Paquistão, ou, segundo a Casa Branca, ao lado dos terroristas: o ‘Eixo do Mal’.

Apesar de ocupado militarmente, o Afeganistão saiu fortalecido, pois a ocupação significava que os Talibãs não teriam forças para derrubar o presidente eleito Hamid Karzai

enquanto a ISAF estivesse lá, nem o Paquistão se arriscaria a fazer incursões em território afegão. Além do mais, o exército afegão recebeu investimentos e treinamentos das forças internacionais, visando a assumir o controle total do país após a retirada da ISAF em 2014. E houve ainda investimentos econômicos para a reconstrução do país.

O bom momento vivido pelo Afeganistão reverberou na política do país, que fez novas declarações contestando a Linha Durand. Karzai logo após assumir declarou: “Uma linha de ódio que ergueu um muro entre dois irmãos” (HARRISON, 2009, tradução nossa). Apesar disso, a declaração não representou uma mudança de postura política no tocante à questão fronteiriça para o Paquistão, pois, até mesmo os Talibãs, patrocinados e aliados de Islamabad, não reconheciam a legitimidade da Linha Durand no tempo em que estiveram no poder, porque não deveriam existir fronteiras entre muçulmanos.

Mas os constantes abusos sofridos pela população pashtun por parte das forças da ISAF, dos paquistaneses, e até das autoridades corruptas afegãs transformaram o Talibã na única força de defesa disponível (ALI, 2010, p. 304) dos pashtuns fronteiriços. Lorde Curzon acreditava que só seria possível pacificar as tribos do *yaghistan* por meio de uma campanha militar:

Nenhum esquema de colcha de retalhos vai resolver o problema do Waziristão²⁶. (...) Não haverá paz até que o rolo compressor militar tenha sido passado no país de ponta a ponta. Mas não quero ser a pessoa responsável em por tal máquina em funcionamento. (Ibid., p. 317)

Os altos custos que teria tal campanha e os poucos benefícios que traria fez Curzon optar por segregar e isolar as tribos pashtuns da fronteira e submetê-las ao rígido código da LCF, para evitar o risco de que uma rebelião pashtun contagiasse o restante da Índia. Mais de cem anos depois, a divisão territorial criada por Curzon continua intacta, bem como o código legal fronteiriço.

Não bastassem as dificuldades do terreno, a porosidade da fronteira e a hospitalidade tribal dos pashtuns, que acolhem os militantes que fogem do outro lado da fronteira e os protegem até que se recuperem para voltar ao combate, impossibilita-se qualquer solução que não envolva esforços conjuntos de Cabul e Islamabad, cooperação esta que é fraca, pois ambos os países usam o potencial destabilizador do Talibã como uma carta política contra o vizinho. “A luta no Waziristão do Sul gira muito em torno disso”, diz Tariq ALI (2010, p. 45).

²⁶ Território habitado pela tribo pashtun dos Wazir. Divide-se em Waziristão do Norte e do Sul, que são duas agências da FATA.

A Linha Durand não só é uma fronteira porosa, como para os pashtuns ela é inexistente, já que as pessoas atravessam de um lado para o outro com a maior facilidade, incluindo-se aí militantes, armas e drogas. Kaplan relata em suas impressões:

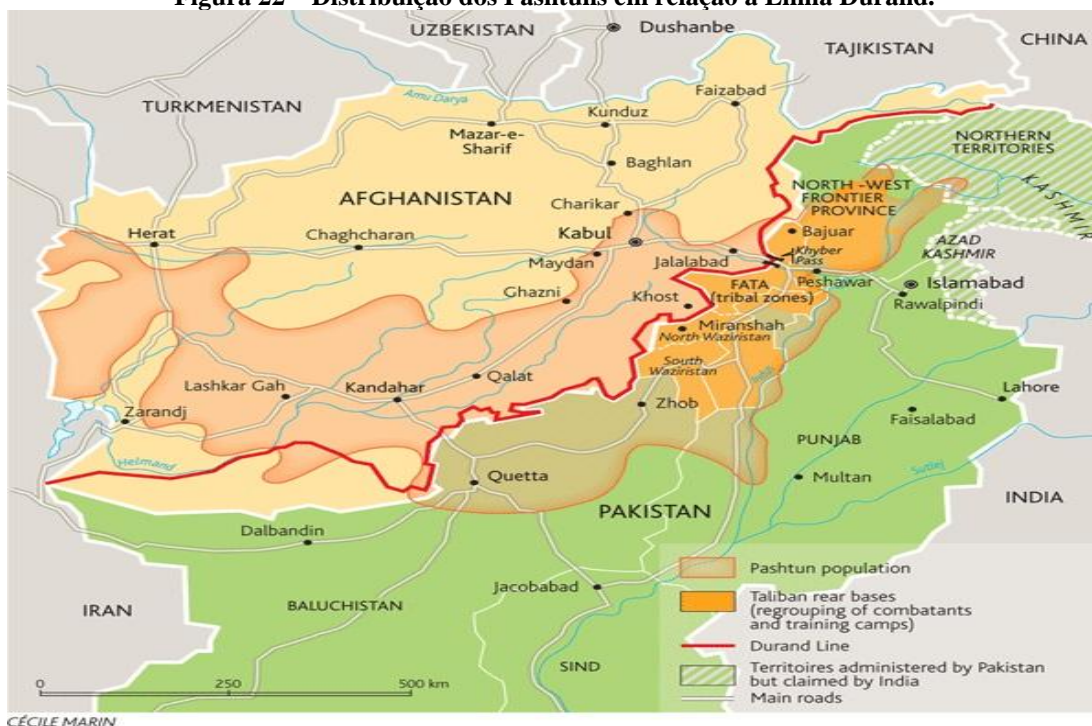
De todas as vezes que passei de um país ao outro, nunca foi pelas vias legais. Mesmo no posto oficial de controle de Khyber, toda semana dezenas de milhares de pachtos atravessam sem mostrar documentos de identidade, enquanto centenas de caminhões decorados passam todos os dias, sem qualquer inspeção. A inexistência de procedimentos de conferência demonstra não só que as mesmas tribos vivem de ambos os lados da fronteira, mas também que é tênue a diferença entre os Estados afegão e paquistanês, causada, em última instância, por sua falta de coerência geográfica – cerne que são dos contínuos indo-islâmicos e indo-pérsicos, entre os quais é praticamente impossível traçar limites. (KAPLAN, 2013, p. 246)

Tariq ALI (2010, p. 305) argumenta que

A maioria pashtun no Afeganistão sempre teve muitos laços com os pashtuns paquistaneses. [...] A solução é política, não militar, e deveria ser encontrada na região, não em Washington ou Bruxelas. [...] Um verdadeiro processo de paz deveria estar organicamente ligado à composição geográfica e étnica do país.

Geografia e Etnia, ou seja, Estado-nação, um Estado em que os limites geográficos combinem harmonicamente com os limites da nação. Contudo, uma solução baseada no Estado-nação fatalmente levaria ao desmanche do Afeganistão e do Paquistão, uma vez que a formação territorial do Afeganistão foi feita em função das pressões de dois estados imperiais, também tendo ele seu próprio passado imperial, enquanto que o Paquistão foi fruto de um nacionalismo, porém baseado na religião e não na etnia.

Figura 22 – Distribuição dos Pashtuns em relação à Linha Durand.



Fonte: LEFEUVRE.

5.4 Índia e Afeganistão

Desde seu nascimento como países independentes em 15 de agosto de 1947, Índia e Paquistão travam uma disputa sobre o território da Caxemira. O Afeganistão, país vizinho a esse território, acaba sendo envolvido também por essa rivalidade política e vê sucessivos governos seus serem alvos de esforços diplomáticos de ambos os países na tentativa de torná-lo um aliado. Durante o regime Taliban (1996 – 2001), uma facção *proxy* de Islamabad, a vantagem era paquistanesa. Mas a ascensão e eleição de Hamid Karzai (2001 – 2014), da facção rival ANA (Aliança do Norte Afegã), representou uma virada de jogo em favor da Índia.

A geografia, “a priori”, favorece a influência paquistanesa sobre o Afeganistão, uma vez que compartilham quilômetros de fronteira da Linha Durand. Além do contato direto, o Paquistão também controla os passos de Khyber e Bolan, historicamente as duas portas de entrada e saída do subcontinente utilizadas pelos exércitos invasores oriundos da Ásia Central, o que lhe dá vantagens de acesso nas comunicações viárias. Por fim o rio Cabul, que atravessa a capital afegã, é um afluente do rio Indus, o rio da unidade paquistanesa, o que também caracteriza uma dependência hidrográfica afegã. Assim, a geografia inclina o Afeganistão na direção do Paquistão.

A Índia, por outro lado, isolada geograficamente do Afeganistão, tem na projeção marítima de sua península a sua grande força geográfica. Contornando o Paquistão via Mar da Arábia, ela tenta atingir o Afeganistão pelo lado oposto do território, fazendo penetrar suas influências através dos vales dos rios Helmand e Farah, que correm para o lago Hamun na fronteira com o Irã. Daí a importância do porto de Chabahar, construído pela Índia na província iraniana de Sistão e Baluquistão, junto das rodovias que o conectam ao Afeganistão.

Enquanto o Paquistão, herdeiro de uma mentalidade imperial continental do Império Mogol, tenta transformar o Afeganistão em um estado vassalo seu, a Índia, com sua força marítima, tenta contrapor-se, transformando o Afeganistão em sua hinterlândia, que é a área de influência de um porto. Abarca toda aquela área que provê mercadorias para um porto. Pode ser subdividida numa zona primária, representada pela vizinhança mais estrita do porto, em que ele não enfrenta concorrentes por seus clientes, que no caso de Chabahar é a província iraniana do Sistão e Baluquistão, e uma zona secundária, representada pelas áreas mais distantes, no caso o Afeganistão e a Ásia Central, em que o porto enfrenta concorrentes pela exportação/importação de mercadorias, no caso os portos paquistaneses de Gwadar e Karachi.

As ações de Nova Delhi têm de ser compreendidas dentro desse escopo de desenvolver o potencial do porto de Chabahar e justificar o investimento indiano feito até aqui.

5.4.1 Transporte

A geopolítica da reconstrução marca uma reviravolta na geopolítica do Afeganistão. Historicamente, sendo um Estado-tampão entre a Índia Britânica e o Império Russo, as redes viárias afegãs ficaram desconectadas dos demais países da região a fim de preservar sua independência, tal como foi o caso dos projetos russos e britânicos de estenderem suas malhas ferroviárias para o interior do país, vetados pelo então Amir Abdur Rahman (1844 – 1901), como foi visto no Capítulo 3. Mas a perda de função separadora de Estado-tampão em uma era marcada por projetos de integração econômica e continental e formação de blocos de estados, pode ser compensada com uma nova função geopolítica de integração, como um estado de trânsito capaz de aproximar os mercados das potências continentais (REGIANI, p. 14).

A mais concreta obra nesse sentido é a rodovia que conecta o anel viário afegão com a fronteira do Irã. A rodovia Zaranj-Delaram (Figura 23), construída entre 2008 e 2009 pela *Border Roads Organization* (BRO)²⁷, possui 220 quilômetros e abre a possibilidade de as cidades de Qandahar e Herat, dois dos mais importantes centros urbanos do Afeganistão, escoarem sua produção pelo porto de Chabahar através de uma rota mais curta e rápida do que seria pelos portos paquistaneses concorrentes de Gwadar e Karachi (HANAUER; CHALK, pp. 17-18).

Inaugurada em 22 de janeiro de 2009, com a presença do presidente afegão Hamid Karzai e do ministro do exterior indiano Pranab Mukherjee, a construção da rodovia envolveu a participação de 339 engenheiros e trabalhadores indianos e muitos mais afegãos, a um custo de US\$ 150 milhões. Porém, 129 afegãos e 11 indianos faleceram durante as obras, sendo 6 destes últimos por ataques terroristas (MINISTRY OF EXTERNAL AFFAIRS, p. 17).

Outra possível obra relevante é o projeto de ferrovia que ligará Hajigak a Chabahar via Zaranj. Localizada na província de Bamyan, Hajigak possui um dos poucos ricos depósitos férreos ainda inexplorados na Ásia. Se construída, Chabahar poderia se tornar um centro siderúrgico, e o pobre interior do Afeganistão, especialmente a região povoada pela minoria

²⁷ N.A.: Organização ligada ao Exército indiano e responsável por construir estradas em regiões fronteiriças e de difícil acesso na Índia, e países amigáveis.

xiita discriminada dos Hazaras, onde está Hajigak, poderia se desenvolver com a indústria mineradora.

Figura 23 – Mapa dos Investimentos Viários Indianos no Afeganistão.



Fonte: Elaboração própria.

5.4.2 Institucional

Como parte dos esforços indianos para o fortalecimento político-institucional e a consolidação da democracia no Afeganistão, a Índia construiu o novo edifício do Parlamento. A obra ficou a cargo da *Central Public Works Development (CPWD)*, autarquia ligada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano da Índia e responsável pela realização e manutenção de obras públicas deste país.

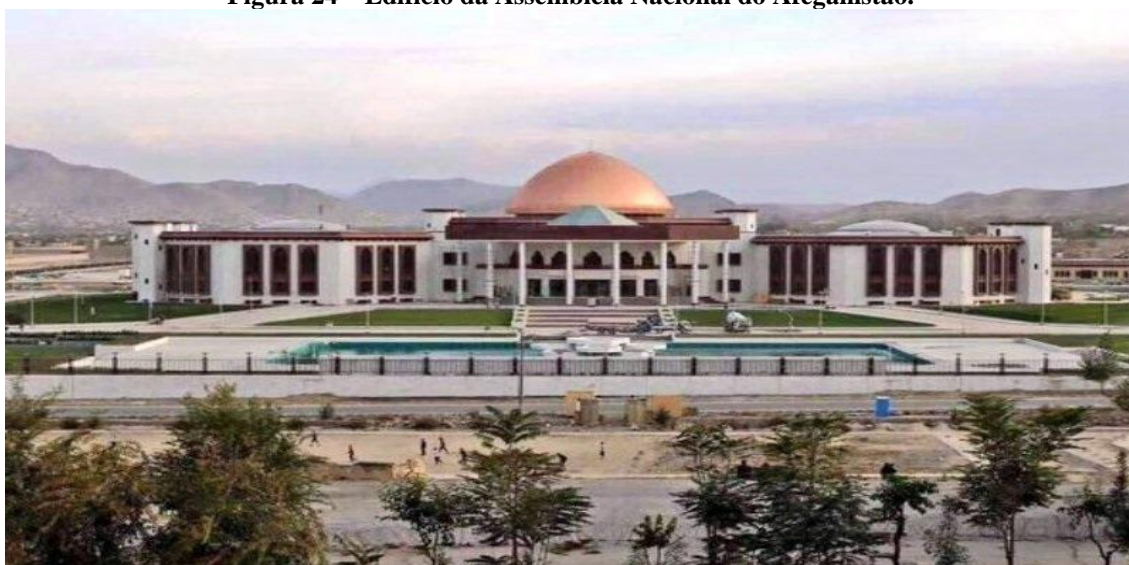
Iniciada em 2009, o palácio-sede do legislativo foi inaugurado em dezembro de 2015 em cerimônia que contou com a presença do primeiro-ministro indiano Narendra Modi e o presidente afegão Ashraf Ghani. Possui duas câmaras, incluindo uma ala que carrega o nome

de Atal, numa referência ao ex-primeiro-ministro indiano Atal Bihari Vajpayee (1999-2004). Dotado de um estilo arquitetônico que mistura traços mogol e moderno, a nova Assembleia Nacional Afegã (Figura 24) é um dos maiores parlamentos asiáticos.

Além de demonstrar seu *soft power* econômico e técnico, a Índia busca exportar também sua cultura democrática para outros países da região, pois a democracia indiana, a maior do mundo em termos de eleitores, é um dos grandes trunfos do estado indiano sobre o estado chinês e seu modelo político fechado e autoritário. Servindo de espelho para outros países da região, a democracia também faz parte do *soft power* indiano. E juntamente com a cultura democrática, a Índia oferece o treinamento necessário aos oficiais eleitorais afegãos, reforçando o seu papel de referência na região (MINISTRY OF EXTERNAL AFFAIRS, p. 21).

A retribuição à assistência indiana veio na forma de um decreto de Hamid Karzai para que fossem reservados assentos no parlamento para as minorias hindus e sikhs, o que, no entanto, foi rejeitado em votação pelos congressistas, os quais alegaram que feriria a igualdade religiosa prevista na Constituição (KHAAMA PRESS, 14/12/2013). Ainda assim, os hindus não ficaram totalmente sem representação nesse novo Afeganistão democrático que se constrói. Pela primeira vez na história um afegão hindu foi nomeado como embaixador do país (KHAAMA PRESS, 08/05/2014).

Figura 24 – Edifício da Assembleia Nacional do Afeganistão.



Fonte: Hindustan Times.

5.4.3 Energia

A hidrelétrica de Salma, na província de Herat, é um dos maiores projetos desenvolvidos pela Índia no Afeganistão. Construída pela WAPCOS Ltd (*Water and Power Consultancy Services Limited*), empresa estatal indiana ligada ao Ministério dos Recursos Hídricos, a usina foi inaugurada em 4 de junho de 2016, em cerimônia que contou com a presença do primeiro-ministro indiano Narendra Modi e de sua contraparte afegã Ashraf Ghani. Num gesto para estreitar as relações entre os países, o nome oficial da represa foi alterado pelo Senado afegão para Represa da Amizade Afegano-Indiana (Figura 25). A planta é capaz de gerar 42 Megawatts de energia, além de ter permitido a irrigação de 75.000 hectares de terra nos arredores.

O projeto em si não era novo. Seus estudos de viabilidade remontam à primeira metade do século XX. No entanto, a insegurança decorrente da intervenção soviética no Afeganistão e, em seguida, da guerra civil, suspendeu os planos de reconstrução, que só foram retomados após a derrubada do regime Taliban.

Contudo, o projeto teve a resistência do Irã, que temia que o represamento do rio Hari Rud reduzisse em até 73% o volume de água que chegaria ao Irã, a qual é utilizada para abastecer a população de sua porção oriental, como a cidade de Mashhad, a segunda maior do país. Porém, a dependência que Teerã tinha das importações de petróleo de Nova Delhi durante o período das sanções minimizou a oposição à represa (NADER et alii, p. 36).

Figura 25 – Usina Hidrelétrica da Amizade Afegano-Índia.



Fonte: NDTV.

5.4.4 Saúde, Educação e Outros.

Na área da saúde, o projeto-piloto da Índia é o Hospital Pediátrico Indira Gandhi. Sua pedra fundamental foi posta pelo Rei Zahir Shah, em companhia do vice-presidente indiano Zakir Hussain, em 1966, sendo inaugurado seis anos depois. É o único hospital do ramo no Afeganistão, e um dos mais bem equipados do país. Obras de expansão foram interrompidas pela guerra civil, e retomadas apenas quando da derrocada do regime Taliban em 2003, para incluir um centro de tratamento de paralisia cerebral, e outro centro protético.

Além das missões médicas, a base aérea de Farkhor (Figura 23), reformada e adquirida pela Índia no Tadjiquistão, era utilizada como um hospital de campanha para os guerrilheiros da Aliança do Norte na guerra contra o Taliban. Posteriormente o hospital foi fechado, e reaberto na cidade de Qurga Teppa sob o nome de Hospital da Amizade Índia-Tadjiquistão, o qual atende militares e civis.

Mas mesmo as missões humanitárias mais nobres não escapam da violência terrorista. Um atentado em 2010 contra uma pensão habitada por estrangeiros matou 9 indianos, alguns dos quais eram médicos do hospital Indira Gandhi.

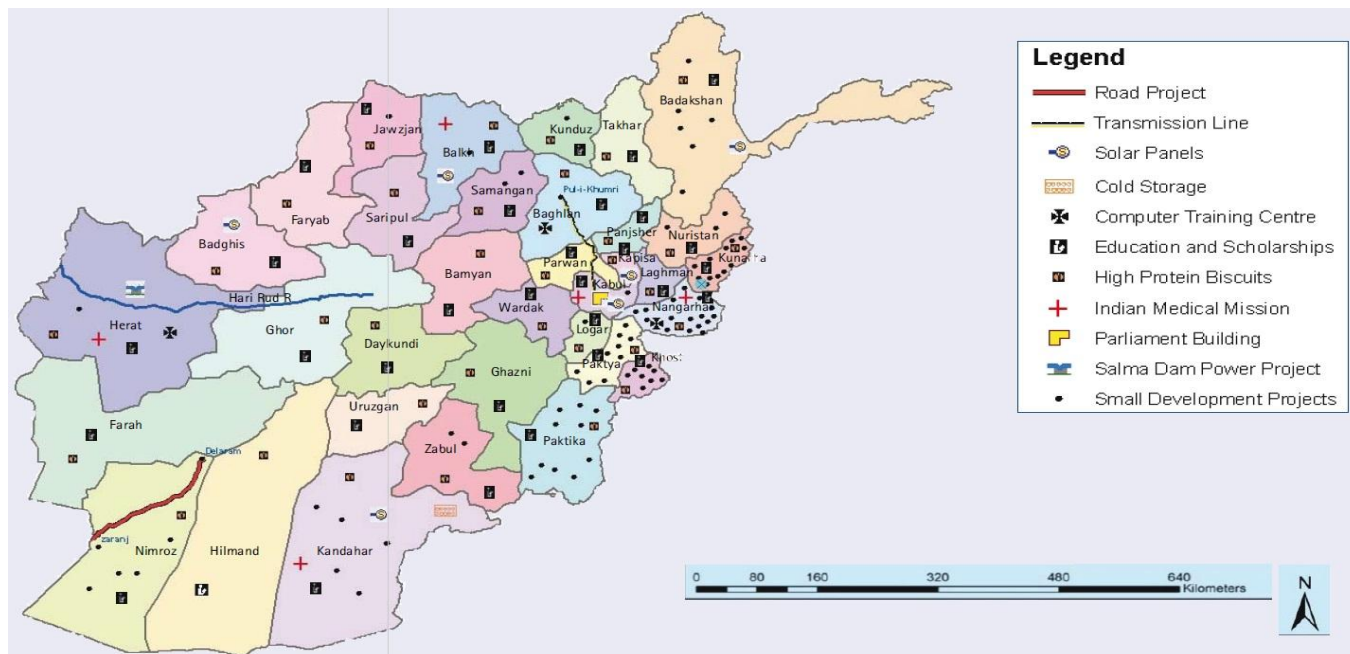
Projetos de educação também recebem atenção da Índia como forma de prevenir que jovens caiam no discurso radical islâmico, e como forma de garantir a influência da Índia sobre a classe dirigente afegã. A tradicional escola de Habibia, onde estudaram muitos membros da elite nacional, como o atual presidente Ashraf Ghani, os ex-presidentes Hamid Karzai e Mohammad Najibullah, e o ex-rei Zahir Shah, foi reformada pela Índia a um custo de US\$ 5 milhões e reinaugurada em 2005 com a presença de Karzai e do então primeiro-ministro indiano Mamohan Singh.

Nessa área, a Índia ainda concede todos os anos 500 bolsas para afegãos nas universidades indianas, garantido a qualificação de profissionais para diversas áreas, bem como a instrução da elite, e tornando a Índia uma referência em desenvolvimento. Karzai, por exemplo, pós-graduou-se em Relações Internacionais pela Universidade de Himachal Pradesh.

Os projetos aqui apresentados são apenas os de mais destaque. Além desses, há uma série de outros menores, cujos orçamentos são de menos de um milhão de dólares, e de rápida implantação (até um ano), nos mais diversos setores, como agricultura, saúde, educação, treinamento vocacional, etc. (MINISTRY OF EXTERNAL AFFAIRS, p. 26). No total, os

vários projetos de assistência indiana, nos mais diversos níveis, podem ser visualizados no mapa abaixo (Figura 26).

Figura 26 – Mapa da Assistência Indiana ao Afeganistão.



Fonte: MINISTRY OF EXTERNAL AFFAIRS, pp. 22-23.

5.5 Geografia do Baluquistão

O Baluquistão é uma região compreendida entre o Paquistão, o Irã e o Afeganistão, que se estende por aproximadamente 535.898 Km², um tamanho similar ao da França, por exemplo. No Paquistão corresponde à província do Baluquistão, que possui 347.190 Km² e capital em Quetta; no Irã abrange a província de Sistão e Baluquistão, com 181.785 Km² e a cidade de Zahedan como sede administrativa; e no Afeganistão envolve a porção meridional do país, englobando parte das províncias de Nimruz, Helmand e Kandahar. A região do Baluquistão localiza-se à beira do Mar da Arábia, na saída do Estreito de Ormuz, com uma linha costeira de mais de 1.450 Km.

Figura 27 – Mapa Político-Administrativo do Baluquistão.



Fonte: Elaboração própria.

O Baluquistão possui uma paisagem austera, dominada por desertos áridos e montanhas de cristas agudas e precipícios nas vertentes, em meio aos quais se encaixam vales estreitos com água suficiente apenas para sustentar uma vegetação de palmeiras anãs e arbustos espinhosos e permitir algum cultivo. Na porção meridional encontra-se a zona mais desértica ocupada pelo Makran, enquanto que na região setentrional o relevo torna-se mais montanhoso conforme se aproxima da cordilheira do Hindu Kush, destacando-se as montanhas Suleiman. O clima é o típico de regiões desérticas, apresentando uma grande amplitude térmica, em que pese sua geografia desolada. Por baixo de suas pedras e areias acredita-se que haja grandes recursos naturais, como carvão, gás natural, petróleo, urânio, ouro, cobre, platino, alumínio, cromita, barita, enxofre, mármore, ferro, quartzito, calcário, e asbestos.

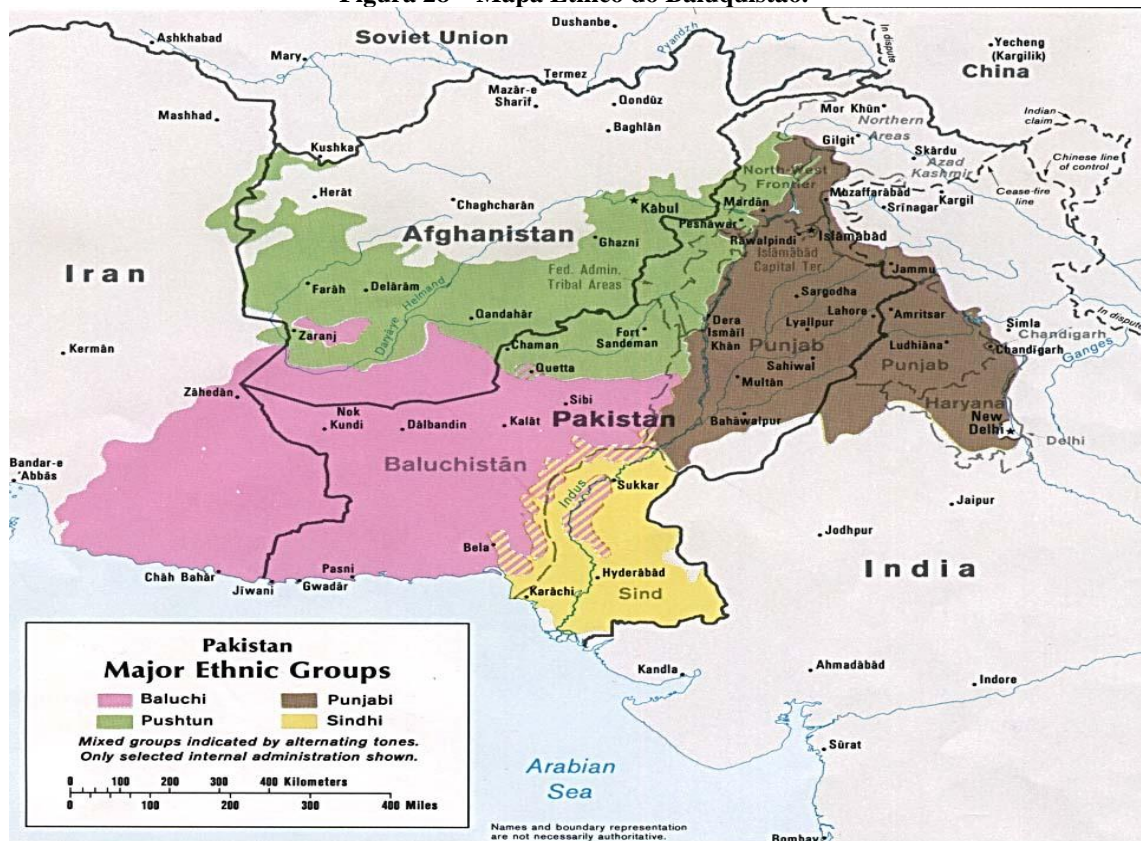
É habitada majoritariamente pelos baluques, um povo do tronco linguístico indo-iraniano, e que, pressupõe-se, seja assemelhado aos curdos. São majoritariamente de religião islâmica do ramo sunita da escola hanafi. O contraste com o xiismo predominante entre as demais etnias iranianas seria porque, durante a dinastia Safávida (1502-1722), pelo fato de os baluques viverem numa região fronteiriça do império, os governantes preferiram não irritá-los com conversões forçadas e respeitaram a autonomia tribal existente.

Originalmente habitavam o sul do Mar Cáspio antes de emigrarem para sua região atual, entre os séculos VI d.C. e XIV. Seu idioma, o baluqui, pertence ao ramo irânico do noroeste, mesmo ramo dos idiomas curdo e talysh, grupo este que é uma subdivisão do ramo de línguas iraniano ocidental. No Baluquistão habitam outros grupos étnicos como os pashtuns, também indo-iranianos, e os brahuis, que falam um idioma dravídico, da mesma família de línguas do sul da Índia. Os baluques possuem uma identidade e cultura próprias, ligada ao ambiente áspero em que vivem. Uma canção de guerra do século XVI dizia que “os picos elevados são nossas fortalezas; as gargantas intransitáveis são nossas amigas” (HARRISON, p. 142, tradução nossa).

A população de baluques não é precisamente conhecida, seja pela marginalização que os leva a serem subrepresentados no conjunto da população total dentro de seus respectivos países, seja pela dificuldade de realizar censos em região tão conflituosa. Também há o efeito distorsivo das constantes migrações de outros grupos étnicos para o Baluquistão, como afegãos pashtuns, ou de baluques para outras províncias do Paquistão, provocadas pela crise humanitária que assola a região. E ainda se contabilizam como baluques aqueles que têm origem étnica, ou somente os falantes da língua baluque. Mas se acredita que a população de baluques seja algo em torno de 15 milhões divididos em cerca de 70 tribos, distribuídos a sua maioria no Paquistão, com 6,9 milhões, seguidos pelo Irã, que soma 1,5 milhão de baluques, e mais atrás pelos 400 mil de Omã, e os 300 mil do Afeganistão (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY).

Tanto a província paquistanesa do Baluquistão quanto a província iraniana de Sistão e Baluquistão são áreas economicamente deprimidas. No geral, os baluques praticam uma economia de subsistência, dedicando-se principalmente ao pastoreio, embora no litoral também haja comunidades de pescadores. A descoberta de reservas de gás natural deu início a algum grau de industrialização no lado paquistanês, mas sem beneficiar os baluques, já que em ambos os lados da fronteira eles se queixam de discriminação tanto nos empregos privados quanto públicos. Mais recentemente, a atividade portuária vem sendo desenvolvida, conferindo ao Baluquistão o papel de região de trânsito de navios, dutos e até drogas.

Figura 28 – Mapa Étnico do Baluquistão.



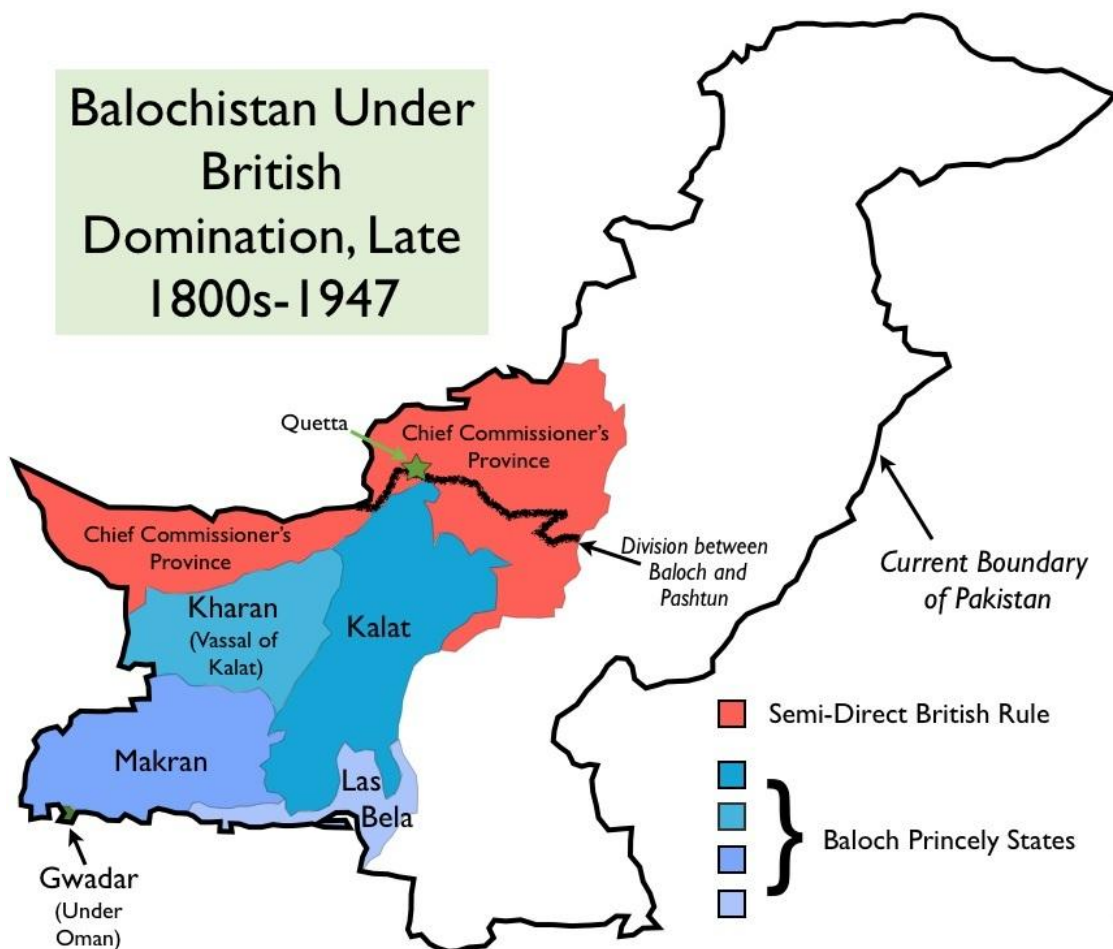
Fonte: Wikipedia.

5.5.1 História

A história política das tribos baluques sempre variou entre breves períodos em que, sob uma liderança forte, se erguiam frágeis unidades políticas e longos períodos de fragmentação e rivalidade tribal. Entre os períodos que predominaram as tendências unitárias, destacam-se a primeira confederação de 44 tribos baluques, fundada por Mir Jalal Khan, no século XII, a confederação liderada por Rind Laskhari no século XV e o khanato do Baluquistão, no século XVII. A última unidade política baluque se deu sob a liderança de Mir Nasir Khan (1710 – 1794). Ele subiu ao trono com apoio do imperador persa Nadir Shah (1698 – 1747), a cujo estado historicamente os governantes de Kalat pagavam tributos. Após o assassinato de Nadir Shah, Nasir Khan rejeitou a continuidade do estatuto de reino tributário, e reivindicou para si as regiões baluques iranianas. Começando em 1749, Nasir Khan governou Kalat por 44 anos, durante os quais montou uma estrutura burocrática e um sistema de recrutamento e organização militar, que utilizou para repelir as tropas do soberano afegão Ahmad Shah Durrani (1722 – 1772) até 1758, e manter a independência do khanato, que, contudo, manteve-se como estado tributário do Afeganistão e aliado militar (Idem, 1980/81, p. 156). Esta, inclusive, é a justificativa dos nacionalistas afegãos para incluir o Baluquistão em um projeto de Grande Afeganistão, ou *Loy Afghanistan*.

Quando os britânicos chegaram, por meio da estratégia clássica do ‘dividir para reinar’, eles jogaram os *sardars* baluques uns contra os outros e dividiram o Baluquistão em 3 partes: a iraniana, através da Linha Goldsmid; a afegã, separada pela Linha Durand, e britânica. A porção britânica era subdividida em uma área governada diretamente, chamada de Baluquistão Britânico, e outros quatro *princely states*: Kalat, Makran, Las Bela, e Kharan, governados de forma autônoma pelos *sardars* baluques. Após os dividirem, os britânicos passaram a reproduzir a tradicional dependência externa dos *sardars* e, por meio do suborno, transformaram-nos em agentes pagos para manter a ordem. Por exemplo, o Mir Nasir Khan II, por volta de 1854, aceitou um salário anual de 50 mil rúpias dos britânicos (AHMAD, p. 10). Mir Ahmadyar Khan, o Khan de Kalat, que remontava suas origens ao Mir Nasir Khan, colaborou inicialmente com os britânicos, mas na condição de que, um dia, todas as áreas baluques voltariam para o seu domínio.

Figura 29 – Mapa do Baluquistão Britânico.



Fonte: LEWIS.

Na história política recente do Baluquistão, destacam-se cinco insurgências. A primeira delas foi na época da Grande Partição em 1947, quando todos os principados do Raj Britânico deveriam decidir por um referendo a adesão à Índia, ao Paquistão ou a independência. Mir Ahmadyar Khan recusou juntar-se ao Paquistão e declarou o Baluquistão Estado independente. Após tentativas frustradas de coagir diplomaticamente o Khan a aderir ao Paquistão, o exército paquistanês marchou sobre Kalat em abril de 1948 para forçar sua adesão (HEEG, p. 9). Mir Ahmadyar Khan recuou, fazendo uma oferta de estatuto confederado em que defesa, política externa e moeda seriam de responsabilidade do poder central, oferta esta que foi recusada e Kalat anexada à força ao Paquistão. O irmão de Ahmadyar Khan, Príncipe Abdul Karim, fugiu para as montanhas na fronteira do Afeganistão e iniciou um movimento de resistência com 700 homens. O recém-nascido exército paquistanês, preparado apenas para uma guerra convencional contra a Índia, usou da força bruta e medidas punitivas contra a população para forçar Abdul Karim a baixar suas armas, o que ele acabou fazendo após alguns meses a pedido do seu irmão. O Paquistão, que havia prometido a Karim conceder anistia, descumpriu seu acordo e deteve Karim assim que retornou a Kalat (Ibid., loc cit).

Ghaus Bakhsh Bizenjo (1917 – 1989), um líder baluque moderado e que, na juventude, advogava a independência do Baluquistão, expressa o ponto de vista nacionalista ainda no final daquele ano da anexação:

Nós temos uma cultura distinta, e se o mero fato de nós sermos muçulmanos nos obriga a nos unirmos com o Paquistão, então o Afeganistão e o Irã também deveriam se juntar ao Paquistão. Eles dizem que nós, baluques, não podemos nos defender na era atômica. Bem, o Afeganistão, o Irã, e mesmo o Paquistão são capazes de se defenderem contra as superpotências? Se nós não podemos nos defender, muitos outros não podem também fazê-lo. Eles dizem que nós devemos nos juntar ao Paquistão por razões econômicas. Porém nós temos minerais, nós temos petróleo, e nós temos portos. A questão é: o que seria do Paquistão sem nós? (HARRISON, pp. 143-144, tradução nossa)

Entre 1952 e 1955, os *princely states* de Kalat, Kharan, Las Bela, e Makran foram fundidos numa só província chamada de União de Estados do Baluquistão, enquanto que o Baluquistão Britânico e as agências tribais foram fundidos na província de Quetta. Porém, a política federal do One Unit, que visava a tornar o Paquistão ‘um país, duas províncias’ dissolveu as províncias originárias do Paquistão Ocidental, incluindo as divisões de Kalat e Quetta, até sua abolição na década de 1970.

A resistência à centralização administrativa do One Unit foi a causa da segunda insurgência. Novamente Abdul Karim liderou a resistência baluque por meio de

manifestações, no que o exército paquistanês, como da outra vez, respondeu, marchando sobre Kalat e reprimindo os sublevados com força bruta, além de prender o Khan.

A política de mão pesada com que os militares paquistaneses tratavam os baluques despertava furor mesmo entre aqueles nativos que inicialmente não eram tão contrários à ideia da formação de um Paquistão, fomentando a causa nacionalista. Nauroz Khan, *sardar* da tribo Zehri, comandou uma nova guerrilha em resposta aos abusos cometidos pelo exército, no que foi combatido novamente com força exagerada. A inaptidão das forças paquistanesas em combater uma formação guerrilheira fez com que, um ano depois, ambas as partes assinassem um cessar-fogo em troca de anistia para os rebeldes. Contudo, novamente, as autoridades paquistanesas não cumpriram o acordado, e Nauroz Khan foi preso e enforcado junto de seu filho e de cinco comandantes, todos acusados de traição, em 1960 (HEEG, p. 10).

Após essa segunda insurgência, Islamabad decidiu aumentar sua presença na província por meio da construção de acantonamentos. A decisão despertou reação dos chefes baluques, e provocou uma terceira onda de insurgência. Sher Mohammad Marri comandou uma força composta de baluques das tribos Marri, Mengal e Bugti, e que controlava 45.000 Km². Adotando táticas de guerrilhas, eles atacavam os pontos fracos das linhas de comunicação do exército paquistanês e evitavam o engajamento direto. A resposta paquistanesa era fazer o que sabiam fazer: usando a força excessiva contra a guerrilha, quando a encontravam, ou castigando alvos civis baluques, quando não (Ibid., p. 11).

A independência do Bangladesh em 1971 mostrou às províncias minoritárias do Paquistão – Baluquistão, Fronteira e Sind – que era possível derrotar Islamabad e arrancar as concessões que elas queriam. E algumas foram feitas, como a fusão das províncias de Quetta e Kalat em um Baluquistão unificado, e o pagamento de pensão a Mir Ahmadyar Khan. De outro lado a separação do Paquistão Oriental também provocou angústias nas mesmas províncias, pois, sem os votos da província oriental, que detinha 55% da população total, o Punjab passava a deter a maioria absoluta da população (cerca de 59%), e, mesmo se as províncias minoritárias combinassem seus votos, não seriam capazes mais de superar os do Punjab, que passaria a dominar a vida política do país. Dois anos depois, em mais uma crise política, Zulfikar Ali Bhutto (1928 – 1979), do PPP, ordena prender os principais líderes baluques, impõe um governo de emergência, e envia 80 mil soldados do exército para o Baluquistão (HARRISON, p. 138), que era governado pelo PNA (Partido Nacional Awami), o

mesmo que havia sido eleito no Paquistão Oriental antes da separação, de ideologia nacionalista secular e comprometido com reformas sociais e política externa independente.

Após a derrubada do governo provincial baluque, estudantes e ativistas fogem para as montanhas para dar início ao terceiro movimento de resistência. Setores mais radicais se organizaram em torno da BPLF (Frente de Libertação Popular do Baluquistão), dirigida por líderes de orientação marxista-leninista-guevarista da tribo Marri (ALI, p. 137).

A repressão ganhou a adesão do Xá Reza Pahlavi (1919 – 1980), que temia que a rebelião transbordasse para o Baluquistão iraniano, e do Ocidente, que temia a expansão da influência soviética em um Baluquistão independente, e a concessão à URSS de uma base naval em Gwadar. Trinta helicópteros AH-1J Huey Cobra fornecidos pelos americanos e pilotados por iranianos foram enviados, atendendo a requisitos da Força Aérea Paquistanesa, o que desequilibrou o conflito em favor do governo central, uma vez que os guerrilheiros baluques eram mal armados e combatiam com velhos fuzis britânicos Lee-Enfield .303, da época da 2ª Guerra Mundial. O Xá contribuiu também com US\$ 200 milhões em ajuda. A batalha de Chamalang, travada em território Marri em setembro de 1974, foi decisiva para os paquistaneses. O plano era aproveitar a migração dos baluques para alimentarem seus rebanhos e atrair a guerrilha para fora de seus esconderijos nas montanhas. Funcionou, e quando milhares de mulheres e homens baluques em idade não combatente, acompanhados da proteção de 1.500 guerrilheiros, se deslocaram para as planícies, eles se viram cercados por forças terrestres paquistanesas, que os atacaram, apoiados por caças Mirage e Cobras. Vendo suas famílias serem alvejadas, guerrilheiros desciam das montanhas e eram atacados. Os números de mortos não é precisamente conhecido, mas Harrison fala em 17 mil baluques (HARRISON, p. 139). Apenas em 1977, após Zia ul-Haq (1924 – 1988) dar um golpe em Bhutto, foi que se negociou um acordo com as lideranças baluques, pondo um fim ao conflito.

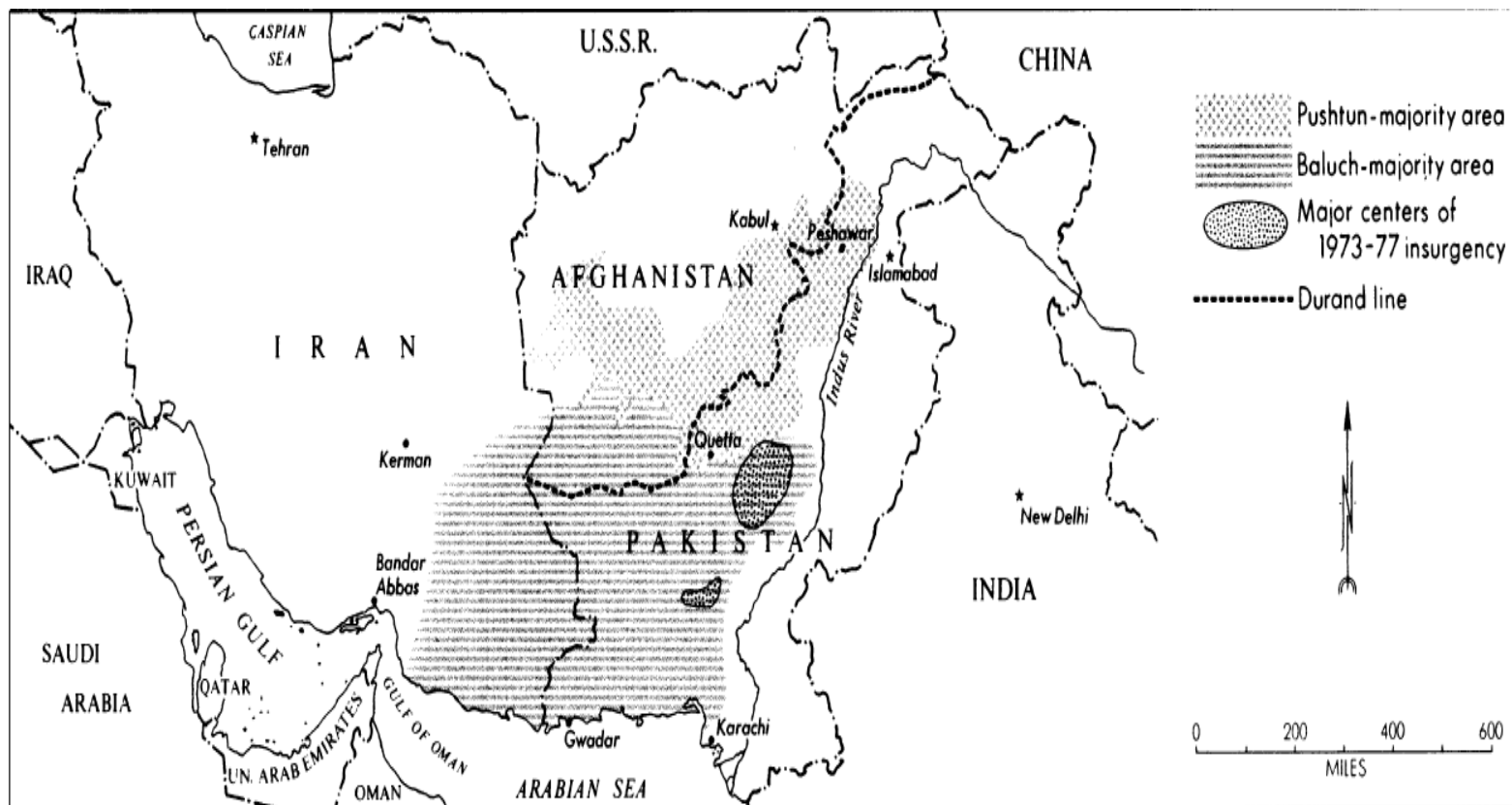
Nos quatro anos da insurgência, estima-se que mais de 3.300 soldados paquistaneses e 5.300 guerrilheiros baluques tenham perdido a vida nos mais de 178 engajamentos e 167 incidentes menores oficialmente registrados pelo governo central (Ibid., loc cit). Diferenças substanciais separavam o fracasso da insurgência baluque do sucesso da independência bengali. O Paquistão Oriental estava fisicamente separado do Paquistão Ocidental e, cercado pela Índia, pôde receber ajuda fundamental para a separação, além de ser a província mais populosa do país. O Baluquistão, ao contrário, estava distante da Índia, o que limitava a oferta de ajuda, e cercado de regimes hostis, seja o do Paquistão, seja o do Xá, e ainda era a

província maior e menos populosa do país, o que tornava a resistência popular esparsa. Os nacionalistas bengalis lutavam pela independência, enquanto que os nacionalistas baluques reclamavam por autonomia provincial.

Mas, ainda que o objetivo inicial da luta fosse recuperar a autonomia tirada por Islamabad, a ferocidade da repressão e o sentimento de alienação crescente em relação ao Estado paquistanês mudaram as opiniões em favor da independência, e o ressentimento deixado ao final de um conflito desigual alimentou o desejo de futuros levantes em busca de uma reconstrução do orgulho baluque ferido. Mir Hazan, líder guerrilheiro resume o pensamento dominante:

Se nós pudermos obter armas modernas, nunca será de novo como na última vez. Na próxima vez nós escolheremos o tempo e o lugar, e obteremos assistência de onde nós pudermos. No início, os bengalis não queriam independência, mas, se o Paquistão continua a usar a força para nos esmagar, nós não teremos alternativa a não ser seguir aquele caminho. (Ibid., pp. 139-140, tradução nossa)

Figura 30 – Mapa da Insurgência Baluque de 1973 a 1977.



Fonte: HARRISON, p. 141.

5.5.2 Geopolítica

O que torna o Baluquistão estratégico é sua localização, o que permite tanto a conexão entre o “heartland” da Ásia Central e as águas quentes do Oceano Índico, quanto a conexão entre as ricas regiões produtoras de hidrocarbonetos do Golfo Pérsico e Mar Cáspio e os grandes mercados consumidores da China e Índia.

Dois projetos de gasodutos que liguem essas regiões através do território baluque se destacam: o IPI e o TAPI. (Figura 31)

O IPI, sigla que reúne as iniciais de Irã-Paquistão-Índia, é uma iniciativa iraniana de exportar o gás natural do campo de South Pars para centros industriais do Paquistão e da Índia. Discutido desde a metade dos anos 90, o IPI teria 2.779 Km de extensão e capacidade de transportar 2,8 bilhões de pés cúbicos. Deste total, 760 Km, ou 28% do gasoduto, passariam por regiões sensíveis a atividade guerrilheira no Baluquistão (WIRSING, p. 12). Mas, ao mesmo tempo em que seria vulnerável a sabotagem, também traria desenvolvimento às províncias meridionais do Paquistão – Baluquistão e Sind –, bem como promoveria sinergias econômicas e energéticas entre os três países, sendo por isso chamado de “gasoduto da paz” (SÉBILLE-LOPEZ, p. 294). Só o Paquistão poderia ganhar entre 600 e 700 milhões de dólares por ano com direitos de trânsito do gás para a Índia.

A resistência da Índia em optar pelo IPI é a sua tradicional desconfiança em relação ao vizinho Paquistão. A segurança energética indiana poderia ser posta em risco em uma eventual crise diplomática entre os países que levasse Islamabad a interromper o fluxo de gás. E a decisão de construir um gasoduto que passe pelo Estado rival poderia soar impopular entre os eleitores da maior democracia do mundo. Se não houver uma guinada radical na relação entre os dois países, o IPI só se tornaria viável com a separação das províncias paquistanesas do Baluquistão e do Sindh, criando um Estado-corredor aliado por onde passaria o gasoduto. De fato, além de nacionalistas baluques e sindhis que defendem a criação de dois países independentes – Baluquistão e Sindhudesh – há aqueles que advogam uma Confederação Baluque-Sindh baseada na complementaridade entre as províncias: o Baluquistão detém recursos naturais, mas carece de capital industrial, enquanto o Sindh possui recursos financeiros, porém é pobre em recursos naturais (KAPLAN, p. 75). Contudo, se separar-se apenas o Baluquistão já é uma dificuldade, ter de seccionar duas províncias paquistanesas seria mais árduo ainda.

Contudo, o IPI esbarra também na resistência dos EUA, que, por meio do ILSA (*Iran Lybia Sanctions Act*, de 1996, rebatizado para *Iran Sanctions Act*, em setembro de 2006) tenta demover o Paquistão e a Índia de participarem do projeto em favor do TAPI. Para compensar a desistência, o governo Bush ofereceria à Índia novos reatores nucleares americanos, e ao Paquistão novos aviões caças para fazer frente à Índia. O paradoxo desta posição política é que ela recompensaria a Índia, que não segue as convenções internacionais na área nuclear, ao mesmo tempo em que priva o Irã, que sempre aderiu ao TNP, de desenvolver suas capacidades nucleares (SÉBILLE-LOPEZ, p. 295). Não menos contraditória fica a posição de Washington quando proíbe o programa nuclear iraniano, sob a desculpa de que as enormes reservas de hidrocarbonetos o tornam desnecessário e, ao mesmo tempo, tenta frear Teerã de alavancar sua indústria de gás através do IPI.

Por sua vez, o TAPI é acrônimo de Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia. Teria 1.680 Km e capacidade de transporte de 3,2 bilhões de pés cúbicos de gás natural do campo de Dauletabad. Inicialmente, o gasoduto se chamaria TAP, ou *TransAfghan Pipeline*, mas ganhou uma nova letra após a Índia ser convidada em fevereiro de 2006. Era um projeto da sociedade californiana Unocal, acionista majoritária do consórcio Centgas, entre 1994 e 1998, e que reunia também a sul-coreana Hyundai, a saudita Saudi Arabia Delta Oil, e a paquistanesa Crescent. O TAP visava a transportar petróleo e gás do Turcomenistão para o porto de Gwadar, no Baluquistão paquistanês, através do território afegão, contornando os regimes adversários do Irã e da Rússia.

Sua trajetória também passa pelo Baluquistão, mas com um trecho menor e na altura da cidade de Quetta, a capital da província, que já é uma área de maioria pashtun. Até por isso, mais do que o Baluquistão, um Afeganistão estável é necessário para o sucesso do TAPI. A Unocal chegou até a apoiar o Taliban no período final da guerra civil afegã, quando a vitória deste parecia certa, mas desistiu após o governo Clinton começar a bombardear a Al-Qaeda em represália aos atentados contra as embaixadas americanas no Quênia e Tanzânia. A Unocal ainda recorreu a conselhos de especialistas em assuntos políticos afegãos, como Hamid Karzai – futuro presidente interino e posteriormente eleito do país –, e como Zalmay Khalilzad – americano de origem afegã, que já havia trabalhado para os governos de Ronald Reagan e George Bush. Mais tarde se tornaria conselheiro de George W. Bush para o Golfo e Ásia Central no Conselho Nacional de Segurança e, depois, embaixador americano no Afeganistão (Ibid., p. 201).

Os EUA se opõem ao IPI porque consideram que este gasoduto poderia anular os efeitos das sanções econômicas impostas ao Irã, em sua tentativa de frear o programa nuclear dos aiatolás. Com base nessa lógica, o Secretário de Energia Samuel Bodman foi despachado para a Índia em março de 2007 para levar a mensagem de que o IPI “contribuiria para o desenvolvimento de armas nucleares” (WIRSING, p. 12, tradução nossa). Pelo mesmo motivo, a Secretária de Estado Condoleezza Rice, em sua jornada pela Ásia em março de 2005, “desaconselhou” Nova Delhi a investir no IPI (SÉBILLE-LOPEZ, p. 203) e preteri-lo em favor do projeto concorrente.

O TAPI interessa muito mais aos EUA, porque não só evita fortalecer regimes rivais, como ainda favoreceria empresas americanas participantes em sua construção e operação. Tracey Ann Jacobson, embaixadora americana no Turcomenistão, declarou em 2005 que “os Estados Unidos consideram este projeto com seriedade e é perfeitamente possível que companhias americanas se envolvam nele” (Ibid., p. 202). Além do mais, enquanto o IPI poderia ser construído sem financiamento externo, o TAPI, passando pelo Afeganistão, país pobre em recursos, precisaria de investimentos do Banco Asiático de Desenvolvimento, ou mesmo do Banco Mundial, para construir seu trecho, favorecendo o grande capital financeiro global.

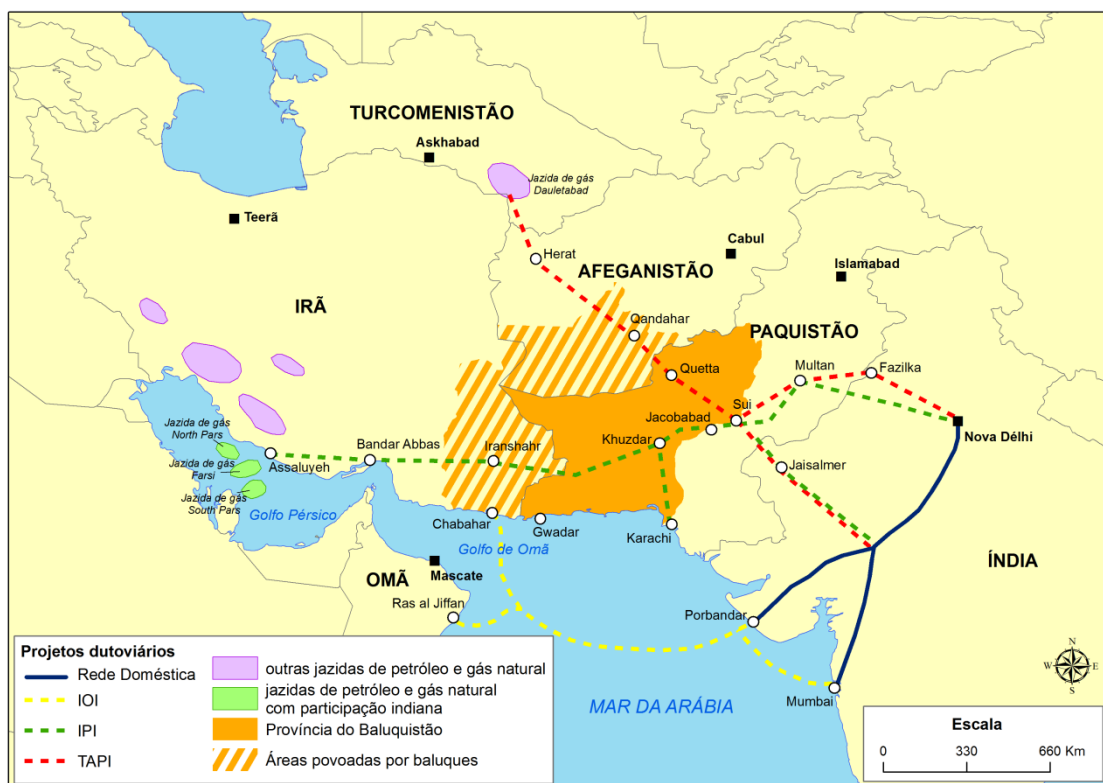
Uma terceira alternativa estudada pela Índia seria a construção de um gasoduto submarino, saindo do Irã e contornando o Paquistão através de Omã. A ideia foi lançada pelo então primeiro-ministro Narasimha Rao, quando de uma visita sua a Mascate em 1993 (TANCHUM, jul./2015). Mas, mesmo nesse caso, a Índia não escaparia totalmente dos baluques. Em Omã, apesar do idioma oficial ser o árabe, a língua baluque é bastante utilizada, dada a proximidade do país com o Baluquistão, do qual é separada apenas pelo Golfo de Omã. Inclusive historicamente, Omã sempre teve influência sobre a região dos baluques. Gwadar, por exemplo, era um enclave de Omã até ser transferido para o Paquistão em 1958. Igualmente se pode dizer da influência dos baluques em Omã, onde eles adotam o sobrenome Al Balushi, e, ao contrário de seus semelhantes da outra margem do golfo, em Omã os baluques ocupam posições de destaque no Estado.

Esta iniciativa, levada a cabo pela *South Asia Gas Enterprise* (SAGE), prevê um gasoduto de aproximadamente 1.400 Km de extensão, com capacidade de transporte de 31 milhões de m³/dia, o mesmo volume previsto pelo IPI. Sairá de Ra's Al Jifan, na costa de Omã, e atingirá o litoral da Índia na localidade de Porbandar, no estado de Gujarat, o mesmo

estado do atual Primeiro-Ministro Narendra Modi, com uma ramificação opcional para Mumbai.

A dificuldade seria sua construção a uma profundidade de 3.400 metros sob o Mar Árábico, o que faria do IOI o gasoduto mais profundo do mundo. Nem a Índia e nem Omã possuem navios para instalar os dutos a tal profundidade. Além disso, a profundidade também importaria dificuldades no caso de se precisar fazer reparos, além dos danos ambientais que um vazamento de gás submarino poderia causar. Há também a preocupação com o impacto de desastres naturais, como terremotos e tsunamis, sobre o gasoduto, e acidentes com âncoras de navios, plausíveis numa região maritimamente movimentada como é o Golfo Pérsico (SAKHUJA, 2014).

Figura 31 – Mapa dos Projetos Dutoviários no Baluquistão.



Fonte: elaboração própria.

Além dos projetos de gasodutos que atravessam o Baluquistão, planos de sistemas viários com terminais em portos no território baluque, capazes de reforçar os laços políticos e comerciais da Índia e do Paquistão com a Ásia Central reforçam o valor estratégico da região. Gwadar e Chabahar são os nomes dos portos em questão.

O porto de Gwadar foi inaugurado em 20 de março de 2007 durante o governo de Pervez Musharraf, em evento que contou com a presença do Ministro das Comunicações chinês Li Shen. No discurso inaugural, Musharraf fez alertas aos “elementos extremistas” que seriam “aniquilados desta área” se não depusessem suas armas (WIRSING, p. 16). Localizado a 725 Km a oeste de Karachi, principal porto paquistanês, Gwadar tem entre outros objetivos dar maior profundidade estratégica à Marinha do Paquistão, que, até então, só contava com uma base em Karachi e que era facilmente bloqueada pela Marinha indiana nas guerras travadas por esses dois países.

A China foi a principal contribuidora da primeira fase do projeto, com US\$ 248 milhões investidos, e concluída em 2006. Os interesses de Pequim são monitorar suas rotas de suprimento de petróleo na saída do Golfo Pérsico e abrir rotas comerciais que tirem do isolamento a província do Xinjiang, impulsionando o desenvolvimento dela. Portanto, dos conflitos que devem afetar a China, a questão baluque e o terrorismo em Xinjiang estão relacionados. Se a China tiver êxito em criar um corredor de transporte viário, colocando o extremo ocidental do país no “hinterland” do porto de Gwadar, Xinjiang pode progredir economicamente, gerando empregos e renda para os nativos uigures e atenuando a diferença de nível de desenvolvimento em relação ao restante do país. Mas, por outro lado, se fracassar, o Xinjiang será comprometido, e a inquietação dos uigures alimentará nova onda de atentados nacionalistas separatistas. Uma solução que não seja exclusivamente baseada na repressão para a ameaça do terrorismo islâmico na província passa pela paz e prosperidade no Baluquístão paquistanês. Isso porque um corredor de transporte unindo Gwadar e Xinjiang através da Caxemira paquistanesa, porém sem beneficiar também os povos que vivem na área afetada, corre o risco de ser utilizado pelos terroristas islâmicos que agem no Paquistão para penetrar na China e aumentar a força de seus correligionários lá.

Gwadar também é a oportunidade de modernização econômica do Paquistão. Cidade próxima aos ricos recursos petrolíferos e às economias dinâmicas do Golfo e no caminho das principais rotas marítimas da região, Islamabad pretende transformar Gwadar em um centro multidimensional de atividade econômica, ligado aos países vizinhos por rodovias, ferrovias, aerovias e dutovias, para lhes dar uma saída para o mar, e aumentar a influência paquistanesa sobre esses países, podendo ainda criar uma zona de livre comércio capaz de atrair investimentos externos. A segunda fase do porto de Gwadar vai custar em torno de US\$ 1 bilhão e prevê a construção de dois terminais e um oleoduto capaz de transportar petróleo direto para a China. Para isso, o governo central procura aumentar o povoamento da região

para prover os profissionais necessários. Gwadar, que, quando o porto começou a ser construído em 2001, era uma singela vila de pescadores baluques de 5 mil habitantes, passou para mais de 125 mil, ou 25 vezes mais, atualmente (Ibid., p. 16-17). Os planos de Islamabad não param por aí e pretendem aumentar a população de Gwadar e seu entorno para até 2 milhões de habitantes.

Banhado por uma baía natural, o porto de Gwadar é capaz de receber cargueiros de 30 mil toneladas e contêineres de até 25 mil toneladas. O término das obras da 2ª fase o habilitarão a receber petroleiros de até 200 mil toneladas.

O governo central faz grandes apostas sobre o sucesso de Gwadar e acredita que possa torná-lo uma ‘nova Dubai’. Contudo, o geopolítico americano Robert Kaplan faz importantes ressalvas que diferenciam Dubai de Gwadar e que tornam suas expectativas em relação ao sucesso deste último bem mais modestas que as oficiais. Kaplan destaca que o triunfo da modernização econômica de Dubai e de outros xecados petrolíferos do Golfo foi, entre outras coisas, devido à eficiência administrativa de seus governos em converterem a riqueza de hidrocarbonetos do subsolo em uma economia de negócios e serviços e à legitimidade de suas monarquias perante a população. O Estado paquistanês, em contrapartida, é muito mais corrupto e ineficiente no trato do dinheiro público, além de ter sua legitimidade questionada em várias províncias, o que provoca insurgências nas porções interiores do país. Dubai e outros xecados do Golfo são praticamente cidades-Estado sem um “hinterland” próprio. A riqueza que as sustenta não é fornecida por uma região própria. Seus trabalhadores advêm de países desde as Filipinas até a Somália, os cargos mais qualificados são ocupados por americanos e europeus, enquanto que as mercadorias vendidas são fornecidas por empresas transnacionais. Assim, podemos dizer, em realidade, que o “hinterland” de Dubai é o globo todo. O fenômeno urbano de Dubai é uma cria da globalização. E quando a tendência globalista passar, a tendência será a de Dubai se tornar uma cidade-morta, porque não tem um “hinterland” que a sustente. Gwadar, por sua vez, tem um “hinterland” próprio, que é a província do Baluquistão. Menos globalizada que a economia emiratense, a mão-de-obra que constrói a cidade de Gwadar é composta de paquistaneses sindhis, pashtuns, e de outras etnias que não os baluques, que, alienados do progresso local, se forem incluídos nele chocar-se-ão com os trabalhadores de outras etnias deslocados para lá e, se permanecerem excluídos, se revoltarão contra o Estado. Violência étnica em caso de subemprego baluque; violência política no caso de desemprego baluque. A turbulência do “hinterland” de Gwadar afasta

potenciais investidores e compromete o potencial comercial de seu porto. Essas diferenças tornam Kaplan bem menos otimista que os oficiais paquistaneses (KAPLAN, p. 74).

A resposta da Índia ao porto sino-paquistanês foi a construção em 2002 de um porto alternativo em Chabahar, no Baluquistão iraniano, a 72 Km de Gwadar, com investimentos na ordem de US\$ 100 milhões. Este porto foi conectado ao Afeganistão por meio de uma rodovia que une as cidades de Zaranj, na fronteira com o Irã, e Delaram, no anel viário interior entre Farah e Qandahar (Figura 23), de onde se liga ao restante da malha rodoviária afegã, e pode-se chegar até Feyzabad, e posteriormente ao Tadjiquistão. Feyzabad, na província de Badakshan, é o território original da Aliança do Norte. Quando a Aliança do Norte assumiu o poder interino no Afeganistão, após a derrubada do regime Taliban, a construção da rodovia foi uma das primeiras medidas de ajuda da Índia ao Afeganistão (WIRSING, p. 19). O objetivo da Índia era diminuir a dependência econômica de Cabul do porto paquistanês de Karachi, por onde o Afeganistão realiza 90% de suas exportações, e, ao mesmo tempo, abrir uma rota de acesso para a Ásia Central, contornando o território do Paquistão.

Inicialmente a construção do porto de Chabahar fazia parte de uma iniciativa conjunta da Índia, do Irã e da Rússia, chamada de Corredor Internacional de Transporte Norte-Sul (INSTC), que visava a abertura de uma rota alternativa e mais curta para a Europa do que Canal de Suez, em que, por meio de um trajeto iniciando em Chabahar, passaria pelo Irã, Mar Cáspio e terminaria em São Petersburgo na Rússia, com uma ramificação para o Turcomenistão (Figura 32). Contudo, a derrubada do Taliban abriu espaço para uma segunda ramificação do INSTC, estendendo-se também ao Afeganistão.

As pressões de Washington sobre o Irã tiveram efeito e a Índia suspendeu as obras de construção do porto de Chabahar. Contudo a transferência da administração do porto de Gwadar para uma companhia chinesa em 2012 levou Nova Delhi a retomar as obras em Chabahar contra a vontade dos EUA.

As vantagens do porto de Chabahar para Índia e Irã são mútuas. Se, por um lado, a Índia ganha competitividade internacional ao obter uma saída que lhe permite acessar mercados da Ásia Central, Rússia e Europa a um custo 30% menor, percorrendo um trajeto 40% menor do que a rota do Canal de Suez, o Irã ganha seu primeiro porto de águas profundas e acessado diretamente pelo Oceano Índico, descongestionando o porto iraniano tradicional de Bandar Abbas, que, localizado nas águas rasas do Golfo Pérsico, não é capaz de receber cargueiros de mais de 100 mil toneladas. Desde que boa parte do comércio marítimo

atual é realizada por cargueiros de 250 mil toneladas, os navios têm de se dirigir primeiro aos Emirados Árabes Unidos, onde a mercadoria é transferida para navios menores capazes de atracarem em Bandar Abbas, o que deixa o Irã vulnerável a uma interrupção de 85% do seu comércio marítimo no caso de um conflito no Estreito de Ormuz com os EAU, com quem o Irã disputa a soberania de algumas ilhas, ou de outro país do Conselho de Cooperação do Golfo (TANCHUM, 2014).

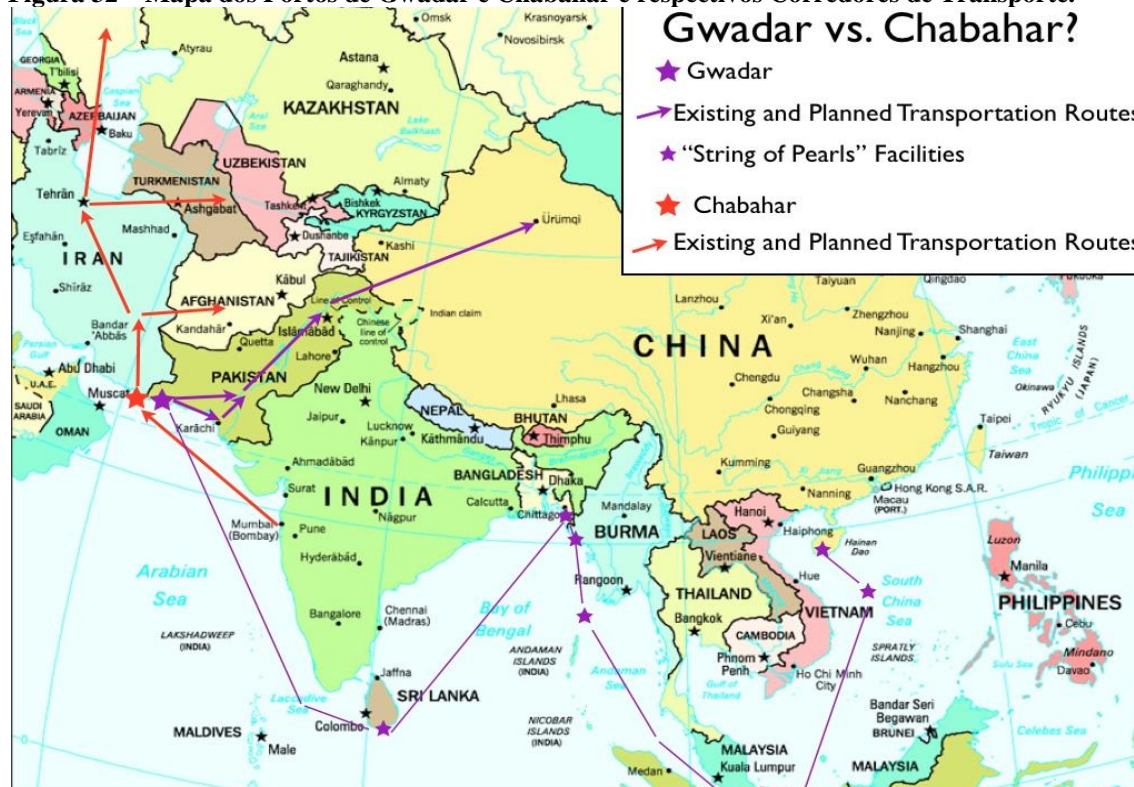
Além da rodovia, para dar maior importância a Chabahar há o projeto de se construir uma ferrovia de 900 Km paralela a estrada até a província de Bamyan, no centro do Afeganistão, onde se localizam os ricos depósitos ferríferos de Hajigak, em região povoada majoritariamente pelos Hazaras, de religião xiita e simpáticos ao Irã. Isso poderia transformar Chabahar num centro siderúrgico e exportador de ferro. Há também outro projeto de se construir uma ferrovia até o Cazaquistão, onde suas indústrias de fertilizantes poderiam ter acesso aos ricos depósitos de fosfato desse país.

Chabahar, embora não esteja em um sítio tão central no Mar da Arábia quanto Gwadar, pelo fato de seu “hinterland”, o Baluquistão iraniano, ser mais pacífico do que o do concorrente paquistanês, pode compensar suas desvantagens locais. Quando associado com os projetos ferroviários de ligação do porto a países vizinhos, e com a maior legitimidade e eficiência administrativa do Estado iraniano, Chabahar talvez se torne mais promissor do que Gwadar.

A valorização estratégica, as atividades guerrilheiras baluques e as operações antiterrorismo conduzidas pelos EUA levaram a uma militarização do Baluquistão.

Como já foi mencionado, Gwadar, além de porto comercial, serve como uma nova base naval para a Marinha do Paquistão. Além dela, há outra base naval construída como parte dessa política de diversificar as instalações portuárias na cidade de Ormara, financiada pelos turcos e operacional desde 2000 (GRARE, p. 4), e uma outra menor em Jiwani, mais antiga e herdada dos britânicos. Do ponto de vista da Índia, todas essas bases têm como implicação complicar o planejamento estratégico da Marinha indiana (WIRSING, p. 17).

Figura 32 – Mapa dos Portos de Gwadar e Chabahar e respectivos Corredores de Transporte.



Fonte: BALOCH.

Por terra, o exército paquistanês também avançou em suas construções na província, com novos quartéis instalados em Sui (onde estão os principais campos de gás), em Gwadar (pela importância recente adquirida), e em Kohlu, cidade que é considerada a capital da tribo Marri, uma das mais poderosas e problemáticas do Baluquistão (GRARE, p. 6).

Por parte dos EUA, as bases aéreas paquistanesas de Pasni, Shamsi e Dalbandin, situadas dentro do Baluquistão, são utilizadas para operações aéreas de drones no Afeganistão. A base aérea de Jacobabad está localizada na divisa da província do Sindh com o Baluquistão e também é utilizada pelos americanos.

Por fim, a localidade de Ras Koh serve como tradicional campo de testes nucleares para o Paquistão. No caso de uma eventual separação do Baluquistão, outro sítio para testes nucleares precisaria ser encontrado, mas que poderia ficar perto de regiões mais povoadas.

5.5.3 Nova Insurgência Baluque

A quinta e última insurgência tem motivação econômica. Em realidade, desde que se iniciou a extração de gás natural na província do Baluquistão, lideranças nacionalistas baluques vêm questionando a partilha dos recursos econômicos advindos do gás. A diferença para o momento atual é que a valorização estratégica, e consequente implantação de grandes

projetos de infraestrutura na província que em pouco ou nada beneficiaram a população nativa baluque, levou a uma sensação mais aguda do sentimento de exploração econômica do governo central.

Acrescente-se ainda que esta mesma valorização estratégica trouxe uma atenção maior de outros países para a região, que poderiam acabar utilizando os baluques, seja paquistaneses, iranianos ou afegãos, estabelecendo alianças quer para construir ou utilizar seu território, quer para que milícias baluques ataquem e sabotem projetos de infraestruturas de estados adversários. Se em 1973 as lideranças baluques reclamavam da falta de aliados que apoiassem a revolta, hoje há mais estados interessados, de modo que os líderes baluques se sentem mais bem posicionados para interpelar por ajuda internacional.

Figura 33 – Mapa de Bases Militares no Baluquistão.



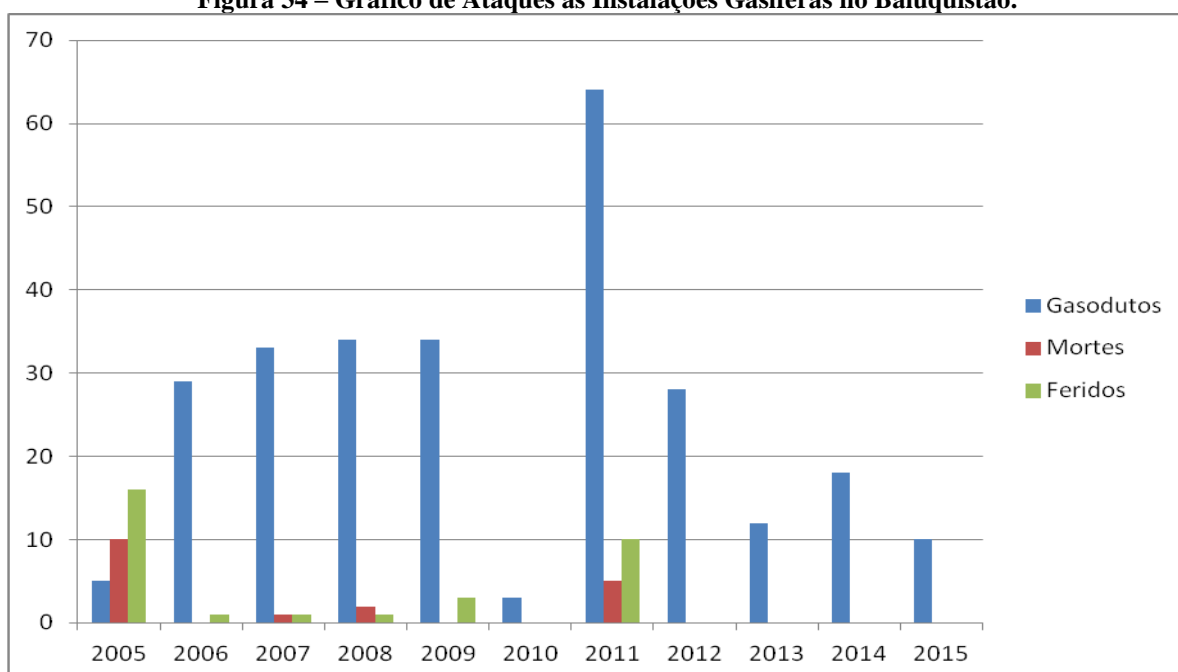
Fonte: Elaboração própria.

Mais motivação para se revoltar e a percepção de estar em uma condição melhor para negociar a paz com o governo central e, assim, obter mais concessões de Islamabad, alimentam a insurgência baluque atual e que só tende a aumentar à medida que os portos de Gwadar e Chabahar ganhem cada vez mais movimento internacional, pois as perdas causadas pela insurgência também aumentariam, tornando a intensificação do conflito, nos mesmos níveis do de 1973, desvantajoso para o governo central.

Os primeiros depósitos de gás natural descobertos no Paquistão foram na localidade de Sui em 1953, no distrito de Dera Bugti. Esse gás era bombeado para suprir as cidades de Multan e Rawalpindi, no Punjab. Quetta só começou a ser abastecida de gás em 1986 e apenas porque o governo central decidiu estabelecer um quartel na cidade. Dera Bugti começou a receber o gás produzido nos campos de Sui e Pir Koh somente na década de 90, e também apenas porque um campo paramilitar foi aberto lá. Ao todo, meramente quatro distritos do Baluquistão são abastecidos com gás natural produzido pela província (Ibid., p. 5).

A falta de abastecimento de gás nos distritos provinciais contrasta com o fato de o Baluquistão produzir cerca de 36% do gás natural do Paquistão. Desses, 17% são consumidos provincialmente enquanto que os 83% restantes do gás vão para outras partes do país. Não bastasse essa expropriação do gás, nacionalistas baluques ainda reclamam de que o preço pago pelo gás baluque é menor do que o preço oferecido pelo governo central para o gás natural extraído de outras províncias, graças a um complexo sistema que varia de acordo com a porcentagem da população provincial em relação ao total, o que claramente prejudica o Baluquistão, com cerca de 4% da população.

Decididos a impedir a contínua expropriação dos recursos de sua terra, as milícias baluques têm como alvos, além dos militares paquistaneses, as instalações da indústria do gás, e até mesmo os chineses, maiores investidores na modernização excludente do Baluquistão. No gráfico abaixo é possível observar a quantidade de ataques empreendidos ao longo dos últimos anos, alguns deles terminando com vítimas entre contratados da indústria, sejam técnicos, sejam seguranças, e que os ataques à infraestrutura industrial se intensificam a partir de 2006, mesmo ano em que o *sardar* Akbar Khan Bugti (1927 – 2006) foi morto após confronto com forças paquistanesas que bombardearam a caverna onde se encontrava escondido, levando-a ao colapso.

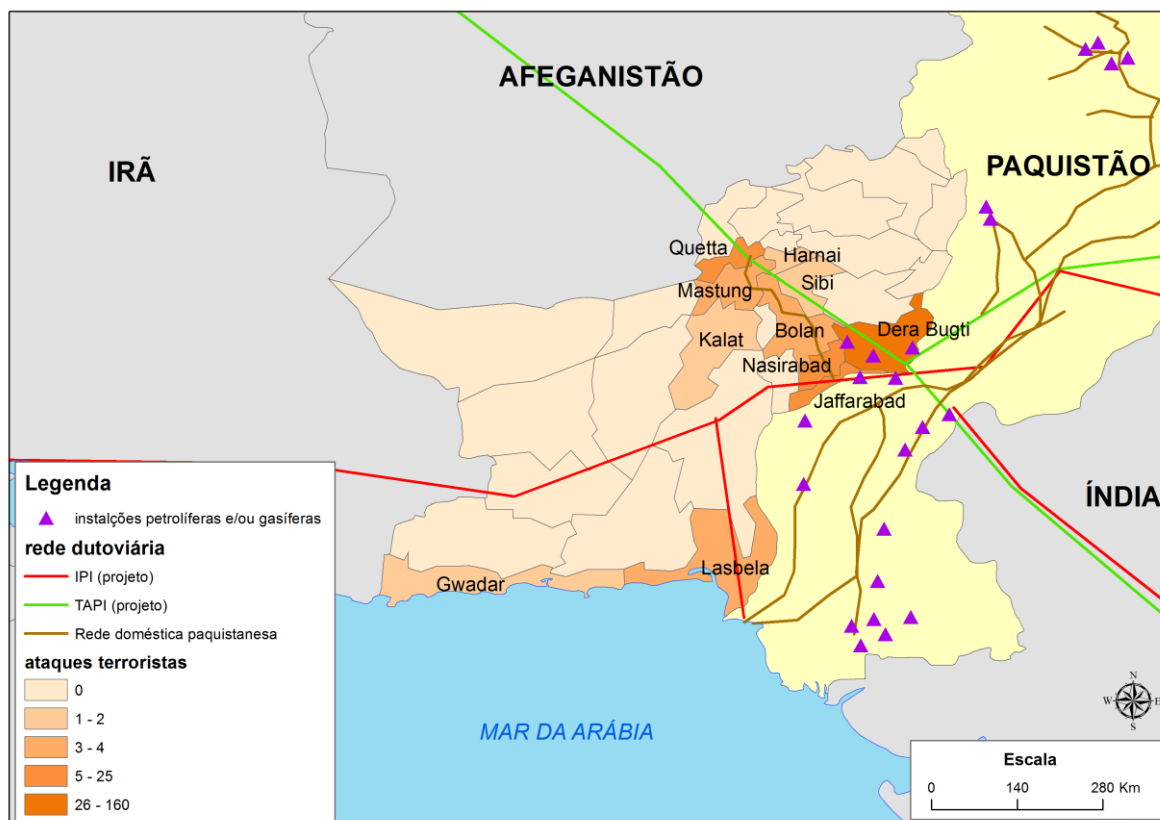
Figura 34 – Gráfico de Ataques às Instalações Gasíferas no Baluquistão.

Fonte: Elaboração própria. Fonte de Dados: SOUTH ASIA TERRORISM PORTAL.

O mapa da Figura 35 deixa bem clara a relação entre terrorismo e recursos naturais, se observar-se que os distritos que concentram a maioria dos ataques são os mesmos em que se extrai gás natural ou em que passam dutos de transporte desse gás. O distrito de Dera Bugti, onde se localizam os campos de gás operados pela companhia estatal paquistanesa Sui Southern Gas Company, é o que concentra o maior índice de violência, com 160 casos, ou 70% das ocorrências no período analisado.

A já pequena porcentagem da população baluque vem apresentando um leve declínio nos últimos anos. Isto porque a elite militar se preocupa mais em manter a unidade nacional do que os direitos das etnias e adota políticas de reengenharia demográfica que estimulam migrações internas, promovendo uma mistura dos grupos étnicos nas províncias, a fim de diluir suas identidades, e construir um país em que o credo islâmico comum a eles seja o cimento da unidade nacional de um Estado que, desde suas origens, se definiu como islâmico. Tais políticas são inspiradas nas praticadas pelos seus aliados chineses nas províncias do Tibete e Xinjiang. Dos cerca de 600 empregos gerados pelo desenvolvimento da 1ª fase do porto de Gwadar, a maioria dos cargos técnicos e mais bem remunerados ficaram para trabalhadores de outras etnias, como sindis e punjabis, enquanto que apenas 100 foram ocupados por baluques, basicamente contratados como trabalhadores diaristas (Ibid., p. 6).

Figura 35 – Mapa da Violência e Indústria do Gás no Baluquistão.



Fonte: Elaboração própria.

Numa província já pouco populosa, cada migrante de outra parte do país que se assenta no Baluquistão representa um deslocamento significativo de peso na frágil balança étnica e desperta o temor de os baluques se tornarem uma minoria na sua própria terra.

O movimento nacionalista baluque não é uma força unificada, mas sim um movimento pluripartidário e com diferenças ideológicas entre si. Eles não têm uma única liderança nem adotam as mesmas táticas e objetivos. De um lado, temos os nacionalistas seculares e, do outro, temos os fundamentalistas islâmicos, como o Jundullah.

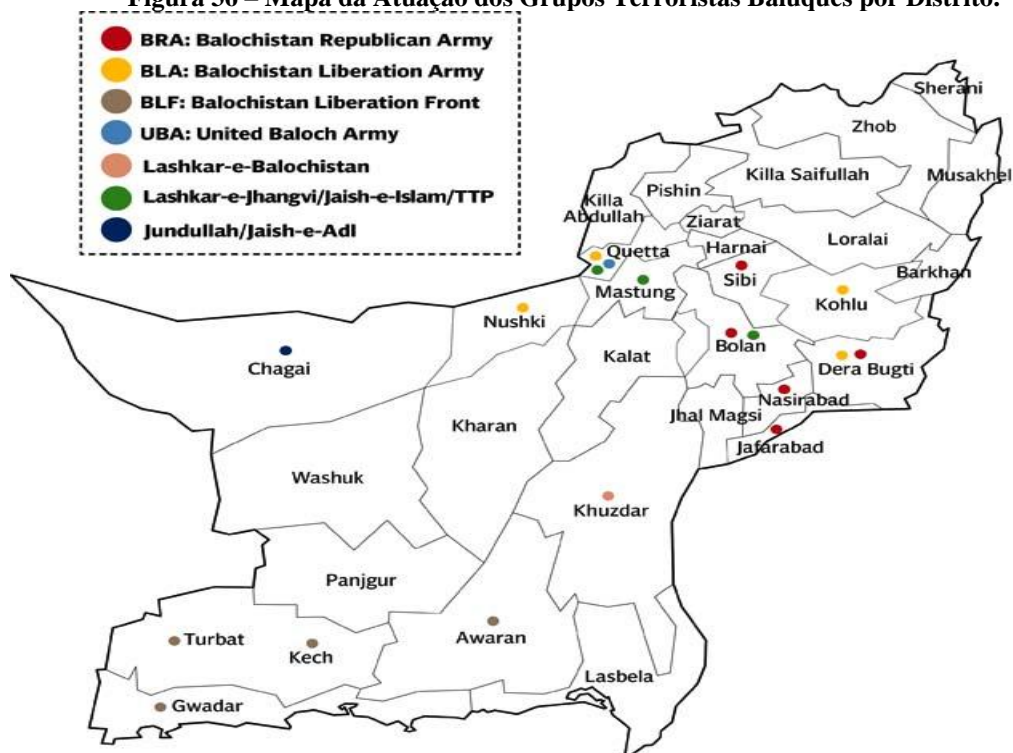
Para alguns, o sentimento nacionalista é mais estrito e não vai além dos limites da tribo, como no caso dos baluques membros dos Marri ou dos Bugti, isto é, não se advogam direitos de todos os baluques, a não ser os da própria tribo. Já para outros, o nacionalismo é mais amplo e abarca todas as tribos baluques. Se uns reivindicam a independência como objetivo, a maioria reclama por mais autonomia provincial, nos mesmos moldes da Constituição paquistanesa de 1973, para fundar um sistema federalista mais fortalecido. Por fim, há aqueles que recorrem à violência antiestatal como tática política, e há aqueles que preferem se queixar junto às instituições estatais existentes (WIRSING, p. 21).

A extensão das forças de cada tribo também é variável e a tática que utilizam varia conforme sua disponibilidade de forças. De acordo com alguns, apenas os Bugti dispõem de 10 mil homens armados, enquanto outros apontam 7 mil homens para os Bugti, 9 mil para os Marri, e 10 mil para os Mengal. Já fontes oficiais apontam que toda insurgência somada não teria um efetivo de mais de mil homens e que organizações como o Exército de Libertação do Baluquistão ou a Frente de Libertação do Baluquistão só existam no papel e que apenas as tribos Bugti e Marri sejam culpadas pela maioria da violência, em especial os Marri. Os Mengal, tendo poucos homens armados, só oferecem pouco mais do que motivação aos que querem lutar e apenas em dois distritos do Baluquistão há problemas de lei e ordem. (Ibid., p. 22)

O Jundullah, ou Exército de Deus, é um grupo extremista que age a partir do Baluquistão paquistanês para cometer ataques no Baluquistão iraniano. Na mídia ocidental, a luta da organização é representada ora como um conflito sectário entre combatentes sunitas e agentes da repressão xiitas, ora como um conflito étnico em torno dos direitos de uma minoria. Essa mesma mídia ainda classifica outros grupos que utilizam táticas semelhantes como terroristas, mas o Jundullah não. Oficiais iranianos afirmam que o grupo não é surgido no Irã, enquanto outros estudiosos estabelecem origens paquistanesas com apoio americano (NAZEMROAYA, 2009).

A urbanização, ainda que incipiente na província, gerou uma nova camada de jovens baluques com maior grau de instrução e ideais diferentes dos daqueles baluques pastores. Descontentes com sua situação de desemprego ou subemprego perante trabalhadores de outras etnias na província, eles se somam aos tradicionais *sardars* na condução do movimento nacionalista baluque. Em realidade, hoje organizações como o Exército de Libertação do Baluquistão (BLA), Exército Republicano Baluque (BRA), Frente Unida de Libertação Baluque (BLUF), Frente de Libertação Baluque (BLF), Organização dos Estudantes Baluques (BSO) etc. até suplantam em força política as milícias tribais, o que leva os *sardars* a terem de defender os separatistas para não perderem influência dentro do movimento nacionalista ou, ao menos, não contrariá-los. Hirbyair Marri, atual líder do BLA e filho do tradicional *sardar* Khair Baksh Marri, diz: “Hoje mesmo, se meu pai quisesse sequestrar o movimento e trair os baluques, ele não poderia fazê-lo” (INSTITUTE OF DEFENSE STUDIES AND ANALYSIS, p. 33).

Figura 36 – Mapa da Atuação dos Grupos Terroristas Baluques por Distrito.



Fonte: GISHKORI.

5.5.4 Envolvimento Estrangeiro

Da mesma forma como são variados os objetivos, as táticas, e as organizações baluques, incluindo-se aí as tribos, também são variados os interesses de outros países sobre a região do Baluquistão, sendo, então, difícil apontar uma única mão externa por trás de tudo. O certo é que os baluques são os maiores perdedores da situação atual e que o Paquistão e a China são os maiores beneficiados do *status quo*, e, na busca por aliados, as milícias baluques poderiam agir como *proxies*.

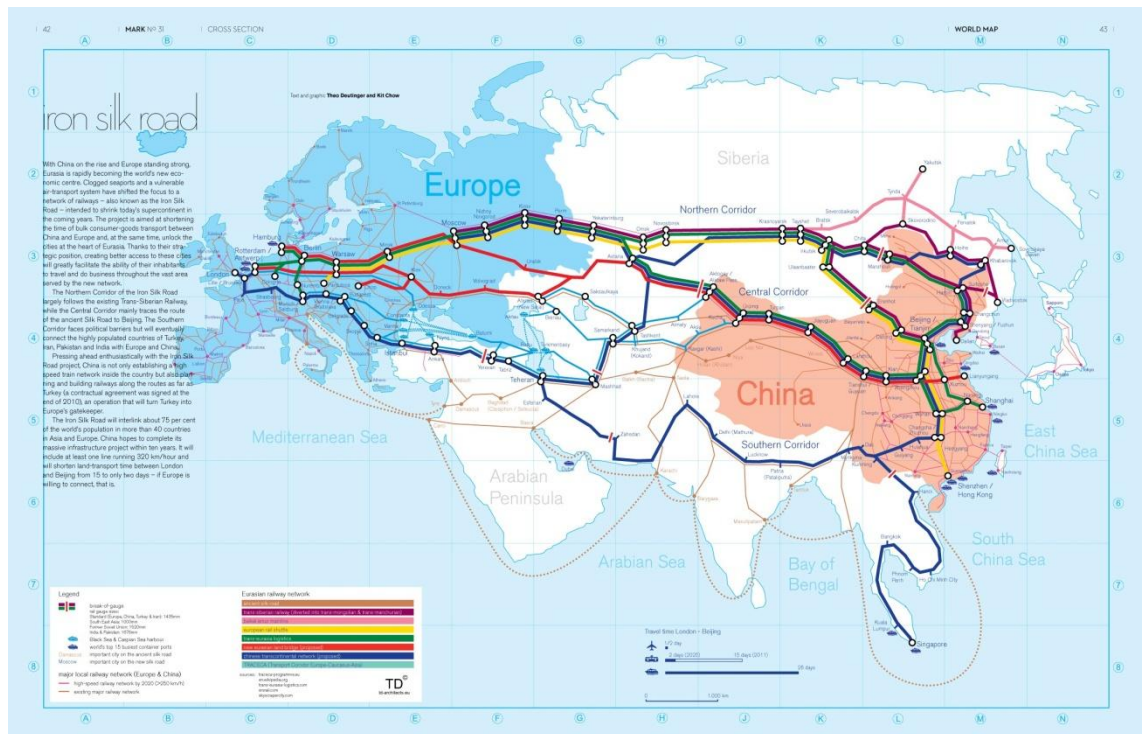
Os EUA, que até o fim das sanções pós-acordo nuclear e consequente distensão atual, poderiam estar interessados em desestabilizar o Baluquistão iraniano, após a paz com Teerã talvez não o queiram mais. Contudo, como o projeto de Chabahar se insere num projeto mais amplo que é o INSTC, que visa a desviar uma parte do comércio marítimo mundial que passa por Suez para o território russo, os EUA poderiam querer dificultar a construção do corredor para manter o comércio global sob seu domínio naval. Além do mais, a crescente rivalidade com a China pode levar os EUA a voltar suas atenções para o Baluquistão paquistanês e para as infraestruturas chinesas lá. Assim, o objetivo dos EUA é criar um ‘caos controlado’ ao longo de todo *rimland* eurasiático para inviabilizar a integração continental eurasiática, seja incitando o ódio entre seus povos por meio do ‘choque de civilizações’ de Samuel Huntington, seja armando conflitos que destroem territórios e prejudicam o intercâmbio

À Rússia, os projetos de integração continental, como o INSTC e o IPI, seriam interessantes, ao favorecerem o surgimento de uma economia pan-asiática que fechasse de vez o continente às influências do atlantismo. A criação de um Baluquistão independente significaria mais uma repartição do “rimland” asiático, mais dificuldade para integrar a Eurásia, representaria a abertura de mais uma casa no tabuleiro, a ser defendida das investidas do atlantismo. O Paquistão, sendo um estado nuclear e militarmente forte, dissuade mais a presença americana do que um estado fraco como seria o Baluquistão independente. Os americanos utilizam, sim, bases paquistanesas para suas operações contra o terror no Afeganistão, mas fazem isto apenas com o aval de Islamabad, que é capaz de interromper o trânsito de suprimentos para a ISAF a qualquer hora.

De outro lado, um Baluquistão independente se sentiria, em maior ou menor grau, ameaçado por todos os seus vizinhos. O Paquistão não reconheceria a sua independência e ameaçaria usar sua superioridade militar para retomar o território. O Irã e seu poderio balístico também seriam vistos com desconfiança pelos baluques, receosos de possíveis ambições imperialistas de Teerã de anexá-los. E até mesmo o pobre Afeganistão representaria certa ameaça, uma vez que, com 32 milhões de habitantes – contra 7 (até 10) milhões de habitantes de um Baluquistão independente – poderia montar um exército maior, além de ter recebido nos últimos anos equipamentos novos e treinamentos da ISAF nos esforços de reconstrução do país. A hipótese de um imperialismo afegão não pode ser descartada, uma vez que este país não dispõe de saída para o mar, e na visão de setores nacionalistas, o Baluquistão deveria fazer parte de um projeto de um Grande Afeganistão. A existência de milhares de pashtuns já vivendo nas porções fronteiriças setentrionais do Baluquistão, onde são maioria até, inclusive na capital Quetta, os deixaria em dúvida quanto a sua lealdade nacional e representaria um risco real de limpeza étnica por parte de radicais baluques.

Deseja, então, Moscou que o Paquistão permaneça preservado em sua integridade territorial, pois, aos seus olhos, ele é que faz o papel de ‘zíper’, no dizer de Andrew KORYBKO, ou de ‘Estado-integração’, no nosso dizer (REGIANI, p. 77), do Oriente Médio e da Ásia Meridional, duas das mais importantes regiões do continente. Daí os interesses da Rússia convergirem com os dos nacionalistas baluques moderados, que lutam por mais autonomia provincial dentro de um Paquistão federativo e não pela independência.

Figura 38 – Mapa da Rússia como Eixo de Integração da Eurásia.



Fonte: BHARDWAJ

Do ponto de vista da Índia, um Baluquistão iraniano pacífico e estável é desejável para o sucesso de Chabahar, ao mesmo tempo que um Baluquistão paquistanês instável e conflitivo comprometeria os interesses estratégicos sino-paquistaneses. A teoria hindu da *Raja Maṇḍala* preconiza que Estados vizinhos são inimigos naturais. Nesse sistema, o Estado mais forte, também chamado de ‘Conquistador’, deve empreender a guerra contra o Estado vizinho mais poderoso, seu inimigo mais ameaçador e para isto deve fazer alianças com os demais Estados vizinhos deste, que também são seus inimigos naturais e, portanto, amigos naturais do ‘Conquistador’ (Capítulo 1). A balcanização do Paquistão, quebrando-o em vários Estados independentes – Baluquistão, Pashtunistão, Sindhudesh, e Gilgit-Baltistão – vai de encontro a esta política de enfraquecer e destruir o inimigo mortal. Nesse sentido, Nova Delhi se oporia aos baluques fundamentalistas da Jundullah, ao mesmo tempo em que apoiaria grupos nacionalistas radicais no Baluquistão paquistanês. A retórica separatista dos nacionalistas mais radicais também se encaixa com as declarações da Índia para que o Paquistão faça um plebiscito no Baluquistão em resposta aos pedidos deste para que ela faça um plebiscito na Caxemira.

Em que pese a necessidade cada vez maior de energia por parte da Índia, haveria um risco em depender do território paquistanês para passar sua energia, a menos que se criasse

um grande clima de confiança com o Paquistão. Essa política de aproximação e distensão até era seguida pelos governos congressistas indianos, mas com a subida ao poder do nacionalista Narendra Modi, a Índia deve adquirir uma face mais de Estado hindu do que laico e, portanto, não faz muito sentido que apoie nacionalistas baluques seculares que defendam um Paquistão federativo e laico.

Assim, a posição indiana converge mais com a americana, ainda que os objetivos sejam diferentes. A Índia quer neutralizar o Paquistão, enquanto os EUA tentam desestabilizar as periferias do “heartland”. Moscou quer preservar o Paquistão territorial, mas Nova Delhi não quer preservar o Paquistão enquanto corpo político-militar, nem que para isso ela precise fragmentar o Paquistão territorial. Em realidade não é necessária a existência do Paquistão para integrar a Ásia Meridional com o restante da Eurásia. É a região que seu território ocupa – a bacia do Indus – que faz esse papel de soldadura, e seria possível, sim, que 4 ou 5 Estados que surgissem ali fizessem o mesmo papel desde que, com a independência, eles também se tornassem pacificados internamente, economicamente funcionais e politicamente estáveis.

Ao Irã importa ter um Baluquistão, tanto a sua porção quanto a de seus vizinhos, pacífico e estável, para a construção de gasodutos para a Índia ou para o Paquistão. Mas, por outro lado, essa mesma estabilidade pode beneficiar o porto paquistanês de Gwadar, que é concorrente do seu porto em Chabahar, na disputa por influência na Ásia Central. E também nunca se pode descartar que Teerã tenha ambições territoriais sobre o Baluquistão como um todo, já que os baluques são um povo iraniano e que já fez parte do Império Safávida. E, nesse caso, a independência do Baluquistão paquistanês o tornaria mais fácil de anexar.

Finalmente, a Arábia Saudita e Israel teriam como interesse comum desestabilizar o Baluquistão iraniano, exportando o conflito que atinge a província homônima paquistanesa, tendo em vista transformar a luta dos baluques por mais direitos e expressividade num conflito sectário entre sunitas e xiitas, e étnico entre baluques e persas, a fim de enfraquecer o Estado iraniano, o que torna o Jundullah no grupo baluque mais conveniente para suportar.

5.5.5 Geopolítica da Droga

Embora não seja uma região produtora de ervas alucinógenas, o Baluquistão se insere nos circuitos internacionais do tráfico de drogas por sua vizinhança com o Afeganistão. Este país é o maior produtor mundial de papoula, participando com cerca de 84% da produção mundial, e, não tendo saída para o mar, tem de escoar sua produção de ilícitos através dos países vizinhos, como o Paquistão, o Irã, e o Tajiquistão, inundando seus mercados com oferta de droga barata.

A maioria dos cultivos de papoula e das fábricas de refino de drogas se encontra na faixa fronteira das províncias de Helmand e Kandahar, inseridas na porção do Baluquistão afegão. Sozinha, Helmand produz 50% do ópio nacional, tornando-a no maior território produtor de ilícitos, à frente de outros países consagrados como a Colômbia, o Marrocos e o Myanmar (USMAN; KHAN, p. 33).

O clima seco de altitude, os solos pedregosos e pouco profundos e a escassez hídrica que caracterizam a áspera geografia do Afeganistão tornam a papoula um dos poucos cultivos que se adaptam às condições do país. Num país cuja maior parte do PIB ainda é agrícola, a cultura da papoula representa 35% do total. A dependência dos mais diversos atores da sociedade afegã da economia da droga, desde os camponeses até os proprietários de terras, os senhores de guerras, as redes terroristas, e os oficiais do governo, transformam-na em algo difícil de erradicar, sendo mesmo sutilmente tolerada pelas autoridades.

De acordo com um relatório de 2013 da UNODC (*United Nations Office on Drugs and Crime*) sobre uso de drogas no Paquistão, “a mais alta prevalência de usuários de opiáceos foi encontrada no Baluquistão, onde 1,6% da população usa heroína ou ópio, ou ambos”. O mesmo relatório também atesta que “0,2% ou 13.000 pessoas tomam metanfetaminas no Baluquistão, representando 70% do uso nacional, apesar de eles comporem só 5% da população do país” (KHAN, 2015).

Devido a conformação geográfica dos passos da cadeia montanhosa do Hindu Kush, que separa o Afeganistão do Paquistão, das 9 rotas de tráfico utilizadas, 6 delas estão no Baluquistão. Dali, o ópio afegão é direcionado por terra para o Irã, através do Baluquistão iraniano e da Turquia, ou por mar na direção dos Emirados Árabes Unidos e da Arábia Saudita, antes de finalmente chegar a mercados da Europa, Ásia, África e América do Norte.

A atividade do narcotráfico garante fontes de financiamento e de armamento independentes para os grupos terroristas locais por meio da taxaço do trânsito de drogas, ao mesmo tempo em que os senhores de guerra fornecem segurança para o transporte de drogas, uma vez que, no Paquistão, bem como no vizinho Irã e no próprio Afeganistão, os traficantes podem ser condenados à pena de morte.

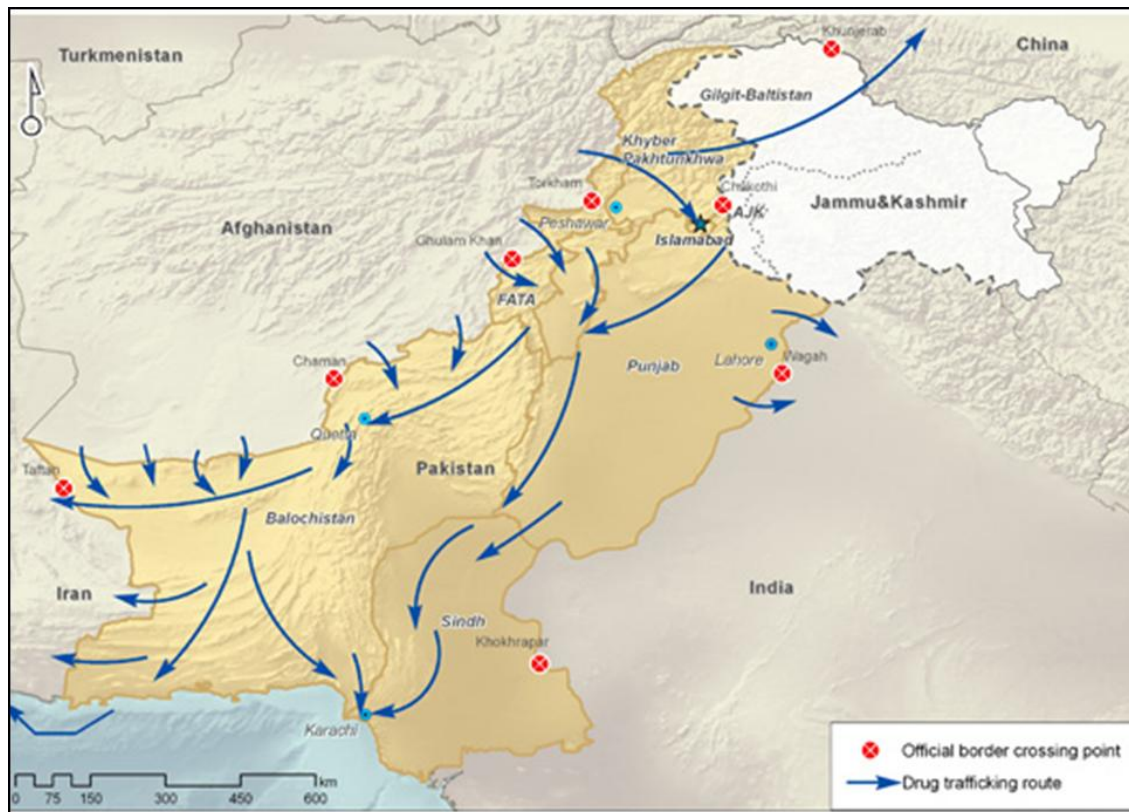
Assim, convergem no Baluquistão as duas principais retóricas americanas para suas intervenções no exterior: a ‘guerra contra o terror’, que guia as ações americanas mais comumente no Oriente Médio; e a ‘guerra contra as drogas’, normalmente mais utilizada na América Latina. Mesmo, então, com uma eventual derrocada do terrorismo regional, os EUA poderiam continuar interferindo no destino do Baluquistão, sob a justificativa de combate às drogas, até porque o cultivo da papoula no Afeganistão tem raízes culturais, da mesma forma que a coca na Bolívia, o que torna o seu plantio permanente naquele país.

Para se diversificar a agricultura afegã são necessários mercados que tragam demanda à produção de frutas, grãos, hortaliças etc., o que a populosa e faminta Índia pode oferecer. Contudo, o Paquistão proíbe a passagem em seu território de mercadorias indianas para o Afeganistão, e até pouco tempo proibia também o tráfego de mercadorias afegãs para a Índia, só passando a permitir uma tímida quantidade hoje.

Porém, o desenvolvimento do porto de Chabahar e de um sistema viário conectado a ele abrirá uma rota marítima alternativa ao Paquistão, o que deve impulsionar o comércio entre os dois países, beneficiando, inclusive, a agricultura afegã.

Mesmo com todo esse papel positivo desempenhado pela Índia no desenvolvimento e reconstrução econômica do Afeganistão, o Paquistão constantemente acusa a Índia de utilizar sua embaixada e quatro consulados em solo afegão para, por meio de agentes secretos da R&AW (*Research and Analyses Wing*), forjar laços com senhores de guerras e traficantes de drogas, com o objetivo de promover a cultura de drogas e causar incidentes étnicos e sectários em território paquistanês (Ibid., loc cit).

Figura 39 – Mapa das Rotas das Drogas no Paquistão



Fonte: UNODC.

5.6 Conclusão Parcial

Após uma preponderância das ideias socialistas de Nehru durante a Guerra Fria, o fim da URSS propiciou o avanço da globalização. Essa onda global também chegou à Índia, que deu início a sua abertura econômica gradual com Rajiv Gandhi, e continuada nos governos seguintes de Narasimha Rao, Atal Vajpayee, e Mamohan Singh. O governo Modi talvez seja aquele em que o globalismo na Índia atinja seu zênite. Mas assim como o Islam só conseguiu se consolidar na Índia após adaptar-se, o globalismo também sofrerá o mesmo processo de transformação local. Assim, ao mesmo tempo em que a Índia contemporânea se globaliza, ela indianiza o mundo, como, por exemplo, a iniciativa de Modi de criar um dia mundial do yoga. Pois a ideologia de Modi não é a de um liberal típico que põe o mercado na condução dos processos econômicos e sociais, mas a sua visão é a de *India first*. Mais do que globalizar, Modi procura utilizar os capitais internacionais disponíveis para desenvolver e industrializar a Índia, conforme o programa econômico do *Make in India*.

A Ciência Geográfica, bem como toda a ciência produzida no século XIX e início do XX, possuía um forte caráter cientificista ancorado nas Ciências Naturais. Geógrafos como Curzon pensavam que, por meio do conhecimento científico, fosse possível, desse ponto de

vista, encontrar uma fronteira correta para os estados. Mas o tempo e as mudanças do espaço político mostraram que não existem fronteiras eternas, refutando a suposta natureza científica da Linha Durand. Uma fronteira “científica” para um império multinacional não é “científica” para um Estado-nação, cujos limites devem preferencialmente coincidir com os da nação.

Mantendo a situação atual, a FATA, não tem atividade partidária graças às proibições da LCF, e a religião monopoliza as consciências. Sem alternativa política, os pashtuns da FATA acabam recorrendo ao fundamentalismo islâmico do Talibã na defesa da liberdade da sua terra (*yaghistan*) e sua honra (*anang*) contra o inimigo estrangeiro e violador das leis do Islã e, portanto, sem honra.

O fim do contexto histórico-geográfico que deu origem ao Afeganistão moderno transformou esse Estado numa entidade disfuncional e com fronteiras obsoletas. Mas a convergência de interesses de potências globais e regionais na localização estratégica do país pode dar-lhe uma nova esperança neste século, ou decretar o seu fim.

Dada a existência de forças nucleares entre os *players* principais da Ásia Meridional (China, Índia e Paquistão), estes se sentem dissuadidos a utilizar o *hard power* contra os adversários. O *soft power* se torna numa opção política mais viável para fazer aliados, provocando uma ‘guerra desenvolvimentista’ que beneficia os países mais pobres da região.

No entanto, da mesma maneira que o *hard power* é desigual, o *soft power* também o é. O Estado chinês é mais rico e mais ágil que o indiano, que por sua vez também o é em relação ao paquistanês. Para compensar essa defasagem, a guerra irregular aparece como alternativa, em que poderes econômicos concorrentes mobilizam seus *proxies* para criar um ambiente de insegurança que atralhe, retarde ou paralise obras de infraestrutura cujo impacto no cenário estratégico afete seus interesses econômicos. Os ataques dos talibans contra projetos indianos no Afeganistão, os ataques de milícias baluques nacionalistas no Baluquistão paquistanês contra obras chinesas, ou os ataques de baluques islamistas no Baluquistão iraniano contra alvos indianos são exemplos de violência contra *soft powers* adversários na região.

Dentro da SAARC, o Afeganistão pode ser considerado o país mais promissor, após a Índia. Isso porque os problemas políticos com o Paquistão limitam o comércio entre eles, e o Bangladesh, apesar de seus mais de 100 milhões de habitantes, é um país predominantemente rural e pobre. O Afeganistão, embora não seja tão populoso, com seus recursos naturais e localização estratégica, apresenta alto potencial comercial para a Índia no interior do bloco e o *soft power* indiano visa a alavancar ao máximo esse potencial de intercâmbio econômico.

Ao mesmo tempo em que busca garantir sua parcela nos negócios da reconstrução, a Índia utiliza o Afeganistão como uma vitrine de seu *soft power* para o mundo. Tal política

também objetiva combater o fundamentalismo islâmico, que Nova Delhi considera ameaçá-la na Caxemira. Impossibilitada de utilizar seu *hard power* para combater grupos terroristas islâmicos no Afeganistão, ou mesmo vender equipamentos militares pesados para que Cabul o faça, já que o assunto é sensível nas relações com o Paquistão, uma vez que este considera estar sendo cercado e ameaçado por tal movimento dos estados vizinhos, a política do *soft power* indiano surge como opção não perigosa para a segurança de Islamabad.

Considere-se ainda que poder ideológico também é *soft power* e que, neste quesito, o Paquistão possui influência maior sobre grupos islâmicos no Afeganistão do que a Índia secular e hinduísta. Nesse caso, o *soft power* indiano visa a promover o progresso social afegão na esperança de esvaziar as fileiras de grupos terroristas islâmicos de jovens miseráveis cativados pelo discurso radical religioso.

Como foi dito por Mackinder, em sua Teoria do Heartland, o Estado ocupante desse território tende a buscar uma saída de sua fortaleza continental em mares quentes. Além da Rússia, a China era outro país que Mackinder acreditava que poderia controlar o heartland. E o que se observa no Baluquistão é que a China tenta abrir essa saída através do porto de Gwadar, no Baluquistão paquistanês, para desenvolver sua porção do heartland, no Xinjiang.

A Índia, por outro lado, ocupando o Rimland, tenta conter a expansão chinesa, conforme as elaborações teóricas de Spykman. Daí haver uma convergência entre interesses indianos e americanos no tocante à atuação dos grupos nacionalistas seculares baluques. Ao mesmo tempo em que busca conter a China no Baluquistão paquistanês, Nova Delhi tenta sair de seu isolamento subcontinental através de conexões marítimas com o Baluquistão iraniano em seu porto de Chabahar.

Nessa encruzilhada de interesses contraditórios entre americanos, chineses e indianos, está o Paquistão, país por onde passariam dois importantes projetos dutoviários destinados a atender as demandas energéticas dos gigantes econômicos asiáticos, China e Índia. O aliado natural de Islamabad é Pequim, mas dada a existência de diversos movimentos nacionalistas e separatistas, não é de todo impossível uma ‘sirianização’ dos conflitos internos do Paquistão, pois foi uma mesma disputa entre dois projetos dutoviários que levou à guerra da Síria. Contra guerrilhas em seu próprio território, as ogivas nucleares paquistanesas são inúteis.

A menos que o Paquistão passe por uma reforma federalizante que devolva às províncias sua autonomia, que acomode suas identidades étnicas e religiosas, que se desenvolva economicamente além do Punjab, suas tensões internas ameaçarão se agudizarem, e os baluques desempenharão um papel semelhante ao dos curdos no combate ao Estado Islâmico, do qual o Paquistão não deixa de ser um.

Quadro 5 - Quadro-Síntese da Geopolítica da Índia Atual

Identidade: A Índia é hindu ou muçulmana		
Geopolítico	Geoideologia	Geoestratégia
Savarkar	Hindutva	Imaginação cartográfica
Narendra Modi	Panchamrut	Multi-Alinhamento

Capítulo 6 – Oceanopolítica da Índia

6.1 Introdução

O Oceano Índico, apesar de ser o menor dos três oceanos da Terra, é de suma importância para o sistema econômico global, já que, em uma porção de suas águas, encontra-se o Golfo Pérsico, principal região petrolífera mundial, sendo através do Mar da Arábia, uma subdivisão do Índico, e depois pelo Mar Vermelho, ainda nesse oceano, que boa parte dessa produção petrolífera é escoada para os mercados europeu e americano.

A ascensão da China inseriu um novo grande consumidor de petróleo a importar das águas do Golfo o ouro negro que move a economia contemporânea, mas que, dada a localização do país no Extremo Oriente, ela tem de transportar seus hidrocarbonetos, após sair do Mar da Arábia, não pelo Mar Vermelho, mas passando pelo Índico Oriental, em sua reentrância na Baía de Bengala, e posteriormente no Estreito de Malaca, contornando antes a península hindostânica pelo Estreito de Palk. Portanto, a ascensão da China conferiu ao Oceano Índico importância econômica e estratégica em sua totalidade, valorizando suas águas bem como as ilhas e os Estados ribeirinhos dessa bacia. Diante dessa dependência de suas linhas de suprimento marítimas, a China elaborou uma geoestratégia de contenção da Índia, a quem percebe como sua maior ameaça no Índico, chamada de Colar de Pérolas, que, entre as medidas, inclui a construção de uma série de portos e infraestruturas marítimas nos países vizinhos da Índia.

Durante muito tempo a tradicional orientação continentalista de Nova Delhi levou sucessivos governos a se preocuparem mais com as vulnerabilidades da fronteira terrestre com a China e o Paquistão do que com sua segurança marítima. Mas a subida ao poder de Narendra Modi, vindo do Gujarat, um estado indiano com alguma tradição marítima, representou a chegada de uma ‘brisa marítima’ na atmosfera continentalista de Nova Delhi, cujos ventos políticos passaram a soprar agora na direção do Oceano Índico, como na monção de inverno.

Isso acontecia, porque a percepção histórica seria a de que a fronteira noroeste da Índia, por onde chegaram os invasores muçulmanos, seria o ponto mais vulnerável do território indiano. Mas, com a valorização do Índico, a escola de pensamento de Lorde Curzon (1859 – 1925), mais voltada para as fronteiras terrestres, perde força, em favor daquela do historiador e diplomata K. M. Panikkar (1894 – 1963), um adepto das teses do poder marítimo de Almirante Alfred T. Mahan (1840 – 1914). Panikkar chama a atenção para o fato de que os

últimos invasores da Índia – portugueses e britânicos – vieram pelo mar, e que a maior fragilidade territorial da Índia era, então, sua imensa costa.

O desafio do Índico exige que a Marinha indiana, até aqui uma marinha de águas marrons, se equipe e se prepare para ser uma marinha de águas azuis. Essa modernização vem sendo feita com a construção de porta-aviões e submarinos nucleares nacionais, tais como os INS Vikramaditya, Vikrant, e Arihant, para que a Índia se transforme em um Estado provedor de segurança no Índico, capaz de substituir o papel dos EUA, e evitando que os chineses aproveitem para penetrar na região.

6.2 História do Poder Marítimo Indiano

A Índia, pela natureza peninsular de seu território, sempre teve uma grande dependência do mar. É o mar quem controla o regime das monções e assopra ventos úmidos para o continente ao fim do escaldante verão indiano, trazendo chuvas que refrescam o povo e irrigam as lavouras, transformando a terra seca em um mar verde de vida abundante, numa sociedade cuja unidade territorial básica era o vilarejo rural. É o mar que agita os ventos monçônicos, gerando a força motriz do comércio marítimo de um lado ao outro do Índico, alimentando a pujança econômica dos grandes portos indianos.

Embora pudesse existir certo preconceito entre os membros da casta brâmane de que o mar fosse poluído pelos restos mortais lançados nas águas do Ganges, ele era restrito àqueles que viviam nas planícies do norte da Índia, longe do mar. O sul da Índia, com seus grandes portos, era muito ligado ao comércio no Oceano Índico, e tinha uma relação com o mar completamente diferente da do norte (PANIKKAR, p. 29). No norte, a vida nacional girava em torno das águas do Ganges; no sul, em torno das águas do Índico.

Essa importância do mar pode ser encontrada já nos antigos tratados hindus, cujos autores reservavam um papel em sua ordem social ideal para uma casta cujo ofício se ocupava das atividades marítimas. Kauṭilya, em seu *Arthaśāstra*, elabora um modelo de organização de Estado em que as diversas atividades essenciais ao funcionamento dele seriam fiscalizadas por superintendentes, entre eles os dos navios, e que tinham como atribuição:

... examinar a contabilidade relativa à navegação não só em oceanos e estuários de rios, mas também em lagos naturais ou artificiais, e rios na vizinhança da capital e de outras cidades fortificadas (KAUṬILYA, p. 179).

No mesmo capítulo, Kauṭilya também fixa as regras de taxaço a serem cobradas de navios que atracassem em cidades portuárias, da travessia de rios por passageiros, de vilarejos

costeiros, de pescadores, os casos de isenções e as penalidades àqueles que não observassem as regras, que, em último caso, poderiam levar à destruição do navio:

Navios piratas, barcos que estão a caminho do país de um inimigo, bem como aqueles que tiverem violado os costumes e as regras em vigor nas cidades portuárias devem ser destruídos (Ibid., p. 180).

A importância do mar não se resumia apenas a sua expressividade econômica, a ponto de ser geradora de arrecadação para o Estado por meio de um sistema de impostos, tal como no Império Maurya, no qual Kautilya desempenhava o papel de Conselheiro-Mor. Ela também alcançava o campo filosófico, servindo de inspiração para lições no plano da política. Na visão hindu do universo político, as regras do jogo de poder mundano eram as mesmas que prevaleciam nas profundezas dos oceanos, isto é, a *Matsyanyaya*, ou Lei do Peixe, mais conhecida no Ocidente pelo adágio “peixe grande come peixe pequeno”. Na política doméstica o soberano deveria combatê-la, mas na política internacional ela era impossível de ser abolida e o rei deveria adotar um realismo clássico nos moldes da *power politics*, conforme o que foi visto no Capítulo 1.

Ao longo da história, vários impérios se aventuraram nas águas do Oceano Índico, como os das dinastias Maurya (322 a.C. – 185 a.C.), Andhra (271 a.C. – 220 d.C.) e Pallava (séculos VI – IX), alguns com mais sucesso até. Se, no Índico Ocidental, a navegação era relativamente livre e voltada para o comércio, dada a inexistência de uma potência naval na região – seus navegantes hindus, persas, árabes etc. o faziam mais por empreendedorismo individual do que a serviço de uma política de Estado –, no Índico Oriental a situação era inversa, e o poder político era ligado a projetos de colonização das margens e controle das rotas de comércio (PANIKKAR, p. 28). Por isso, as duas potências marítimas de mais destaque surgiram nele: os impérios Sri Vijaya (650 – 1377) e Chola (300 a.C. – 1279).

Sri Vijaya era um reino localizado nas ilhas de Sumatra e Java, na atual Indonésia. Sua ascensão como império se deu por meio do controle do estreito de Malaca, entre os séculos V e VI, afastando piratas e corsários que agiam na região, e monopolizando o controle sobre o estreito por meio de sua marinha. Todos os navios que passavam pela região eram obrigados a visitar a capital de Sri Vijaya, enquanto a administração marítima monitorava o tráfego de navios através da rota comercial (PANIKKAR, pp. 33-34). Sri Vijaya manteve seu poder regional por quase 500 anos até entrar em confronto com o Império Chola.

Figura 40 – Mapa do Império de Sri Vijaya.

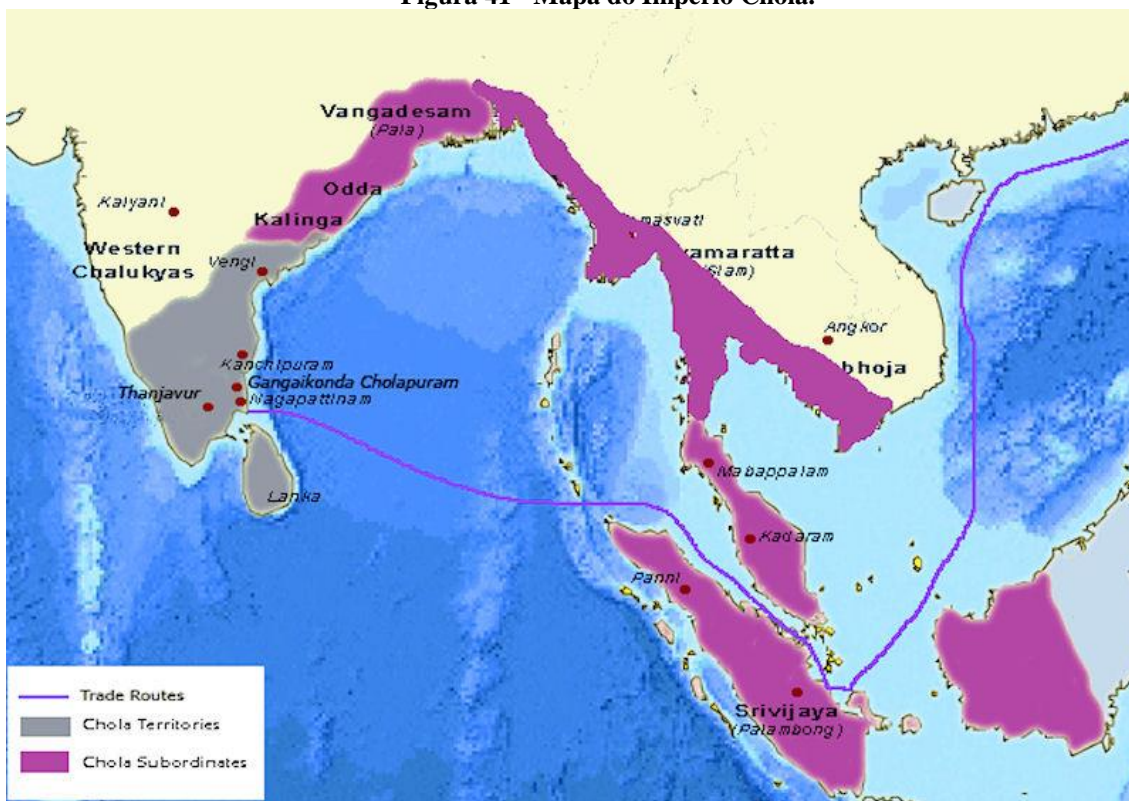


Fonte: Wikipedia

O Império Chola construiu seu centro de poder em torno da fértil foz do rio Kaveri, de onde se expandiu pelo sul da Índia. Referências a essa dinastia são encontradas já na antiguidade, mas foi por volta do século XI que ela atingiu o seu auge. Em 1007 o rei Rajendra construiu uma esquadra capaz de desafiar aquela de Sri Vijaya. Após conseguir estabelecer colônias na península da Malaia, os Cholas passaram a combater os reis de Sri Vijaya em suas próprias águas do estreito de Malaca, em uma rivalidade naval que durou cerca de 100 anos. (Idem, loc. cit.).

A decadência do poder marítimo hindu começou com a invasão islâmica a partir da fronteira noroeste. De cultura nômade, vindos do interior da Ásia Central, eram hábeis cavaleiros. Porém, as sucessivas dinastias muçulmanas, sejam de origem turca, afegã ou mogol, não se preocuparam em desenvolver uma marinha, pois não tinham tradição de navegar, deixando o Índico livre para a dominação portuguesa, quando da chegada dos europeus a essas águas (Idem, p. 8).

Figura 41 - Mapa do Império Chola.



Fonte: Wikipedia.

Os lusitanos, após chegarem na cidade indiana de Calicute, se confrontaram com o soberano da mesma a fim de se estabelecerem na Índia. Contudo, o Zamorim de Calicute dispunha de um poder marítimo considerável e ofereceu resistência. Apesar de menores que as caravelas portuguesas, seus barcos eram mais rápidos e ágeis, infligindo baixas na esquadra portuguesa e sendo difíceis de perseguir. Os portugueses decidiram se mudar para mais ao norte, se fixando em Goa, que era um reino mais fraco e fácil de se vencer. (Idem, p. 52).

A Índia Portuguesa, ou o Estado da Índia, como era chamado, compreendia uma série de feitorias e fortalezas, com Goa de capital. Em 1640, eram por volta de 26 praças, de Sofala, em Moçambique, até Macau, na China, e que geralmente não se estendiam mais do que algumas milhas para o interior. Assim, o Estado da Índia não era um único país, senão um arquipélago de enclaves portugueses e, por isso, também se referia à Índia no plural, como as Índias, havendo ainda as Índias Ocidentais, termo que se empregava para se referir às colônias na América. Estabelecidas em diversos pontos da costa da Bacia do Índico e adjacências, o Estado da Índia só era atingido por mar, só tinha contiguidade territorial por meio do mar, e só podia ser mantido através do domínio do mar. Por isso, a geideologia da Índia Portuguesa era o de uma talassocracia na Ásia Marítima. (BOXER, pp. 11-12)

A geoestratégia portuguesa consistia no controle dos *choke points* do Índico para monopolizar o comércio marítimo de especiarias das Índias. Esse plano, elaborado por Affonso de Albuquerque, foi posto em prática tomando-se locais-chave para o controle dos acessos ao Índico e estabelecendo-se guarnições portuguesas nele, começando com a posse do Cabo da Boa Esperança, passando pela ilha de Socotra e por Ormuz, no Índico Ocidental, e finalizando com Malaca, no Índico Oriental, que fechava o controle da bacia. (PANIKKAR, p. 53)

O declínio do poderio marítimo português e o poder britânico ainda incipiente abriram uma brecha para a ascensão do poderio naval maratha na Costa do Malabar, aproveitando-se também do desinteresse pelo mar do Império Mogol. O poder naval maratha se fortaleceu graças a liderança de Kanhoji (1669 - 1729). Vindo de uma família de marinheiros, Kanhoji entrou jovem para a marinha do Império Maratha e, a partir do reinado de Balaji I, Kanhoji ganhou a direção da política naval maratha, que utilizou para fortalecer seu poder naval. (PANIKKAR, pp. 58-59)

O primeiro ato de Kanhoji foi fortificar sua base naval em Vijaydurg, sítio bem protegido, localizado em um estuário. Permitia aos navios leves e velozes dos marathas se esconderem, subindo o leito do rio de forma que os barcos europeus não podiam alcançá-los. Após eliminar os Sidis – afroindianos que prestavam serviços marítimos ao Império Mogol –, e reduzir os portugueses a um poder menor, Kanhoji se voltou para enfrentar os britânicos. O almirante hindu impôs aos navios que navegassem em águas territoriais marathas uma taxa de um quarto, o que irritou a Companhia das Índias Orientais. Expedições britânicas organizadas para combater o poderio marítimo de Kanhoji não obtiveram sucesso. A segunda delas, em conjunto com os portugueses, em Kolaba, consagrou o domínio do Império Maratha sobre a Costa do Malabar. Holandeses também enviaram expedições, mas foram igualmente derrotados, e por ter mantido sua invencibilidade naval contra portugueses, britânicos e holandeses, Kanhoji é considerado um dos maiores heróis dos mares indianos. (Ibid., pp. 59-62)

Ao contrário da Índia Portuguesa, a Índia Britânica era de natureza terrestre. A geoideologia do Raj Britânico era que a Índia não passava de um agregado de diversos territórios em que viviam diversos povos e, então sua geoestratégia era definir os limites dessa construção geográfica chamada de Índia com fronteiras científicas, de modo a garantir a segurança e defesa do território. Lorde Curzon tendia a ver no mar a fronteira ideal e, em

razão disso, via territórios separados pelo mar como independentes por natureza. O resultado é que o Ceilão e o Iêmen foram postos sob administrações separadas das da Índia, para o pesar de um adepto da teoria do poder marítimo como PANNIKAR, que lamenta a perda do controle do Estreito de Bal el-Mandeb e da ilha de Socotra (Ibid., pp. 17-18).

A substituição dos portugueses pelo Império Britânico não provocou um maior desenvolvimento naval hindu, uma vez que o Oceano Índico foi transformado praticamente em um lago britânico, não havendo uma ameaça que justificasse a criação de uma marinha indiana.

A vulnerabilidade naval indiana dentro do Império Britânico ficou evidente na 2ª Guerra Mundial, quando os japoneses capturaram Cingapura em 1942, abrindo uma das entradas do Índico. Os arquipélagos de Andaman e Nicobar foram ocupados e as comunicações marítimas da Birmânia com a Índia foram cortadas, o que permitiu o avanço terrestre do Japão pelo Sudeste Asiático até Imphal, no nordeste da Índia. Por mar, os navios da Marinha imperial japonesa avançaram na Baía de Bengala e bombardearam a frota britânica estacionada em Trincomalee, no Ceilão. A chegada dos americanos pelo Pacífico freou a expansão japonesa no Índico, mas, ainda assim, submarinos japoneses apareceram até no Mar da Arábia para interceptar navios de suprimentos aliados. (Ibid., p. 81)

O historiador e navalista PANIKKAR conclui, com base na observação da história, que “quem controla o Índico tem a Índia a sua mercê”, e que, por isso, “enquanto para outros países o Oceano Índico é só uma das áreas oceânicas importantes, para a Índia ele é o mar vital”. Roga, então, o autor pela montagem de uma marinha forte capaz de proteger a liberdade de navegação no Índico, e, conseqüentemente, a soberania da Índia. (1951, pp. 84-85)

Após a independência, em meio à Guerra Fria, a Índia de Jawaharlal Nehru, com uma marinha fraca e uma ideologia pacifista, adotou como oceanopolítica uma postura de tentar manter fora potências adversárias, como a Grã-Bretanha e a França. Por isso, apoiava movimentos de libertação nacional anticolonialista na África e Ásia, pois os países novos naturalmente seriam fracos e não ameaçariam a Índia. (PANDE, pp. 96-97) E para se proteger de uma eventual agressão de uma das superpotências, aliou-se com a outra. Quando da independência do Bangladesh - antigo Paquistão Oriental - os EUA, aliados deste último, deslocaram a Força-Tarefa 74, sob a liderança do USS Enterprise, para a Baía de Bengala, ameaçando bombardear nuclearmente a Índia no caso de uma invasão. A resposta indiana foi

solicitar apoio à URSS que, rastreando o porta-aviões americano com um submarino nuclear, o fez desviar de rota, evitando assim um confronto com o porta-aviões indiano INS Viraat, que fazia o bloqueio naval da baía.

Mesmo antes de adotar a orientação marítima atual, a Índia sempre demonstrou uma grande capacidade de intervenção nos Estados insulares do Índico, região que considera vital para sua segurança. Em 1983 a Operação Lal Dora da R&AW preveniu uma tentativa de golpe em Maurício contra o primeiro-ministro Anerood Jugnauth. Em junho de 1986, o INS Vindhyagiri foi enviado para o porto de Victoria na Operação Flowers are Blooming para frustrar uma tentativa de golpe contra o presidente socialista France-Albert René. Em 1988, a Índia agiu rapidamente na Operação Cactus desembarcando tropas nas Maldivas para abortar uma tentativa de golpe de mercenários tamis contra o presidente Maamoon Abdul Gayoon. Ainda há que mencionar a força de paz conduzida pela Índia na guerra civil do Sri Lanka durante 3 anos (1987-1990).

6.3 Economia Azul

Durante boa parte da história recente da Índia, a posição telúrica de Nova Delhi influenciou políticas continentalistas mais preocupadas em salvaguardar as fronteiras terrestres da Índia com a China e o Paquistão, cujo ponto fulcral era o território da Caxemira, da qual o controle era vital para que a Índia rompesse seu isolamento regional e acessasse os recursos energéticos da Ásia Central, conforme visto no Capítulo 4. Essa mesma mentalidade telúrica reverberou sobre a economia por meio da Revolução Verde, política econômica marcada pela grande aplicação de inovações científicas e tecnológicas no campo, como fertilizantes, agrotóxicos e máquinas, que impulsionaram a produção agrícola indiana.

Contudo, a subida ao poder de Narendra Modi, ex-governador do estado costeiro de Gujarat, trouxe uma mudança na orientação geopolítica de Nova Delhi, que passou a enxergar o mar como um espaço estratégico por onde superar seu isolamento imposto pelo Paquistão e conectar-se com o restante da Ásia e do mundo. O porto de Chabahar, na província iraniana de Sistão e Baluquistão, é um exemplo dessa tentativa de obter acesso ao Afeganistão e à Ásia Central através de linhas marítimas, conforme visto no Capítulo 5. A política econômica não passou isenta a essa mudança e caminha hoje na direção da Revolução Azul.

Em geral, os países da Bacia do Índico possuem forte orientação à economia costeira por razões geográficas ou históricas. Observando-se o mapa e aliando-o aos conhecimentos da

história regional, permite-se classificar esse grupo de países da seguinte forma: há aqueles que são de natureza insular, como as Maldivas, as Seychelles, as Ilhas Maurício, as Comores, etc., e possuem economia fortemente ligada a atividades marítimas, como pesca e turismo de cruzeiros. Há outros que também são estados insulares, porém de dimensão maior, o que lhes permite desenvolver uma rede urbana e atividades econômicas maiores. Porém, como possuem, em geral, interior montanhoso e selvagem, concentram suas cidades na costa e desenvolvem portos, como é o caso da Indonésia, Sri Lanka, e Madagascar. O terceiro conjunto é composto por Estados peninsulares, cujo território possui uma ligação fraca com o continente e se projeta fortemente no mar, tais como a Índia, a Malásia, e o Qatar. Um quarto grupo de países são aqueles que se situam no continente, mas, de interior desértico, e que acabam concentrando sua população na costa: Omã, Somália, Baluquístão e Austrália Ocidental. E o último grupo de países consiste naqueles que possuem um interior fértil, habitável e capaz de desenvolver uma economia telúrica, só que, como foram colonizados a partir do litoral, possuem aí sua porção mais rica e povoada: a África do Sul, Moçambique, a Tanzânia, e o Myanmar.

A dependência maior ou menor do Oceano Índico é o que une todos eles e a Economia Azul é um modelo de desenvolvimento alicerçado no potencial econômico do oceano e capaz de gerar ganhos mútuos para todos os países dessa bacia. Finda a Guerra Fria, enquanto o mundo se globalizava, liderado pela tríade EUA, Alemanha e Japão, os países do Índico, fora da influência dos três, se organizavam de forma regionalista, promovendo o encontro da *Indian Ocean Rim Initiative*, realizado em Maurício em março de 1995, com a participação da Austrália, da Índia, do Quênia, das Ilhas Maurício, de Omã, de Cingapura e da África do Sul. No encontro, os representantes consideraram como pontos comuns:

- 1) a existência de uma **História comum** envolvida por interesses comerciais e econômicos que extrapolou o escalão regional para se envolver no mundial;
- 2) buscar, numa cooperação, utilizar melhor seu **potencial humano, valorizando a exploração dos recursos naturais** do Índico;
- 3) ter sempre por base o respeito à **soberania dos Estados**, sua integridade territorial, a não intervenção em questões internas e a coexistência pacífica;
- 4) não abrir mão de **relações bilaterais ou multinacionais**, estendendo o fórum a todos os Estados ribeirinhos. (CASTRO, pp. 12-13)

Dois anos depois, o núcleo fundador de sete países do Índico expandiu-se, com a inclusão da Indonésia, da Malásia, do Sri Lanka, do Iêmen, da Tanzânia, de Madagascar e de Moçambique para formalizar o órgão regional como *Indian Ocean Rim Association (IORA)*, sob “os princípios do regionalismo aberto e do inclusivismo de membros, com objetivos de liberalização do comércio e promoção da cooperação comercial. Atividades focariam na

facilitação do comércio, na promoção do investimento e na cooperação econômica”. (INDIAN OCEAN RIM ASSOCIATION, 2016, tradução nossa)

A IORA define a Economia Azul como sendo a integração da Economia Oceânica com princípios de inclusão social, sustentabilidade ambiental e modelos de negócios inovadores e dinâmicos. Espera-se que, pelo fato de o Oceano Índico ser uma grande via marítima do comércio mundial, com recursos naturais inexplorados, a Economia Azul traga benefícios aos países membros, tais como: incrementar a economia nacional e costeira; gerar empregos, habilidades e capacidades; promover empreendedorismo em novas áreas de atividade econômica; facilitar a interconectividade da economia regional e utilizar o vasto e inexplorado potencial do Oceano Índico. Oito áreas de prioridade para cooperação na Economia Azul foram identificadas pelo secretariado da IORA: 1) Pesca e Aquicultura; 2) Energia renovável oceânica; 3) Portos e Navegação; 4) Exploração de Minerais do leito marinho; 5) Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia marinha; 6) Turismo; 7) *Clusters* de conhecimento oceânico; 8) Estados-Ilhéus em Desenvolvimento e Países Menos Desenvolvidos. (INDIAN OCEAN RIM ASSOCIATION, 2016, tradução nossa)

Entre 26 e 29 de outubro de 2015, aconteceu em Nova Delhi a III Cúpula do Fórum Índia-África. A Declaração de Delhi, resultante do encontro, prevê a cooperação no campo da Economia Azul, com ênfase especial nas seguintes ações: desenvolvimento da pesca sustentável, combater a pesca ilegal e não regulada, gestão dos recursos marinhos, exploração dos recursos não marinhos, condução de levantamentos oceanográficos, promoção do ecoturismo, desenvolvimento de energia renovável, redução de risco de desastres por meio de modernos sistemas de alerta prévio, controle de poluição e outros estudos costeiros e oceânicos. Narendra Modi convidou os líderes presentes durante a cúpula a cooperarem entre si para desenvolverem a Economia Azul:

Vamos cooperar para o desenvolvimento sustentável da Economia Azul, que se tornará um estímulo importante, no futuro, para a nossa prosperidade. Para mim, faz parte de uma Revolução Azul mais vasta, no sentido de recuperarmos o nosso céu azul e as nossas águas azuis, à medida que avançamos pelo caminho do desenvolvimento limpo. (CHAND, 2016, p. 19)

Há aqui um potencial para a cooperação entre as políticas econômicas da Revolução Azul da Índia com o projeto de exploração das riquezas marinhas da Amazônia Azul do Brasil. Líder em prospecção de petróleo em águas profundas, o Brasil poderia auxiliar a Índia a desenvolver suas jazidas energéticas marinhas. Pobre em hidrocarbonetos e ávida por

energia, a maioria de suas reservas de gás natural estão no mar, como as da bacia do Krishna-Godavari, apesar de estas serem de águas rasas.

6.4 Projeto Mausam

No plano econômico e cultural as iniciativas indianas na região do Oceano Índico gravitam em torno do Projeto Mausam. Oficialmente intitulado *Mausam: Maritime Routes and Cultural Landscapes*, esse projeto é de iniciativa do Ministério da Cultura e tem como objetivo resgatar os antigos laços que a Índia construiu com as nações da região na época da navegação pré-moderna, em que os navios utilizavam os ventos sazonais monçônicos para cruzar com agilidade o Oceano Índico de uma margem a outra, daí seu nome. Pela sua localização central na bacia do Índico, a Índia era ponto de parada obrigatório nas viagens transoceânicas. Navegantes que saíam de ambas as margens desse oceano, na Indonésia ou na África Oriental, quando atingiam a Índia, tinham de esperar por meses lá, aguardando uma nova monção chegar para seguir viagem. Esse tempo de espera permitia um rico intercâmbio cultural entre diferentes povos de diferentes países enquanto viviam no exterior, seja na Índia, ou nas margens, esperando pela monção.

O projeto foca em dois níveis de ação. Em nível macro, ele pretende reconectar os países do Índico de uma maneira que leve a uma maior compreensão dos valores e preocupações comuns desse grupo de países e, em nível micro, sua intenção é entender as culturas nacionais em seu *milieu* marítimo regional. (MINISTRY OF CULTURE, 2017, tradução nossa). Para isso, divide suas ações em quatro campos de atuação: reviver ligações perdidas com nações; criar ligações com os sítios de patrimônio mundial existentes; redefinir ‘paisagens culturais’ e obter nomeação transnacional como Patrimônio Mundial. Os temas de pesquisa abordados pelo projeto são: Centros de Redes de Aprendizado e Conhecimento: transformações do terceiro milênio antes de Cristo até o período colonial; Tradições Orais e Escritos Literários: conceitualizando o Oceano Índico; Heranças Móveis e Artefatos: inscrições, pedras memoriais e objetos arqueológicos; Peregrinações e Viagens Religiosas ao longo do Oceano Índico; e Especiarias e produtos culturais ligados a ela: ritos, rituais e cozinha. (INDIRA GANDHI NATIONAL CENTRE FOR THE ARTS, 2017, tradução nossa)

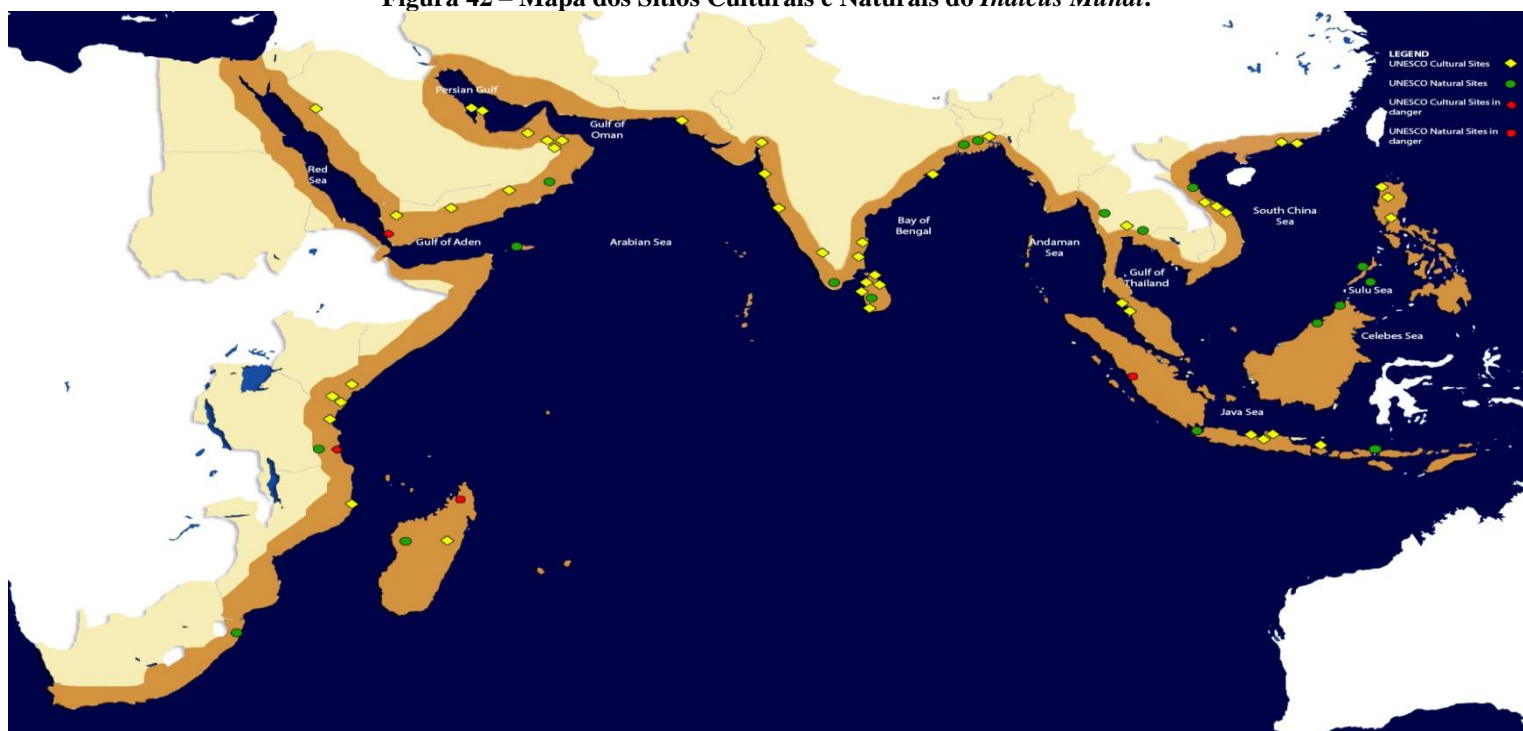
Não por acaso o Projeto Mausam foi lançado na 38ª sessão do *World Heritage Committee*, da UNESCO, realizada entre os dias 15 e 25 de junho de 2014, em Doha, no Qatar. Seu objetivo é explorar o mundo multifacetado do Oceano Índico, agrupando as pesquisas arqueológicas e históricas, a fim de documentar a diversidade de interações

culturais, comerciais e religiosas, no Oceano Índico. Documentando e celebrando valores culturais comuns e as relações econômicas do *Indicus Mundi*, o projeto visa transcender as fronteiras étnicas e nacionais atuais, a fim de fortalecer os laços entre os países da bacia do Índico e estabelecer um precedente para o surgimento de novas pontes de cooperação e interações contínuas. (**Índia Perspectivas**, 2015, p. 18)

A Índia tenta hoje tirar proveito de sua proximidade cultural maior com os demais países da bacia do Oceano Índico para compensar o seu poderio econômico menor que o chinês. E para resgatar essa rica história compartilhada e construída é de vital importância a preservação dos monumentos e paisagens que constituíam as antigas rotas das especiarias e que servem como memórias vivas daquele período. Por isso o Projeto Mausam tem uma dimensão estratégica e cultural.

Ao reconstruir a história marítima do Índico, a Índia pretende combater a narrativa tradicional ocidental do mar como um espaço de dominação para uma outra de troca e transmissão cultural, estimulando uma consciência histórica entre os países banhados pelo Índico de que a relação que a Índia possui com eles é horizontal, pacífica e amistosa, ao contrário das potências externas da região, sejam as do Ocidente ou os chineses, que estabeleceriam relações verticalizadas com os Estados da região com base numa visão imperial do mar.

Figura 42 – Mapa dos Sítios Culturais e Naturais do *Indicus Mundi*.



Fonte: MINISTRY OF CULTURE.

Para celebrar os 60 anos das relações diplomáticas entre a Índia e Omã, dois navios, um de cada país, partiram simultaneamente em uma viagem de uma costa a outra do Mar Árábico, que banha esses dois países. Essa viagem combinada simboliza bem o intuito do Projeto Mausam de fortalecer os laços oceânicos entre os países da região. Os barcos Tarangini, indiano, e Oman Shabab, omani, percorreram uma antiga rota de especiarias utilizada por *dhow*s²⁸ e embarcações comerciais entre os portos de Mascate, capital de Omã, e o de Kochi, no estado indiano de Kerala, entre os meses de novembro e dezembro, numa distância de 1.500 milhas náuticas, ou 2.800 Km.

“Os navios, então, tiveram vantagem dos ventos sazonais favoráveis, [...]. O comércio florescente de especiarias e têxteis da Índia e tâmaras e ouro de Omã alimentou as duas civilizações, desenvolvendo ligações comerciais e culturais ao longo de muitos séculos”, disse um oficial. (PANDIT, 2015)

Figura 43 – Retrato do Navio Tarangini (acima) e Mapa da Rota da Viagem Comemorativa (abaixo).



Indian naval ship Tarangini (top) set sail with a similar Omani ship for Kochi from Muscat on Tuesday. The 10-day voyage will see the ships traverse a distance of 2,800-km.

Fonte: PANDIT, 2015.

²⁸ N. A. – Típica embarcação árabe.

“A intenção agora é engajar pró-ativamente todos os países da Região do Oceano Índico, aumentando os laços marítimos e estratégicos”, um oficial afirmou. Contudo, a Índia esbarra em sua lentidão “vis a vis” a agilidade chinesa em defender os seus interesses na região. “Outro problema é nossa falta de acompanhamento das promessas feitas aos países da Região do Oceano Índico”, outro oficial confessou. (Ibidem)

A Índia quer mostrar aos outros países o porquê de o Oceano Índico ter este nome. Essa visão de uma Índia grandiosa e imperial dentro do *Indicus Mundi* é chamada por KAPLAN de Neo-Curzonismo. Esta geoideologia vê semelhanças entre a Índia Britânica de Lorde Curzon e a atual. De acordo com seus partidários, a Índia Britânica não era apenas uma colônia da Coroa, mas um império dentro do império, cuja potência no conjunto dos Estados asiáticos derivava de seu tamanho e riqueza mais sua influência junto a Londres. O Neo-Curzonismo apenas troca Londres por Washington. Acredita que o relacionamento triangular entre EUA, China e Índia alça Nova Delhi a um novo patamar estratégico em que ela pode desequilibrar as forças políticas da Ásia na direção de quem ela se inclinar (2011, p. 182). Os EUA precisam da Índia para conter a ascensão da China e a Índia precisa dos EUA para capacitar sua Marinha para substituí-lo no Índico.

6.5 SAGAR Yatra

Entre os dias 10 e 14 de março de 2015, o primeiro-ministro indiano Narendra Modi fez uma visita a três estados insulares do Índico: as Ilhas Seicheles, as Ilhas Maurício, e o Sri Lanka. A iniciativa diplomática chamada de SAGAR Yatra²⁹ foi a primeira viagem do gênero realizada por um chefe de governo indiano, e visava a intensificar a cooperação da Índia com estados da região nas áreas econômica e de segurança.

Nas Seicheles, Modi se encontrou com o presidente James Alix Michel, no que foi a primeira visita de um primeiro-ministro indiano ao país desde 1981. Com esse arquipélago localizado ao sul do Mar da Arábia, a Índia firmou pactos em diversas áreas da esfera econômica, como as de hidrografia, energias renováveis, desenvolvimento de infraestrutura e venda de mapas de navegação. No tocante à segurança, foram doados um barco interceptador

²⁹ N. A. – *Security And Growth for All in the Region* (Segurança e Crescimento para Todos na Região, em tradução livre). ‘Sagar’ também é o termo para ‘mar’ em hindí. Na mesma língua, o vocábulo ‘Yatra’ designa uma ‘viagem de peregrinação’.

de guarda costeira e um segundo exemplar do avião indiano de patrulha marítima HAL Dornier Do-228, além de ter sido inaugurado o projeto do Radar de Vigilância Costeira (CHAND, 2015, p. 7).

Figura 44 – Fotografia do HAL Dornier Do-228.



Fonte: IDRW.

Em Maurício, Modi reuniu-se com seu homólogo Aneerood Jugnauth. Para essa república a Índia abriu uma linha de crédito de US\$ 500 milhões para projetos de infraestrutura, assinou acordos relativos à economia azul, além de se comprometer a modernizar a rede de transportes marítimos e aéreos na ilha Agalega. Ainda, a Índia presenteou sua pequena irmã insular³⁰ com o barco de patrulha costeira Barracuda, fabricado por um estaleiro de Kolkata. O navio, embora tenha dimensões modestas, tem grande significado simbólico por ser o primeiro navio militar exportado pela Índia, em que ela demonstra sua capacidade de ser provedora de meios de defesa para os sistemas de segurança dos países da bacia do Índico. (Ibid., pp. 7-8)

³⁰ N. A. - A maioria dos habitantes da República de Maurício professa a religião hindu (48,5%), devido a presença de uma grande comunidade de origem indiana que imigrou na época da colonização britânica. Por isso, Maurício também é chamada de 'Chota Bhárat', ou 'Pequena Índia', em hindí.

Figura 45 – Fotografia do Barco-patrolha MCGS Barracuda.



Fonte: INDIAN NAVY.

No último ponto de parada, em Sri Lanka, Modi e o presidente Maithripala Sirisena se encontraram, o que foi a primeira visita de um primeiro-ministro indiano ao país em 28 anos. Acordos em diversas áreas foram assinados, além de ocorrer concessão pela Índia de uma linha de crédito de US\$ 318 milhões para a construção de ferrovias e a promessa de transformar o porto de Trincomalee em um centro petrolífero. (Ibid., p. 8).

Um dos movimentos mais importantes do SAGAR Yatra foram os memorandos de entendimento para desenvolver a infraestrutura portuária e aeroportuária nas ilhas Agalega e Assunção, duas pequenas ilhas que quase passam despercebidas no mapa do Oceano Índico. Devido a distância em relação à ilha-capital do arquipélago, elas podem ser considerados como ilhas periféricas de seus respectivos países. Agalega fica a mais de 1.000 Km ao norte de Maurício, enquanto Assunção está a mais de 600 milhas náuticas a sudoeste de Seicheles. Juntas, essas instalações vem se somar a outras benfeitorias que a Índia já tinha feito no Índico Sul, como o posto de escuta estabelecido no norte de Madagascar, em 2007, para monitorar as atividades de marinhas estrangeiras na região.

6.6 Pirataria, Disputas Marítimas e Colares de Bases

Segundo Fernand BRAUDEL, historicamente a pirataria é uma forma de guerra secundária que se intensifica nos períodos de *interregnum* entre duas ordens marítimas e internacionais impostas por duas potências (apud KAPLAN, p. 299). Se, por um lado, a exibição de poder marítimo no oceano mundial é considerada um símbolo de poder global, por outro, quando essa potência entra em declínio, seu poder marítimo global também regride, abrindo vazios de poder que são preenchidos ou por uma potência regional ou aproveitados por piratas e terroristas do mar. Esse é o caso dos EUA, que, após deslocarem suas forças para

o Pacífico a fim de conter a China, deixaram um vácuo no Índico que as débeis marinhas da região não conseguiram preencher.

O Oceano Índico é o mais distante dos EUA. Além da distância, os EUA só têm acesso indireto ao Índico, tendo de adentrar nele vindo ou pelo Atlântico ou pelo Pacífico. E qualquer que seja a opção adotada, terá de passar por uma série de estreitos ou *choke points* (VÁZQUEZ, p. 150). As dificuldades impostas pela geografia criam as condições tanto para a pirataria na costa somali quanto para o surgimento de um poder marítimo que desafie a hegemonia global americana através do vácuo deixado.

Exemplos do fracasso americano em projetar poder na região do Golfo de Áden, uma das mais afetadas pela pirataria, são a intervenção fracassada na Somália, em 1993, e o ataque de barco-bomba contra o destróier USS Cole enquanto reabastecia no porto de Áden, no Iêmen, em 2000. O Iêmen, durante a Guerra Fria, viu sua porção meridional – marítima, e que gravita em torno de Áden – adotar o único regime marxista do mundo árabe e se tornar um aliado soviético. Mais recentemente, uma campanha de ataques com drones americanos contra alvos da Al Qaeda na Península Arábica não demonstrou eficácia em combater células terroristas do grupo que operam no país. E para completar o desastre americano na região, Washington viu seu aliado saudita, utilizando armamentos americanos modernos, fracassar em sua campanha contra a bem menos armada e organizada milícia dos Houthis.

Em contraste com os americanos, a Índia realizou com sucesso a Operação Raahata, destinada a evacuar seus cidadãos do país imerso em conflito. Com agilidade, a Índia deslocou navios e aeronaves para o país e até outras nações solicitaram que as forças indianas evacuassem também seus cidadãos do Iêmen. Entre os dias 1 e 11 de abril de 2015, a Índia foi capaz de resgatar mais de 5.600 pessoas divididas entre cerca de 4.640 indianos e 960 estrangeiros de 41 diferentes nacionalidades, incluindo americanos e britânicos, por exemplo. Desse total, mais de 2.900 cidadãos foram transportados por meio de 18 vôos especiais que partiram de Sanaa a bordo de cargueiros Boeing C-17 Globemaster da Força Aérea Indiana ou Airbus A320 da companhia Air India, enquanto outros 1.670 foram retirados por navios da Marinha Indiana a partir de quatro portos iemenitas. (**The Hindu**, 10/04/2015)

Demonstrar capacidade de retirar rapidamente seus cidadãos de um lugar é uma necessidade para um país que possui um número de trabalhadores ainda maior na região do Golfo Pérsico e que poderiam se ver em risco no caso de um conflito armado na região que envolvesse o Irã e a Arábia Saudita ou os EUA.

A ausência de autoridade estatal capaz de vigiar as águas territoriais é que abre espaço para a emergência da pirataria, que acaba cumprindo em parte esse papel. Assim que os EUA deslocaram suas forças para o Pacífico, a fim de conter a China, deixaram um vácuo no Índico que as débeis marinhas da região não conseguem preencher. Não se deve reduzir todo o fenômeno a banditismo marítimo. Também há, misturado com os piratas pescadores que querem defender as águas de sua comunidade contra o despejo de lixo radioativo por navios ocidentais, que as contaminam e comprometem a saúde de seus membros e a atividade pesqueira deles. A respeito disso, veja-se mais no documentário TOXIC SOMALIA. Robert KAPLAN comenta que ‘o pirata de alguém é o patriota de outrem’ (2011, p. 299).

A pirataria não é o único mal marítimo que afeta a Índia em sua ambição de controlar o Índico. Além da pirataria, Nova Delhi também enfrenta problemas de delimitação de suas fronteiras marítimas, à semelhança do que ocorre nas terrestres, com seus vizinhos.

Com o Paquistão, há a discórdia quanto ao estuário de Sir Creek, uma faixa fronteiriça de 96 km que, quando considerada com sua ZEE associada, se torna uma área de mais de 8.000 km² (VÁZQUEZ, p. 170). A Índia defende que o limite adotado seja a divisão do canal ao meio entre as partes, mas o Paquistão alega que estuários em regiões pantanosas como o Kuch sofrem mudanças de traçado ao longo do tempo e reivindica o canal todo.

Bangladesh diverge da Índia e do Myanmar no tocante a sua ZEE. O formato convexo da Baía de Bengala provoca uma sobreposição das respectivas ZEEs dos três países. A posição da Índia, e também a do Myanmar, é usar a bissetriz da área sobreposta para dividi-la e acomodar as reivindicações dos três. Bangladesh alega que seu litoral, por ser inteiramente formado por manguezais – Sundarbans, o maior sistema do tipo no mundo – na foz dos rios Ganges e Brahmaputra, sofre alterações da linha da costa, e defende que se utilize a linha de profundidade de 10 metros como referência para delimitar a ZEE. O mapa da Figura 48 exhibe a ZEE bangladeshi de acordo com as duas posições.

E com o Sri Lanka há reivindicações sobre a pequena ilha de Kachchativu. Essa ilhota de 1,15 Km² foi repassada pela Índia ao Sri Lanka em 1974. Contudo, dúvidas quanto ao procedimento legal para a transferência abrem espaços para contestações.

Para proteger suas linhas de suprimento marítimas, bem como fornecer apoio logístico a sua marinha mercante no Oceano Índico, a China financiou e construiu uma série de benfeitorias que ficaram conhecidas entre estrategistas americanos e indianos como ‘Colar de

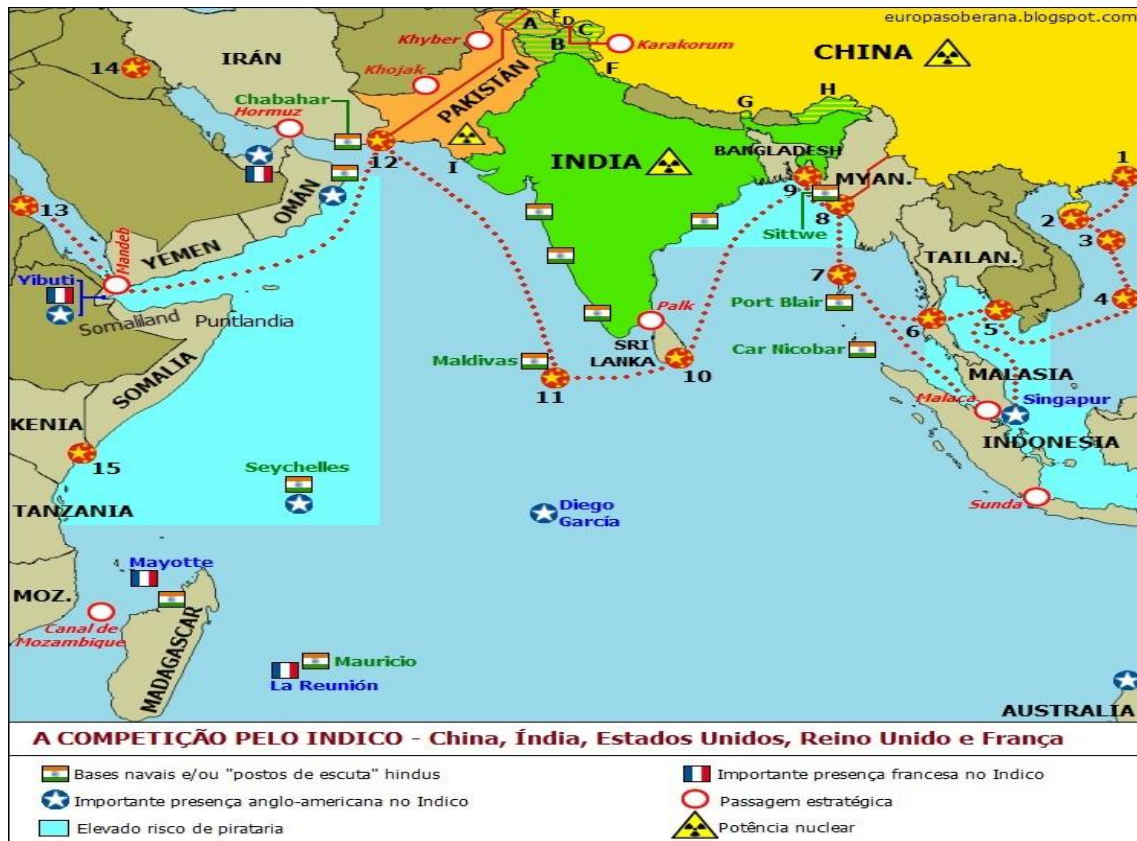
Pérolas’. Dependente do petróleo importado do Golfo Pérsico para mover sua economia, a China busca garantir acesso ao Índico, contornando o Estreito de Malaca, seu ‘calcanhar de Aquiles’, através de sistemas rodoviários que conectam suas províncias interiores diretamente com o Índico, já que algumas delas estão mais próximas deste oceano do que do Pacífico, a saída natural da China. São os casos das províncias de Sinkhiang, que se conecta ao Mar da Arábia por meio do porto de Gwadar, financiado pela China na província paquistanesa do Baluquistão, e de Yunnan, que se conecta à Baía de Bengala através do porto de Kyukpyu, no Myanmar.

A Índia insiste em que o Colar de Pérolas tem o objetivo de cercá-la e mantê-la confinada no Subcontinente Indiano, mas a China nega e diz que seus interesses na região são apenas comerciais. A acusação indiana se baseia na visita de submarinos chineses e navios de inteligência a portos da região do Índico. A China diz que são apenas parte de operações de antipirataria, mas a Índia questiona que esse tipo de navios não são os mais adequados para este tipo de operação. (KUKREJA, 2016)

A resposta indiana foi contornar o colar chinês, formando sua própria rede estratégica de portos e aeroportos no Oceano Índico, que visam a manter o acesso da Índia a todos os *choke points* de entrada/saída do Índico, e a tornem capaz de negar o acesso a potências estrangeiras à bacia e que a Índia julgue ameaçá-la. Geoestratégia que, se observar-se bem, não passa de uma reedição daquela feita pelos portugueses no século XVI para controlar o Índico.

Omã, país banhado pelo Golfo de Omã, na saída do Estreito de Ormuz, é um dos mais fiéis parceiros. Primeiro país árabe com quem a Índia teceu relações, sua importância aumenta com a presença chinesa em Gwadar. A expansão de bases da marinha paquistanesa, até então concentrada em Karachi, ao longo da costa do Baluquistão, com o auxílio dos chineses, desperta em Nova Delhi o temor de se criar um ‘dilema de Ormuz’ para a importação de petróleo do Golfo Pérsico, semelhante ao ‘dilema de Malaca’, que a China enfrenta. Omã, estando na margem oposta, permite à Índia balancear a aliança sino-paquistanesa, por meio de uma série de relações marítimas que incluem direitos de atracação em portos omanis, utilização de suas bases navais para conduzir operações de antipirataria, posto de escuta em Ras Al-Hadd para monitorar a movimentação chinesa em Gwadar e o exercícios naval bianual chamado *Naseem Al-Bahr* (Brisa do Mar, em árabe).

Figura 46 – Mapa do Colar de Pérolas chinês.



Fonte: VÁZQUEZ, p. 128.

No outro extremo do Índico, o Estreito de Malaca, a Índia é melhor posicionada para sua defesa, uma vez que controla o arquipélago de Andaman e Nicobar, na saída desse estreito. Pela sua extrema importância para impedir uma potência estrangeira de ingressar no Índico, essas ilhas contam com um Comando Regional próprio e único nas Forças Armadas Indianas, que integra numa só hierarquia a Marinha, o Exército, a Força Aérea e a Guarda Costeira. A presença estratégica da Índia em Malaca é completada por meio de exercícios navais com Cingapura, Estado-ilha localizado no outro ponto extremo da passagem. A cada dois anos as marinhas de ambos os países realizam o exercício naval *Singapore India Maritime Bilateral Exercise* (SIMBEX).

Maldivas e Sri Lanka oscilam entre a China e a Índia quanto as suas relações marítimas, também podendo-se dizer o mesmo de Myanmar. O porto birmanês de Sittwe foi reformado pelos indianos e serve como uma forma de acesso ao semi-isolado nordeste da Índia, desempenhando um papel mais ou menos como o de Chabahar em relação a Ásia Central, uma vez que o porto bangladeshi de Chittagong, que seria a saída natural para os estados nordestinos, tem seu acesso negado aos navios indianos.

No Sri Lanka, enquanto os investimentos indianos se concentram na região norte do país, onde se concentra a minoria tâmil hindu, os chineses investem mais na porção sul da ilha, habitada pela maioria cingalesa budista. O porto de Kankesanthurai, cuja reforma foi financiada pela Índia, é o mais próximo da ilha para o comércio com aquele país, e também abriga uma base da Marinha do Sri Lanka. A ilha, inclusive, é o maior parceiro comercial da Índia na SAARC. Juntamente com as Maldivas, o Sri Lanka e a Índia fazem parte de um acordo trilateral de defesa que prevê, entre outras coisas, a realização de exercícios entre as guardas-costeiras chamado de DOSTI ('Amizade', em hindí). Os chineses já marcam presença por meio do porto de Hambantotta, no extremo sul.

Nas Maldivas, arquipélago de maioria islâmica, a preocupação da Índia é a limitação de suas forças de segurança, que poderia torná-la alvo de terroristas com armamentos sofisticados, como o que houve na tentativa fracassada de golpe pela Operação Cactus, em 1988. A Índia teme que o arquipélago se transforme numa base para infiltrações de terroristas em sua costa, como no caso dos atentados de Mumbai de 26/11, cujos terroristas adentraram por mar.

Recentemente, na crise diplomática entre a Arábia Saudita e o Qatar, acompanhando os demais países do Conselho de Cooperação do Golfo sob influência saudita, as Maldivas se juntaram ao coro, e cortaram suas relações com Doha, o que serve de exemplo da difusão do fundamentalismo wahabita no norte do arquipélago, que o arrasta para a órbita de influência de Riad. As ilhas até estavam no roteiro original do SAGAR Yatra, contudo problemas de instabilidade política causados por islamistas fizeram Narendra Modi desistir da visita. (KUKREJA, 2016).

Por isso, Nova Delhi tenta convencer Male da interdependência da segurança entre eles, e mantém presença no país por meio de ações de vigilância conjunta, de antipirataria e de treinamento das forças locais (KUKREJA, 2016). Na esfera econômica, as Maldivas fizeram ofertas à Índia para financiar a construção do projeto IHavan, que visa a tornar o atol onde se localiza um ponto de passagem do valiosíssimo tráfego do Índico. Estrategicamente, há o interesse na antiga base aérea britânica de Gan, cuja localização a torna ideal para contrabalancear a presença americana em Diego Garcia. (BREWSTER, p. 59)

O único ponto crítico que escapa ao alcance da Índia é o Canal de Moçambique, porta de entrada do Índico pela rota do Cabo, na África do Sul. A transformação da Marinha Indiana em uma marinha de águas azuis visa, principalmente, a torná-la capaz de agir no

Canal de Moçambique. Assim, pode-se observar no mapa da Figura 47 que os estados alvos da diplomacia naval indiana no SAGAR Yatra se concentram a meio caminho entre a Índia e Moçambique, visando a formar uma espécie de ponte de bases que conectem a península ao canal, uma geoestratégia chamada de ‘Colar de Flores’ (UNNITHAN, 2015).

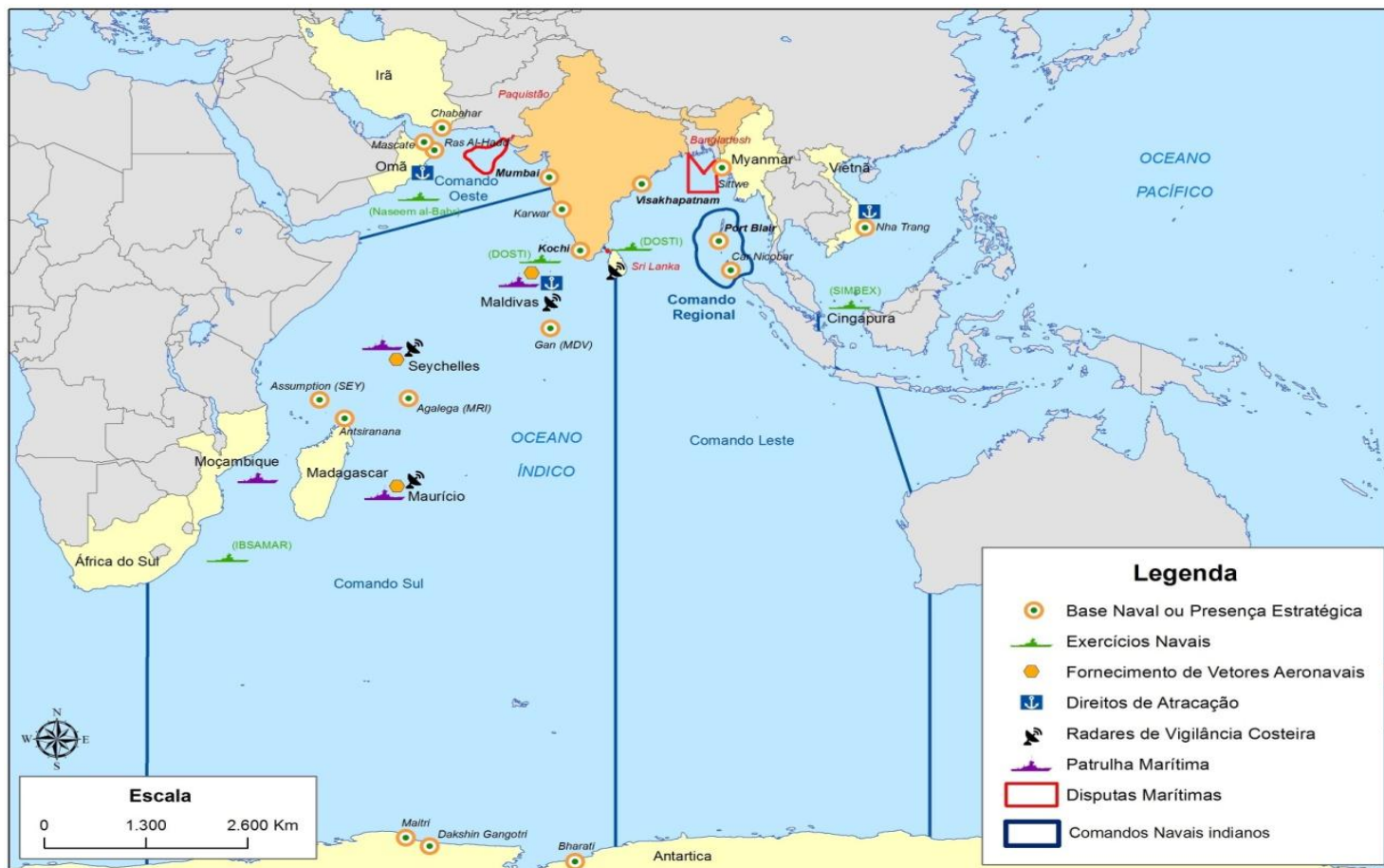
Além do aluguel de ilhas para o estabelecimento de bases, a Índia complementa sua presença estratégica no Canal de Moçambique por meio de outras ações, como a realização de exercícios navais, caso do IBSAMAR, realizado entre as marinhas da Índia e de seus dois parceiros do IBAS – Brasil e África do Sul –, além de patrulhar com seus navios as águas territoriais de Moçambique para fins de repressão à pirataria e de segurança de autoridades, a exemplo do que a Índia fez durante encontros da União Africana, em 2003, e do Fórum Econômico Mundial, em 2004.

O círculo estratégico indiano no Índico é completado com a presença estratégica na Antártica. Aberta em 1983, Dakshin Gangotri foi a primeira base da Índia no continente gelado. Contudo, problemas de subsidência do solo levaram ao abandono desta e à construção de uma nova base, batizada de Maitri, em 1989. As pesquisas desenvolvidas em Maitri envolvem as áreas da geografia, geologia e medicina. Dakshin Gangotri hoje é utilizada apenas como uma base de suprimentos. Mais recentemente, uma nova base, chamada Bharati, foi inaugurada em 2012. Localizada a 3 mil quilômetros de Maitri, suas pesquisas abrangem os campos da geologia e oceanografia. (NATIONAL CENTRE FOR ANTARCTIC AND OCEAN RESEARCH, 2017)

A fim de proteger suas linhas de suprimento marítimas e ser uma potência provedora de segurança na bacia do Índico, a Índia necessita de uma marinha à altura de suas ambições, ou seja, montar uma marinha de águas azuis que seja capaz de agir em qualquer ponto desse oceano. É por isso que a indústria naval será uma das grandes beneficiadas do governo Modi, uma vez que se encaixa dentro dos objetivos do ‘*Make in India*’³¹, da Revolução Azul e do Projeto Mausam.

³¹ N. A. – Política econômica voltada para atrair indústrias a produzirem na Índia.

Figura 47 – Mapa da Oceanopolítica da Índia.



Fonte: elaboração própria.

6.7 Modernização e Ampliação da Marinha

A entrada da China no Oceano Índico gera preocupação na Índia. Porém a China jamais conseguirá projetar-se totalmente nesse oceano enquanto estiver ocupada, tentando defender o suas próprias águas no Mar da China Meridional, no Estreito de Taiwan e no Mar Amarelo, todas no Oceano Pacífico. A Índia tenta aproveitar essa distração chinesa para ganhar vantagem sobre ela no Índico, capacitando a sua Marinha para dar uma resposta satisfatória ao desafio chinês na região.

O Plano de Perspectiva de Capacidade Marítima da Marina Indiana de 2005 prevê uma marinha com 160 navios, sendo 90 navios capitais como fragatas e destróieres, a construção de um terceiro porta-aviões, além de 6 submarinos nucleares para proteger os 3 agrupamentos dos porta-aviões. (UNNITHAN, 2015)

A Marinha indiana pretende criar três grupos de porta-aviões: um no leste, um no oeste e um para reserva. Também são três os aeródromos adquiridos pela força ou em

desenvolvimento. O primeiro deles é o antigo porta-aviões russo Almirante Gorshkov. Reformado pelos russos por um valor de US\$ 2,33 bilhões, o INS Vikramaditya, como foi rebatizado, possui uma massa de 44 mil toneladas, propelida por um motor a diesel capaz de navegar por 7.000 milhas náuticas antes de precisar reabastecer. Com uma pista de 284 metros de comprimento, ele abriga uma tripulação composta por 110 oficiais e 1.500 marinheiros, além de ser capaz de transportar 34 aeronaves entre MiG-29K e helicópteros. (INDIAN NAVY)

O segundo navio aeródromo é o INS Vikrant, que será a primeira embarcação do tipo fabricada nacionalmente pela Índia. Projetado para substituir o INS Viraat, o mais antigo navio do gênero em atividade no mundo, o INS Vikrant tem a previsão de entrar em serviço em 2018. Também utilizando um motor a diesel, ele será capaz de empurrar suas 40 mil toneladas a uma distância de 7.800 milhas náuticas. Sua pista terá 260 metros de extensão para dar lançamento aos 12 MiG 29K, 8 LCA Tejas e 10 helicópteros que comportará quando estiver pronto, ao cargo da tripulação de 160 oficiais e 1.400 marujos. (Ibid.)

Ainda em um estágio de desenvolvimento anterior vem o INS Vishal, outro porta-aviões de fabricação nacional. Mas, ao contrário dos anteriores, este, segundo os critérios estabelecidos pela Marinha Indiana, deverá ter propulsão nuclear para movimentar seu peso projetado de 65 mil toneladas. Os 300 metros de comprimento por 60 de largura deverão ser suficientes para transportar 50 aeronaves entre asas fixas e rotativas. Seu custo estimado é de US\$ 1,5 bilhão, cerca do dobro do Vikrant.

Konstatin Stikov, da Academia Russa de Problemas Geopolíticos, comenta sobre as implicações de um navio nuclear:

“Se está sendo construído um navio com um motor a energia nuclear, então isso implica que tal navio irá operar em partes do oceano mundial muito distantes de sua base. Se a Índia pretende conduzir a sua política naval fora do oceano Índico – no Pacífico ou no Atlântico – então um navio desses é necessário.

Mas se as tarefas da frota forem limitadas a operações no oceano Índico, então um navio atômico é supérfluo. Além disso, há que se lembrar que, em caso de danos de combate, o motor a energia nuclear pode ser um grande perigo tanto para a tripulação como para o meio ambiente”. (ANTAKOLSKAYA, 2014)

As boas relações marítimas com o Vietnã, incluindo os direitos de atracação no porto de Nha Trang, somados a um navio aeródromo nuclearmente abastecido para percorrer grandes distâncias, podem sinalizar que as ambições marítimas da Índia se estendem ao

Pacífico via Mar da China Meridional, agindo ali para balancear a força superior da Marinha chinesa em relação a dos demais, numa região muito disputada maritimamente.

Além da propulsão nuclear, deseja-se que INS Vishal tenha um sistema de catapulta eletromagnética CATOBAR para lançar seus aviões. Os americanos se ofereceram para assistir a Marinha Indiana no desenvolvimento desse sistema de lançamento, que poderia ser do mesmo tipo utilizado no USS Gerald Ford. Uma possível parceria com os EUA na construção do Vishal mantém a orientação de multi-alinhamento do governo Modi, após os russos já terem colaborado na reforma do INS Vikramaditya, e também pode render aos americanos a preferência nos aviões a equipá-lo, pois a versão naval do LCA Tejas vem enfrentando dificuldades em atender as exigências da Marinha Indiana, que poderia optar por um avião estrangeiro (**The Diplomat**, 09/11/16).

Existe ainda a possibilidade de a Rússia construir mais um navio-aeródromo nuclear para a Índia. Referido como Projeto 23000E Storm, ele pesaria 100 mil toneladas e sua pista teria uma extensão de 330 metros, podendo abrigar até 100 aeronaves, incluindo versões do caça russo de quinta geração PAK FA, navais do LCA Tejas e uma tripulação entre 4 e 5 mil homens, com autonomia para passar cerca de 120 dias no mar antes de precisar reabastecer. (**RussiaToday**, 01/03/16)

Caso todos se tornem realidade, a Índia será o segundo país com mais porta-aviões no mundo, atrás apenas dos EUA.

Se, em superfície, os porta-aviões permitem ao poder aéreo indiano estender seu alcance para a totalidade do Índico, em profundidade, a Índia completa a tríade nuclear com a construção de seu primeiro SSBN INS Arihant. A um custo de US\$ 2,9 bilhões, ele visa a dar maior credibilidade à capacidade indiana de conduzir um ataque nuclear de resposta a um inimigo, o que sua doutrina nuclear de *'no-first use'* requer. Esse submarino a torna capaz de lançar mísseis nucleares por terra, mar e ar, uma capacidade que todos os países membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU têm, e que a Índia almeja ser.

Figura 48 – Da esquerda para a direita, em sentido horário: 1) INS Vikramaditya, 2) INS Vikrant, 3) representação artística do INS Vishal, e 4) modelo do Storm.



Fonte: 1) e 2): INDIAN NAVY; 3) The Diplomat; 4) RussiaToday

O INS Arihant possui 112 metros e pesa 6.000 toneladas. Essa massa toda é movida por uma tripulação de 110 homens e um reator de 83 MW. Seus armamentos incluem mísseis K-15 e, futuramente, o K-4. Seus quatro tubos de lançamento são suportam disparar até 12 mísseis K-15, ou 4 mísseis K-4. O curto alcance de 750 Km do K-15 significa que o submarino necessita se aproximar da costa adversária para atingir seu alvo, mas o míssil K-4, em desenvolvimento, poderá atingir alvos a até 3 mil Km do ponto de lançamento. (**National Interest**, 16/09/17)

Maior que o INS Arihant, o INS Aridhman será o segundo submarino nacional nuclear, dos seis que a Índia pretende construir como parte de programa ATV (*Advanced Technologically Vessel*), submetido diretamente ao Primeiro-Ministro. É projetado para ser mais poderoso que o Arihant, e para isso terá oito tubos de lançamento em sua torre - o que lhe confere a possibilidade de carregar o dobro de mísseis do INS Arihant (24 K-15 e 8 K-4) – e um propulsor nuclear mais potente. (Ibid.)

Figura 49 – Submarino balístico nuclear Arihant.



Fonte: The Hindu

6.8 Poder Marítimo Indiano Atual

De acordo com o historiador marítimo e Vice-Almirante João Carlos CAMINHA (1979, p. 155), os fatores de desenvolvimento marítimo são: o ambiente geográfico, a expansão comercial, a mentalidade do povo, a ação do governo, o fator tecnológico e industrial e o aspecto financeiro, que se utilizarão como critérios para se analisar o desenvolvimento marítimo indiano atual.

Sem dúvida que o ambiente geográfico da Índia favoreceu o seu desenvolvimento marítimo, pois o formato peninsular e a posição central de seu território o projetam no Oceano Índico como um grande cais para os navios da região. Some-se a isto o regime favorável do clima de monção, cujos ventos soprados no oceano convergiam para a Índia, direcionando a ela o tráfego marítimo regional na Antiguidade, o que impulsionava ainda mais o seu desenvolvimento marítimo. Para finalizar, a floresta tropical era capaz de fornecer as madeiras que a indústria precisava.

Sendo hoje um Estado unificado, a Índia consegue explorar todo o potencial estratégico das costas de sua península. A Marinha Indiana possui hoje bases. Karwar, na

costa do Malabar, é a mais recente e mais moderna base, construída para descongestionar o movimentado porto de Mumbai.

Tradição de comércio marítimo também sempre houve na Índia. Além dos fatores anteriormente mencionados, a riqueza das cidades indianas, com suas especiarias, gemas, artesanatos etc. atraía a procura que movimentava o comércio favorecido pela geografia e sustentava impérios como o Chola, mencionado na primeira parte do texto. Tudo isso serviu para criar várias comunidades indianas do além-mar na região do Índico. O Império Britânico, ao utilizar indianos para povoar suas colônias na África, Oceania e Caribe, contribui para expandir ainda mais essa comunidade do além-mar. E a criação do Paquistão, cortando a única ligação terrestre importante que a Índia mantinha com a Ásia, reforçou o papel do comércio marítimo na economia indiana, meio por qual o país realiza 90% do seu comércio exterior. Portanto, comércio e mentalidade de interesse pelo mar são requisitos presentes na construção do *sea power* indiano.

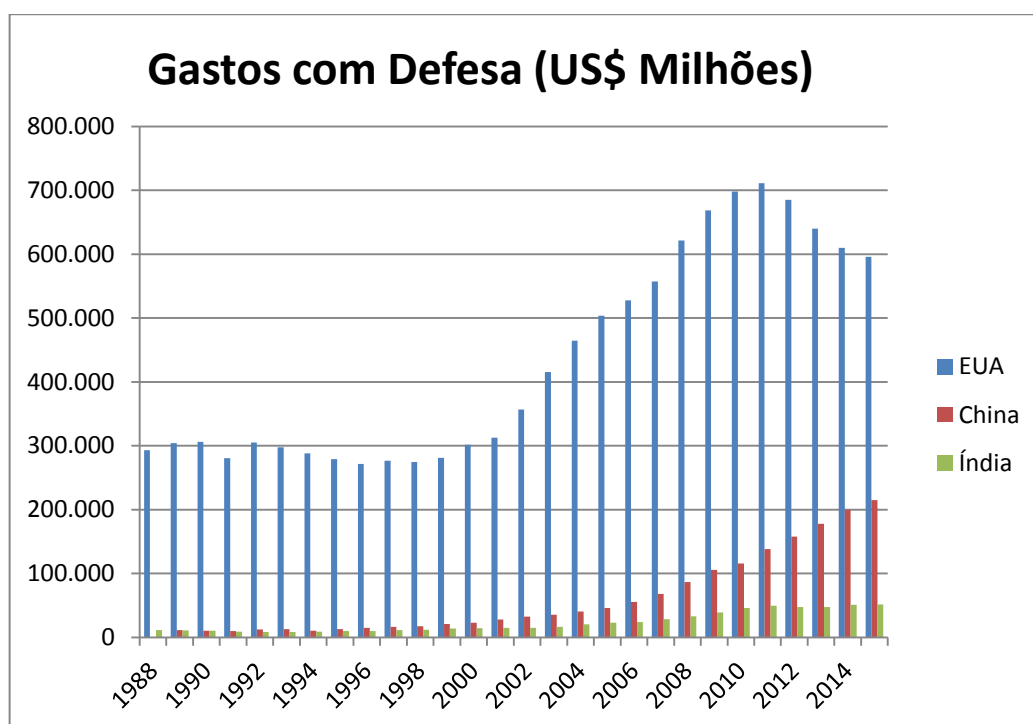
A ação do governo foi algo que variou ao longo do tempo. Uma vez que, na Antiguidade, não havia um Estado unificado no subcontinente, o poder marítimo existente era múltiplo e ligado aos vários reinos da península: crescia quando um reino estava no ápice e desaparecia quando o mesmo findava. Não havia uma política naval consistente e contínua. A chegada dos muçulmanos mogols, de tradição telúrica, minou o poder marítimo tradicional. Posteriormente, vieram os britânicos, que tinham tradição naval, mas não tinham interesse em desenvolver uma política naval para a Índia, quando a *Royal Navy* era capaz de defender todo o Império Britânico. Nehru recebeu uma Índia independente pobre, uma indústria naval desmontada pelo desinteresse dos 200 anos anteriores e, preocupado com suas fronteiras terrestres, tampouco desenvolveu uma política naval. Mas o momento atual é outro. A Índia que Modi assumiu é muito mais forte econômica e militarmente, e boa parte dessa ascensão é ligada à ascensão da Índia como um *major player* no Índico.

O governo atual valoriza mais o mar e o vê como uma oportunidade econômica e de projeção internacional. Daí, as várias iniciativas que toma, como a Revolução Azul, a SAGAR Yatra, e o Projeto Mausam. Em 2016, discursando no *International Fleet Review*, Modi declarou:

A região do Oceano Índico é uma das minhas principais prioridades políticas. Nossa aproximação é evidente em nossa visão 'Sagar', o qual significa 'Oceano' e que representa Segurança e Crescimento para Todos na Região. Nós continuaremos a perseguir e promover nossos interesses geopolíticos, estratégicos e econômicos nos mares, especialmente no Oceano Índico (The Hindu, 2016)

Dada a popularidade com que Modi foi eleito, não é difícil imaginar que possa ser reeleito para um novo mandato de 5 anos, o que garantirá continuidade à diplomacia oceânica de Nova Delhi, consolidando seu poder no Índico. Um terceiro mandato – na Índia não há limites para reeleição de um candidato – é mais difícil de vislumbrar. O aspecto financeiro acompanha o interesse político do governo atual e se beneficia dele, bem como do bom momento econômico vivido pela Índia, conforme o gráfico da Figura 51.

Figura 50 – Gráfico dos gastos com Defesa.



Fonte: SIPRI.

6.9 Conclusão Parcial

Fatores ambientais como o regime de ventos favoráveis à navegação, a existência de matéria-prima para a construção de navios e uma posição privilegiada em relação ao mar, somados a fatores culturais como o sistema de castas, que garantia uma ordem de profissionais dedicados à construção de navios, permitiram aos diversos reinos da Índia Antiga construir um poder naval com que conquistaram outros reinos da bacia do Índico e exportaram sua fé, construindo templos hindus e budistas, especialmente no Sudeste Asiático. Contudo, como estes reinos viviam em constante guerra uns com os outros na disputa pela hegemonia do subcontinente, enfraqueciam-se, e desapareciam, fazendo cessar também o seu poder naval.

A Índia moderna, com um Estado unificado, tem melhores condições de explorar todo o potencial marítimo de suas costas e ilhas do que qualquer reino da Antiguidade. No entanto,

a construção de um poder naval moderno é muito mais complexa do ponto de vista industrial-tecnológico, dificuldade que ela deve superar, estabelecendo parcerias e cooperações com outras potências do ramo.

A mudança de foco da fronteira terrestre com o Paquistão para a segurança de suas linhas de comunicação marítimas vai aumentar ainda mais a assimetria naval entre a Índia e seu arquirrival islâmico, que, da mesma forma que o Império Mogol, não possui a mesma vocação marítima. Esse desequilíbrio de forças navais faz com que o Paquistão busque na China um aliado que a proteja do poder marítimo superior indiano, abrindo as portas do Índico para a penetração chinesa em Gwadar. A resposta indiana à entrada da China no Índico é sua aproximação recente com os EUA.

Além das alianças estratégicas, o poder marítimo indiano é completado por iniciativas diplomáticas nos campos econômico e cultural, casos do SAGAR Yatra e do Projeto Mausam. Em que pese um desígnio imperial na visão do Neo-Curzonismo, a Índia quer se fazer um poder benevolente na região, convidando os países da bacia do Índico ao diálogo em organizações como a IORA e a IONS, a fim de estimulá-los a organizarem um sistema de segurança e cooperação econômica sem a interferência de poderes externos à região.

Com todos os elementos presentes, é apenas uma questão de tempo para que a Índia volte a ser uma potência marítima como era na época dos Cholas. Tempo que será também um fator crucial para definir quem sairá vencedor na competição entre a China e a Índia. Vencerá aquele que construir uma frota considerável de porta-aviões e submarinos nucleares no menor tempo. E isto, por sua vez, dependa da agilidade de cada Estado. Neste quesito, o Estado indiano democrático, porém burocrático, está atrás do Estado chinês ditatorial, porém rápido. Será o governo Modi capaz de corrigir esses defeitos?

Para sorte de Nova Delhi, enquanto Pequim estiver ocupada com o porta-aviões inafundável representado por Taiwan, dificilmente ela conseguirá concentrar forças no Índico, e por em risco a soberania indiana como alertava K. M. Panikkar.

Quadro 6 - Quadro-Síntese da Oceanopolítica da Índia.

Período	Ator Geopolítico	Geoideologia	Geoestratégia
Antiguidade	Impérios Maurya, Andhra, Pallava, Sri Vijaya, Chola	Hindu, Budista	Colonização das margens; Construção de templos; Guerra de conquista
Medieval	Império Mogol	Islam	Desinteresse pelo mar; Aliança com egípcios e otomanos
Moderno	Impérios Português, Francês, Holandês, Britânico	Comercial, Imperial	Controle dos choke points, ilhas e portos
Independente	Sucessivos governos do CNI da família Nehru-Gandhi	Pacifismo; Não-Alinhamento; Terceiro-mundismo	Descolonização; Aliança com a URSS
Contemporânea	Governos pós-Guerra Fria, com ênfase na administração de Narendra Modi	Nacionalismo; Multi-Alinhamento; Neo-Curzonismo	Diplomacia marítima (SAGAR Yatra) e cultural (Projeto Mausam); Colar de Flores; Aliança com os EUA

Considerações Finais

Havíamos nos perguntado se há a formação de uma escola geopolítica indiana ao longo do tempo na Índia. O que vimos foi que ao longo da história há autores que se destacaram mais na área, produzindo obras de alto impacto que acabaram por influenciar a política de sua época e mesmo da posteridade, casos de Kautilya, Curzon e Nehru. Mas uma escola de pensamento, no sentido de uma tradição única, unindo todos esses autores, através de uma filosofia comum que permeia a doutrina de todos, não foi possível identificar. Pois o pensamento geopolítico desses autores se desenvolveu em função dos problemas de sua época e, assim, mais influenciado pela geoideologia dominante do que por uma geoideologia nacional.

Por sua vez, a geoideologia de cada época era derivada da ideologia da casta dominante. Estas fundaram no país duas tradições: hindu e islâmica, culturas que dominaram a Índia por mais tempo. Os britânicos, apesar de terem sido breves, impactaram, sobretudo, na formação das fronteiras, além de terem introduzido o país à Modernidade.

Com relação a geoestratégia, a principal mudança observável foi que na Antiguidade de optava mais pelo uso do *hard power*, como a guerra de conquista, para a perseguição dos objetivos políticos, caso de Kautilya, dos muçulmanos e dos britânicos, enquanto que na Modernidade faz mais uso do *soft power*, seja o pacifismo de Nehru ou o Hindutva de Savarkar, numa guerra por corações e almas.

Concluimos que a história geopolítica indiana segue, então, um padrão dialético identitário em que o hinduísmo forneceu a tese inicial de um projeto político-territorial a realizar-se, isto é, a unificação da Terra por um rei conquistador, conforme diz Kautilya, e o islamismo representou a antítese abraâmica à religião do dharma ao pretender anexar a Índia a um projeto político-territorial externo a ela: a formação da ummah. A partir daí alternou-se entre tentativas de conciliação entre os pólos através da síntese, e de radicalização puritana com a retomada da fé original, em que os projetos político-territoriais das comunidades hindu e islâmica se excluem.

O que o sikhismo de Nanak tentou fazer no campo espiritual, Nehru, por parte dos hindus, e Akbar, por parte dos muçulmanos, tentaram fazer no campo político. Esta síntese ideológica adquire a forma territorial da Índia Indivisa (Akhand Bharat) ou do Hindustão. Por outro lado, a defesa do retorno a fé original foi feita por Savarkar, por parte dos hindus, e por Jinnah, por parte dos muçulmanos, cuja ideologia excludente leva a divisão territorial da Índia, e a conseqüente formação de um Estado islâmico (Paquistão) e de um Estado hindu (Hindu Rashtra).

Após um ciclo em que predominaram as forças nehruvianas pró-síntese, a Índia entra numa nova era ideológica em que o hinduísmo se reafirma como protagonista da política do país por meio do Hindutva. A questão é saber qual hinduísmo que predominará: um tolerante ou um excludente? É disso que primeiramente se dependerá para saber de qual tese irá iniciar o movimento dialético da nova política da Índia Pós-Guerra Fria, para, em seguida, tentar saber qual será a reação dos muçulmanos. Mais do que uma tensão entre hindus e muçulmanos, a Índia passa hoje por uma tensão entre as várias vertentes do hinduísmo.

O hinduísmo de Kautilya não é o mesmo hinduísmo de Savarkar. Kautilya não desenvolveu sua política doméstica (a Dandaniti) inserida numa problemática com os muçulmanos, já que nem existiam na Índia em sua época. O que ele dizia era que o conquistador deveria respeitar os costumes dos povos conquistados. Assim tendemos a considerar que a Índia de Kautilya hoje seria uma que teria um governo de visão de mundo hindu, mas respeitando as crenças e os direitos dos muçulmanos no interior do país, algo que a Índia de Sarvarkar não realiza, uma vez que sua geoideologia exclui os muçulmanos, os tratando como forasteiros no país.

Quadro 7 – Quadro-síntese da Geopolítica Geral da Índia

Período	Identidade	Geopolítico	Geoideologia	Geoestratégia
Antigo	Índia Hindu	Kautilya	Raja <i>Maṇḍala</i>	As Seis Políticas
Medieval	Índia Islâmica	Árabes, afegãos, persas	Índia como ‘Casa da Guerra’ (<i>dar-ul-Harb</i>)	Guerra de Conversão, dessacralização de templos hindus
		Sultanato de Delhi, Império Mogol	Al-Hind, Hindustão, Índia como ‘Casa da Conciliação’ (<i>dar-ul-sulh</i>)	Guerra de Conquista, construção de templos islâmicos
Colonial	Índia nem hindu nem muçulmana	Raj Britânico	Índia como Subcontinente	Integração territorial
		Lorde Curzon, Thomas Holdich, Francis Younghusband	Império da Índia; <i>Forward School</i>	Anéis de Estados-tampões; Fronteiras Científicas
		Halford Mackinder	Índia como Cabeça-de-ponte	Contenção do heartland russo
Moderno	Índia hindu e muçulmana	Jawaharlal Nehru	Akhand Bharat, Secularismo, Pacifismo	Não-Alinhamento
Pós-Guerra Fria	Índia hindu ou muçulmana	Savarkar	Hindutva	Imaginação cartográfica
		Narendra Modi	Panchamrut	Multi-Alinhamento

Bibliografia

- ABRAHAM, Itty. How India Became Territorial: foreign policy, diaspora, geopolitics. Stanford: Stanford University Press, 2014.
- AHMED, Ishtiaq. Splitting India IV. **The Friday Times**. Disponível em: <<http://www.thefridaytimes.com/tft/splitting-india-vi/>>. Acessado em:
- ALI, Tariq. Duelo: o Paquistão na rota de voo do poder americano. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- ANTAKOLSKAYA, Nina. Terá a Índia um porta-aviões nuclear? **Sputnik News**, 25 de Setembro de 2014. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/portuguese.ruvr.ru/news/2014_09_25/Ter-a-India-um-porta-avi-es-nuclear-6168/>. Acessado em: 03/10/2016.
- ANTES, Peter. O Islã e a Política. São Paulo: Paulinas, 2003.
- Arihant sails out of harbor. **The Hindu**, 15 de Dezembro de 2015. Disponível em: <<http://www.thehindu.com/news/cities/Visakhapatnam/ins-arhant-sails-out-of-harbour/article6693951.ece>>. Acessado em: 27/07/2016.
- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: UNESP, 1996.
- BAFNA, Sonit. On the Idea of the *Maṇḍala* as a Governing Device in Indian Architectural Tradition. **Journal of the Society of Architectural Historians**, Chicago, v. 59, n. 1, p. 26-49, 2000.

- BAGCHI, Indrani. Modi's blue Cruise: He has a unique opportunity to make the Indian Ocean the nation's geopolitical nerve centre. **Times of India**, 10 de março de 2015. Disponível em: <http://blogs.timesofindia.indiatimes.com/Globespotting/modis-blue-cruise-he-has-a-unique-opportunity-to-make-the-indian-ocean-the-nations-geopolitical-nerve-centre/?utm_source=Popup&utm_medium=Old&utm_campaign=TOIHP>. Acessado em:
- BALOCH, Haybtan. **Great Game and Balochistan**. Disponível em: <<https://bolanvoice.wordpress.com/2011/10/>>. Acesso 10/11/2015.
- BANDIMUTT, Praker. *India and Geopolitics*. Strategic Security (09/14/2006). Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/4812906/India-and-Geopolitics>>. Acessado em: 05/01/12
- BATH, Sérgio. Kauṭilya. In: BRASIL. Senado Federal. **Conselho aos Governantes**. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 1998, p. 74-119.
- BHARDWAJ, Atul. **India and Japan must propel the Eurasian juggernaut**. Disponível em: <<https://orientalreview.org/2014/08/31/india-and-japan-must-propel-the-eurasian-juggernaut/>>. Acessado em: 22/10/2015.
- BNN. **Divide Pakistan to eliminate terrorism**. 07/02/2013. Disponível em: <<http://balochistannewsnetwork.blogspot.com.br/2013/02/divide-pakistan-to-eliminate-terrorism.html>>. Acessado em:
- BOESCHE, Roger. Kauṭilya's Arthashastra on War & Diplomacy in Ancient India. **The Journal of Military History**, Lexington, v. 67, n. 1, p. 9-37, 2003.
- BOXER, Charles Ralph. *A Índia Portuguesa em Meados do Século XVII*. Lisboa: Edições 70, 2015.
- BREWSTER, David. *India's Ocean: the story of India's bid for regional leadership*. London: Routledge, 2014.
- CAMINHA, João Carlos. *História Marítima*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.
- CAMPANINI, Massimo. O Pensamento Político Islâmico Medieval. In: PEREIRA, Rosalie Helena de Souza (org.). *O Islã Clássico: itinerários de uma cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CASTRO, Therezinha de. Oceano Índico: regionalização e globalização. In: *Geografia e Geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro*, pp. 267 – 288. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**. Disponível: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso 05/11/2015.
- CHAND, Manish. Cor de Código Azul: SAGAR Yatra. **Revista Índia Perspectivas**, v. 29, edição 3, maio-junho 2015.
- _____. Mapeamento de novas fronteiras nos laços entre a Índia e a África. **Revista Índia Perspectivas**, v. 30, edição 1, janeiro-fevereiro 2016.
- CHANDRASEKARAN, Pravin. **Kauṭilya: Politics, Ethics, and Statecraft**. Cambridge: Harvard University, 2006. Disponível em: <<http://mpr.ub.uni-muenchen.de/9962/>>. Acessado em: 18/06/2014.
- COSTA, Florência. *Os Indianos*. São Paulo: Contexto, 2012.
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- CURZON, George Nathaniel. *Frontiers*. Oxford: Clarendon Press, 1907.
- DURKIM, Major John Keller. **Authority, Legitimacy, and the Qawm: Historical Perspectives on Emergent Governance in Afghanistan**. 56 f. Monografia - School of Advanced Military Studies, Fort Leavenworth, 2008-2009.
- ECK, Diana L. *India: a sacred geography*. New York: Three Rivers Press, 2012.
- FAIRGRIEVE, James. *Geography and World Power*. London: University of London Press, 1927.

- FAWCETT, Charles Bungay. *The Position of Some Capital Cities*. The Geographical Teacher, vol. 9, n° 6, pp. 238-243, 1918.
- GISHKORI, Zahid. **Balochistan sees ‘substantial drop’ in violence**. Disponível em: <<http://tribune.com.pk/story/947842/balochistan-sees-substantial-drop-in-violence/>>. Acesso 12/11/2015
- GRANTHAM, Andrew. *Railways of Afghanistan*. Disponível em: <<http://www.andrewgrantham.co.uk/afghanistan/>>. Acesso – 05/01/2013.
- GRARE, Frédéric. **Pakistan: the resurgence of baloch nationalism**. *Carnegie Papers*, o. 65, Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace, January 2006.
- HANAUER, Larry; CHALK, Peter. **India’s and Pakistan’s Strategies in Afghanistan: implications for the United States and the region**. RAND, 2012.
- HARRISON, Selig S. **Nightmare in Baluchistan**. Disponível em: <<http://docslide.us/documents/nightmare-in-balochistan-selig-s-harrison.html>>. Acesso 03/11/2015.
- _____. The Fault Line Between Pashtuns and Punjabis in Pakistan. **The Washington Post**, Washington, 11 May 2009. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2009/05/10/AR2009051001959.html>> - Acessado em: 08/06/13
- HINDUSTAN TIMES. **Modi inaugurates new Afghan Parliament built by India in Kabul**. 25 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://www.hindustantimes.com/india/modi-in-kabul-pm-meets-ghani-to-inaugurateafghan-s-parl-building/story-wua2CtN8gj4IQsRnmNknHM.html>>. Acesso: 12/10/2015.
- HOLDICH, Thomas H. *Political Frontiers and Boundary Making*. London: MacMillan and Co., 1916.
- _____. *The India Borderland: 1880-1900*. London: Methuen and Co., 1909.
- HUNTINGTON, Samuel P. *Choque das civilizações?* Política Externa – Vol.2 – N°4 – Março, 1994.
- Inaugurando a temporada de mudança. **Revista Índia Perspectivas**, v. 29, edição 3, maio-junho 2015, pp. 16-19.
- INDIA-AFRICA FORUM SUMMIT (IAFS). Disponível em: <<http://iafs.gov.in/home.php>>. Acessado em:
- IndiaNetzone**. Tópico sobre Old Delhi. Disponível em: <http://www.indianetzone.com/68/old_delhi.htm>. Acessado em:
- India’s Navy Just built a second nuclear missile submarine. **National Interest**, 16/09/2017. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/blog/the-buzz/indias-navy-just-built-second-nuclear-missile-submarine-22340>>. Acessado em: 20/09/2017.
- India’s next aircraft carrier will be nuclear. **The Diplomat**, 09/11/16. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2016/11/confirmed-indias-next-aircraft-carrier-will-be-nuclear/>>. Acessado em: 25/01/2017.
- INDIAN DEFENCE RESEARCH WING. HAL is working on Next Gen Dornier 228. 21 de Maio de 2015. Disponível em: <<http://idrw.org/hal-is-working-on-next-gen-dornier-228/>>. Acessado em:
- INDIAN NAVY. Disponível em: <<https://www.indiannavy.nic.in/>>. Acessado em 02/03/2016.
- INDIAN OCEAN NAVAL SYMPOSIUM (IONS). Disponível em: <<http://ions.gov.in/>>. Acessado em: 15/07/2016.
- Indian Ocean region a policy priority: Modi. **The Hindu**, 07/02/2016. Disponível em: <<http://www.thehindu.com/news/national/Indian-Ocean-region-a-policy-priority-Modi/article14066184.ece>>. Acessado em: 20/11/2016.

INDIAN OCEAN RIM ASSOCIATION. Disponível em: <<http://www.iora.net/>>. Acessado em: 26/05/2016.

INDIRA GANDHI NATIONAL CENTRE FOR THE ARTS (IGNCA). Disponível em: <<http://ignca.nic.in/>>. Acessado em: 04/02/2017.

INSTITUTE FOR DEFENSE STUDIES AND ANALYSES. **Whiter Pakistan? Growing instability and implications for India**. New Delhi: IDSA, 2010.

JHA, Prem Shankar. Kashmir, 1947: rival versions of history. Delhi: Oxford Press, 1996.

JOHNSON, Will J. (Ed.). **Dictionary of Hinduism**. 1st. ed. New York: Oxford, 2009.

KAPLAN, Robert D. A Vingança da Geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

_____. **Monsoon: the Indian Ocean and the future of American power**. New York: Random House, 2010.

KAUṬILYA. *The Arthaśāstra*. Gurgaon: Penguin Books India, 1992.

_____. *Arthaśāstra*. Bangalore: Government Press, 1915.

KHAAMA PRESS. **Afghan Parliament reject reserved seat for Hindu/Sikh**

minority. 14 de dezembro de 2013. Disponível em:

<<http://www.khaama.com/afghanparliament-reject-reserved-seat-for-hindusikh-minority-2617>>. Acesso: 15/09/2016.

_____. **First Afghan Hindu appointed Afghanistan's special envoy**. 08

de maio de 2014. Disponível em: <<http://www.khaama.com/first-afghan-hinduappointed-afghanistans-special-envoy-8044>>. Acesso: 15/09/2016.

KHAN, Abdul Baseer. **Balochistan: epicenter of drug smuggling and usage**. 28/08/2015.

Disponível em: <<http://thebalochistanpoint.com/balochistan-epicenter-of-drug-smuggling-and-usage/>>. Acessado em: 25/04/2016

KHILNANI, Sunil. *The Idea of India*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1999.

KORYBKO, Andrew. **Pakistan is the “Zipper” of Pan-Eurasian Integration**. Disponível em: <http://en.riss.ru/analysis/18882/?_utl_t=tw>. Acessado em 20/04/2015

KUKREJA, D. India and the Indian Ocean. **India Strategic**, February 2016. Disponível em: <http://www.indiastrategic.in/topstories4596_India_in_the_Indian_Ocean.htm>; Acessado em: 11/06/2017.

LACMA. Disponível em: <<http://collections.lacma.org/node/238795>>. Acessado 08/04/2014

LEFEUVRE, Georges. **Afghanistan's future lies in its past**. Le Monde Diplomatique, Outubro de 2010. Disponível em: <<https://mondediplo.com/2010/10/04afghanistan>>. Acessado em: 01/07/15.

LEWIS, Martin W. **Stereotypes and Social Hierarchy in Western Pakistan: From British Rule to the Current Insurrection**. 24/05/2011. Disponível em:

<<http://www.geocurrents.info/geopolitics/stereotypes-and-social-hierarchy-in-western-pakistan-from-british-rule-to-the-current-insurrection>>. Acessado em: 25/04/2016.

MACKINDER, Halford J. *Democratic Ideals and Reality: A Study in the Politics of Reconstruction*. London: Constable and Company, 1919.

_____. *Distant Lands: An Elementary Study on Geography*. London: George Philip & Son, 1912.

_____. *Eight Lectures on India*. London: Waterlow & Sons, 1910.

_____. *O Pivô Geográfico da História*. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 29, pp. 87-100, 2011

MAPS OF INDIA. Disponível em:

<<http://www.mapsofindia.com/history/mahajanapadas.html>>. Acessado em 31/03/2014

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Série Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973.

MARINO, Andy. Narendra Modi: a political biography. Noida: HarperCollins, 2014.

MARX, Karl. *The British Rule in India*. New York Daily Tribune, 25 de junho de 1853.

Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1853/06/25.htm>>. Acessado em: 28/11/13.

MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica, v. I. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

METCALF, Barbara D.; METCALF, Thomas R. História Concisa da Índia Moderna. São Paulo: Edipro, 2013.

MINISTRY OF CULTURE. Disponível em: <<http://www.indiaculture.nic.in/>>. Acessado em: 07/01/2017

MOHAN, C. Raja. Revealed: India's master plan for the Indian Ocean. The National Interest, 26/06/2015. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/blog/the-buzz/revealed-indias-master-plan-the-indian-ocean-13198>>. Acessado em:

MINISTRY OF EXTERNAL AFFAIRS. **India and Afghanistan: a development partnership**. Government of India. Disponível em:

<http://www.mea.gov.in/Uploads/PublicationDocs/176_india-and-afghanistan-adevelopment-partnership.pdf>. Acesso: 09/09/2016.

MLADJOV, Ian. Disponível em: <<http://sitemaker.umich.edu/mladjov/files/mauryaindia.jpg>>. Acessado em 05/04/2014.

MODELSKI, George. Kauṭilya: Foreign Policy and International System in the Ancient Hindu World. **The American Political Science Review**, v. 58, n. 3, p. 549-560, 1964.

Modi emerges as India's Putin, makes both Pakistan and West nervous. **OneIndia**, 06/05/2014. Disponível em: <<https://www.oneindia.com/feature/modi-emergence-as-india-s-putin-makes-both-pakistan-west-nervous-lse-1440266.html>>. Acessado em: 10/09/2017

MORAES, Antonio Carlos Robert (org.). **Ratzel**. São Paulo: 1990, Ática.

MUKHERJEE, Rudrangshu. *Dateline 1857: revolt against the Raj*. New Delhi: Roli Books, 2008.

MUNSHI, Suhas. Meet INS Vishal. The vessel may turn out to be India's flagship. Catch News, 14/02/2017. Disponível em: <<http://www.catchnews.com/india-news/meet-ins-vishal-the-vessel-may-turn-out-to-be-india-s-flagship-1453367826.html>>. Acessado em: 25/10/2016.

NADER, Alireza; SCOTTEN, Ali G.; RAHMANI, Ahmad Idrees; STEWART, Robert; MAHNAD, Leila. **Iran's Influence in Afghanistan: implications for the US drawdown**. RAND, 2014.

NATIONAL CENTRE FOR ANTARCTIC AND OCEAN RESEARCH. Disponível em: <<http://www.ncaor.gov.in/antarcticas>>. Acessado em:

NAZEMROAYA, Mahdi Darius. **Destabilizing Baluchistan, Fracturing Pakistan: the triangle of Jundallah, the Taliban, and Sipah-e-Sahaba**. Disponível em:

<<http://www.globalresearch.ca/destabilizing-baluchistan-fracturing-pakistan-thetriangle-of-jundallah-the-taliban-and-sipah-e-sahaba/21521>>. Acesso 13/11/2015

NDTV. **Afghan Senate thanks India for construction of Friendship Dam**. 12 de junho de 2016. Disponível em: <<http://www.ndtv.com/india-news/afghan-senatethanks-india-for-construction-of-friendship-dam-1418225>>. Acesso: 12/10/2016.

NEHRU, Jawaharlal. El Descubrimiento de La India. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1949.

NOBRE ALCORÃO. Tradução de Helmi Nasr. Al-Madinah Al-Munauarah: Ministério dos Assuntos Islâmicos, dos Wakfs, e do Apelo e Orientação Religiosa, 1426 A. H.

Panchsheel gives way to Panchamrit – New pillars of foreign policy. **The Telegraph**, 04/04/2015. Disponível em:

<https://www.telegraphindia.com/1150404/jsp/nation/story_12587.jsp#.VSAJwzF9TN>.

Acessado em: 17/09/2017.

PANDE, Aparna. From Cāṇakya to Modi. Noida: HarperCollins, 2017.

- PANDIT, Rajat. India reclaims spice route to counter China's silk route. **Times of India**, 25/11/2015. Disponível em: <<http://timesofindia.indiatimes.com/india/India-reclaims-spice-route-to-counter-Chinas-silk-route/articleshow/49915610.cms>>. Acessado em:
- PANIKKAR, K. M. Geographical Factors in Indian History. Bombay: Bharatiya Vidya Bhavan, 1955.
- _____. India and the Indian Ocean: an essay on the influence of sea power on Indian history. London: George Allen & Unwin, 1951.
- PILLALAMARRI, Akhilesh. Project Mausam: India's answer to China's 'Maritime Silk Road'. **The Diplomat**, 18/09/2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/09/project-mausam-indias-answer-to-chinas-maritime-silk-road/>>. Acessado em: 15/04/2016.
- PRAKASH, Aseem. **State and Statecraft in Kautilya's Arthashastra**. In: Workshop in Political Theory and Policy Analysis, 1993, Bloomington: Indiana University, 1993, p. 17.
- QUESADA, Juan Martos. O Direito Islâmico Medieval (Fiqh). In: In: PEREIRA, Rosalie Helena de Souza (org.). O Islã Clássico: itinerários de uma cultura. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RAFIQI, A. Q. India's Interface with Islam. In: ENGINEER, Ashgar Ali. Islam in India: the impact of civilizations. New Delhi: Indian Council for Cultural Relations, 2002
- REGIANI, Rafael. O Estado-Tampão: Nova Geopolítica ou Novas Fronteiras. Revista Perspectiva Geográfica, v. 11, p. 71-82, 2016.
- ROBINSON, Andrew. India: a short history. London: Thames & Hudson, 2014.
- RODINSON, Maxime. O Islão Político e Crença. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.
- Russian 'Storm' top candidate to be India's new aircraft carrier - report. **Russian Today**, 01/03/2016. Disponível em: <<https://www.rt.com/news/334142-india-aircraft-carrier-tender/>>. Acessado em: 03/02/2017.
- SAGAR YATRA. Disponível em: <<http://sagaryatra.narendramodi.in/>>. Acessado em: 05/06/2016
- SAKHUJA, Vijay. **The Oman Gas Pipeline: India's underwater energy supply chain**. Disponível em: <<http://www.ipcs.org/article/india/the-oman-gas-pipeline-indiasunderwater-energy-supply-chain-4421.html>>. Acesso 10/11/2015.
- SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SARKAR, Benoy Kumar. Hindu Theory of International Relations. **The American Political Science Review**, Denton, v. 13, n. 3, p. 400-414, 1919.
- SÉBILLE-LOPEZ, Philippe. **Geopolíticas do Petróleo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.
- SENGUPTA, Rajana. *Delhi Metropolitan: the making of an unlikely city*. New Delhi: Penguin Books India, 2007.
- SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: Jose Olympio Editora, 1981.
- SINGH, Jaswant. Jinnah: India, partition, independence. New Delhi: Rupa, 2009.
- SINGH, Khushwant. Trem para o Paquistão. São Paulo: Grua, 2012.
- SINGH, Patwant. The Sikhs. New York: Alfred A. Knopf, 2000.
- SOUTH ASIA BLOG. **Why wasn't Sindh partitioned in 1947?** Disponível em: <<https://southasiablog.wordpress.com/2014/11/07/why-wasnt-sindh-partitioned-in-1947/>>. Acessado em 21/05/2017.
- SOUTH ASIA TERRORISM PORTAL. Disponível em: <<http://www.satp.org/satporgtp/countries/pakistan/Balochistan/data/index.htm>>. Acesso em 03/06/16

- STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). Disponível em: <<https://www.sipri.org>>. Acessado em:
- TANCHUM, Michael. **Iran's Chabahar Port Transforms its Position**. Publicado em: 05/jan/2014. Disponível em: <<http://www.jpost.com/Opinion/Op-Ed-Contributors/Irans-Chabahar-port-transforms-its-position-337167>>. Acesso 13/11/2015.
- _____. **Modi and the Sino-Indian Game for Iranian Gas**. Publicado em: 17/jul/2015. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2015/07/modi-and-the-sino-indiangame-for-iranian-gas/>>. Acesso: 07/11/2015.
- The great Yemen escape: Operation Rahat by numbers. **The Hindu**, 10 de Abril de 2015. Disponível em: <<http://www.thehindu.com/specials/the-great-yemen-escape-operation-rahath-by-numbers/article7089422.ece>>. Acessado em: 14/10/2016.
- TOXIC SOMALIA: la verdad sobre el origen de la piratería de Somalia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZvDmG0o_IXY>. Acessado em 17/09/2016.
- UNNITHAN, Sandeep. India's String of Flowers. **India Today**, 27 de Março de 2015. Disponível em: <<http://indiatoday.intoday.in/story/indian-ocean-narendra-modi-significant-toeholds/1/426012.html>>. Acessado em: 20/02/2017.
- _____. The Indian Ocean riposte. **India Today**, 26 de Março de 2015. Disponível em: <<http://indiatoday.intoday.in/story/india-china-relations-modi-government-indian-ocean-naval-expansion/1/425929.html>>. Acessado em: 20/02/2017.
- UNODC. Pakistan: country profile. Disponível em: <<https://www.unodc.org/pakistan/en/country-profile.html>>. Acessado em: 25/04/2016
- USMAN, Tehseena; KHAN, Minhas Majeed. Drug Trafficking from Afghanistan to Pakistan and its Implications. **J.R.S.P.**, Vol. 50, No. 2, December 2013, pp. 25-43.
- VÁZQUEZ, Daniel Day. A Rota da Seda, o Colar de Pérolas e a competição pelo Índico (Parte 1/3). *Revista de Geopolítica*, v. 4, nº 2, pp. 127 - 154, jul./dez. 2013.
- _____. A Rota da Seda, o Colar de Pérolas e a competição pelo Índico (Parte 2/3). *Revista de Geopolítica*, v. 4, nº 2, pp. 155 - 195, jul./dez. 2013.
- WASEY, Akhtarul. Indo-Islamic Cultural Interface. In: ENGINEER, Ashgar Ali. *Islam in India: the impact of civilizations*. New Delhi: Indian Council for Cultural Relations, 2002.
- WIKIPEDIA. Tópico sobre Cāṇakya. Disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Cāṇakya>>. Acessado em 10/03/14
- _____. Tópico sobre a Linha Radcliffe. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Radcliffe_Line>. Acessado em: 20/05/2017.
- _____. Tópico sobre Sri Vijaya. Disponível em: <<https://en.wikipedia.org/wiki/Srivijaya>>. Acessado em: 22/10/2016.
- WIRSING, Robert G. **Baloch Nationalism and the Geopolitics of Energy Resources: the changing context of separatism in Pakistan**. Carlisle: Strategic Studies Institute, 2008
- ZAMAN, Rashed Uz. Kautilya: The Indian Strategic Thinker and Indian Strategic Culture. **Comparative Strategy**, v. 25, 231-247, 2006.
- ZIMMER, Heinrich Robert. **Filosofias da Índia**. São Paulo: Palas Athena, 2012.

ANEXO

Relatório de Campo de
Geografia Política da Índia

Apresentação

Este trabalho de campo teve o objetivo de observar in loco facetas da geopolítica da Índia, como atividade complementar da nossa dissertação de mestrado sobre o mesmo tema.

A primeira questão que nos deparamos foi: como realizar um campo de Geografia Política? A pertinência se deve ao fato de a política, ou o poder, não ser um objeto material facilmente identificável na paisagem. Um campo de Geografia Física é muito mais fácil de se planejar, pois seus objetos de estudo (relevo, clima, solo, vegetação, etc.) podem ser distinguidos com precisão na paisagem. Na área da Geografia Humana também é possível organizar bons campos de Geografia Urbana, Agrária, Econômica, Regional, etc., pelo mesmo motivo. Mas e a Geografia Política?

Para sanar a questão pensamos que um estudante de Geografia Política, ou Geopolítica, para o bem de sua formação, bem como de sua capacidade de análise e interpretação de uma conjuntura geopolítica, deve possuir conhecimentos, além dos teóricos da Geografia Política, nas áreas afins das Relações Internacionais, História, Militar, Economia, etc., tal como é a natureza multidisciplinar da própria Geopolítica. E os objetos de estudos dessas ciências, sim, são destacáveis na paisagem. Um pesquisador de História pode visitar museus, memoriais, locais históricos, arquivos, etc.; um pesquisador de Militar pode visitar museus militares, fortes, instalações – ainda que com algum acesso restrito, para citar alguns exemplos. Portanto, um campo de Geografia Política/Geopolítica contemplaria visitas a uma diversidade de lugares com relevância histórica, militar, arquitetônica e urbanística, etc.

A diferença entre o pesquisador de Geografia Política e Geopolítica e os demais investigadores das áreas supracitadas é que eles vêem seus objetos com valor científico em si mesmos, enquanto que para nós eles seriam apreciados conforme sua relação com a política. Ou seja, se o fenômeno político, ou geopolítico, não pode ser observado diretamente no espaço – pois a política é uma relação de poder, e não uma coisa –, indiretamente ele pode ser visto no espaço através de seus subprodutos materiais, uma vez que a política/geopolítica, ainda que seja algo de natureza abstrata e impalpável, provoca um impacto real e concreto na vida dos cidadãos, do espaço urbano ou do território que ela abrange.

Feriados cívicos são uma oportunidade para se avistar líderes políticos fora de seus tradicionais palácios; militares fora de seus usuais quartéis, e assim se ter uma noção do poderio bélico de um Estado; e a relação de um povo com sua política. Por isso escolheu-se a

data estratégica do Dia da Independência da Índia (*Swatantra Divas*), celebrada em 15 de Agosto, para o planejamento do campo.

Nos parágrafos a seguir, exporemos o trajeto percorrido, os locais visitados, e as observações que fizemos em cima da nossa experiência de cerca de vinte dias em quatro cidades indianas que elegemos geopoliticamente relevantes para os nossos objetivos de pesquisa, conforme a ordem de visita.

Ida – Dias 09/08 e 10/08

O trabalho de campo iniciou-se no dia 09 de Agosto quando nosso voo partiu do Aeroporto Internacional de Guarulhos rumo à Nova Delhi, na Índia, com uma escala em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. Durante o tempo de parada da escala, aproveitamos para conhecer o aeroporto de Dubai, em que pudermos fazer nossas primeiras observações geopolíticas. Entre um terminal e outro do enorme e exuberante aeroporto, havia dois painéis contando a história do aeroporto. Neles aprendemos que a ascensão global do aeroporto emiratense não foi fruto do acaso petrolífero, mas produto de uma política pensada e destinada a elevar o patamar mundial do emirado, utilizando sua localização estratégica entre o Ocidente e o Oriente para torná-lo um ponto de passagem obrigatório em grandes voos internacionais.

Figura 1 – Painel no Aeroporto de Dubai, nos Emirados Árabes Unidos



Fonte: Arquivo do autor

Após a parada da escala, seguimos voo para Nova Delhi. A rota passou por cima do Golfo Pérsico, Paquistão e Índia. Pode-se então observar do alto a Linha Radcliffe, a tensa fronteira que separa os dois países e que é o alvo deste estudo. Apesar da neblina que atrapalhava um pouco a visada, podia-se ver uma linha reta que se estendia na paisagem e depois mudava de direção de forma pouco natural, dando a entender que não era um rio, ou mesmo uma estrada, cujos traçados seriam mais sinuosos. A Linha Radcliffe é visível, pois é fechada e vigiada ao longo de toda a sua extensão, com apenas um ponto de travessia, a passagem de Wagah, localizada no estado do Punjab e palco de uma cerimônia diária, e que depois visitaríamos como parte das atividades de campo.

Figura 2 – Vista Aérea da Linha Radcliffe.



Fonte: Arquivo do autor

Nova Delhi – Dias 10/08 ao 17/08

Ao desembarcarmos no Aeroporto Internacional Indira Gandhi, em solo indiano, notamos o primeiro sinal de que estávamos em um país acossado pelo terrorismo. Ao tentarmos tirar uma fotografia da pista fomos advertidos por uma soldada de que era proibido

fazer registros do aeroporto. Seguimos adiante, e antes mesmo de irmos ao hotel, resolvemos passar no Museu Palam da Força Aérea Indiana, em razão de sua proximidade com o local onde estávamos, no que foi o primeiro ponto de parada da nossa jornada na Índia.

Exposto logo na entrada havia um míssil Kalam. O acervo, composto majoritariamente por aviões aposentados, dividia-se entre uma área coberta, e outra a céu aberto. A relevância geopolítica do museu é que a origem do equipamento militar pode revelar a orientação política de um país ao longo da história. Observando-se os aviões exibidos se percebia que os modelos mais antigos eram de fabricação ocidental, enquanto que os mais recentes eram de procedência soviética.

Além das aeronaves estrangeiras, havia aqueles de fabrico nacional. Nesse caso, a época de utilização variava desde o pós-independência até o período mais atual. Isto revela que apesar da dependência militar, o país seguiu uma política de industrialização nacional voltada para a autossuficiência, incluindo a área da defesa.

Figura 3 – Museu Palam da Força Aérea Indiana.



Fonte: Arquivo do autor

O dia seguinte foi marcado pela ida ao enclave diplomático de Cãṅakypuri, setor que concentrava a embaixada de vários países, como EUA, China e Paquistão. A representação

brasileira, entretanto, não ficava lá. Cāṇakyaपुरी, traduzido do hindí, significa ‘Cidade de Cāṇakya’, apelido pelo qual é conhecido o pensador político Kauṭilya. O nome do autor da magnífica obra *Arthaśāstra* também era lembrado na forma de uma rua chamada Kauṭilya Marg. Inicialmente pretendíamos caminhar pelo enclave até este logradouro, contudo o desgaste provocado pelo forte calor do sol, o tempo curto, e a agenda repleta de lugares a se visitar, nos fizeram desistir desse objetivo em favor de outros mais relevantes. Kauṭilya Marg, inclusive, fazia travessa com outra rua chamada Chandragupta Marg. Chandragupta foi o fundador do Império Maurya, a qual Kauṭilya servia como conselheiro, e cujo símbolo de seu império – o Capitel de Leões – foi adotado como o emblema nacional da República da Índia. O cruzamento das duas ruas, portanto, não é fortuito. Descemos a Chandragupta Marg, e ao final dela, logo após as embaixadas da Nigéria e do Butão, ficava o Museu Ferroviário Nacional, nosso destino.

Geopolítica e transportes estão profundamente relacionados pelo papel que as malhas viárias exercem na integração territorial nacional, e servindo também para projeção de poder quando conectadas aos demais estados. O museu contava toda a história ferroviária indiana, exibindo modelos em miniatura de locomotivas, vagões, trens, estações, faróis, sinalização, equipamentos de via, etc. Dividia a história em três períodos tecnológicos, conforme o tipo de energia-motriz dos trens: motor a vapor, diesel, e elétrico. Ainda dentro da exposição interna, em uma sala separada havia uma grande maquete chamada de “Miniatura da Índia”. Nessa maquete mostrava-se que o progresso do país acompanhava lado a lado o das ferrovias. Conforme o trenzinho avançava pelos trilhos, um foguete subia, o estádio de críquete acendia, as luzes do aeroporto piscavam, arranha-céus reluziam. Fora dali, a guerra e a política não foram esquecidas. Uma bomba fabricada por operários ferroviários na Segunda Guerra Mundial mostrava a relação da ferrovia com a guerra. Uma miniatura do trem utilizado por Mahatma Gandhi para se deslocar pelo país ligava a ferrovia à independência.

Do lado de fora, um pátio em que composições de várias épocas estavam estacionadas para o público ver. Em torno do pátio corria um trenzinho de passeio, que era uma das atrações do museu. Outro trenzinho menor, em escala 1:8, percorria um trajeto menor pelo pátio, e completava o quadro de atrações do museu.

Figura 4 – Museu Ferroviário Nacional.

Fonte: Arquivo do autor

Ao sairmos do museu, nos dirigimos ao Parque Nehru, ali nas proximidades. Lá dentro encontramos uma estátua do revolucionário soviético Vladimir Lênin. Primeiro primeiro-ministro da Índia independente, Jawaharlal Nehru admirava a União Soviética e acreditava que era possível modernizar e industrializar a Índia através de uma economia centralizada e planificada do tipo socialista. Lugar com toponímia adequada, portanto, para se homenagear o líder comunista russo.

Nos dias subsequentes, visitamos diversos templos e tumbas, principalmente de religião islâmica. A intenção aqui era encontrar evidências que sustentassem a afirmação de que Nova Delhi tinha um apelo islâmico, e por isso manteve-se a capital nessa cidade, a fim de se conquistar a simpatia dos muçulmanos da Caxemira, uma afirmação que fizemos nos capítulos 3 e 4.

Figura 5 – Estátua de Lênin no Parque Nehru.



Fonte: Arquivo do autor

Nova Delhi é uma cidade enorme, seja em tamanho, população ou história. Habitada por hindus, muçulmanos, sikhs, cristãos, etc., e dotada de templos de todas essas religiões, e outras mais. Não foi possível conhecer a cidade toda durante o período de cerca de uma semana que ficamos lá. Muitos lugares que pretendíamos visitar, acabamos não indo por falta de tempo ou disposição, ou ambos. O cosmopolitismo da cidade, no entanto, não nos demoveu da ideia que Nova Delhi dá certa identidade islâmica à Índia. Pois nas regiões que conhecemos da cidade vimos mais templos, tumbas, palácios, e outras edificações de arquitetura tipicamente indo-islâmica do que construções de arquitetura nativa indiana.

A explicação é que os exércitos invasores islâmicos destruíram milhares de templos hinduístas encarados como manifestações de idolatria de imagens e incredulidade na fé islâmica, ambos condenados no Al-Qur'ân e que deveriam ser combatidos. Essa destruição ficou clara quando visitamos o Qutub Minar. Neste complexo arqueológico encontram-se as ruínas de uma das mesquitas mais antigas de Delhi – da época dos muçulmanos turcos -, mesquita esta que foi construída com o material de um templo hindu destruído conforme

deixam claras as imagens de divindades gravadas nas ruínas. Os templos hindus que vimos na cidade eram de origem recente, como os de Narayan Laxmi, Akshardhan e ISKCON.

Figura 6 – Ruínas de mesquita construída com material de templo hindu.



Fonte: Arquivo do autor

A última parada em Nova Delhi foi assistir ao Dia da Independência da Índia, no Forte Vermelho. Ciente da enorme quantidade de pessoas que compareceriam, saímos cedo do hotel a fim de garantir um lugar que permitisse-nos ver o discurso do primeiro-ministro Narendra Modi. Contudo, ao chegarmos ao local, a avenida que passava em frente ao forte já estava lotada de cidadãos, e a polícia já havia bloqueado o acesso. Tivemos de nos contentar em assistir a cerimônia em um telão juntamente da multidão que havia ficado de fora.

Figura 7 – Primeiro-Ministro Narendra Modi discursando no Dia da Independência.



Fonte: Arquivo do autor

Amritsar – Dias 17/08 ao 20/08

Em Amritsar, maior cidade do Punjab e local mais sagrado da religião sikh, nossa jornada começou com a visita ao Museu da Partição. Este museu abrigava a memora relativa a Grande Partição, evento traumático da história do subcontinente e que precedeu a independência de Índia e Paquistão.

Dali, nos dirigimos ao Jallianwala Bagh, um memorial dedicado às vítimas de um massacre cometido pelos britânicos. Ao entrar-se, se passa por um corredor, em cuja parede há uma placa registrando que as tropas britânicas sob comando do general Dyer por ali atravessaram. Mais à frente há uma pequena pirâmide que marca o ponto em que os soldados britânicos se posicionaram para disparar. De ambos os lados desse marco, há duas coberturas. Uma delas, do lado esquerdo, termina em uma galeria de mártires em que se expõe um quadro retratando o cenário dos mortos no massacre. Adiante, na área verde do parque, esculturas feitas de plantas reproduzem os soldados britânicos atirando com suas armas. No outro lado extremo, uma parede preservada do antigo beco destacando as marcas de tiros.

Figura 8 – Quadro do Massacre de Jallianwala Bagh.

Fonte: Arquivo do autor

O dia seguinte foi marcado pela ida à Cerimônia de Retirada das Bandeiras, na passagem de Wagah, na fronteira entre Índia e Paquistão, a aproximadamente vinte quilômetros de Amritsar. Esta cerimônia acontece todos os dias no final da tarde, e demonstra a rivalidade surgida entre os dois Estados após a Grande Partição. Quando chegamos ao local, havia muitas placas enfatizando a importância da *Border Security Force* (BSF) como primeira linha de defesa da Índia, que, juntamente dos Rangers paquistaneses, compõe os atores principais da cerimônia.

Antes de autorizar a entrada do público uma revista rigorosa é feita. Para organizar a entrada em fila dos milhares de cidadãos, o público é colocado sob uma marquise enquanto aguardam sua vez de entrar. Os estrangeiros são colocados numa fila separada, e se dirigem a uma parte da arquibancada em separado das reservadas aos indianos na hora de assistir a cerimônia.

Mesmo antes da entrada, a massa indiana já fazia festa debaixo da marquise, agitando bandeiras da Índia, e gritando lemas nacionalistas. Após sentarem todos nas arquibancadas, animados ao som de músicas patrióticas, um locutor agitava o público com frases

nacionalistas, que, por sua vez, respondia: “*Bharat Mata ki Jai!*” (Vitória à Mãe Índia!), “*Vande Mataram!*” (Curvo-me a ti, ó Mãe!), “*Hindustan Zindabad!*” (Viva o Hindustão!). Refletindo o clima de rivalidade, o lado paquistanês fazia o mesmo, tocando canções patrióticas, numa competição de som. E a multidão do lado de lá gritava: “*Pakistan Zindabad!*” (Viva o Paquistão!).

Os Jawans da BSF realizam a cerimônia interpretando uma coreografia belicosa e provocativa que termina com a retirada das bandeiras dos respectivos países, que é feita milimetricamente ao mesmo tempo para que nenhuma fique acima da outra.

Figura 9 – Passagem de Wagah, antes do início da cerimônia.



Fonte: Arquivo do autor

No último dia optamos pela visita ao Memorial dos Heróis de Guerra do Punjab. Este é um grande museu e se localiza um pouco afastado do centro da cidade, quase a meio caminho entre Amritsar e a passagem de Wagah. De início fomos a uma sala de cinema com tecnologia 3D em que se exibia uma animação reproduzindo cenas de batalhas travadas no Punjab ao longo da história: invasão de Alexandre, o Grande, formação dos Estados sikhs, guerras anglo-sikhs, e guerras indo-paquistanesas. Ao final, uma animação de montanha-russa em primeira pessoa trazia um pouco de diversão. A cada impacto, disparo ou explosão das

batalhas o assento estremecia. Acompanhando os movimentos de um avião, ou da montanha-russa no final, a cadeira se inclinava. Quando havia chuva na animação, o teto borrifava água. Tudo para tornar a experiência do visitante o mais realista possível.

Saindo da sala de cinema 3D, nos dirigimos à primeira das seis galerias que abrigavam o acervo interno do museu. Montada em ordem cronológica, a exposição contava basicamente toda a história militar da Índia, se estendendo desde a Civilização do Indus até a Guerra de Independência do Bangladesh, em 1971. O mesmo roteiro que havíamos assistido em filme, agora víamos na forma de uma rica e detalhada coleção de bonecos de cera reproduzindo personagens históricos: elefantes de guerra de combateram as tropas de Alexandre, o Grande; cavalos carregando os generais do Império Sikh de Ranjit Singh; confrontos entre soldados sikhs e britânicos; combates entre soldados indianos e paquistaneses ou chineses. As esculturas incluíam até réplicas de tanques, helicópteros, e mesmo uma do navio aeródromo INS Vikrant em que era possível entrar na sala de comando.

Já à mostra no acervo externo havia um carro de combate Patton e um Sherman capturados dos paquistaneses, e um tanque Centurion indiano, além de um avião caça MiG 21 da Força Aérea Indiana. Do outro lado, entre a sala de cinema e as galerias, também havia exposto uma miniatura do porta-aviões INS Vikrant.

Figura 10 – Memorial dos Heróis de Guerra do Punjab.



Fonte: Arquivo do autor

Como não poderia deixar de ser, nossa passagem por Amritsar incluiu uma visita ao Templo Dourado, próximo ao qual estávamos hospedados. Este templo é o local mais sagrado da religião sikh. O sikhismo, conforme o memorial deixou claro, é uma religião de tradição marcial. Inicialmente apenas uma fé como as outras, foi levada por força da perseguição islâmica a se militarizar para defender seus correligionários.

À noite, nos dirigimos até a estação para aguardar nosso trem com destino a Chandigarh. Mesmo de madrugada, a estação era movimentada, com algumas pessoas dormindo no chão da plataforma em meio aos ratos que circulavam por ali.

Chandigarh – Dias 21/08 ao 25/08

Em Chandigarh nosso objetivo não era tanto buscar referências da política externa, senão da geopolítica interna de um país. Era ver como um Estado manuseia seu próprio território. Escolheu-se Chandigarh, pois, além da cidade estar localizada a meia distância entre Nova Delhi e Amritsar, facilitando o deslocamento, a cidade foi planejada para ser a nova capital do Punjab.

Após a partição do Punjab por Cyril Radcliffe, a cidade de Lahore, até então capital provincial histórica, ficou para o lado paquistanês, e a Índia teve de encontrar uma nova sede de governo para o Punjab oriental. Nehru viu nisso a oportunidade para se erguer do zero uma cidade planejada e moderna, capaz de concretizar os ideais que sua Índia independente aspirava.

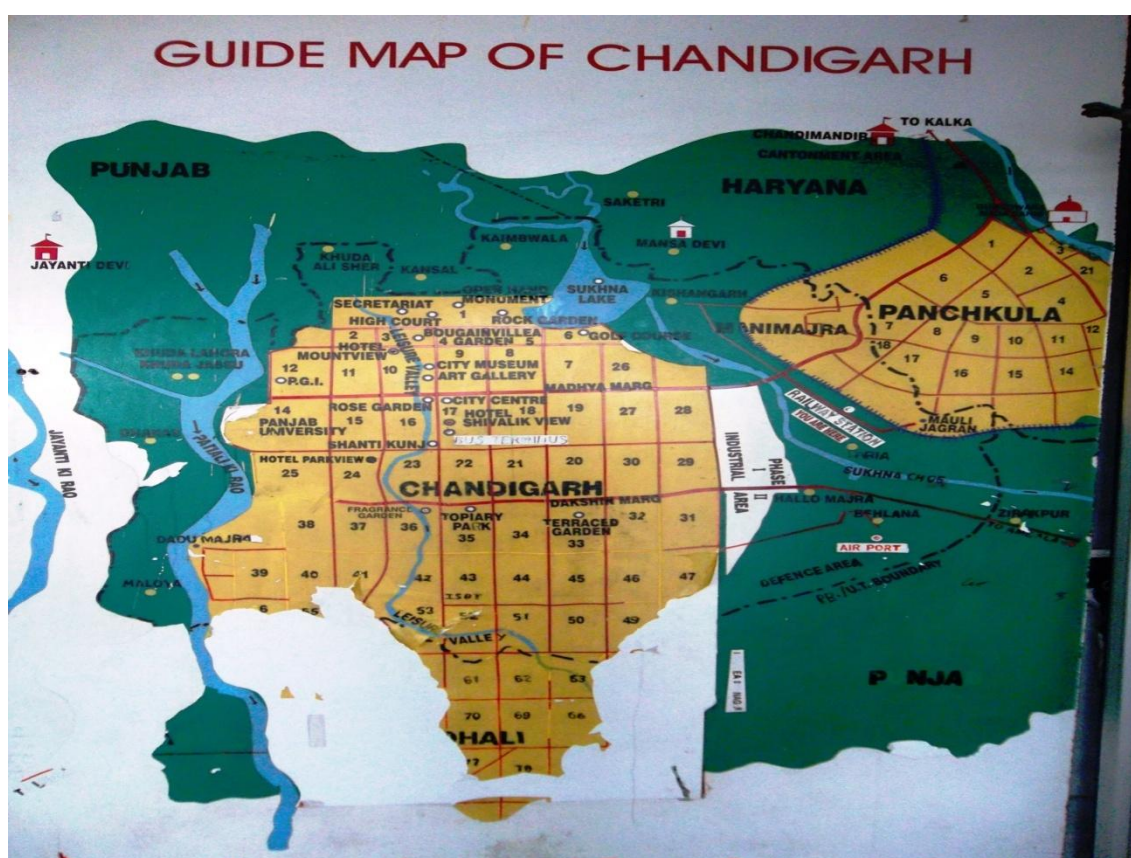
Figura 11 – Esboços de monumentos e planos urbanos de Le Corbusier, na entrada do Lago Sukhna.



Fonte: Arquivo do autor

Para compreender a construção de Chandigarh, nada mais adequado do que a visita ao Museu e Galeria de Arte do Governo. Este espaço compreendia de três museus diferentes: o Museu Arqueológico, o Museu de Arquitetura e o Museu de História Natural. O primeiro museu contava com um acervo de artefatos arqueológicos da cultura de Gandhara, como esculturas, moedas, etc. O segundo museu, mais adequado aos nossos propósitos, continha uma série de documentos, esboços, desenhos, mapas, etc., de autoria dos arquitetos que planejaram Chandigarh. O terceiro museu continha itens sobre paleontologia dos dinossauros da Índia, e sobre evolução da espécie humana.

Figura 12 – Mapa de Chandigarh



Fonte: Arquivo do autor

Percorrendo a cidade, o que observamos foi um tipo de urbanismo feito em Brasília. Tanto Chandigarh quanto Brasília têm amplas avenidas, de traçados retos, quadras largas, edifícios em formato de bloco e com grandes estacionamentos para carros na frente, arquitetura modernista e arrojada. Chandigarh é dividida em setores numerados, ao invés de bairros; Brasília, em asas. Chandigarh foi pensada para ser a capital provincial; Brasília, uma capital federal. Chandigarh possui o lago Sukhna; Brasília, o lago Paranoá. Não soaria nada estranho se chamássemos Chandigarh de ‘Brasília da Índia’.

Sobre a capitalidade de Chandigarh, deve-se destacar que a cidade não é apenas a sede de governo de um estado, mas de dois estados ao mesmo tempo. Ocorreu que o Punjab foi desmembrado de sua porção de maioria falante de hindí, ficando só com as áreas de língua punjabi. Haryana, o novo estado, contudo, continuou compartilhando com o Punjab, a cidade de Chandigarh como capital, que se tornou em território federal, no que é mais uma semelhança com Brasília, um distrito federal.

Figura 13 – Aspectos urbanos de Chandigarh.



Fonte: Arquivo do autor

Nossa estadia em Chandigarh, porém, foi prejudicada por problemas de saúde e de segurança. Uma infecção contraída no pé nos fez perder dois dias no hotel. Já o último dia na cidade teve suas atividades suspensas, por conta de um importante julgamento que ocorria na cidade. No dia anterior, quando pretendíamos conhecer o *Trivium* – complexo formado pelos respectivos palácios dos três poderes e projetado por Le Corbusier – fomos informados pelo guia que os horários disponíveis já haviam esgotados, e quando perguntamos da possibilidade de voltarmos no dia seguinte, ele nos informou que dificilmente haveria horário de visitação por causa do julgamento. Naquele dia mesmo a polícia já estava isolando o local.

Até então não sabíamos quem seria julgado, nem a magnitude do evento. Preparávamos a nova programação do dia quando fomos informados pela equipe do hotel que nossa passagem de retorno à Nova Delhi havia sido cancelada. Por motivos de segurança, Chandigarh foi isolada. As agências governamentais suspenderam todas as viagens de trem e ônibus de e para a cidade. O sinal de internete também foi cortado, dificultando a busca por informação na internete. Só conseguimos sair da cidade por via aérea. Posteriormente descobrimos que era um influente guru quem estava no banco dos réus, e seus milhares de seguidores, que não aceitavam a acusação de estupro que ele sofria, incendiaram trens em Nova Delhi, e para evitar que fossem até Chandigarh pressionar pela inocência de seu líder religioso é que a cidade foi bloqueada.

Foi deveras curioso que das quatro cidades que visitamos, não foi nem na capital Nova Delhi, nem na cidade fronteira de Amritsar, e nem no conflituoso estado da Caxemira que enfrentamos a maior situação de insegurança na Índia, mas na improvável Chandigarh, ainda que não fosse um problema de segurança típico relacionado à ameaça do terrorismo islâmico, como era de se esperar.

Desembarcamos em Nova Delhi, e pernoitamos no aeroporto para, na manhã seguinte, pegarmos um voo para Srinagar. Ao contrário das outras cidades visitadas, Srinagar está desconectada da malha ferroviária indiana. A cidade só é acessível por via aérea ou por rodovia.

Srinagar – Dias 26/08 ao 30/08

Desembarcamos em Srinagar, uma das duas capitais do estado de Jammu e Caxemira. A razão é que a cidade, localizada em meio ao Himalaia, durante o inverno fica inacessível a aviões, por causa da pouca visibilidade dos nevoeiros e do risco de voar nestas condições em meio às altas montanhas, o que dificulta a comunicação com Nova Delhi. Então, a atividade política do estado é transferida para a cidade de Jammu, na região homônima do estado, no contrapé do Himalaia, um pouco mais ao sul e de clima mais quente. Ao chegar o verão, Srinagar recupera o posto. De uma capital de dois estados diferentes, agora estávamos num estado com duas capitais.

Ao chegarmos em Srinagar o que esperávamos ver era uma presença maior do conflito entre Índia e Paquistão pelo território da Caxemira. Mas a situação estava calma, e, apesar de

vermos alguns guardas e policiais nas ruas, nada de anormal para uma cidade, ou que sugerisse que aquela era uma região de conflito.

Conforme fomos conhecendo a geografia local, a sensação que passamos a ter era a de estarmos na Suíça. O belíssimo cenário era marcado pelas montanhas ao fundo, florestas nas encostas, e lagos. O maior e mais famoso deles era o lago Dal, mas havia outros, como o lago Nageen, à beira do qual estávamos acomodados. Até do ponto de vista humano o estado se parece um pouco com a Suíça, graças a sua diversidade étnica. Na Suíça se fala alemão, francês, italiano e romanche. Em Jammu e Caxemira se fala caxemiri, dogra, balti, tibetano, etc. A Suíça, nos Alpes, é o teto da Europa; a Caxemira, o teto da Índia.

A diferença é que, enquanto a Suíça logrou manter sua independência através da neutralidade internacional – pois à época de sua formação, o equilíbrio militar entre os Estados europeus era muito mais parelho –, o principado de Jammu e Caxemira se viu em meio a uma disputa de países por seu controle e teve seu território recortado por guerra em três pedaços. Em realidade o desejo do povo caxemiri era se tornar um Estado independente, seguindo o exemplo de outros Estados himalaicos, como o Nepal e o Butão. Contudo eles tiveram o azar de que sua chance de independência chegou tardiamente, num cenário já marcado por grandes Estados e armas. Então uma Caxemira independente seria frágil demais perante os vizinhos – e a rapidez com que a milícia de pashtuns avançou pela Caxemira demonstra isso –, e o Marajá Hari Singh se viu obrigado a escolher um lado. Caso tivesse virado independente, a semelhança com uma Suíça asiática aumentaria ainda mais.

Mas nem por isso o sentimento dos caxemiris de serem uma nação deixou de existir. Isso ficou claro quando estávamos em um teleférico, e conversando com os locais, um deles disse: “A Caxemira é um outro país. Nós temos nosso próprio governo, primeiro-ministro, e parlamento”. O mesmo cidadão se mostrou pouco simpático à Índia quando disse que “A Índia mata o povo caxemiri. O Paquistão respeita os muçulmanos”.

O dia 27/08 foi caracterizado pela ida à cidade velha de Srinagar. No caminho, ainda longe do centro histórico, passamos por um mesquita, à beira do lago Dal, que preservava um fio de cabelo de Maomé. Em outra rua, vimos uma grande quantidade de pastores com seu rebanho de cabras e ovelhas, o que dava a entender que naquele lugar funcionaria uma espécie de mercado de ovinos. Fora dali, no restante da cidade, também víamos vez ou outra um pastor conduzindo rebanhos, no que era um traço marcante da Caxemira. Enquanto no restante da Índia, as cidades eram marcadas pela existência de vacas nas ruas, em Srinagar era

a presença de cabras, criadas para a extração de lã e couro para a confecção de tecidos, um produto muito típico do estado.

Figura 14 – Aspectos paisagísticos de Srinagar



Fonte: Arquivo do autor

Já na cidade velha, vimos uma grande quantidade de mesquitas, que não deixavam dúvida sobre a religião majoritária. Mas a diversidade também existia na cidade, pois ao longo do caminho vimos uma gurdwara sikh e ao final do dia visitamos o templo hindu de Sankaracharya, no alto de um morro. Enquanto estávamos no centro, em frente a uma mesquita, uma pichação na porta de um comércio nos chamava revelava a opinião dividida dos caxemires acerca do Paquistão. Quem pichou certamente era a favor, mas quem rabiscou por cima provavelmente era contra.

Figura 15 – Pichação pró-Paquistão

Fonte: Arquivo do autor

No último dia na Caxemira fomos para o Memorial de Guerra de Kargil. Kargil é uma cidade na região do Ladakh, e que dista cerca de duzentos quilômetros de Srinagar, apesar que o memorial não fica na cidade, mas na estrada, no local onde foram travadas as batalhas em 1999.

O caminho até lá é tortuoso. A estrada que conecta as duas cidades apresenta muitas irregularidades, alternando trechos asfaltados com trechos em obras, e outros trechos precários de terra e cascalho. E também é a única via entre Srinagar e Leh, a principal cidade do Ladakh. Até por isso, a rodovia concentra todo tráfego regional, o que significava a presença de muitos caminhões numa pista que já era estreita.

Entre outros povoados da região, passamos por Drass, que ostentava em uma placa informativa que era o segundo local povoado mais frio do mundo. Ainda bem que estávamos no final do verão, pois nosso motorista contou que a estrada, por causa da precipitação de grande quantidade de neve, fica seis meses por ano fechada.

Conforme nos afastávamos de Srinagar, a militarização da área aumentava. Como a estrada é mantida pela *Border Roads Organization* (BRO), organização do exército voltada para a construção de estradas nas regiões de fronteira, vimos ao longo do trajeto a passagem de alguns comboios de caminhões do corpo de engenharia do exército indiano. Além dos

caminhões, em alguns pontos da estrada também observamos duplas de soldados aparentemente vigiando pontos estratégicos do terreno.

Mais à frente, chegamos à altura do Passo de Zoji La. Neste local tivemos de parar o carro para nos identificarmos em um posto de check-in em que soldados da *Sikh Light Infantry* registravam os dados de quem passava por ali. Pouco antes, havíamos passado em frente ao Memorial de Guerra de Zoji La, um pequeno memorial dedicado a batalha de Zoji La travada na primeira guerra da Caxemira, em 1948. Em frente ao memorial, funcionava um acantonamento do Exército Indiano.

Após mais algum tempo de viagem, chegamos ao Memorial de Guerra de Kargil. Ao entrarmos nos deparamos com uma rua que conduzia os visitantes até um mural dourado com o nome dos soldados mortos em combate. Mas nos dirigimos primeiro para as laterais. À direita do portão de entrada, havia expostas cabines de proteção tomadas dos paquistaneses, acompanhadas de painéis explicando a captura delas com certo grau de ironia até. Do lado oposto estava à mostra um MiG 21 utilizado no conflito. À frente, ao final da rua, duas artilharias utilizadas e mais um obuseiro. Um pouco mais ao lado, uma galeria com retratos da guerra, das tropas, dos armamentos, e do noticiário da época. A galeria ainda continha armas e outros itens capturados dos paquistaneses. Um alto mastro com a bandeira indiana se destacava ao final da rua. Ao fundo do memorial, as montanhas em que a guerra foi travada. Nelas estava gravado “*Kargil Vijay Diwas*”, ou o Dia da Vitória de Kargil, data comemorativa que celebra a vitória indiana na guerra. Na montanha ao lado, estava escrito “Tololing”, em referência a um dos picos palcos dos enfrentamentos.

Figura 16 – Memorial de Guerra de Kargil, na Caxemira.



Fonte: Arquivo do autor

No dia posterior, indo para o aeroporto de Srinagar, o motorista disse: “Esse aeroporto é um dos piores da Índia. É um check-in atrás do outro”. A já elevada preocupação com a segurança na Índia, em um território afetado por ataques terroristas, atingia um nível ainda maior. Da janela do avião, durante a decolagem, percebemos que no aeroporto também funcionava uma base aérea, pois pudemos ver hangares cobertos de grama para camuflar, e outras pistas. Retornamos a Nova Delhi, para na noite do dia seguinte, ao final do mês, regressarmos ao Brasil, percorrendo em sentido inverso o mesmo caminho da viagem de ida.

Considerações Finais

Estudar a geopolítica tem suas dificuldades. Muitas informações são secretas, e não reveladas. Muitas declarações de políticos, diplomatas, e generais, não passam de exercício de retórica para agradar um público ou despistar adversários, e nem sempre refletem intenções reais. Os espaços em que a geopolítica é feita são frequentemente fechados e restritos. O resultado é que fazer um trabalho de campo de Geografia Política se torna uma tarefa pouco viável.

Nos inspirando na multidisciplinariedade da Geopolítica, selecionados uma série de lugares de importância histórica, política, estratégica, etc., para montarmos o roteiro do campo. Geografia Política sem trabalho de campo perde parte de sua geograficidade para se tornar um saber teórico e conceitual mais parecido com suas áreas correlatas da Ciência Política e das Relações Internacionais.

Infelizmente, nem todos os lugares planejados foram possíveis de visitar. Sofremos limitações de tempo, de recursos financeiros, de acesso, e até de saúde. O Forte Vermelho, em Nova Delhi, foi um deles. Por causa das comemorações do Dia da Independência ele foi interditado à visitação. Falha nossa, que deveríamos ter programado a ida em uma data antes. Ocorre que o forte era enorme, e conhecê-lo todo, incluindo seus museus, exigiria praticamente um dia todo, e não queríamos passar no mesmo lugar mais de uma vez. No entanto, os museus do Forte Vermelho são sobre antiguidades, e seus objetos contam a história de um período anterior ao que Mackinder chama de Era da Geopolítica. Mais valorosos aos nossos objetivos eram os museus da Força Aérea e Ferroviário. No geral, o campo foi muito proveitoso.

Evidente ficou a presença do orgulho, do patriotismo e do nacionalismo no seio do povo indiano. Em Nova Delhi, a enorme multidão que se deslocou de várias partes da cidade até o Forte para assistir atenta o discurso do Primeiro-Ministro deixou claro o engajamento da população com a política, bem como a popularidade do atual governo. A decoração repleta de bandeirinhas da Índia no Museu Ferroviário, e até mesmo no hotel que nos hospedávamos, reforçou a impressão. Isto também ficou claro na cerimônia fronteiriça de Wagah, em Amritsar, graças a enorme quantidade de pessoas que a assistem diariamente. A já grande arquibancada estava sendo ampliada, inclusive. Em um país de mais de um bilhão de habitantes tudo sempre envolve muita gente.

O clima de hostilidade da Índia com seus países vizinhos Paquistão e China pôde ser sentido através da extensa cerca que se ergue sobre a Linha Radcliffe, e na militarização da Caxemira, em que, mesmo a fronteira sendo resguardada por altas montanhas, agressores tentam se infiltrar pelos passos ou pelo alto, conforme os memoriais de batalhas históricas assim o provam, e exigindo vigilância dos soldados nas alturas. Esse clima de tensão também se reflete nas elevadas medidas de segurança interna, conforme nossa experiência nos aeroportos, transporte público, eventos, etc.